

Quatenaire

PORTUGAL

***Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade de
Viana do Castelo***

Relatório Final

Agosto 1995

Equipa Técnica

Equipa de Projecto

António Figueiredo

Elisa Babo

João Pedro Matos Fernandes

Rui Azevedo

Teresa Sá Marques

Contribuições Sectoriais

Ana Monteiro

António Serrano

Clara Correia

João Pedro Matos Fernandes

Lurdes Cunha

Mariana Brandão

Mário Trindade (*Manuel Fernandes de Sá, Lda*)

Paulo Vale

Rodrigo Meireles

Rui Ramos

Teresa Sá Marques

Colaborações

Joaquim Azevedo

Secretariado

Isabel Antunes

Maria José Vidigal

Índice

0	Apresentação	1
1	Das Visões Sectoriais à Avaliação Estratégica	6
2	Cidade e Área Envolvente	11
3	Avaliação Estratégica	30
4	Dinâmicas Emergentes	74
5	Eixos Estruturantes de Desenvolvimento da Cidade	137
6	Concertação Estratégica e Dispositivo de Implementação do Plano	156
7	Linhas de Intervenção Prioritárias	161

0

Apresentação

A decisão de elaborar um plano estratégico de desenvolvimento urbano para a cidade de Viana do Castelo fundamenta-se pela necessidade de prolongar exercícios de planeamento físico anteriormente desenvolvidos, nomeadamente o PDM, aprofundando um sentido estratégico e um papel económico e socio-cultural à cidade de Viana do Castelo numa perspectiva regional alargada ao espaço do Minho e ao eixo litoral compreendido entre a Área Metropolitana do Porto e a Galiza.

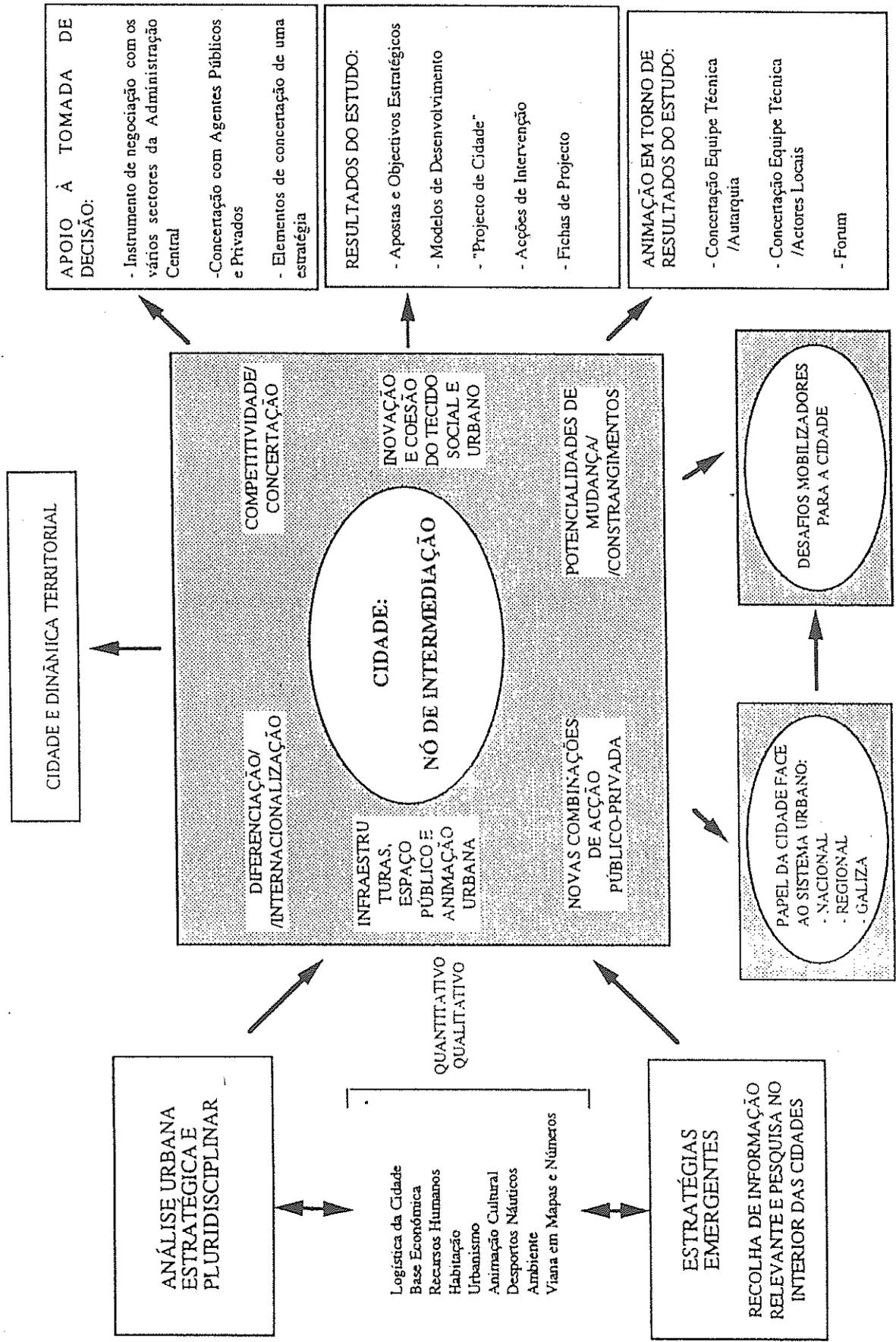
Este exercício de planeamento estratégico de matriz urbana constitui também uma condição fundamental para viabilizar o enquadramento e o acesso da autarquia a apoios estabelecidos em diferentes instrumentos de ordenamento e desenvolvimento do território, como é o caso do PRONORTE e do PROSIURB; estes programas definem, enquanto condição necessária a cumprir por parte de entidades promotoras, a fundamentação dos projectos propostos no quadro das orientações estratégicas de desenvolvimento da cidade e a sua inscrição em plano estratégico aprovado pelo executivo municipal.

O presente documento constitui já um resultado do processo de planeamento estratégico que a Câmara Municipal de Viana do Castelo decidiu lançar através da adjudicação à empresa Quatenaire Portugal S.A. do plano estratégico da cidade em conformidade com o resultado do concurso oportunamente realizado.

O desenvolvimento do trabalho orientou-se de acordo com uma metodologia de planeamento estratégico que constrói os objectivos e as apostas a partir de uma avaliação de potencialidades e de estrangulamentos da cidade e do seu posicionamento em face de ameaças e oportunidades exteriores. A cidade foi, no decurso deste exercício, avaliada não só do ponto de vista interno mas também do ponto de vista das relações que estabelece quer com o território de proximidade quer ainda com os principais centros do sistema urbano regional.

O planeamento estratégico, nos termos em que é entendido neste documento, exige uma postura de abertura e de participação dos diferentes agentes na construção da cidade. Mais do que um documento de intenções, o Plano deverá ser um instrumento operacional de desenvolvimento da cidade, construído colectiva e participadamente, onde os diferentes agentes, públicos e privados, se revêm não só na

METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO



dimensão dos objectivos estratégicos, mas se envolvem de forma coordenada na realização das acções e dos projectos estabelecidos.

Por este facto a equipa técnica privilegiou ao longo do trabalho uma postura de grande proximidade aos agentes locais o que se traduziu na realização de um leque alargado de entrevistas conforme a listagem que juntamente se remete.

Por outro lado a construção do Plano passa também pela harmonização de ideias, pela integração de pontos de vista, pela compatibilização de projectos e de acções entre os níveis político e técnico da própria autarquia. Ao longo do trabalho foram efectuadas várias reuniões que permitiram à equipa servir de elemento de mediação e de concertação de perspectivas entre as diferentes partes em presença e assim decantar para as linhas de orientação estratégica que este documento encerra posições concertadas ao nível municipal.

O documento que agora se apresenta e após a sua validação política no plano municipal, corporiza um resultado avançado do processo de planeamento urbano: ele estabelece os objectivos estratégicos que devem presidir ao desenvolvimento da cidade de Viana do Castelo, as metas para a cidade e, conseqüentemente, as apostas do Plano. Apresenta também, em articulação com os objectivos estratégicos do Plano, um primeiro conjunto de projectos cuja realização se afigura indispensável para a prossecução da estratégia definida.

Após esta fase de trabalho a presente versão de plano será objecto de apresentação e de discussão junto dos agentes da cidade enquanto proposta da autarquia para o desenvolvimento de Viana do Castelo. Esta proposta da autarquia terá, para ser efectiva, de ganhar a adesão, o envolvimento, a cumplicidade dos agentes locais. Terá de ser enriquecida com as suas próprias propostas e projectos, terá de ser reforçada com a sua corresponsabilização para a consecução das metas estabelecidas. Por outro lado ela deverá ser entendida com alguma flexibilidade de forma a poder incorporar contribuições decorrentes dessa fase de concertação no terreno.

Na fase final deste processo e de acordo com a metodologia de trabalho prosseguida, as aquisições da fase de concertação de terreno serão formalmente incorporadas no presente documento; proceder-se-à, por outro lado, à construção do

dispositivo organizativo e de coordenação do plano - Gabinete de Cidade- definindo a sua composição, funções, modelo organizativo e forma de funcionamento.

O presente documento integra, assim, além deste ponto de apresentação, sete capítulos distintos.

No primeiro procede-se à indicação das análises de âmbito sectorial que foram realizadas e à metodologia utilizada para, a partir delas, se proceder à avaliação estratégica da cidade. O segundo apresenta uma leitura da cidade no território envolvente definido quer pelo espaço de proximidade a Viana do Castelo quer pelo sistema urbano regional. Depois procede-se à avaliação estratégica propriamente dita a que se segue, no capítulo quarto, uma leitura das dinâmicas urbanas emergentes. Nos capítulos quinto e sexto apresentam-se, respectivamente, os eixos estruturantes de desenvolvimento da cidade e os projectos que desde já concretizam a estratégia definida. Finalmente o último capítulo dá conta da forma como vai prosseguir o presente exercício de planeamento do ponto de vista da concertação estratégica do plano com os agentes da cidade e do tipo de dispositivo a construir para a sua implementação.

1

Das Visões Sectoriais à Avaliação Estratégica

Nota metodológica

O Plano Estratégico da Cidade de Viana do Castelo foi realizado com base numa metodologia de planeamento estratégico, a qual, para além de reflectir as mais modernas tendências de revisão desta metodologia, procura consolidar a sua aplicação ao domínio do desenvolvimento urbano, entendendo este último como uma das prioridades mais relevantes da intervenção municipal do futuro.

Nas condições ainda embrionárias de aplicação desta metodologia às políticas de desenvolvimento urbano em Portugal, importa que os instrumentos de planeamento não sejam à partida mistificados e se traduzam, pelo contrário, por alterações relevantes nas práticas de intervenção da instituição que a eles recorrem.

A proposta de trabalho que a Quatenaire-Portugal realizou à Câmara Municipal de Viana do Castelo pressupôs que, mais do que a resposta a um imperativo legal ditado pela tramitação do PROSIURB do MPAT, o Município estava interessado em aproveitar esta oportunidade para relançar a Cidade e, sobretudo, despertar iniciativas adormecidas dos que, para além da Câmara Municipal, podem contribuir para a finalidade de concretizar uma Cidade nova.

O acerto de perspectivas entre a Equipa Técnica e o Executivo Municipal foi, do nosso ponto de vista, estimulante, sobretudo porque ficou bem expressa a vontade política de que o Plano Estratégico não passasse, política e tecnicamente, despercebido no interior da própria Câmara Municipal. Esta atitude constitui o indicador mais relevante de que com o Plano Estratégico se pretende algo mais do que responder a um simples imperativo legal.

Para responder a este conjunto de expectativas, a Quatenaire-Portugal pôs em prática uma metodologia de planeamento estratégico assente nos seguintes passos :

- Um exercício de avaliação externa das perspectivas de desenvolvimento da Cidade, conducente à identificação das principais ameaças e oportunidades que se colocam a esse desenvolvimento, realizado à luz das principais tendências sectoriais e espaciais, de âmbito nacional e internacional, consideradas pertinentes pela Equipa Técnica para os fins em vista;

- Um trabalho sistemático de avaliação interna das mesmas perspectivas de desenvolvimento futuro, realizado com base na identificação dos principais estrangulamentos e potencialidades revelados pela Cidade para combater e aproveitar eficazmente as já mencionadas ameaças e oportunidades suscitadas pelas tendências de evolução mais recente;

- Um trabalho insistente de sensibilização e de validação por parte do Município (componente política e serviços técnicos de planeamento) de sínteses parcelares e de momentos de diagnóstico estratégico;

- Um processo sistemático de contacto com o terreno e com as energias e actores da Cidade destinado a avaliar as estratégias nela emergentes do ponto de vista da preparação do futuro de Viana do Castelo e a testar a identificação de ameaças e oportunidades, Potencialidades e estrangulamentos realizada pela Equipa Técnica.

A concretização deste quadro inicial é visto pela Equipa Técnica como um simples processo de arranque do planeamento estratégico na Cidade, o qual deve ser prosseguido e aprofundado num outro estágio de organização e empenhamento político, designadamente através da proposta, a apresentar oportunamente neste relatório, de constituição de um Gabinete de Cidade.

Assim organizada, a elaboração do Plano Estratégico conjuga um conjunto de visões sectoriais diversificadas sobre o desenvolvimento previsível e desejável da Cidade com uma preocupação de avaliação estratégica global que assenta numa resultante dessas visões sectoriais.

Poderá mesmo dizer-se que a realização do Plano Estratégico começará a produzir efeitos quando o planeamento da Cidade deixar de ser um amontoado de intervenções sectoriais sem uma perspectiva de integração ou subordinação a prioridades espacial e temporalmente definidas.

A constituição do Gabinete de Cidade constituirá o primeiro passo nessa direcção de maior empenhamento institucional conjunto. Contudo, é necessário que a própria Administração Central honre os seus compromissos de encarar o Plano

Estratégico como um exercício de planeamento que vincule os serviços cuja intervenção é requerida pela lógica de concretização do Plano.

A valorização deste instrumento será tanto mais consequente quanto mais a Administração Central honrar os seus compromissos nesta matéria.

As visões sectoriais sobre o futuro da Cidade

Nesta linha metodológica, as visões sectoriais consideradas pertinentes para realizar a avaliação estratégica reflectem já uma determinada perspectiva de conjunto sobre o desenvolvimento da Cidade, a qual foi progressivamente testada quer pelo trabalho de terreno realizado, quer pelo próprio encadeamento relacional dos trabalhos sectoriais.

Foi assim considerado pertinente aprofundar os seguintes domínios de análise:

- Urbanismo;
- Logística da Cidade;
- Demografia e Emprego
- Tecido produtivo;
- Turismo;
- Ensino e Formação;
- Dinâmica cultural;
- Desportos náuticos;
- Ambiente urbano.

A vertente urbanística merece uma referência especial e particularmente reveladora da metodologia de planeamento estratégico utilizada. Na verdade, numa primeira fase, a análise urbanística integrou-se na avaliação estratégica global nos mesmos termos em que nela intervieram os restantes domínios de análise. Porém, de acordo com a nossa metodologia, a avaliação estratégica global realizada traduzir-se-á por uma determinada visão urbanística prospectiva e integradora da Cidade, constituindo,

por assim dizer, a tradução espacial da estratégia de desenvolvimento proposta para a Cidade.

Esta perspectiva é particularmente relevante, sobretudo porque estão em curso na Cidade trabalhos de intervenção urbanística em espaços fundamentais, sendo por isso necessária uma visão integradora das mesmas.

Os domínios de análise sectorial atrás mencionados configuram-se em relatórios autónomos, que devem ser considerados peças integrantes do Plano Estratégico e que informam decisivamente o trabalho de avaliação nos capítulos seguintes.

2

Cidade e Área Envolvente

A Cidade e o Território de Proximidade

O concelho de Viana do Castelo está organizado territorialmente segundo dois eixos:

- o eixo fluvial do vale do rio Lima
- e a frente Atlântica, constituída pela faixa litoral a Norte e a Sul de Viana do Castelo.

Este dois eixos configuram não só o território nos seus aspectos geomorfológicos, caracterizados pelos binómios litoral/montanha e rio/vale, mas igualmente influenciam e justificam a sua morfologia urbana e as formas de povoamento.

A mancha constituída pelo território urbanizado, pode ser descrita de forma sintética, como ocupando predominantemente sucessivas faixas paralelas ao longo do litoral e do vale do rio Lima. Esta visão, embora redutora de alguma complexidade presente no povoamento, em especial a sul do Lima, permite constatar que o litoral e o rio são elementos de atracção e que é a partir deles que se hierarquizam os núcleos urbanos, tornando-se mais segregados na medida em que aumenta o seu distanciamento em relação ao rio e ao mar.

Relativamente à forma de povoamento, o concelho de Viana do Castelo é caracterizado por um povoamento disperso, com reduzida afirmação urbana da sua implantação, imagem e actividade.

Destacam-se neste cenário, para além do aglomerado que se foi aglutinando em redor de Viana do Castelo (que inclui Areosa, Meadela e Darque), as freguesias de Barrocelas, Vila Nova de Anha, Lanheses e Portuzelo, onde se processa um mais forte protagonismo urbano e uma significativa dinâmica socio-económica, capazes de fazerem destas freguesias pólos de um desenvolvimento descentralizado relativamente a Viana do Castelo.

Nas freguesias de Barrocelas, Vila Nova de Anha, Lanheses e Portuzelo, localizam-se alguns serviços públicos, equipamentos colectivos e infraestruturas económicas e produtivas que constituem uma alternativa a Viana do Castelo,

configurando núcleos urbanos com identidade, imagem e importância crescente na estrutura de povoamento do concelho.

A rede viária existente reforça os aspectos já abordados relativos à morfologia urbana e povoamento. O principal eixo Norte/Sul (Porto-Valença), paralelo ao litoral, a EN13, interliga as principais estradas de acesso ao interior, configurando uma estrutura em forma de pente. A EN202 e a EN203 são as principais ligações ao interior do concelho ao longo, respectivamente, da margem esquerda e direita do Lima. A EN103 estabelece a ligação com Barcelos e Braga, entroncando na EN13, no local onde se implanta um dos principais parques industriais do concelho.

Também de salientar os novos itinerários em projecto ou parcialmente realizados. É a situação do troço do IC1, entre Darque e Meadela, que compreende a nova ponte sobre o rio Lima. Esta situação é particularmente importante, pois para além da melhoria do acesso a Viana do Castelo, gera novas expectativas de ocupação urbana das margens do rio, entre as pontes. Nomeadamente, a marginal de Viana (antigo passeio público), se prolongada, poderá ligar o futuro "parque da cidade" até à Meadela. Contudo esta perspectiva está prejudicada pelo traçado de acesso à ponte, que constitui mais uma das barreiras entre o rio e a cidade.

Na margem Sul, o espaço entre pontes, pode constituir um elemento gerador de novas potencialidades para o aglomerado de Darque, nomeadamente para a sua degradada zona ribeirinha, onde o PDM prevê a localização de um pista de remo.

Atendendo às condições naturais e urbanas, o concelho de Viana do Castelo deverá estabelecer uma estratégia de ordenamento do território urbano que:

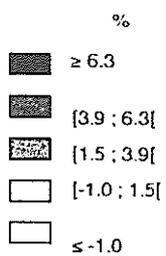
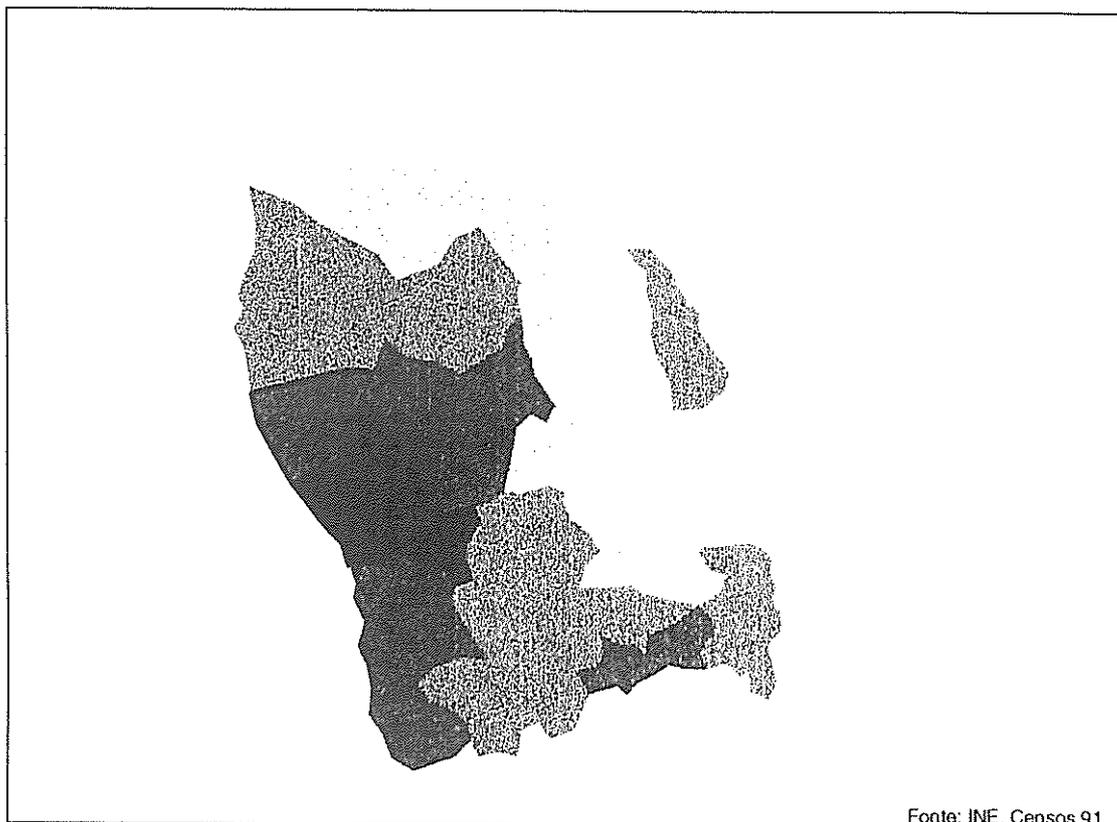
Aprofunde um perfil e uma identidade à cidade e ao concelho marcados pelo vector Cidade/Mar/Rio. Neste sentido adquire particular importância a concertação de uma estratégia de desenvolvimento qualificado, que diversifique a oferta e promova as áreas que configuram a "frente Atlântica" e o vale e estuário do rio Lima. O vector Cidade/Mar deverá potenciar a sua relação com o litoral. Esta relação não pode ser limitada à promoção exclusiva da praia, no sentido "época balnear", mas abranger também o seu interesse como zona paisagística e ambiental de qualidade, a protecção da natureza, a defesa do património construído (portos, castelos e fortes, moinhos de vento, vestígios arqueológicos, etc) e o desenvolvimento dos desportos náuticos e do

vento. O vector Cidade/Rio deverá surgir como continuidade lógica da Cidade/Mar (e vice-versa), assegurando um desenvolvimento urbano que não contrarie a relação com o rio.

Qualifique a seu tecido urbano e reforce ou introduza novos elementos de qualificação e dinamização que caracterizem a identidade da cidade (nomeadamente em relação a outras cidades "concorrentes") e dinamize ou consolide a sua relação com a periferia e território de proximidade. A defesa da qualidade urbana, como tem sido referido, deverá abranger também a consolidação de uma política alargada de ordenamento urbano do concelho, que deverá travar o crescimento em contínuo do aglomerado urbano de Viana do Castelo, que põe em risco o equilíbrio da sua escala urbana e, sobretudo, desqualifica o tecido urbano periférico e envolvente da cidade velha (centro histórico). Deverão ser potenciadas políticas de desenvolvimento que apostem na qualificação de outros centros urbanos no concelho - Barrocelas, Vila Nova de Anha, Lanheses.

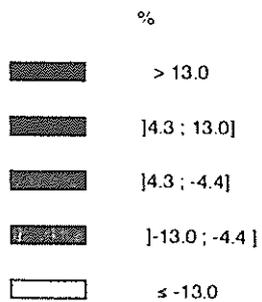
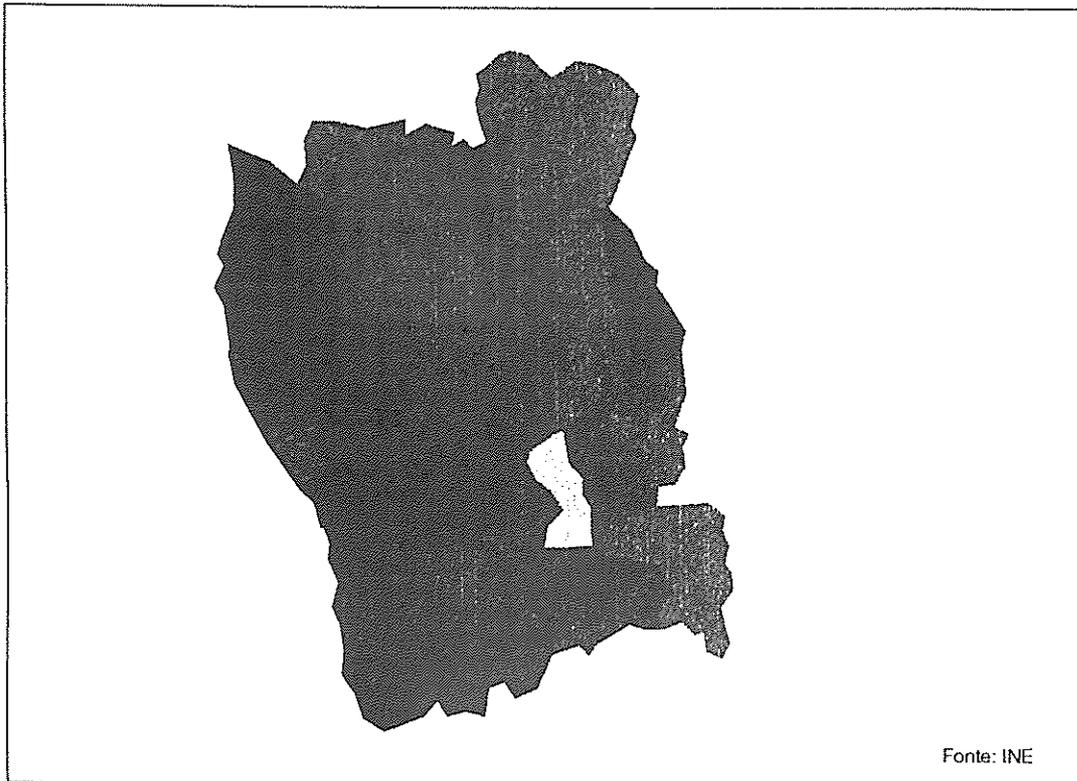
VIANA DO CASTELO

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DAS FREGUESIAS RELATIVAMENTE AO CONCELHO



VIANA DO CASTELO

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA - 1981/91



A Cidade e o Sistema Urbano Regional

Uma questão para a qual a Cidade está sensibilizada

De acordo com a metodologia de planeamento estratégico urbano assumida neste trabalho, o exercício de avaliação externa das perspectivas de desenvolvimento da Cidade de Viana faz apelo à identificação-caracterização de algumas dinâmicas exteriores à Cidade entre as quais, a discussão do seu papel actual e futuro no sistema urbano regional e transfronteiriço assume um lugar de relevo.

Conforme oportunamente será demonstrado, uma grande parte das apostas estratégicas da Cidade prende-se com as suas aspirações em desempenhar um papel mais activo no desenhar das dinâmicas territoriais futuras no Norte de Portugal.

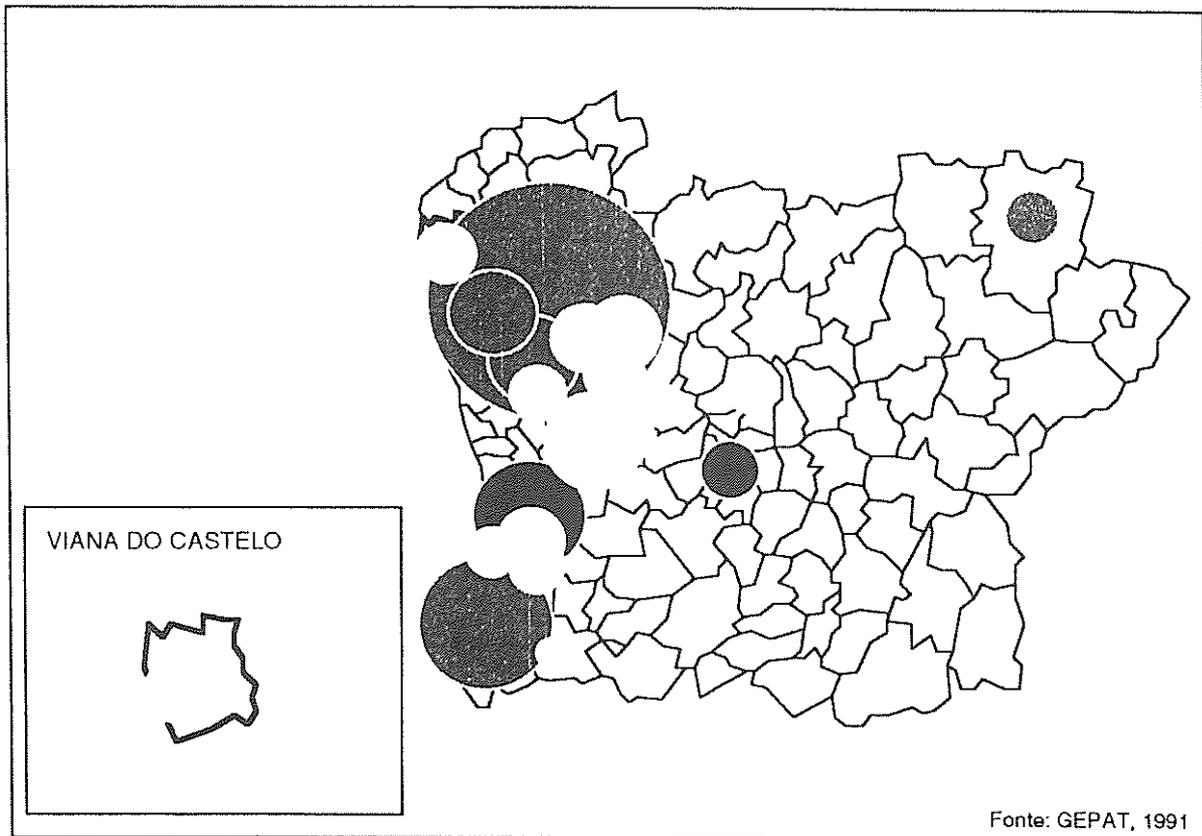
Não interessa neste momento discutir se esta sensibilização resulta de uma atitude defensiva de quem se sente ameaçado na amplitude da sua área de influência tradicional ou se, pelo contrário, tal propósito assenta numa estratégia mais activa de antecipação do futuro. Muito provavelmente encontraremos razões de ambos os tipos para explicar a apetência detectada no terreno para equacionar quais as margens de manobra de Viana do Castelo no sistema urbano regional e transfronteiriço.

Mas, mais importante do que o facto dessa apetência ser sentida na Cidade, é a confirmação de que igual preocupação emerge em alguns dos responsáveis políticos de Municípios vizinhos, inseridos na área de influência tradicional de Viana do Castelo. Em alguns municípios do Vale do Minho e do Vale do Lima, regista-se, de facto, a preocupação quanto aos riscos de perda de capacidade de influência da Cidade nesses territórios, o que constitui um factor de sensibilização adicional para a questão invocada.

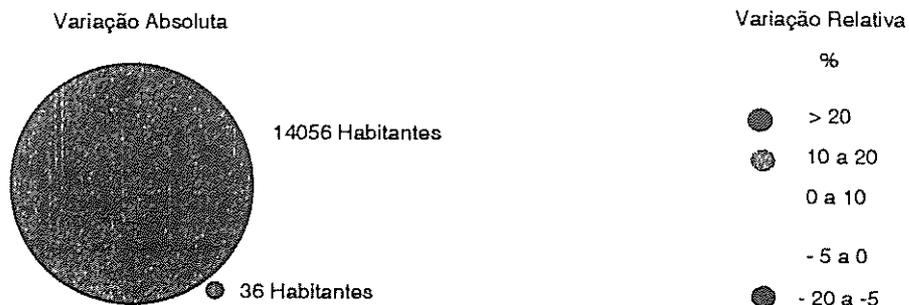
Domínios relevantes de análise

No sentido de operacionalizar esta vertente do Plano Estratégico, a discussão do papel de Viana do Castelo no sistema urbano regional requer, entretanto, que alguns domínios relevantes de análise sejam explicitados.

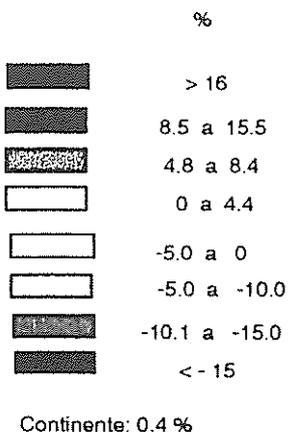
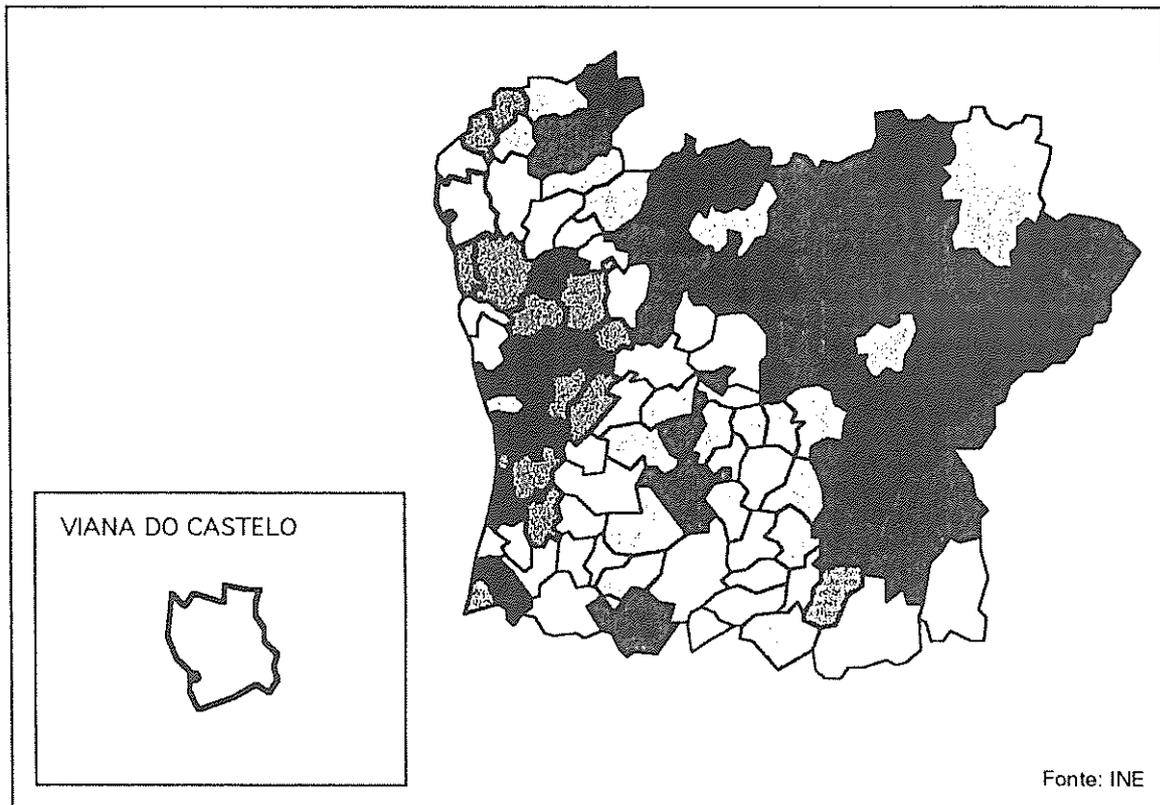
VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO NOS CENTROS URBANOS
1981/91



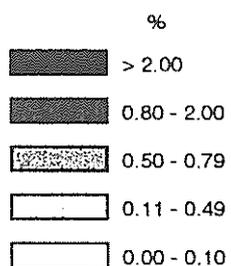
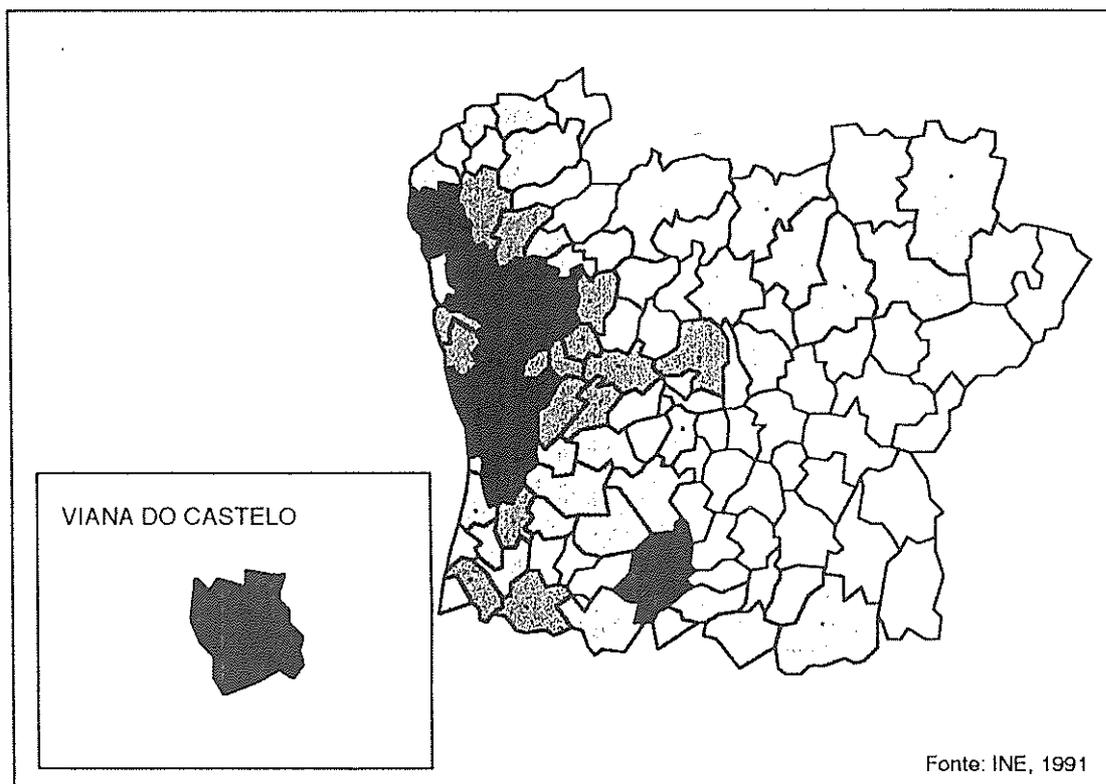
Nota: Não está representada a população das Áreas Metropolitanas



VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR CONCELHO
1981/91



POPULAÇÃO RESIDENTE POR CONCELHO
- % do total do Continente -



Foram assim considerados os seguintes domínios:

- Principais dinâmicas territoriais em curso nas principais áreas de concentração urbana do Norte de Portugal, designadamente a configuração do tecido metropolitano e a evolução do sistema urbano em regime de ocupação difusa do Ave ;
- Evolução da componente axial propriamente dita do sistema urbano transfronteiriço e inter-regional definido pelas principais Cidades do Norte de Portugal e da Galiza (Porto-Vigo ou, mais abrangentemente falando, Porto-Vigo-Santiago de Compostela-Corunha), no qual Viana do Castelo aspira a um lugar de "relais" (nó de intermediação) entre a dinâmica transfronteiriça e a metropolitana;
- Evolução do dossier Porto de Viana do Castelo, sobretudo das perspectivas de alargamento/encurtamento e/ou qualificação do seu hinterland no contexto de concorrenciaisidade natural ou negociada com portos alternativos (Vigo, Leixões, Aveiro);
- Estratégias em curso de formação em Cidades que disputam espaços de influência parcial ou totalmente conflituais com o de Viana do Castelo (principalmente de Braga e, em menor grau, de Barcelos);
- Domínios estratégicos que podem configurar reforço potencial da capacidade de influência de Viana do Castelo no espaço regional.

Isto significa que, mais do que a análise circunstanciada do sistema urbano de inserção próxima ou remota da Cidade de Viana do Castelo, interessa desenvolver os domínios estratégicos que, em nosso entender, poderão estruturar uma alteração das tendências de integração de Viana do Castelo no espaço regional. A gestão dessas tendências constituirá mais um campo, entre outros, de geração de apostas no desenvolvimento da Cidade.

Viana do Castelo no contexto das dinâmicas territoriais em curso no Norte de Portugal

As dinâmicas territoriais em curso no Norte de Portugal revestem-se de uma complexidade que transcendem significativamente a simples clivagem litoral-interior :

- por um lado, para além do processo de perda de população a favor das áreas de maior concentração, a recomposição dos processos de ordenamento territorial intra-

áreas interiores constitui em si própria uma dinâmica relevante a ter em conta como tendência a ser gerida;

- por outro lado, no que respeita ao processo de litoralização, ele constitui uma dinâmica mais rica e complexa do que um simples processo de concentração demográfica e de actividades.

É fundamentalmente no contexto de matização deste processo de litoralização que interessa colocar o problema de inserção de Viana do Castelo, ainda que a questão das áreas interiores do Alto Minho não deva ser ignorada.

Relativamente ao mencionado processo de litoralização, as dinâmicas territoriais mais relevantes são as seguintes:

- evolução do processo de metropolitanização em curso, sobretudo do ponto de vista de saber que tipo de consolidação vai operar-se neste tecido concluídos que estejam os principais investimentos infraestruturadores do território (rede viária metropolitana e sistema de transportes de alta capacidade);

- evolução tendencial de uma unidade de estruturação territorial mais abrangente, designada de Região Atlântica Norte, a qual apresenta quatro factores críticos de evolução :

- a futura capacidade de polarização de Braga;
- a viabilidade do sistema urbano do Ave se afirmar como unidade territorial coesa e portadora de um projecto coerente de qualificação urbana do modelo difuso;
- o modo como o Vale do Sousa resolverá o equilíbrio fortemente instável em que se encontra do ponto de vista da sua articulação com a Área Metropolitana do Porto, principalmente do eixo Paredes-Penafiel em oposição à integração Norte-Sul daquele espaço;
- as tendências de evolução da Área Metropolitana a sul, sobretudo ao nível da relação Espinho-Santa Maria da Feira e na sequência do que poderá representar o EUROPARQUE como projecto de alcance eminentemente metropolitano.

No que respeita ao primeiro tipo de dinâmicas territoriais, o principal elemento a reter é a ideia da descoincidência entre as realidades político-administrativa e territorial da AMP.

As análises territoriais já realizadas¹ apontam para que a consolidação do tecido metropolitano se concretize inicialmente em torno da primeira coroa de desenvolvimento urbano, o chamado Grande-Porto ou Cidade-Aglomeração, muito na linha de um modelo de confronto permanente entre a internacionalização e qualificação da Cidade-central e a consolidação de novas centralidades nos Municípios vizinhos, particularmente da Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia.

O alargamento desta dinâmica de continuidade e consolidação do núcleo central metropolitano ao restante território do conjunto dos nove municípios enfrenta algumas dificuldades, entre as quais devem salientar-se as seguintes :

- as periferias dos concelhos que integram a Cidade-aglomeração carecem urgentemente de acções de requalificação urbanística, sob pena de se transformarem em hiatos irrecuperáveis do tecido metropolitano;

- a continuidade de expansão em modelo de "mancha de óleo" a partir da chamada Cidade-aglomeração até às áreas de influência de Vila do Conde e de Póvoa de Varzim não é desejável, pois estaria ameaçada por esse processo a preservação de alguns interstícios de alto valor paisagístico, ambiental e produtivo, coincidentes com manchas de ocupação rural.

Do ponto de vista do posicionamento estratégico de Viana do Castelo, desta análise podem retirar-se as seguintes implicações:

- mesmo num contexto de alargamento do núcleo central metropolitano, as áreas urbanas de Vila do Conde e Póvoa de Varzim deverão continuar a desempenhar um papel relevante na estruturação da faixa litoral da segunda coroa de desenvolvimento urbano;

- a articulação territorial previsível de Viana do Castelo com a AMP assumirá sempre nas condições identificadas uma componente axial, pelo que, face à programação da auto-estrada Porto-Braga-Valença e à sua implantação prevista, o IC1 assume neste contexto o papel de eixo de articulação fundamental de Viana do Castelo com a AMP.

É neste contexto que importa situar o papel de Viana do Castelo na estruturação territorial de um espaço mais abrangente que tem no núcleo central da AMP (Cidade-aglomeração) o seu elemento mais dinâmico e cuja amplitude de influência é

¹ Ver, neste sentido, o *Estudo Estratégico da Área Metropolitana do Porto*, principalmente a componente respeitante ao modelo territorial.

variável conforme os critérios considerados nessa classificação, designadamente os limiares de densidade urbana compatíveis com a designação de uma região urbana.

De qualquer modo, a referida Região Urbana Atlântica Norte não se confunde com o por vezes designado Litoral Norte, uma vez que se trata de um espaço que não inclui as áreas eminentemente rurais de alguns concelhos litorais.

A estruturação deste vasto território constituirá, na nossa perspectiva, o mais importante factor de afirmação urbana do Norte de Portugal no contexto ibérico e comunitário, sobretudo se tal estruturação for acompanhada de um processo consequente de qualificação urbana.

É no contexto de estruturação em curso desta região urbana que deve discutir-se o posicionamento de Viana do Castelo. Neste processo em curso, entre as tendências que se desenham apenas uma emerge relativamente bem estabilizada - a afirmação progressiva de Braga. Esta última tem assentado como é conhecido nos seguintes factores:

- Um efeito de massa demográfica, que não é despiciendo, dados os baixos níveis de concentração urbana existentes na Região para além da AMP;
- A (re)concentração de serviços administrativos;
- Um processo de qualificação da actividade comercial;
- A internacionalização crescente da Universidade do Minho;
- A dinâmica de animação cultural e urbana.

No que respeita a tendências cuja consolidação se encontra bastante mais interrogada, devem mencionar-se a consolidação eventual do já mencionado sistema urbano do Ave e a precária estruturação do Vale do Sousa.

Ora, na nossa perspectiva, o contributo de Viana do Castelo para o processo de estruturação da Região Urbana Atlântica Norte será tanto mais positivo quanto mais a Cidade ganhar e consolidar área de influência no seu território de referência, que é

fundamentalmente constituído pelas NUT's III - Vale do Minho e Vale do Lima. Como é óbvio, este território de influência, que pode incluir ainda uma parte da NUT Cávado, designadamente Esposende, apresenta alguns domínios de intersecção com o território de influência de Braga. Não é possível indicar com rigor a delimitação desses espaços, até porque se trata de variáveis-objectivo do próprio Plano Estratégico.

De qualquer modo, a qualificação da Região Urbana Atlântica Norte exige que a influência da Cidade de Viana do Castelo não se dilua nem se limite a um território de proximidade imediata.

As NUT's do Vale do Minho e do Vale do Lima exigem a presença de uma Cidade de Viana do Castelo dinâmica e atractiva para valorizar complementarmente os seus próprios recursos e imagem. Este papel é indiscutível no que respeita ao eixo fronteiro constituído pelos municípios litorais do Vale do Minho. É-o também no que respeita aos municípios mais interiores do Vale do Minho e do Vale do Lima, sobretudo por razões de proximidade e identificação culturais, embora nesse espaço a intersecção com a influência de Braga seja mais visível.

A articulação possível do papel de Viana do Castelo com, por exemplo, Ponte do Lima ilustra o alcance estratégico do que se pensa ser a necessidade de Viana do Castelo ganhar um território de referência. Assim, a fileira importante do turismo de habitação que tem marcado nos tempos mais recentes a atractividade de Ponte do Lima é indissociável da referência Viana do Castelo, sobretudo na componente de turismo urbano de apoio, bem como na de animação cultural de suporte.

Viana do Castelo como nó de intermediação do eixo transfronteiriço e inter-regional Norte-Galiza

Os trabalhos de caracterização do sistema urbano do Eixo Atlântico permitiram identificar a realidade em confirmação progressiva de uma componente axial desse espaço transfronteiriço e inter-regional, a qual envolve, numa versão mais restrita, o eixo Porto-Vigo e, em versão mais alargada, o eixo Corunha-Santiago de Compostela-Vigo-Porto.

Os números sistematizados nesse Estudo permitiram ainda concluir que a concretização progressiva dos lanços de auto-estradas nesse eixo produziu efeitos

indutores de novo tráfego, contribuindo decisivamente para consolidar a referida componente axial.

Ora, é nesta perspectiva que o posicionamento de Viana do Castelo no eixo transfronteiriço e inter-regional deve ser reequacionado. Se, do ponto de vista galego, o traçado da auto-estrada confirma plenamente a litoralidade do referido eixo, no caso nortenho, os traçados viários previstos vêm introduzir alguma margem de interrogação na estruturação das componentes inter-regional e transfronteiriça desse eixo.

Como é generalizadamente reconhecido, o traçado previsto para o IP1(A3) concede a Braga um lugar de relevo na consolidação do eixo trans-regional Corunha-Porto, colocando Viana do Castelo numa situação de inferioridade relativa. É evidente que a definição de um quadro adequado de acessibilidades da Cidade à A3 poderá minimizar esta situação de inferioridade, sobretudo se a Cidade se tornar em si própria apelativa e se vier a transformar-se em destino suficientemente autónomo. De qualquer modo, a posição de Braga surge claramente favorecida no contexto da dimensão inter-regional do referido eixo.

Outra questão diz respeito à dimensão transfronteiriça e litoral do eixo Corunha-Vigo-Porto, à luz da qual Viana do Castelo tem de desempenhar necessariamente o papel de "nó de intermediação" entre a dinâmica de atractividade dos concelhos litorais e ribeirinhos do Vale do Minho e a sua continuação em direcção à Área Metropolitana do Porto.

É no âmbito deste estatuto de "nó de intermediação" que o projecto do IC1 constitui uma prioridade vital para a afirmação de Viana do Castelo, sobretudo se tal projecto for devidamente articulado, quer com o domínio das acessibilidades terminais e de atravessamento da Cidade, quer com a acessibilidade ao porto de mar.

A atempada programação do IC1 como eixo transfronteiriço não constitui, assim, apenas um instrumento de compensação face a Braga e à sua localização preferencial no IP1(A3), mas representa também um instrumento essencial para concretizar uma das apostas estratégicas da Cidade do ponto de vista do seu posicionamento no sistema urbano regional e transfronteiriço.

Mais problemática é a articulação com a zona interior da Galiza, designadamente Ourense. Não só o previsto IC28 está programado para um período demasiado dilatado, como essa área de influência será fortemente disputada não só por Chaves, mas também por Braga, aproveitando essencialmente alguma dinâmica de aproximação cultural já existente no terreno entre as duas Cidades. Ourense é uma cidade bastante disputada para a cooperação transfronteiriça, já que os sectores intelectuais com maior aproximação cultural e linguística a Portugal têm nesta Cidade uma forte representatividade.

No entanto, fica claro que a aposta estratégica na dinâmica de relacionamento transfronteiriço não resultará apenas de uma questão de localização preferencial. A concretização desse papel exige que Viana do Castelo se torne, também a esse respeito, apelativa.

A posição de Viana do Castelo no contexto do hinterland do seu Porto

Na nossa perspectiva, a Cidade não pode continuar a alimentar expectativas irreais quanto à sua área de influência na Região e no seu sistema urbano a partir do "hinterland" projectado do "seu" Porto de mar.

O rompimento com esta perspectiva é estritamente indispensável para que um novo pacto possa emergir em torno das relações entre a Cidade e o Porto. Na verdade, a sua implantação correspondeu a uma promessa de hinterland que está longe de se ter verificado. Neste contexto, o Porto foi anunciado como garante por si só de uma maior área de influência para a Cidade, justificando alguma da "agressão" ambiental que esta última necessitava de absorver.

Ora, hoje em dia, não deve discutir-se se um Porto é globalmente competitivo ou inviável, sobretudo no que respeita ao grupo de portos que ocupam lugares fortemente secundários na hierarquia das frentes portuárias europeias e mundiais. A competitividade ou inviabilidade situa-se ao nível de unidades de negócios particulares.

O Porto de Viana do Castelo não foge a esta tendência. Detectaram-se indícios de que, por exemplo, ao nível da carga fraccionada (afinal a de menor valor acrescentado potencial), Viana do Castelo pode ser competitivo.

No entanto, mesmo que sejam concretizadas esta ou outras áreas particulares de negócio portuário, altera-se radicalmente a convicção de que a área de influência da Cidade poderá ser substancialmente alargada através da existência do Porto. Por outro lado, a Cidade não pode ser penalizada pelo facto da economia regional do Alto Minho ou do Minho em geral não gerar efeitos suficientemente indutores da actividade portuária, quer porque são insuficientemente importadores ou exportadores por via marítima.

Por conseguinte, em nosso entender, o posicionamento da Cidade no sistema urbano regional não pode continuar a alimentar expectativas exageradas quanto às consequências que decorrem do hinterland potencial do Porto de mar. É tempo, por isso, de rever o pacto implícito entre o projecto de Cidade e o papel que nele pode assumir o Porto. O posicionamento da Cidade no sistema urbano regional é hoje claramente menos dependente do "hinterland" portuário, não porque a Cidade tenha descoberto outro milagre económico anunciado, mas porque o "hinterland" anunciado é estruturalmente impossível de atingir.

A necessidade de um outro pacto de Cidade com o Porto deve traduzir-se, na nossa perspectiva, em menores constrangimentos ambientais e de imagem à valorização urbanística da Cidade. Um pacto constitui um acordo de reciprocidade. Não deve ignorar-se que uma nova política de valorização da Cidade, designadamente em termos culturais e ambientais, pode beneficiar algumas estratégias de diversificação da actividade portuária, como, por exemplo, a sua entrada no mundo do lazer náutico.

A posição de Viana do Castelo no sistema urbano regional como um espaço aberto à iniciativa local

Finalmente, resta a conclusão de que o posicionamento da Cidade no contexto do sistema urbano regional, também ele em processo de intensa reestruturação, constituirá, nas condições escritas anteriormente, um espaço essencialmente aberto à iniciativa local. Nesta última, integra-se, como é óbvio, a acção futura do próprio Município decorrente, primeiro da assumpção plena do Plano Estratégico e, depois, da sua concretização em acções e projectos consequentes.

A capacidade de influência de uma Cidade é hoje cada vez menos o resultado de possuir ou não equipamentos que constam de uma listagem pré-estabelecida,

hierarquizados em função do raio de alcance dos serviços que presta e da população por eles abrangida. O espaço da programação antecipada está hoje quase completamente preenchida. A capacidade de influência futura de Cidades como Viana do Castelo está hoje ainda provavelmente por inventar do ponto de vista de novos equipamentos a gerar em função dos modelos de urbanidade de que, neste momento, se antevêm apenas sinais contraditórios. E, mais do que a dimensão física e infraestrutural desses equipamentos, a capacidade de influência da Cidade vai ganhar-se ou perder-se em função do efêmero da sua animação, sobretudo daquela que criar raízes, consolidar imagens e fidelizar visitantes ou seja os consumidores da Cidade.

Em resumo, porque o consumo da Cidade se encontra hoje em profunda mudança, também o investimento urbano potenciador desse novo consumo constitui hoje um espaço aberto à imaginação e sobretudo à capacidade de iniciativa local.

Eis um espaço nobre de trabalho do futuro Gabinete de Cidade, para o qual o Plano Estratégico contribuirá com uma proposta de quadro estratégico de desenvolvimento.

3

Avaliação Estratégica

A avaliação estratégica de Viana do Castelo efectuada no quadro da elaboração do plano estratégico de desenvolvimento da cidade baseou-se numa metodologia tradicional amplamente utilizada e comprovada no domínio das organizações.

Trata-se de uma avaliação da cidade organizada segundo duas perspectivas distintas mas necessariamente articuladas que são a avaliação interna e a avaliação externa.

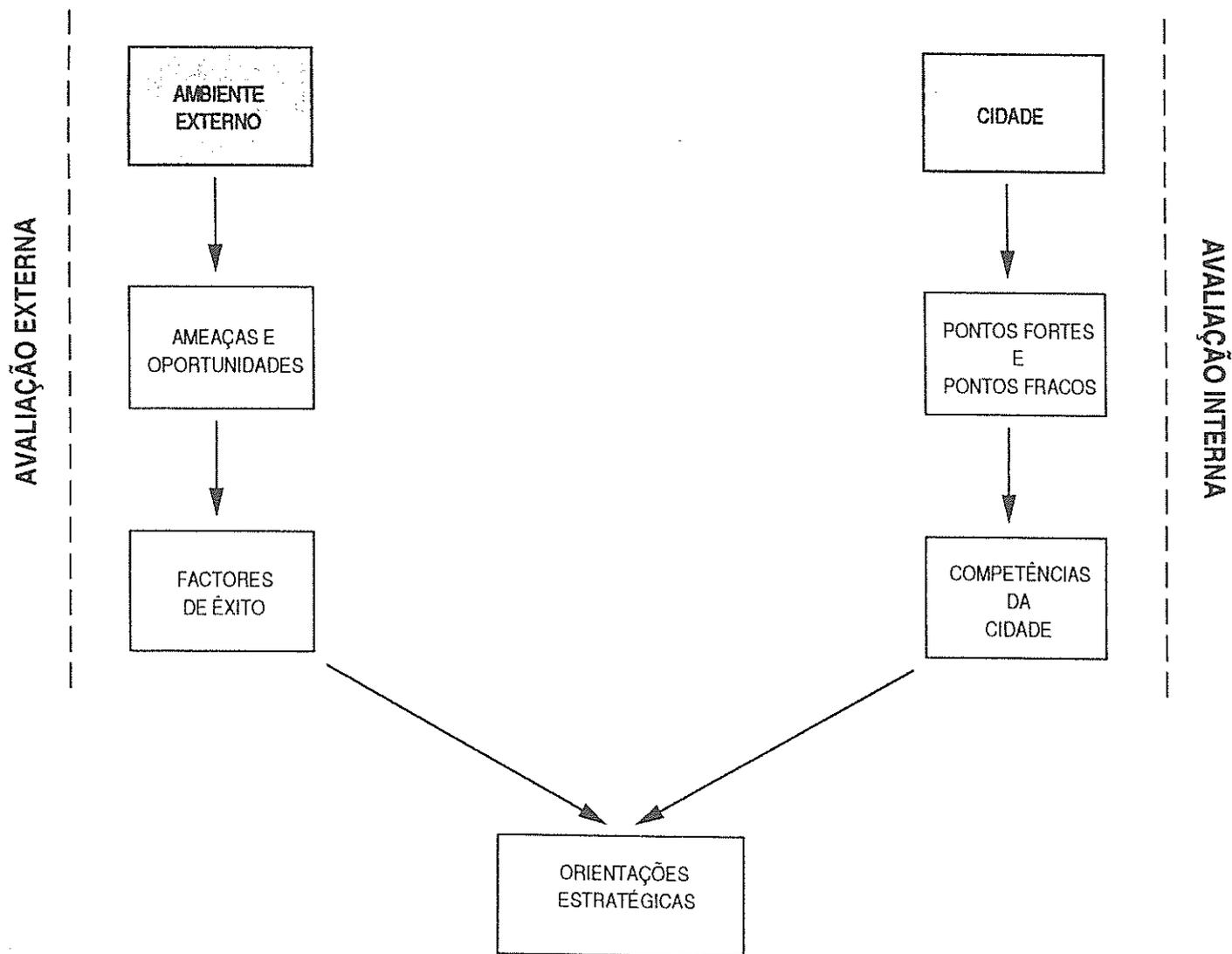
A avaliação externa permite a identificação das principais ameaças e oportunidades que decorrem da evolução do ambiente externo à cidade, evidenciando os respectivos efeitos, negativos e positivos, que daí decorrem sobre a sua própria estratégia de desenvolvimento. Refiram-se, a título de exemplo, as ameaças associadas ao desenvolvimento de outras cidades concorrentes, a construção do IP 1 ou a crise internacional do sector da construção naval.

Por outro lado e enquanto exemplos de oportunidades que a cidade poderá aproveitar no sentido de potenciar e reforçar a sua estratégia de desenvolvimento refiram-se o desenvolvimento do mercado de embarcações de recreio, a "moda do ambiente" ou ainda a actual política nacional do turismo que aposta na diversidade de produtos e destinos turísticos.

Evidentemente que alguns factores poderão constituir ao mesmo tempo uma ameaça e uma oportunidade. Cite-se, por exemplo, o caso do IP1. Ele constitui, naturalmente, uma ameaça na medida em que favorece a acessibilidade entre a Galiza e outros centros urbanos concorrentes de Viana do Castelo com o conseqüente desvio de fluxos. Mas, por outro lado, segundo outra perspectiva, o IP1 constitui ainda uma oportunidade. De facto ele vai necessariamente induzir novos fluxos que poderão, também, ser capitalizados pela cidade de Viana do Castelo.

A avaliação interna da cidade incide sobre a identificação das suas potencialidades e dos seus estrangulamentos. Potencialidades e estrangulamentos são elementos intrínsecos à própria cidade e a sua estratégia de desenvolvimento deve construir-se em ordem a aproveitar os primeiros e a resolver ou diminuir os segundos.

DIAGRAMA: AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA CIDADE



De acordo com esta perspectiva de avaliação constituirão potencialidades, a título exemplificativo, a dinâmica populacional positiva e a estrutura etária jovem da população, a existência de um Porto de Mar dotado de terminais roll on-roll off, a tradição turística da cidade.

Por outro lado, enquanto exemplos de estrangulamentos refiram-se os relacionados com as deficientes ligações viárias da cidade ao exterior, a falta de iniciativa endógena, a falta de concertação institucional entre os agentes na promoção cultural e socio-económica da cidade.

Acessibilidades

O panorama das acessibilidades rodoviárias, e da integração de Viana do Castelo nos grandes eixos viários nacionais, está em fase de rápida transformação. Dentro de dois, três anos, o isolamento da cidade face ao exterior, como consequência da difícil acessibilidade rodoviária, particularmente na direcção da Área Metropolitana do Porto (AMP), estará significativamente alterado.

A construção dos:

- IP1 (A3) que ligará a AMP, Braga e Valença, com o nó mais próximo de Viana a situar-se em Ponte de Lima;

- IC28, no sentido nascente, projectado para já até ao referido nó de autoestrada, mas previsto até à fronteira da Madalena como principal ligação a Orense (Galiza);

- IC1, no corredor da actual EN13, com um perfil de 2x2 vias sem portagem, desde a AMP até Valença (apenas com calendário de execução a sul de Vila Praia de Âncora);

- IP9, fazendo a ligação a Braga e ao Vale do Ave, via da maior importância para o reforço da afirmação regional do Porto de Mar,

são os factores de mudança, que relocalizarão Viana do Castelo no mapa viário nacional.

Sendo as ligações com o exterior um dos principais estrangulamentos à afirmação regional de Viana do Castelo, bem como à sua integração no sistema urbano do noroeste peninsular, os projectos enunciados tem diferentes graus de importância, para além de não ser líquido afirmar-se que todos contribuirão para o desenvolvimento da cidade.

O IC1, ligação litoral norte/sul, é no nosso entender aquele de cuja construção estará mais dependente a garantia de bom índice de acessibilidade exterior de Viana do Castelo, bem como o que estará em condições de servir as ligações privilegiadas desta cidade com a AMP e Vigo. É no entanto preocupante a inexistência de uma previsão de construção a médio prazo do troço a norte de Vila Praia de Âncora. O completar desta ligação, e a integração urbana das ligações à cidade são projectos pelos quais a cidade se deverá bater, pois constituem a principal oportunidade de melhorar o seu acesso.

A avaliação da importância da construção da autoestrada, que passa aproximadamente a 30Km de Viana de Castelo, é enquadrada por dois vectores de análise:

- a possível perda de influência no Alto Minho por parte de Viana do Castelo, uma vez que este eixo facilitará significativamente o acesso a centros com um maior potencial de atractividade como sejam Braga, Vigo e mesmo a AMP. Isto é, o estender da área de influência de Viana aos municípios do Alto Lima e do Alto Minho parece comprometida com a construção deste eixo;

- o potencial de atracção de novos mercados, para fins turísticos, económicos e culturais, uma vez que o acesso longínquo a Viana se encontrará muito facilitado. Este será complementado pela construção do troço do IC28 a poente da autoestrada.

Esta via desempenha uma papel duplo de atracção/repulsão em relação a Viana, e um balanço positivo da construção da mesma depende de factores que se prendem mais com a capacidade urbana e económica que a cidade terá de desenvolver, do que com uma análise de engenharia de transportes.

O IC28, quando concluído em toda a sua extensão, terá uma funcionalidade múltipla constituída pelos seguintes vectores:

- a ligação à autoestrada (já referenciada);

- a ligação aos municípios do Alto Lima, numa área de forte concorrência com Braga em termos de influência urbana;
- a ligação a Orense, eixo de penetração do hinterland portuário no interior galego.

Numa perspectiva menos referenciada a Viana (cidade), acresce ser esta via o eixo estruturante do Vale do Lima, onde Viana, como centro urbano mais importante, poderá assumir funções de centralidade neste espaço territorial.

O IP9, cuja construção se prevê mais atrasada no tempo, será a ligação directa a Braga e ao Vale do Ave, espaços com uma indústria mais competitiva e exportadora. Os benefícios da construção desta via far-se-ão sentir sobretudo na actividade do Porto de Mar.

Todos estes eixos, em consequência da diversidade dos traçados que possuem, servirão também para obviar alguns dos estrangulamentos actuais em termos de ligações intraregionais.

Ao nível da acessibilidade ao exterior de Viana do Castelo, importa ainda referenciar o papel do Caminho de Ferro. A existência por si só de uma Linha de Caminho de Ferro não constitui um potencial da cidade. Isto porque, a inexistência de investimentos, quer ao nível infraestrutural (electrificação, duplicação, reforço da capacidade de carga), quer do material circulante, tem contribuído para a não dinamização do transporte de mercadorias, bem como para a diminuição do número de passageiros transportados. O fim do proteccionismo do transporte ferroviário, e a agressividade das empresas de transporte rodoviário, tem contribuído para a perda de influência do primeiro. Da mesma forma, a inexistência de infraestruturas logísticas próprias para a carga e desgarga de mercadorias, tem determinado o isolamento deste modo de transporte no conjunto do sistema transportador.

Em contrapartida, a liberalização da atribuição de concessões de transporte rodoviário de passageiros, e a presença em Viana do Castelo de um número significativo de empresas transportadoras com tradição e Know-how, fazem com que a rede de transportes interurbanos seja satisfatória, talvez mesmo com uma oferta excessiva em face da procura, o que a prazo poderá trazer problemas às empresas, mas que de momento se traduz num benefício para os passageiros.

Em Viana do Castelo coexistem três diferentes modos de transporte: rodoviário, ferroviário e marítimo. Este facto, para além de constituir um elemento diferenciador em relação a outras cidades do mesmo sistema urbano, é um potencial importante que poderá conferir a Viana um papel determinante no sistema de transportes regional. Para além das deficiências de funcionamento dos modos de transporte quando analisados isoladamente (principalmente o ferroviário e o marítimo), o grande entrave à afirmação de Viana como um pólo regional de transportes é a falta de estruturas de ligação física entre eles. A concertação entre as autoridades que gerem e exploram cada um dos modos de transporte, e mesmo com a autarquia, apesar de ser reconhecida como um factor de grande importância, ainda não tem produzido grandes frutos, não sendo este um problema exclusivo de Viana do Castelo. As ligações ao Porto de Mar, a plataforma logística em Darque e o interface de passageiros nos terrenos da actual estação ferroviária são os projectos que importa concretizar para rentabilizar o potencial intrínseco que Viana possui neste sector.

Os projectos de construção de grandes eixos viários atrás referidos, se do ponto de vista das acessibilidades serão globalmente positivos para Viana, do ponto de vista de integração urbanística poderão trazer algumas dificuldades.

Caracterização Urbana

A localização de Viana entre o mar o rio e a serra, a existência de um centro histórico com grande valor patrimonial, e o conjunto destes quatro factores como grande potencial de afirmação simbólica da cidade, obrigam a cuidados redobrados na escolha das soluções viárias que forem encontradas para garantir a amarração dos grandes eixos à malha viária urbana.

Se a qualidade urbanística de Viana é hoje comprometida pela convivência num mesmo canal do tráfego urbano e de atravessamento, valorizar urbanisticamente a cidade passa pela integração na morfologia urbana das entradas e saídas da mesma.

Se a questão da mobilidade interna às cidades é cada vez mais uma variável determinante na análise urbana, bem como um factor de urbanidade, estendendo esta análise a domínios mais alargados, poderá afirmar-se que Viana, particularmente o seu

centro histórico, é um espaço com qualidade, e que as intervenções mais recentes neste espaço tem globalmente um balanço positivo do ponto de vista urbanístico.

A actual política de ordenamento nacional que valoriza o papel de cidades com a dimensão demográfica e funcional de Viana do Castelo, é um elemento chave para que aqui se "faça cidade", em diversos domínios, entre os quais o da qualificação urbanística. Este facto, aliado à degradação da qualidade de vida nas Áreas Metropolitanas, particularmente nas suas periferias, constitui uma oportunidade relevante para Viana, podendo contribuir para a fixação de população e actividades, sem as deseconomias de aglomeração entretanto geradas nesses centros de maior dimensão.

A existência e forte integração de um património natural e cultural significativo, a dimensão e morfologia da cidade que favorece a sociabilidade e as deslocações pedonais, a qualidade urbana em termos globais, constituem um potencial de grande expressão, factor de polarização de migrações interurbanas para artistas e quadros superiores.

Existem no entanto estrangulamentos, a que urge dar solução, no sentido de confirmar Viana como uma cidade de qualidade.

Um deles, é o crescimento desordenado e desarticulado da mancha urbana, em que se tem verificado uma perda de população no núcleo central da cidade, face a um crescimento expressivo das freguesias periféricas. Existe presentemente um mercado desequilíbrio da qualidade do ambiente urbano registada no centro da cidade, e de periferias que têm concentrado quase exclusivamente funções residenciais, sem preocupações de criação e qualificação de espaços públicos, marginais à imagem da própria cidade, e onde, com dimensões diferenciadas entre si, têm surgido problemas de degradação urbanística e desinserção social.

A prática de valorização urbanística tem graves deficiências, que se traduzem ainda na desadequação dos serviços de recolha e tratamento de resíduos urbanos, na inexistência de uma política de estacionamento, na não qualificação e animação dos espaços verdes e públicos.

Após um período de oferta de habitação baseado na quantidade e no baixo custo, sobretudo em áreas periféricas, têm-se assistido mais recentemente a uma

melhoria de qualidade dessa oferta imobiliária. Paralelamente, existe um mercado de procura de habitação, criado em torno dos estudantes e de quadros técnicos e superiores. A conjugação destes dois vectores tem sido no entanto dificultada pela debilidade e inadequação das políticas nacionais de habitação, face às necessidades de animação do mercado de arrendamento habitacional. Ainda ao nível da habitação, a política de intervenção no âmbito da reabilitação de habitação degradada tem favorecido claramente as Áreas Metropolitanas, excluindo casos como Viana do Castelo, onde estes problemas se têm agravado progressivamente.

Estando Viana do Castelo enquadrado por elementos naturais, como sejam o Monte de Sta. Luzia, o mar e o Rio Lima, nem sempre o crescimento urbano tem acontecido em equilíbrio com estes factores. Podem dar-se como exemplo a Praia Norte, espaço privilegiado da faixa marítima da cidade, que se encontra física e funcionalmente degradado, não permitindo actualmente a prática de qualquer actividade de carácter lúdico.

Outro exemplo mais marcante é a relação entre a cidade e o rio. O aterro construído em frente ao centro histórico na margem direita do Lima, se veio afastar o espaço construído do rio, ofereceu à cidade uma área privilegiada de fruição ambiental em meio urbano. No entanto, este é um espaço em que "pouco acontece", para além da utilização como parque de estacionamento.

A presença da infraestrutura portuária é o mais importante obstáculo ao diálogo cidade-rio. Isto verifica-se, não só pelo impacte ambiental e urbanístico provocado pelo porto ele mesmo, mas também pelo continuar de uma política nacional, que conferindo total autoridade e autonomia à gestão das áreas confinantes às de exploração portuária às suas administrações, dificulta a articulação de decisões e de usos, entre as autarquias e as administrações portuárias.

A completa transferência da actividade do Porto Comercial para a margem esquerda, mantendo na frente urbana norte apenas as actividades piscatórias e de recreio, é um factor positivo, indiciador de que a relação cidade-rio poderá ser melhorada a prazo. O estuário do Lima é um espaço propício para a prática de desportos náuticos, para além de ser um dos mais importantes focos de visibilidade externa da cidade. Confirma-se assim como uma potencialidade, presentemente desaproveitada, ou pelo menos sub-aproveitada.

É historicamente complexa a manutenção de uma boa relação entre as cidades e os seus portos. No entanto, a perspectiva de evolução de tráfego marítimo ajuda-nos a concluir que nos próximos anos o porto não terá necessidade de expandir o espaço que tem reservado para a actividade portuária. Complementarmente, é sensível a abertura da administração do porto para libertar as áreas que tem desactivadas na margem direita. Esta libertação de espaços poderá alterar radicalmente os constrangimentos actuais à relação cidade-rio, desde que posteriormente esta área seja integrada num projecto de valorização da margem fluvial e marítima dentro do perímetro urbano e zonas envolventes.

Seria interessante criar um espaço de animação de actividades desportivas, lúdicas, comerciais e formativas, estabelecendo um percurso da água, ou junto da água, como referência essencial da vida urbana. Este espaço/percurso devia assumir-se como estruturante da imagem ou conjunto de imagens de Viana do Castelo no exterior. Devia constituir uma aposta no espaço público, como fio condutor de diferentes intervenções, privilegiando aspectos como a mobilidade das pessoas ao longo do alinhamento da margem (a pé, de bicicleta, de transportes colectivos e de automóvel).

Para além das intervenções que possam vir a animar esta faixa marginal (de que é exemplo a recuperação funcional da doca) salienta-se a importância que deve ser dada ao tratamento do espaço público. Este é fundamental, porque deverá assegurar a ligação e transição entre os diferentes projectos, zonas e partes da cidade com actividades tão distintas como a praia fluvial, o parque da cidade, a nova marginal com a marina, a antiga doca comercial e de pesca, o Castelo da barra, o Campo da Feira e a praia Norte.

O espaço público constitui a coluna vertebral de um sistema de identidade urbana que se pretende criar e (re)qualificar. Intervenções como pavimentação, arborização, sinalização/informação, iluminação, podem ser alguns exemplos de acções elementares a desenvolver, mas contudo cruciais para o incentivo e dinamização urbana deste espaço a devolver à cidade.

Também na margem sul esquerda, surgem obstáculos à fruição do rio pelas populações locais. A jusante da ponte metálica, o Porto de Mar aparece como uma invariante, e uma estrutura cuja presença importa valorizar economicamente. A montante desta, e até à ponte nova, "em frente" ao espaço urbano de Darque, surge um espaço

que se encontra englobado na área de expansão do porto, como zona de triagem de mercadorias. Esta expansão, a verificar-se, constituirá um obstáculo urbano impeditivo do correcto enquadramento da projectada pista de remo, e criando uma rotura entre Darque e o Lima, no espaço mais característico, quer do ponto de vista urbanístico quer de tradição, deste núcleo urbano.

A dificultar a relação cidade-rio, e a constituírem-se como elementos de desestruturção urbana, estão a actual ligação viária ao IC1 na margem direita, e as projectadas ligações, rodoviária e ferroviária, na margem esquerda.

A primeira, rompe o espaço contido entre a Meadela e o futuro Parque da Cidade. As segundas, particularmente a rodoviária e com o perfil transversal de via rápida desejado por alguns, separa em absoluto Darque da faixa ribeirinha. Não questionando a importância da construção desta ligação ao porto, o seu projecto terá que ponderar a sensibilidade ecológica da zona em que se insere, minimizando impactes negativos.

Porto de mar e o tecido produtivo

A consideração do Porto de Mar não poderá ser feita exclusivamente numa perspectiva de integração urbana, mas também do porto ele mesmo, como um dos grandes empregadores, geradores de actividade e factor de atractividade industrial da cidade de Viana do Castelo.

Embora, estrangulado pelas más ligações ao seu hinterland, com um acesso por via marítima limitado a embarcações de médio calado, sofrendo da concorrência de portos com uma maior capacidade a pequenas distâncias como sejam Leixões e Vigo, prejudicado pela imobilidade dos agentes marítimos que preferem apostar nos portos mais tradicionais dirigindo para aí as ligações marítimas que exploram, o porto de Viana de Castelo tem conseguido aumentar ligeiramente o volume de carga movimentado anualmente.

Porto tradicionalmente mais vocacionado para exportações do que importações, esta situação inverteu-se nos últimos anos, como consequência da diminuição das exportações de papel da Portucel, presentemente a apostar no mercado espanhol e optando por isso pelo modo rodoviário.

A grande maioria da carga transportada no Porto de Viana do Castelo é carga fraccionada. Este tipo de carga, é aquele cujo movimento é menos eficiente, por não ser possível desenvolver terminais próprios para a sua movimentação. No entanto, reside aqui um dos grandes potenciais desta infraestrutura portuária. O praticar de tarifas mais baixas que Leixões e Vigo, portos que começam a apostar em segmentos mais especializados de mercado, como sejam os contentores e os graneis líquidos, confere a Viana uma posição competitiva neste tipo de carga.

Para além do desenvolvimento deste perfil, que poderá afirmar Viana como um importante porto regional, com um hinterland que poderá ser alargado com a construção dos novos eixos viários e da ligação ferroviária, o Porto de Viana do Castelo possui um terminal de roll on - roll off, e está a construir um terminal de granitos, que poderão conferir alguma especificidade no tipo de serviço prestado por este Porto de Mar. Para estes dois segmentos, o das cargas movimentadas por rodas e o do transporte de granitos, este porto poderá conseguir estender a sua área de influência a um território mais alargado.

Para garantir o sucesso de funcionamento de um terminal de roll on - roll off, deverá associar-se a existência de carreiras marítimas regulares, o que se constata ser difícil em face do já referido conservadorismo dos agentes de navegação.

A presença de uma infraestrutura portuária, pode gerar a jusante o desenvolvimento de uma fileira de actividades associadas ao sector de transportes. Para além destas, pode ainda contribuir para a fixação de um conjunto de empresas industriais, importadoras ou exportadoras, para as quais seja um importante factor de localização a proximidade a um Porto de Mar.

No entanto, e apesar do porto, o sector transporte de mercadorias é muito débil na cidade de Viana do Castelo, constituindo-se como um estrangulamento ao desenvolvimento desta, uma vez reconhecida a importância do sector de distribuição física na afirmação da área de influência das cidades. Verifica-se não ter sido o porto capaz de fixar ou sequer atrair este tipo de actividades, continuando Viana muito dependente de agentes exteriores.

A primeira questão subjacente à avaliação estratégica da base económica de uma cidade reside na compreensão das relações entre as mutações económicas e o processo e os modelos de urbanização. Cada cidade reúne situações específicas, oportunidades e fragilidades diferentes, e cumpre diferentes papéis enquanto aglomeração de actividades económicas desigualmente relacionadas com outros espaços económicos.

O principal estrangulamento ao desenvolvimento económico de Viana do Castelo prende-se com um défice generalizado de capacidade empresarial. Em termos de investimento as instituições bancárias e o imobiliário são os principais captadores da poupança regional. A falta de iniciativa endógena e um sistema sócio cultural pouco propenso ao investimento e à inovação económica são estrangulamentos muito fortes à consolidação da base económica .

Comprovando esta falta de iniciativa privada endógena é de referir que:

- foram os investimentos públicos em serviços e infraestruturas, os responsáveis pelos maiores investimentos na cidade - na saúde, com o hospital distrital, no ensino, com o Instituto Politécnico e na logística, com o Porto Marítimo. Em contrapartida, recentemente a centralização da administração pública, com a saída da delegação da Ministério da Segurança Social, a EDP e o Banco de Portugal, houve um desinvestimento;

- localizam-se no concelho duas grandes empresas públicas, os Estaleiros Navais e a Portucel;

- o investimento directo estrangeiro na indústria, designadamente as empresas *Cablinal*, *Mephisto*, *Optec*, *Browning*, entre outras, contribuíram para o aumento da oferta de emprego no concelho;

- os rendimentos provenientes da emigração, sobretudo com fortes implicações nos investimentos imobiliários da cidade. No entanto, Viana do Castelo relativamente a Braga não se mostrou suficientemente atractiva para estes investidores, tendo só captado uma parcela ínfima do investimento imobiliário regional. A cidade de Braga foi o grande pólo atractivo desta capacidade de poupança regional.

Viana do Castelo na década de oitenta assumiu-se como um concelho ganhador de emprego (17%), situando-se numa sub-região, o Minho-Lima, perdedora de emprego (-1%). No entanto, os concelhos de Braga e Barcelos registaram ritmos de crescimento de emprego bastante significativos (respectivamente, 32% e 29%). Viana

está na fronteira entre uma área demograficamente atractiva, fortemente empreendedora e com uma forte capacidade de iniciativa e uma outra área num processo de perda de população e emprego. Os ainda elevados valores da população residente activa no sector primário no Minho-Lima (29% em 1991) e no concelho de Viana do Castelo (12%) são sintomas disso.

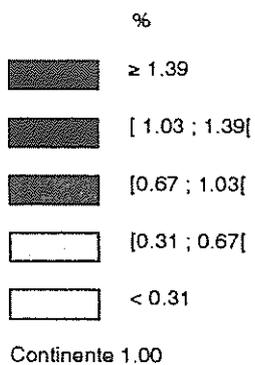
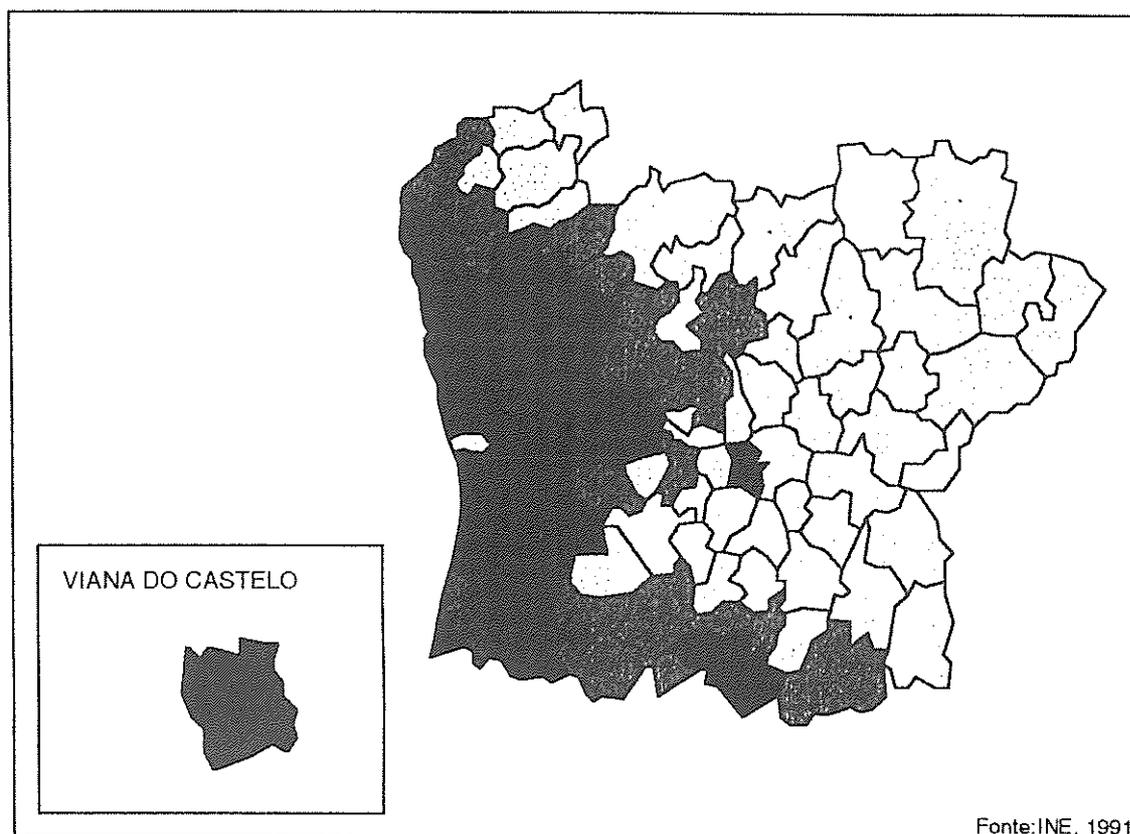
Em 1991 (INE) o sector industrial era o ramo de actividade que possuía mais população residente activa do concelho (cerca de 9000), seguido da construção civil (cerca de 5000), dos serviços de consumo final (comércio a retalho e reparação de veículos e bens de uso doméstico - mais de 5000) e dos serviços predominantemente públicos (mais de 5000).

Na indústria transformadora, os sectores industriais com maior significado do ponto de vista da população residente activa eram em 1991, por ordem decrescente, as confecções, a construção e reparação naval, a fiação e o fabrico dos têxteis, fabrico de produtos metálicos, fabrico de pasta de papel e fabrico de produtos cerâmicos.

Recentemente, entre 1987/92 (MESS), se analisarmos os valores do emprego por conta de outrém, podemos verificar que o sector industrial aumentou o número dos seus efectivos, com um saldo positivo de cerca de 1800 trabalhadores para o concelho de Viana (metade dos 3600 para o Minho-Lima), de 3300 para Braga e 600 para Barcelos (respectivamente, crescimentos relativos de 21%, 19% e 41%). A cidade, na região envolvente, dá sintomas de alguma vitalidade económica que é preciso potenciar e vitalizar.

No início da década de noventa, as empresas do concelho de Viana mais empregadoras (com mais de 100 trabalhadores ao serviço) são, designadamente, os *Estaleiros Navais* (construção e reparação naval, com cerca de 1200 trabalhadores em 1994), a *Cablinal* (fabrico de cablagens), a *Portucel Viana* (460 em finais de 1994), a *Mephisto* (fabrico de calçado, com cerca de 300 em 1992, MESS), a *Browning Viana* (fabrico de armas), a *Fábrica Jerónimo Pereira Campos* (louças regionais, tijolos), a *Sardinha e Leite*. Outros nomes de empresas industriais faltarão a esta lista, que não pretende ser exaustiva, mas sobretudo dar um perfil das actividades das maiores empresas do concelho.

PESO RELATIVO DO SECTOR SECUNDÁRIO, POR CONCELHO,
RELATIVAMENTE AO CONTINENTE



Os Estaleiros Navais são uma das empresas mais empregadora do concelho e o desenvolvimento da cidade de Viana esteve, e ainda está, fortemente associado à história desta empresa.

A crise internacional da construção naval, reflectindo a diminuição do frete por via marítimo e o desenvolvimento do transporte rodoviário, fez com que os Estaleiros Navais tenham atravessado alguma instabilidade. Nos últimos anos, esta empresa tem vindo a diminuir os seus efectivos (em 1984 empregava 2000 trabalhadores) e tem procurado aumentar a produtividade e a competitividade da empresa de forma a manter-se no mercado mundial. Em termos europeus esta empresa apresenta-se ao nível médio das suas concorrentes e actualmente está em curso um processo de robotização nas fases da pré-fabricação. Demonstrando a dinâmica de inovação desta empresa realçamos a colaboração que tem vindo a desenvolver com o *Instituto de Soldadura e Qualidade* e a formação profissional contínua aos seus quadros e trabalhadores.

A actividade dominante desta empresa foi durante muitos anos a construção naval. No entanto, ultimamente tem-se afirmado no mercado internacional dos estaleiros navais de reparação e reconversão. A capacidade concorrencial desta empresa está associada às competências internas em termos de concepção de projecto e a uma flexibilização interna, que permite que o cliente vá introduzindo alterações ao longo do processo de construção ou reconversão naval.

Com o aumento do controlo ambiental imposto pela Comunidade Europeia, o transporte marítimo afigura-se como o meio de transporte menos poluente, o que poderá ter efeitos positivos no relançamento desta indústria.

A diminuição dos efectivos da empresa nos últimos anos não teve grandes reflexos em termos regionais. O redimensionamento assentou numa política de antecipação das reformas, na aposta na formação e renovação do pessoal e na motivação e apoio técnico para a criação no exterior de empresas subcontratadas baseadas em antigos operários dos Estaleiros.

O desenvolvimento de algumas competências locais em matéria de construção naval em Viana e o desenvolvimento do mercado internacional de embarcações de recreio podem criar condições para uma aposta na fabricação local deste tipo de embarcações. Os estaleiros das embarcações são em geral de pequena dimensão e

utilizam materiais compósitos. Ex-deseñadores, carpinteiros e outras competências podem-se associar a empresas com Know-how nesta área industrial e desenvolver esta fileira da construção naval. Na área da construção de pranchas para bodyboard há investimentos previstos para a implantação de uma pequena unidade industrial, através da compra de patente no mercado externo, o que é um sinal de uma aposta no vector da construção de equipamentos para os desportos náuticos.

Outro sector que marca a cidade é a indústria de cerâmicas, com a porcelana decorativa e a presença de imóveis industriais grandiosos.

A indústria de cerâmica (fabrico de tijolos) está representada por dois grandes produtores. No entanto, estes produtores estão a sentir fortemente a crise da construção civil local e a concorrência de empresas distribuidoras de produtos espanhóis. No entanto, importantes investimentos (apoiados pelo SIBR) foram realizados nos últimos anos, tendo sido construída uma empresa modelo, com elevados índices de produtividade, baixos níveis de consumo de energia e um controlo de gestão eficaz.

A louça decorativa, pintada à mão, surgiu à cerca de 25 anos, reproduzindo as decorações e os modelos da faiança, e desenterrando a produção de faianças do século XVIII, que entretanto tinha desaparecido. Actualmente, não se limitam a reproduzir as colecções individuais ou as peças que se encontram no Museu, mas estão também a criar novos desenhos, dentro do espírito e as formas da faiança. Em termos de mercados, o interno é aquele que absorve a maior quota de produção. Apostar nesta indústria pode ter importantes reflexos na preservação de uma identidade local. Neste sentido, ganha valor estratégico associar esta indústria a uma aposta de afirmação turística de Viana.

Outras das empresas relevantes do concelho é a *Portucel Viana*. Esta unidade tem vindo a diminuir drasticamente os seus efectivos, mas tem um forte enraizamento local, no sector florestal e no fornecimento de bens e serviços que requer à cidade. Por outro lado, o volume de mercadorias que movimenta pelo porto de mar corresponde a uma quota significativa da movimentação total do porto. No entanto, em termos estratégicos devemos salientar o seu carácter poluente, bem como a sua postura inovadora em termos de gestão e concertação. Em termos de projectos concertados com a autarquia, é das empresas mais dialogantes com a comunidade.

Está consciente das suas implicações negativas em matéria ambiental, e por isso procura ter uma postura de abertura e solidariedade com o desenvolvimento da cidade e da região. Numa época em que as questões ambientais fazem parte do nosso quotidiano, o Gabinete de Cidade deverá pensar numa carteira de projectos em concertação com este actor industrial e assim pedir-lhe contrapartidas para a cidade e a região dos prejuízos que lhes tem causado.

Nos últimos anos o investimento estrangeiro no sector industrial foi o grande responsável pela criação de emprego no concelho. Estes investimentos assentaram preferencialmente em mão de obra não qualificada e de baixos custos. Estas empresas não desenvolveram enraizamentos locais (não compram, não vendem, nem contratam serviços na cidade ou região) e por isso não têm qualquer implicação ao nível do desenvolvimento do tecido produtivo regional. É ainda de referir que, a proximidade à fronteira atraiu investimento espanhol, à procura de mão de obra mais barata.

Esta capacidade de atracção de investimentos estrangeiros, sobretudo espanhol, é uma prática comum nos concelhos localizados nas proximidades da fronteira. Em termos de política industrial, a autarquia deve criar condições logística que possam atrair investimentos interessantes, sobretudo se empregarem mão de obra qualificada. No entanto, o cenário previsível, é que as autarquias vizinhas venham a desenvolver uma política mais permissiva de atracção, de forma a aumentar a oferta local de emprego, já que são zonas a sentirem processos de desertificação das suas populações.

À cidade de Viana compete criar uma atmosfera que incentive os investimentos na formação e nos serviços, pois a sua base económica não tem sido capacidade de reter e inserir no tecido sócio-económico os jovens recém-licenciados. A actual política de concentração dos serviços públicos veio ainda acentuar este estrangulamento.

Actualmente, a fragilidade de economias de aglomeração da cidade de Viana são um factor dissuasivo da implantação de empresas, pois há uma emergência insuficiente de serviços e equipamentos comuns aos agentes económicos, a estrutura da mão de obra apresenta-se pouco diversificada e qualificada e localmente há uma incapacidade de se desenvolverem estruturas fortes de relacionamento inter-empresas.

Por outro lado, o sector industrial local e regional não desencadearam processos de desenvolvimento de serviços na cidade, implicando uma acentuação da

dependência de serviços e de emprego em relação ao Porto e a Braga. Em termos de emprego, os serviços às empresas apresentam valores muito baixos e não têm aumentando significativamente.

Em termos de tecido produtivo, resta-nos referir o sector das pescas, pois o comércio e os serviços, serão posteriormente desenvolvidos neste relatório. Em termos de emprego, o sector das pescas foi um sector importante, mas nos últimos anos registou uma quebra significativa. A crise estrutural que está a afectar este sector prende-se com imposições comunitárias. A excessiva capacidade das frotas existentes na Comunidade está a exigir um desarmamento significativo de embarcações de pesca. Em Viana do Castelo, a principal empresa de pescas desta cidade tinha dez navios de pesca de alto mar e actualmente está reduzida a duas embarcações. Uma grande parte das pequenas empresas de tipo artesanal e das lotas tenderão a desaparecer com aplicação das normas comunitárias relativas à higiene, saúde, qualidade dos produtos e segurança a bordo.

A iniciativa Comunitária "Pesca" constitui uma oportunidade para os actores económicos deste sector tendo em vista a reconversão socio-económica das regiões costeiras e ajudas para a adaptação às mutações industriais.

Em termos de ameaças à frota local, a concorrência de frotas de pesca próximas que não cumprem as normas da actividade (uso ilegal de redes de pesca com uma malha apertada na costa litoral em frente de Viana) contribui para diminuir os recursos marinhos existentes nesta costa e cria condições de concorrência desequilibrada. Ainda constitui uma ameaça para este sector a intervenção da lota, com consequências negativas no preço a que o pescado chega ao mercado e no seu valor da produção. A relação entre o valor do pescado à entrada na lota e à saída atinge muitas vezes um aumento de 300%, com implicações inerentes no nível do preço e na procura no mercado.

Neste sector, há já algumas instituições que estão apostar numa estratégia concertada. A *Vianapescas* está a desenvolver dois projectos, um, na área da comercialização por grosso do pescado dos associados e outro, no desenvolvimento de estruturas de comercialização de peixe ao consumidor final. Por seu turno, a *Forpesca* está a dinamizar a formação para a comercialização e apresentação dos produtos da pesca. Esta iniciativa está a ser apoiada pelo Centro de Emprego local, de forma a serem

seleccionados candidatos com o perfil adequado para a criação de uma rede de lojas de pescado em todos os concelhos da região, incluindo na cidade de Viana do Castelo.

A partir do momento que forem criadas as estruturas de comercialização de pescado, tem todo o sentido um programa de promoção do consumo de peixe fresco. Paralelamente, dever-se-ia apostar numa estratégia de dinamização da restauração especializada em peixe fresco (polvo, robalo, sargo e badego) e numa promoção turística em torno deste produto gastronómico.

Ensino, formação e estruturas de apoio ao tecido produtivo

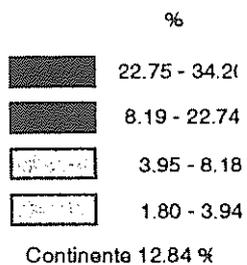
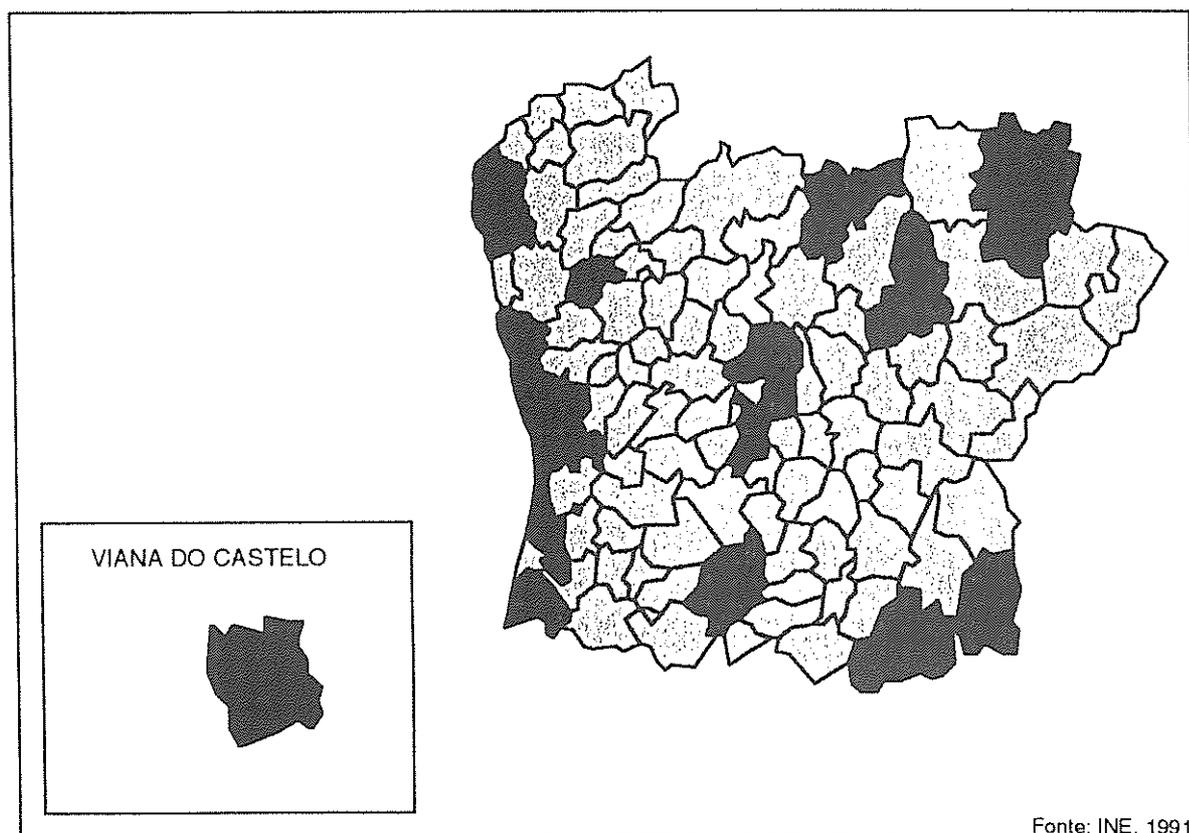
Em termos de ensino tecnológico e profissional de nível secundário, comparativamente a outros centros urbanos da região, nomeadamente Braga e Barcelos, verifica-se que o número global de alunos que frequentam os cursos tecnológicos nas escolas secundárias e profissionais (ano 93/94) é inferior a Braga. O peso relativo deste ensino no conjunto do ensino secundário, é também ligeiramente menor em Viana (17,2%, contra 18,5% em Braga e 19,6% em Barcelos).

Em termos da diversidade da oferta, medida pelo número de áreas de formação presentes em cada concelho, regista-se uma maior diversidade em Braga (12 áreas) do que em Barcelos e Viana (6 e 7 áreas, respectivamente). À semelhança do que acontece em Viana, também em Braga e Barcelos, a área de formação predominante, quer em termos do número de cursos quer do volume de frequências é a "Administração e serviços Comerciais".

Procedendo a uma breve análise comparativa com a área envolvente verificam-se as seguintes características principais (mais à frente iremos novamente referir o ensino superior no capítulo - Ritmos Urbanos: Cidade da Formação).

É em Viana do Castelo que se concentra a capacidade de oferta de formação superior do Minho-Lima. Para além do Instituto Politécnico (que tem um curso localizado em Ponte de Lima) e da Escola de Enfermagem, ambos situados no concelho em estudo, existe ainda, na sub-região a Escola Superior Galecia em Vila Nova de Cerveira, com formações no domínio das artes.

POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 25 ANOS
COM CURSO MÉDIO OU SUPERIOR
POR CONCELHO



A oferta de formação superior nas áreas tecnológicas e da gestão é muito recente sendo difícil de avaliar quer a empregabilidade dos jovens bacharéis quer o reconhecimento do curso por parte do mercado. Ao volume de frequências relativo a 93/94 — 1283 alunos —, corresponde ainda um baixo número de diplomados. Os primeiros bachareis em gestão e cerâmica saíram em 93/94 e os cursos de engenharia estão a iniciar-se. O investimento em informação, criação de parcerias e protocolos com o tecido empregador local e a consolidação da oferta do Politécnico em torno de áreas chave de formação constituem apostas fundamentais.

Relativamente a Braga, onde existem dois pólos de oferta (a Universidade do Minho e a Universidade Católica) o concelho de Viana apresenta um perfil de oferta menos diversificado, bem como crescimentos do volume de frequências relativamente inferiores. Comparativamente a um conjunto de cidades da região do Norte onde existe ensino superior, a importância relativa de Viana do Castelo, medida pelo ratio população no ensino superior/ população residente, é globalmente inferior.

**Peso da população escolar no ensino superior na população residente
(1991)**

Concelhos	Pop. do Ens. Superior / Pop. Residente
Viana do Castelo	1,5%
Braga	6%
Bragança	4,7%
Vila Real	8,3%
Chaves	0,9%

Fonte: Censos 1991, Departamento do Ensino Superior, Universidades e Politécnicos dos concelhos referidos.

O Instituto Politécnico e a Associação Industrial do Minho são as principais estruturas de formação e dinamização empresarial cruciais à base económica local e regional e que podem constituir pólos de cooperação transfronteiriça.

O acesso deficiente à formação e informações científicas e técnicas, resultante de uma estrutura de formação, de investigação e extensão local muito jovem, pouco consolidada e debilmente internacionalizada, representa ainda uma fragilidade desta cidade. A especificidade da oferta do Instituto Politécnico em torno do turismo e da

cerâmica (artística e industrial) e a emergência nesse instituto de dinâmicas especializadas nas áreas das engenharias (civil e alimentar) e da gestão (comercial e industrial) e da imagem darão consistência a esta oferta de formação:

Falta concertação institucional para a formação e promoção económica. A Associação Industrial do Minho (Braga) tem uma delegação localizada em Viana. No entanto, uma estratégia liderada noutra cidade pode comprometer uma política de afirmação de Viana. No entanto, dada a fragilidade do tecido económico local e dada as capacidades instaladas em matéria de recursos humanos e infraestruturas, esta estrutura de apoio e dinamização económica é o parceiro eleito para a dinamização do tecido económico regional e uma aposta na cooperação transfronteiriça. A liderança que esta instituição conseguir imprimir no relacionamento com a Galiza será determinante para a consolidação e promoção da aglomeração de Viana. Em termos de serviços de apoio ao tecido produtivo, o leque de ofertas é muito diversificado e a experiência acumulada desta instituição dá credibilidade a esta oferta, sobretudo quando estamos em presença de um tecido industrial e de serviços frágil, pouco empreendedor e com pouca capacidade de iniciativa.

O contexto socio-territorial regional em que se insere esta cidade, caracteriza-se por uma diversidade de potencialidades em matéria de produtos agrícolas diferenciados e de alta qualidade que podem concorrer em nichos de mercado alternativos à massificação e internacionalização e concorrência dos mercados dos produtos agrícolas. Os níveis de (des)organização dos circuitos de comercialização, o envelhecimento dos agricultores e a falta de conhecimentos nos domínios da organização empresarial desfavorecem o desenvolvimento da estrutura agrícola regional.

Assim, é importante desenvolver um esforço de recentragem funcional dos serviços de apoio ao sector agrícola regional. Ponte de Lima e Viana do Castelo, devem ter aqui um papel crucial. Ponte de Lima com a Escola Superior Agrária, tem uma oferta de um ensino superior (com os cursos agricultura, horticultura e comercialização e processamento de produtos agrícolas, este último está previsto) e estruturas de extensão e apoio à comunidade (Laboratório de Sanidade Animal e o de Análise de Solos). Neste sentido, este centro urbano tem condições favoráveis para desempenhar um papel activo na I&D aplicada e no esforço da modernização do potencial produtivo agrícola regional. A Viana do Castelo com o seu perfil turístico e como capital distrital compete-lhe cooperar com Ponte de Lima com vista a uma centralização da

comercialização e promoção de produtos, o desenvolvimento de canais de distribuição, a regulação de mercados de origem, etc. Compete ao Instituto Politécnico, às autarquias e à AIM motivar o relacionamento institucional e a melhoria de articulação entre serviços.

No sector da cerâmica a parceria orienta-se para a cidade de Barcelos, que possui uma força industrial significativa e a ela estão ligados importantes nomes das artes plásticas. As redes de relacionamento com essa cidade estão presentes no número de estágios que o curso de cerâmica do IPVC realiza no tecido industrial de Barcelos. Com a Galiza outros projectos transfronteiriços poderiam ser projectados e animados em torno desta indústria, sobretudo na sua componente mais artística e menos tecnológica.

O politécnico, local de produção de massa crítica e de saber, terá de assumir o seu protagonismo numa dupla função: por um lado, as respostas às necessidades e procura de qualificações e de serviços e, por outro, a antecipação de tendências e de dinâmicas de desenvolvimento operando no sentido da reorientação de necessidades. Um pólo de oferta de formação superior terá assim de ser concebido numa lógica de inovação antecipada, intervindo ao nível da formação da procura, construindo mudanças e preparando empregos. As especificidades de intervenção terão de ser conquistadas ao nível curricular, organizativo e das práticas.

Assume-se pois que o *local* pode ser o âmbito privilegiado para conquistar novas lógicas sociais de articulação entre ensino e comunidades de referência. A valorização de novas posturas institucionais e a criação de instituições e canais que facilitem o diálogo são condições necessárias da afirmação de pólos de formação competitivos e inseridos.

Um Instituto Politécnico, ao ser pela sua natureza legal, predominantemente orientado para formações de carácter prático, potencia, à partida uma maior cooperação com o meio. A possibilidade aberta à criação de CESE's permite quer o prolongamento da escolaridade quer o desenvolvimento de especializações orientadas. Do ponto de vista da afirmação e promoção do ensino superior são muitas vezes apontadas vantagens à universidade em detrimento do politécnico: entre outros, ela reforça a imagem e o prestígio do pólo de ensino e do território, aumenta as possibilidades de fixação das pessoas porque a permanência no sistema é maior e é mais exigente do ponto de vista dos profissionais de ensino a recrutar.

Torna-se necessário focar o centro deste debate para a discussão dos vectores de afirmação da competitividade e inserção territorial das instituições de formação superior, sendo constatável que eles dependem de um conjunto de condições e dinâmicas que extravazam largamente a lógica da oferta.

Animação cultural

A cidade de Viana do Castelo assumiu desde sempre um papel dinamizador e de projecção exterior da cultura regional do Alto Minho. A sua atractividade turística e a maior urbanidade que muito cedo adquiriu face a outros centros do Vale do Lima e do Vale do Minho, concederam-lhe interna e externamente, um lugar de excelência na afirmação e divulgação das diversas formas de expressão cultural tradicional e popular da região.

Viana do Castelo mantém-se como referencial cultural e religioso do Alto Minho, sendo palco de manifestações de cultura popular de importância regional, como é o caso das Festas da Senhora da Agonia. A cidade guarda no seu património cultural, os valores da histórica, da cultura, dos saberes de uma região, particularmente no que respeita à música e à dança -o folclore-, ao artesanato -os trajes, a cerâmica, os bordados, a ourivesaria-, ao património etnográfico móvel.

A salvaguarda, valorização e divulgação, inclusivé no exterior, deste património cultural, promovida localmente por diversos agentes e actores culturais, tem constituído um factor de importância primordial no enraizamento das populações, nomeadamente daquelas que deixam as zonas rurais da região para virem viver para a cidade. Este factor de valorização da identidade cultural dos vianenses, é condição propiciadora de uma razoável qualidade de vida urbana.

A população residente na cidade mantém latente uma tradição de consumos e práticas culturais significativos. No entanto, existem carências de infraestruturas e debilidades financeiras e organizativas das instituições, que impedem ou dificultam a implementação de projectos culturais mais ambiciosos e de um oferta regular de animação cultural na cidade. A par disso, tem-se mantido, mais recentemente, um certo "adormecimento" do movimento associativo de âmbito cultural e recreativo, de carácter tradicional, que animava em geral um conjunto de práticas culturais locais e de âmbito

popular. Contudo, as tradições associativas mantêm-se ainda muito enraizadas na população.

A autarquia continua a ter um papel fundamental e catalizador, do processo de animação cultural e urbana. Ela é dinamizadora de alguns dos principais intervenientes no espaço cultural da cidade, directamente, como o caso do Museu de Viana do Castelo e da Biblioteca Municipal, entre outros, ou através de apoios logísticos e financeiros a colectividades, associações ou outras instituições privadas.

Actualmente, no quadro de novas referências urbanas e culturais emergentes e, de globalização crescente das práticas culturais, a cidade vê-se confrontada com as limitações decorrentes de uma massa urbana reduzida e de um certo isolamento relativamente aos grandes centros urbanos, principais espaços de produção e difusão cultural .

A competitividade de Viana do Castelo face à afirmação e visibilidade de alguns eventos culturais nas cidades mais próximas, como são Braga, Guimarães, Vigo e Porto, é bastante débil, o que lhe dificulta a assumpção de uma posição mais equilibrada dentro deste sistema regional. Se os factores e estrangulamento internos são matéria importante na determinação desta situação, a continuação de uma política nacional para a cultura extremamente centralizadora e vocacionada para a valorização das formas de expressão cultural mais "eruditas", constitui uma forte ameaça face a uma aposta cultural da cidade .

No entanto, Viana do Castelo continua a afirmar-se, face à região envolvente, como centro de produção, difusão e formação cultural e artística.

Considerando o conjunto de capacidades que algumas das instituições culturais e de formação da cidade já dispõem, no âmbito da formação artística, as incertezas que a política da Administração Central mantém, no que respeita à expansão dos apoios ao ensino artístico, contribuem para acentuar a marginalização da cidade em termos da inovação e da produção artísticas.

No âmbito da música, a existência de hipóteses de cooperação com o exterior, nomeadamente com o estrangeiro, para o desenvolvimento de algumas fileiras inovadoras no âmbito da introdução das novas tecnologias na música, têm sido

sistematicamente cortadas pela insuficiente institucionalização, profissionalização e apoio financeiro dos actores locais.

Algumas oportunidades parecem no entanto estar a desenhar-se para certas áreas de desenvolvimento cultural. Por um lado, têm-se acentuado as oposições ao centralismo de que enferma a política nacional de apoio ao teatro, emergindo algumas possibilidades de a Administração Central vir a apoiar as companhias profissionais residentes nas cidades de menor dimensão e de localização mais periférica.

Por outro lado, a configuração estratégica da actual política nacional para o turismo, definindo e assumindo como um dos produtos turísticos prioritários, o turismo cultural, poderá criar novas condições para a valorização e promoção do património cultural em regiões com as características do Alto Minho assim como, em cidades de valor patrimonial e cultural muito significativo, como o é Viana do Castelo.

A cidade dispõe de estruturas com importante potencial de desenvolvimento cultural e artístico, nomeadamente a Companhia de Teatro Noroeste, a Academia de Música e Escola Profissional de Música, o Centro Cultural do Alto Minho, o Instituto Politécnico, o Cineclube de Viana do Castelo, entre outras.

As carências infraestruturais a nível de espaços culturais e a falta de apoios públicos financeiros para a sua construção, são um dos estrangulamentos principais na evolução dessas, como de outras instituições. Algumas das principais instituições culturais desta cidade dispõem de instalações, que pelo seu grau de degradação ou pelas características arquitectónicas e físicas que têm, que em nada dignificam essas instituições, as suas actividades e, portanto, a sua visibilidade na cidade e no exterior.

Paralelamente, a insuficiente profissionalização destes agentes e as dificuldades e pouca prática de concertação entre eles, tem sido em parte causa de um grande atraso na afirmação de Viana do Castelo enquanto centro cultural, no contexto da rede de cidades mais próximas.

A cidade mantém-se pouco agressiva face ao público exterior, nomeadamente da população que reside na faixa ocidental da Região do Norte e Galiza. Existem ainda estrangulamentos significativos na promoção e imformação/divulgação das actividades culturais que se realizam na cidade.

A cidade tem-se demonstrado nesta matéria, muito pouco dinâmica, não valorizando a imagem que historicamente conquistou, associada ao seu património cultural e artístico. Mesmo internamente, a divulgação é insuficiente e pouco agressiva, não se tendo dispensado até ao momento grandes esforços por parte do município, na captação e formação de novos públicos.

O esforço que alguns actores culturais têm desenvolvido, nomeadamente no trabalho com as escolas da cidade, e também do concelho, é sempre dificultado pela falta de relacionamento institucional entre a Escola e o meio, neste caso entre a Escola e as instituições culturais e de actividade e formação artística.

Turismo

Viana do Castelo não tem conseguido manter a quota que chegou a atingir no mercado turístico, seja a nível da procura nacional, seja da procura internacional.

A cidade de Viana do Castelo encontra-se rodeada por um conjunto de cidades e regiões com uma crescente capacidade de afirmação no mercado turístico. Algumas destas cidades e regiões, estão apoiadas por estratégias promocionais bem estruturadas, que potenciam recursos de grande qualidade e uma forte animação urbana e turística, como o caso das cidades e regiões galegas. Outras, no que respeita à Região Norte, apoiam-se no crescimento da sua massa urbana e na progressiva valorização dos seus recursos, patrimoniais e culturais, e das práticas urbanas, casos de Braga e Porto, recentemente também envolvidas em estratégias e acções promocionais mais consolidadas.

Neste último caso, deve-se destacar o facto de o aumento e qualificação da oferta hoteleira nestes grandes centros urbanos, representar uma forte atractividade no que respeita ao produto turístico de congressos e incentivos, com um conseqüente afastamento de áreas urbanas menos acessíveis e de menor dimensão.

A agravar esta descolagem de Viana do Castelo face às grandes cidades, vem-se colocar o esquema das novas acessibilidades principais na região, que contribuirá por

si para desviar os fluxos turísticos para zonas mais atractivas do que esta cidade de média dimensão.

As tendências de degradação das condições internas na cidade, vieram acentuar a sua menor competitividade no contexto do noroeste peninsular, dificultando de forma muito decisiva, uma possível reacção do sector turístico tradicionalmente instalado da cidade, face às ameaças mais recentes provenientes do exterior.

O turismo tradicional de Viana do Castelo, e de forma idêntica, de toda a região do Alto Minho, assentava nos valores naturais, patrimoniais e tradicionais desta zona. O artesanato, a gastronomia, as tradições populares (folclore, festas e romarias, etc), o património edificado e monumental, as praias de excelente quadro natural, o património rural, associado ao sistema de minifúndio, foram durante muito tempo os principais factores de atractividade turística à cidade e à região. A completar este quadro, a cidade dispunha de um oferta hoteleira, de serviços de restauração e de uma animação urbana com alguma qualidade.

As tendências de degradação destes recursos e do próprio sector de actividades turísticas, nomeadamente com o envelhecimento do seu parque hoteleiro e, a forte dependência do mercado turístico local e regional relativamente a franjas de mercado restritas (espanhois e ingleses), são actualmente estrangulamentos determinantes no futuro do sector.

As estratégias de desenvolvimento e promoção turística locais mantêm-se pouco inovadoras, face ao valor e significado dos recursos da cidade e da sua área envolvente e face à evolução dos padrões de procura nos mercados turísticos, nomeadamente naqueles que se desenham preferenciais para Viana do Castelo.

Para além dos aspectos relacionados com o processo de degradação dos recursos urbanísticos, patrimoniais e ambientais, com especial acento para os desequilíbrios provocados por expansões urbanas pouco controladas na cidade, pela relação difícil da cidade com o rio e com a faixa atlântica, pelo desprestígio e perda de autenticidade de elementos significativos das tradições culturais regionais, Viana do Castelo sofre actualmente as consequências da insuficiente formação e profissionalização dos agentes sectoriais e das dificuldades de concertação local e regional entre os seus actores, quer públicos, quer privados.

Esta situação de debilidade da cidade no mercado turístico está no entanto a ser contrariada pela afirmação turística da região do Alto Minho, dentro dos novos contextos de desenvolvimento do turismo nacional e internacional.

As alterações recentes das linhas de força da política nacional para o turismo, apostando na diversificação e consolidação de produtos turísticos de interesse nacional, com a complementaridade dos diferentes destinos turísticos que se tendem a estruturar, (será o caso do "Destino Norte" com a ADTURN), pode significar para Viana do Castelo uma oportunidade excelente de disputar a sua quota no mercado nacional.

É evidente que, numa perspectiva de firmar a sua posição, Viana do Castelo deverá assumir-se como centro urbano de suporte da actividade turística do território envolvente, assegurando-lhe o efeito difusor necessário de fluxos turísticos do "Destino Norte". Nesta medida, o grande potencial turístico da cidade deverá ser explorado em complementaridade com o das zonas envolventes.

Estas potencialidades estruturar-se-ão em torno:

- do turismo de motivação cultural, beneficiando da riqueza histórico e arquitectónica do seu património edificado e arqueológico e do seu centro histórico;
- do turismo de vocação desportiva, beneficiando de recursos naturais muito importantes no que respeita às diversas modalidades dos desportos náuticos e aquáticos;
- do turismo em espaço rural e ambiental, preferencialmente na sua relação com a região do Vale do Lima;
- de uma quota parte de turismo de congressos e incentivos, explorando as suas estruturas hoteleiras e os equipamentos urbanos polivalentes (auditórios) que possui.

O enquadramento externo é extremamente favorável a uma aposta da cidade nestes domínios. Recentemente tem-se verificado um crescimento do fluxo de embarcações de recreio provenientes dos portos do Norte da Europa para esta faixa atlântica do noroeste peninsular. Por outro lado, têm crescido os fluxos de motivação turismo rural/turismo cultural, em autodescoberta, provenientes do Reino Unido e França, transportados, conjuntamente com as viaturas, pelas companhias de Ferry Boat. Para além disso e ainda, é francamente exponencial o crescimento de novas correntes

desportivas activas, do desporto aventura e dos desportos radicais, em desenvolvimento na Europa.

A posição futura da cidade de Viana do Castelo no mercado turístico, depende bastante, das capacidades que se venham a consolidar no âmbito das acções promocionais. A concertação inter-institucional e intra-regional são factores decisivos neste processo. Ainda neste campo, a oportunidade de se inserir no Gabinete de Incentivos do Norte (GIN), criado recentemente no intuito de afirmar no "Destino Norte" uma quota importante do turismo de congressos e incentivos, constitui também uma oportunidade para o sector.

Existem condições naturais e organizacionais locais para que os desportos náuticos se apresentem como um domínio de intervenção estratégica, um investimento e uma concentração de esforços capaz de produzir sinergias que resultem em vantagens competitivas para Viana do Castelo nos contextos local, regional, nacional e internacional.

A "moda" do ambiente e dos desportos de risco e aventura representam para Viana uma oportunidade que esta não deve deixar de considerar. O potencial dos desportos náuticos está situado no eixo Aveiro - AMP - Viana do Castelo - Caminha, e neste contexto Viana não pode perder a sua capacidade competitiva relativamente à AMP e mais recentemente relativamente a Aveiro e outras localidades do Alto Minho. A possibilidade de financiamento de iniciativas com carácter desportivo e/ou turístico (SIFIT III, Lei de Bases do Sistema Desportivo e posterior legislação regulamentadora) poderão vir a apoiar estas iniciativas.

Em termos locais e regionais é possível apostar em dois grupos de modalidades (e respectivos clubes): o surf, windsurf e bodyboard e o remo e canoagem. A vela, o jet sky e outras práticas náuticas consolidam esta força estratégica.

Viana do Castelo é a sede da Federação Portuguesa de Surf e constitui a única localidade do país a sediar um Federação Europeia (Surf) e uma delegação europeia de Federação Mundial (bodyboard). A organização dos Campeonatos Nacional, Europeu de Bodyboard e a promoção de Viana no circuito nacional de surf realçam o reconhecimento e a visibilidade externa deste centro de desporto. Estas modalidades desenvolvem-se na costa litoral a sul da foz do Lima, sobretudo nas praias de Castelo de Neiva, de Amorosa e do Cabedelo, a norte na praia dos Ingleses e na praia do Bico.

A possibilidade de criar uma pista olímpica de remo/canoagem na margem esquerda do rio Lima, com óptimas condições para a prática desta modalidade, são as condições necessárias para que a aposta nestas modalidades possa ser articulada com a disponibilidade de infraestruturas desportivas de apoio nesta margem. Em termos associativos três clubes poderão apoiar esta estratégia (o Arco, o Náutico e o Darque Kayak Clube).

Em termos das potencialidades locais, a existência de um movimento associativo forte em torno destes desportos dão força e criam estruturas de base para a construção deste vector de afirmação de Viana. Estas instituições têm uma forte visibilidade no exterior, ainda que não exista concertação institucional em torno do desenvolvimento dos desportos náuticos. As instituições são frágeis em termos organizacionais e financeiros e têm dificuldade em congregar interesses e esforços para assumirem projectos comuns mais alargados e organizarem e animarem uma oferta regular. A formação e a profissionalização neste domínio são prioridades imprescindíveis.

A existência de algumas infra-estruturas disponíveis e os projectos de reconversão e qualificação de outras estruturas são potenciais que a cidade não pode ignorar:

- a possibilidade de construção de uma pista de remo e canoagem com encargos financeiros escassos ou nulos;

- a possibilidade de recuperação e reconversão do vasto património afecto à actividade piscatória comercial, criam as condições para a construção da marina oceânica para embarcações de grande calado e de uma terceira marina para embarcações de pequeno calado, a reconversão das oficinas para assistência a embarcações de recreio, etc;

- o espelho de água da marina a jusante da ponte Eiffel tem condições para a criação de um campo de Kayak polo;

- a antiga lota de pesca, junto ao Castelo de Santiago, pode ser reconvertida para as actividades da Vela;

- as infraestruturas actuais da ARCO e Náutico podem ser aproveitadas para actividades de iniciação e formação.

Em termos estratégicos surge-nos como maior estrangulamento a falta de capacidade financeira das instituições para a promoção destas práticas e para uma campanha de divulgação externa, com uma forte visibilidade no sector turístico. A dificuldade de criação de estruturas que congreguem interesses e que desenhem acções concertadas, é uma forte condicionante para este vector estratégico.

A continuação de uma política nacional de infraestruturas marítimas desarticulada das políticas municipais compromete o desenvolvimento de um projecto participativo e concertado com as diferentes instituições locais. O Ministério do Mar teve a iniciativa, de lançar um concurso para um Plano de Pormenor para os espaços que se inscrevem no domínio público marítimo, sem conhecimento e participação da autarquia. Esta postura contraria as condições básicas para o planeamento estratégico.

Em termos regionais, existe o risco de Viana do Castelo perder o protagonismo no Alto Minho em termos de desportos náuticos, em favor de Caminha, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira. Por outro lado, o eixo litoral a sul da AMP, está a mostrar uma capacidade competitiva e uma visibilidade que pode comprometer a liderança a que Viana aspira. No remo, Aveiro com apoio da autarquia tem previsto a construção de uma pista de remo olímpica, que a ser construída, afastava Viana da possível liderança nesta modalidade.

A problemática do ambiente tem evoluído nos últimos anos dentro de um quadro institucional e de política seja nacional, seja europeu e internacional, extremamente favorável à intervenção pública no sentido da preservação e defesa dos recursos e das condições ambientais. No entanto, este contexto de favorecimento das políticas ambientais e de educação pelo ambiente, confronta-se com um processo de agravamento em aceleração, das condições de degradação ambiental e dos factores e focos de poluição do ambiente e de desequilíbrio dos ecossistemas.

Neste contexto, pode-se identificar como uma das ameaças principais para o ambiente na cidade e concelho de Viana do Castelo, a debilidade das políticas de desenvolvimento rural, porquanto as condições de abandono progressivo destas áreas, a desqualificação das actividades associadas ao cultivo dos terrenos aráveis e as crescentes pressões da produção florestal intensiva, são factores de

degradação/agressão do equilíbrio dos ecossistemas e das condições ambientais e naturais.

No que respeita ao desenvolvimento do significativo potencial ambiental, que Viana do Castelo e a sua região envolvente possuem, as principais ameaças colocam-se na afirmação relativamente mais forte que outras regiões vizinhas têm vindo a consolidar, no âmbito do turismo ambiental, nomeadamente a região da Galiza, onde se encontram mais desenvolvidas as logísticas sectoriais e as políticas promocionais dos respectivos recursos e produtos turísticos. Complementarmente com estes factores, Viana do Castelo sofre desde há alguns anos, do processo de declínio que a "moda" das férias na praia conheceu.

Em contrapartida, hoje as já referidas políticas nacionais e internacionais de protecção, defesa e valorização do ambiente, associadas à "moda" do ambiente, suportada nomeadamente pela afirmação de associações de defesa do ambiente, de âmbito nacional e internacional, constituem oportunidades claras de um desenvolvimento da cidade e do concelho, mesmo da região envolvente, assente na qualidade e diversidade do seu potencial ambiental.

Neste contexto, a proximidade ao Parque Nacional da Peneda Gerês (ainda que a cidade de Braga tem uma localização mais estratégica) e a inserção de Viana numa região de fortes características de ruralidade, podem ser consideradas como oportunidades para a afirmação de Viana do Castelo enquanto centro regional de qualidade e potencial ambiental significativo.

Viana do Castelo beneficia ainda de uma imagem de espaço de bem-estar, devida à sensação de equilíbrio ambiental e natural que induz a associação dos três elementos *Mar-Rio-Serra*, nos contornos da cidade, com a sua beleza arquitectónica e a tradição cultural. No entanto, a evolução dos seus três principais elementos de equilíbrio, a estética do espaço urbano, os ecossistemas existentes e a gestão dos sistemas de saneamento básico e de resíduos sólidos, não tem sido isenta de problemas, agressões e fragilidades.

A cidade e os elementos da sua envolvente natural, dispõem de condições de integração relativamente boas. Viana do Castelo dispõe de uma maior diversidade paisagística face a outras áreas urbanas próximas, pois nela se encontram ainda

numerosos mosaicos urbanos donde se pode disfrutar de elevada qualidade cénica. As frentes de mar e de rio proporcionam, conjuntamente, um corredor ininterrupto de elevado valor paisagístico, de contemplação, lazer e fruição.

A expansão do porto de mar e a expansão urbana e intensificação do uso do solo urbano, trouxe alguns factores de degradação destes valores. Para além disso, esses potenciais encontram-se relativamente mal explorados pela população, em virtude da falta de condições existentes para a sua fruição, mas para além disso da falta de hábitos da própria população de disfrutar da sua existência.

A integração de Viana do Castelo num corredor ecológico, no qual se destaca a presença da Serra de Santa Luzia, cria também condições para a existência de uma significativa diversidade de espécies faunísticas e florísticas, de grande valor ecológico. No entanto, a frequência de incêndios e a invasão de espécies faunísticas e florísticas oportunistas têm provocado uma diminuição significativa dessa diversidade.

Nas zonas envolventes, a exploração de importantes recursos minerais existentes, tem-se transformado num factor acentuado da proliferação de importantes intrusões visuais, desqualificadoras da paisagem.

A existência de recursos piscícolas e cinegéticos importantes poderão constituir um factor de atractividade para as práticas de caça e pesca desportiva. Quer estes, quer outros recursos naturais e ambientais, sofrem no entanto de uma grande oscilação estacional de utilização, em virtude das oscilações em termos da quantidade e perfil de população presente. Acontece, em consequência, a coexistência de regras e formas de utilização dos espaços muito variadas, o que dificulta naturalmente as intervenções reguladoras e protectoras da própria autarquia.

O crescimento da cidade, a expansão da urbanização dispersa nas zonas envolventes e um pouco por toda a região do Vale do Lima, a crescente industrialização da cidade e do concelho, associados à transformações no sistema agrícola e nas formas e mecanização do cultivo das terras, tem provocado um processo de deterioração progressiva da qualidade das águas subterrâneas e superficiais e de crescimento da quantidade de resíduos sólidos.

Neste domínios, são estrangulamentos importantes para a cidade e área envolvente, a desorganização e proliferação de furos particulares de abastecimento de água, associadas ao aumento dos consumos e, dos sistemas de saneamento básico e a falta de tratamento dos efluentes líquidos. Várias redes de esgotos drenam directamente para o Rio Lima e parte das ETAR's existentes têm um funcionamento desadequado. O processo de salinização do rio Lima irá afectar dentro de pouco tempo, a captação de água de Bertandos.

É necessário um grande esforço financeiro e político no sentido de reforçar e regulamentar toda este sector dos serviços urbanos, criando condições para um controle permanente da situação, respondendo nomeadamente à variação estacional da população presente, e garantindo a defesa de condições especialmente saudáveis para a cidade.

No que respeita aos resíduos sólidos urbanos, não é ainda suficiente o serviço disponível. No entanto os projectos já iniciados na recolha selectiva demonstram uma grande aderência da população. Exige-se ainda uma intervenção importante neste sector, que contribua para a melhoria da eficácia e eficiência dos serviços, garantindo à cidade o reaproveitamento e a reciclagem dos seus "lixos".

OPORTUNIDADES

- Afirmação internacional dos estaleiros navais na reparação e reconversão navais
- × - Desenvolvimento do mercado de embarcações de recreio
- Sistemas de incentivos financeiros de apoio à actividade económica
- A construção do IP1 enquanto potencial de atracção de novos mercados
- A construção do IC1, IP9 e IC28, na melhoria das acessibilidades exteriores e afirmação da área de influência da cidade
- Política nacional que promove a protecção ambiental
- "Moda" do ambiente
- Proximidade do Parque Nacional da Peneda Gerês
- Consolidação de uma política de ordenamento, que aposta na qualificação urbana polinucleada
- Degradação da qualidade de vida nas periferias da Área Metropolitana do Porto
- Inserção na dinâmica do "Eixo Atlântico"
- Alterações anunciadas na política nacional para o teatro - financiamento às companhias nas cidades médias
- "Moda" do desporto aventura (na componente dos desportos fluviais e de mar)
- A actual política nacional de turismo e a conseqüente aposta numa diversidade de produtos e destinos
- O crescimento dos fluxos de embarcações de recreio provenientes dos portos e marinas da Europa do Norte, com destinos às águas do noroeste peninsular
- O crescimento dos fluxos turísticos de motivação turismo cultural/turismo rural, em autodescoberta, provenientes preferencialmente do Reino Unido e da França, transportados conjuntamente com as viaturas pelas companhias de Ferry Boat..
- A dinâmica de Congressos & Incentivos recentemente potenciada por uma oferta organizada no Destino Norte (em formação), que originou a constituição GIN-Grupo de Incentivos do Norte.

AMEAÇAS

- Concorrência urbana das cidades de Braga, Porto e Vigo
- Crise internacional do sector da construção naval
- Concorrência espanhola na produção de cerâmica para a construção civil
- Política de concentração dos serviços públicos
- Crise estrutural no sector das pescas
- Concorrência de frotas de pesca de proximidade com base no não cumprimento da regulamentação
- Intervenção da lota tem consequências negativas no preço a que o pescado sai para o mercado e no seu valor da produção
- Tendência crescente da dependência de emprego em relação ao Porto e Braga
- A construção do IP1 e a perda de influência regional
- A inexistência de investimentos no caminho de ferro que permitam rentabilizar o seu potencial para o transporte de mercadorias
- Existência de outros portos com estruturas mais eficientes (Leixões, Vigo,...)
- O funcionamento em "circuitos fechados" dos agentes de navegação
- Existência de acessibilidades deficientes intra-regionais
- Proximidade em relação a outras regiões turísticas mais competitivas, agravada pelas novas acessibilidades previstas e em execução
- Declínio da "moda" das férias na praia.
- A debilidade das políticas de desenvolvimento rural com consequências significativas a nível ambiental
- Continuação de uma política nacional das infraestruturas marítimas desarticuladas das políticas municipais
- Possibilidade do lobby "Eixo Atlântico" não funcionar
- Competitividade difícil face à afirmação e visibilidade de alguns eventos culturais nos centros urbanos mais próximos (Braga, Guimarães, Vigo e Porto)
- Afirmação de Braga e da Área Metropolitana do Porto no mercado de turismo de negócios e congressos, em virtude da sua capacidade hoteleira de qualidade
- Continuação da actual política nacional para a cultura - centralização; prioridade para as vertentes da cultura erudita
- Incertezas de apoios públicos no ensino artístico e profissional

- Debilidade e inadequação das políticas nacionais de habitação, face às necessidade de animação do mercado de arrendamento habitacional e das intervenções no âmbito da reabilitação de habitação degradada..

POTENCIALIDADES ESTRUTURANTES

- Dinâmica populacional significativa da cidade face à região, conferindo-lhe uma estrutura etária jovem
- Existência de uma estrutura de formação, investigação e extensão, o IPVC
- Coexistência na cidade da oferta de habitação e de emprego
- Potencial de desenvolvimento industrial endógeno em torno da construção naval, da indústria cerâmica (louça tradicional) e dos recursos marinhos
- Coexistência de 3 modos de transporte que permitirão a afirmação regional da cidade
- Os terminais de roll on - roll off e de granitos (em construção) que poderão garantir ao Porto de Mar um hinterland mais alargado
- Existência e forte integração de um património natural e cultural significativo - rio, mar, serra, centro histórico, edifícios monumentais, áreas verdes
- Existência de estruturas com grande potencial de desenvolvimento cultural e artístico
 - Companhia Teatro Noroeste, Academia de Música, C. C. Alto Minho, IPVC, entre outras
- Recursos da cidade face ao desenvolvimento do turismo de congressos e seminários
 - infraestruturas, participação no GIN
- Tradição turística da cidade e posição relativa desta face a uma região de vocação e grande potencial turístico
- Existência de um movimento associativo em torno dos desportos náuticos.

POTENCIALIDADES COMPLEMENTARES

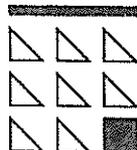
- Principal centro urbano num espaço de características rurais (centro administrativo, de comércio e prestador de serviços)
- Dimensão, topografia e qualidade urbana da cidade favorecem a sociabilidade e a fixação de artistas e quadros superiores
- Forte capacidade de poupança em termos regionais e disponibilidade de mão de obra que permita a captação de investimentos, nomeadamente o estrangeiro e particularmente o espanhol em face da localização transfronteiriça da Cidade
- Rede de transportes urbanos e interurbanos que permitem a afirmação da cidade como pólo empregador e a dissuasão da utilização do transporte individual
- Existência e melhoria de qualidade da oferta imobiliária passível de ser compatibilizada com um mercado de procura de habitação (estudantes e quadros técnicos)
- Potencial do Porto de Mar para atrair empresas importadoras e exportadoras;
- Capacidade empresarial do comércio de ourivesaria, de produtos náuticos e de algum comércio de vestuário
- AIM e IPVC podem constituir pólos de dinamização económica e de cooperação transfronteiriça
- Maior diversidade paisagística face a outras áreas urbanas próximas, com a existência de inúmeros mosaicos urbanos donde se pode disfrutar de elevada qualidade cénica
- Integração num corredor ecológico, no qual se destaca a presença da Serra de Sta. Luzia
- Existência de recursos minerais, piscícolas e cinegéticos
- Referencial cultural e religioso, sendo palco de manifestações de cultura popular com importância regional
- Enraizamento cultural da população local e tradição de consumos culturais latentes na população
- Protagonismo da cidade face à região envolvente em termos de produção e oferta artística e de formação, e capacidade de afirmação e cooperação com o exterior em algumas áreas artísticas.

ESTRANGULAMENTOS ESTRUTURANTES

- Más ligações viárias com o exterior, com o conseqüente isolamento da cidade, da sua estrutura económica e encravamento do Porto de Mar
- Desequilíbrio na relação da cidade com os elementos naturais envolventes - rio, mar e serra
- Falta de iniciativa endógena e sistema sócio-cultural fechado e pouco propenso ao investimento e à inovação económica
- Incapacidade da cidade para reter e inserir no seu tecido sócio-económico a população com formação superior
- Falta de concertação institucional na promoção económica, turística, desportiva e cultural
- Fragilidade da representatividade institucional do tecido empresarial local e da sua visibilidade no exterior
- Estratégias de promoção turística pouco inovadoras e pouco competitivas, face aos recursos existentes e à evolução dos padrões do mercado turístico
- Insuficiente formação e profissionalização nos sectores do turismo, recreio e lazer, e cultura
- Falta de capacidade financeira e organizacional das instituições locais para implementar projectos culturais e desportivos e para organizarem e animarem uma oferta regular.

ESTRANGULAMENTOS COMPLEMENTARES

- Crescimento desordenado e desarticulado da mancha urbana, com perda de população no núcleo central da cidade face a um crescimento significativo das zonas periféricas, onde se acentuam situações de degradação urbanística e de alguma marginalidade social
- Dificil articulação da cidade com a rede viária, acentuada pela falta de compatibilização entre tráfego urbano e tráfego de atravessamento
- Articulação deficiente entre a cidade e o rio, motivada pela degradação funcional da utilização das margens, pela presença de infraestruturas portuárias desocupadas e com grande potencial de fruição pública, e por projectos viários que separam fisicamente o espaço urbano do rio
- Prática de valorização urbanística deficiente, que se traduz na inexistência de uma hierarquia viária, na não qualificação e animação de espaços verdes e públicos, na desadequação do sistema de recolha e tratamento dos lixos e numa política global de estacionamento para a cidade
- Debilidade do sector económico, traduzida na fragilidade do sector industrial e de serviços e na inexistência de um sistema de distribuição logística
- Estrutura de formação superior, de investigação e extensão pouco consolidadas, debilmente internacionalizadas, pouco activas no reforço do tecido económico e cultural da cidade e com uma imagem científica e técnica ainda não afirmada
- Insuficiência e desarticulação da rede de abastecimento de água e saneamento e deficiente qualidade dos serviços
- Tendência para a degradação da qualidade ambiental, causada pela exploração de recursos minerais, diminuição da biodiversidade, soluções individuais de abastecimento de água e saneamento e períodos de forte e má utilização dos espaços naturais e ambientais
- Carências infraestruturais ao nível dos espaços culturais e degradação e insuficiências de infraestruturas para a prática dos desportos náuticos
- Falta de promoção e informação sobre as actividades culturais da cidade e das oportunidades para a prática de desportos náuticos.



Quaternaire

PORTUGAL

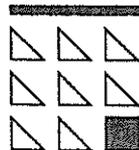
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES

NOME DA CIDADE:		VIANA DO CASTELO
Elementos Estatísticos de Caracterização		Valor Classe
DEMOGRAFIA		
Total de População no Centro Urbano	46745	
Dinâmica da População do Centro Urbano (%)	5.2	
Total de População do Concelho	83095	
Dinâmica da População do Concelho (%)	2.6	
Dinâmica da População da NUT	-2.6	
Taxa de Crescimento Natural*	4.6	
Taxa de Crescimento Migratório*	-2	
População com 0-14 anos (%)*	21.3	
Dinâmica da População 0-14 anos (%)	-19.9	
População com 15-24 anos (%)*	16.7	
Dinâmica da População 15-24 anos (%)	-6.9	
População com 25-64 anos (%)*	48.6	
Dinâmica da População 25-64 anos (%)	16.5	
População com mais de 65 anos (%)* (1)	13.4	
Dinâmica da População >65 anos (%)	19.2	
Índice de Dependência de Jovens 1981*	44.6	
Índice de Dependência de Jovens 1991*	33.0	
Índice de Dependência de Idosos 1981*	18.8	
Índice de Dependência de Idosos 1991*	20.5	
TECIDO ECONÓMICO		
Taxa de escolarização (Pop. 0 a 24 anos)*	55.7	
Peso da População com ≥25 anos com o ensino médio ou superior*	11.5	
Taxa de Alfabetização (10 ou mais anos)	91.0	
Emprego (Trabalhadores por Conta D'Outrém)		
Emprego Industrial (% do Continente)*	1.05	
Emprego Terciário (% do Continente)*	0.64	
Estrutura do emprego no concelho - % da Indústria*	48.3	
Estrutura do emprego no concelho - % do Terciário*	31.0	
Dinâmica do Empr. no Concelho relativa/ à din. do Empr. Total do Continente (%)*	1.73	
Dinâmica do Empr. Industrial relativa/ à din. do Empr. Industrial do Continente (%)*	3.05	
Dinâmica do Empr. Terciário relativa/ à din. do Empr. Terciário do Continente (%)*	1.40	
Dinâmica do Empr. Construção Civil relativa/ à din. do Empr. Construção Civil do Continente (%)*	1.69	
% do Emprego Industrial nos três ramos industriais dominantes*		
CAE 311	25.6	
CAE 313	13.8	
CAE 381	7.5	
CAE 381	4.3	
Emprego na Construção Civil (CAE 500)*	15.6	
Emprego nos Serv. ao Consumidor - Com. Retalho (CAE 620)*	8.8	
Emprego nos outros Serv. ao Consumidor (CAE 631,632,9)*	11.1	
Emprego nos Serviços às Empresas (CAE 83)*	0.9	
Emprego nos Serv. Distributivos (CAE 610,7)	6.6	
Emprego nos Serv. Financeiros (CAE 81,82)	2.0	
Investimento per capita (incentivos)*		
- SIPE (% do Continente)	0	
- SIBR por VAB industrial	0.47	



Quaternaire

Sede: Rua Infante D. Henrique, 42-4.º • Telef. (02) 2026147 • Fax (02) 2004499 • 4050 PORTO
 Delegação: Rua Cidade de Cardiff, 36-A r/c Dto. • Telef. (01) 8121797 • 1170 LISBOA



Quaternaire

PORTUGAL

- SIFIT por Emprego Conta de Outrém no CAE 631 e 632	89.44	
- SIMC por Emprego Conta de Outrém no CAE 620	45.99	
- SISAT (% do Continente)	0.33	

Capacidade de Alojamento em Hotéis	858	
------------------------------------	-----	--

QUALIDADE DE VIDA

Postos Telefónicos principais por 1000 Habitantes*	300.2	
Taxa de Motorização (veículo/1000 habitantes)*	171.9	

Médicos (Hospital e Centro de Saúde) por 1000 habitantes*	2	
Cama Hospitalares por 1000 habitantes*	4.4	
Especialistas por 1000 habitantes*	0.71	
Taxa de Mortalidade Infantil (%)* (1)	7.1	

Nº de Alunos do Ensino Superior (1991/92)	1522	
Nº de Alunos do Ensino Superior por Pop. do Centro Urbano (*1000)	33	
Nº de Docentes Universitários		
Nº de Alunos de Ensino Artístico e Profissional por total de Alunos do Concelho	100	

Pistas de Atletismo	1	
Piscinas Cobertas	1	

Habitantes por Lugar de Cinema ou Cine-Teatro	50	
Nº de Espectadores por 1000 habitantes	681	
Companhias de Teatro Profissional	1	
Nº de Utilizadores de Biblioteca por 1000 hab.	295	

HABITAÇÃO

Nº de Alojamentos por Edifício*	1.3	
Taxa de Edifícios construídos antes de 1919*	12.3	
Taxa de Edifícios construídos entre 1919 e 1970*	38.7	
Taxa de Edifícios construídos entre 1970 e 1991*	49.0	
Taxa de Alojamentos Vagos*	10.6	
Regime de Ocupação dos Alojamentos - % dos proprietários*	74.5	
Regime de Ocupação dos Alojamentos - % de arrendamento*	20.0	
Investimento em Construção por 1000 hab. * (contos)	733.3	

CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL

Impostos Directos por Habitante*	6.33	
Transferências de Capital através dos Fundos Comunitários e Compart. da Administr. Central, por hab	9.04	
Transferências de Capital do FEF, por habitante	4.48	
Investimentos Totais, por habitante	16.86	

Nota: O desvio padrão e a média foram calculados relativamente ao total das 78 cidades do Continente com excepção das Áreas Metropolitanas

(1) Inversão das cores: Situações abaixo da média a vermelho e situações acima da média a azul

* - valores concelhios

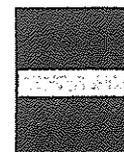
Muito acima da média das cidades

Acima da média das cidades

Média das cidades

Abaixo da média das cidades

Muito abaixo da média das cidades



FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES

Elementos Estatísticos de Caracterização	FONTE
DEMOGRAFIA	
Total de População no Centro Urbano	GEPAT/DOT, Julho 1993 (2)
Dinâmica da População do Centro Urbano (%)	GEPAT/DOT, Julho 1993 (2)
Total de População do Concelho	INE, Censos 91
Dinâmica da População do Concelho (%)	INE, Censos 91
Dinâmica da População da NUT	INE, Censos 91
Taxa de Crescimento Natural*	INE, Censos 91
Taxa de Crescimento Migratório*	INE, Censos 91
População com 0-14 anos (%)*	INE, Censos 91
População com 15-24 anos (%)*	INE, Censos 91
População com 25-64 anos (%)*	INE, Censos 91
População com mais de 65 anos (%)*	INE, Censos 91
Índice de Dependência de Jovens 1981*	INE, Censos 91
Índice de Dependência de Jovens 1991*	INE, Censos 91
TECIDO ECONÓMICO	
Taxa de escolarização (Pop. 0 a 24 anos)*	INE, Censos 91
Peso da População com ≥ 25 anos com o ensino médio ou superior*	INE, Censos 91
Taxa de Alfabetização (10 ou mais anos)	INE, Censos 91
Emprego Industrial (% do Continente)*	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Emprego Terciário (% do Continente)*	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Estrutura do emprego no concelho - % da Indústria*	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Estrutura do emprego no concelho - % do Terciário*	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Dinâmica do Empr. no Concelho relativa/ à din. do Empr. Total do Cont. (%)*	MESS/Quadros de Pessoal, 1987/92
Dinâmica do Empr. Industrial relativa/ à din. do Empr. Industrial do Cont. (%)*	MESS/Quadros de Pessoal, 1987/92
Dinâmica do Empr. Terciário relativa/ à din. do Empr. Terciário do Cont. (%)*	MESS/Quadros de Pessoal, 1987/92
Dinâmica do Empr. Construção Civil relativa/ à din. do Empr. Construção Civil do Cont. (%)*	MESS/Quadros de Pessoal, 1987/92
% do Emprego Industrial nos três ramos industriais dominantes*	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
CAE	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
CAE	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
CAE	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Emprego na Construção Civil (CAE 500)*	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Emprego nos Serv. ao Consumidor - Com. Retalho (CAE 620)*	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Emprego nos outros Serv. ao Consumidor (CAE 631,632,9)*	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Emprego nos Serviços às Empresas (CAE 83)*	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Emprego nos Serv. Distributivos (CAE 610,7)	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Emprego nos Serv. Financeiros (CAE 81,82)	MESS/Quadros de Pessoal, 1992
Investimento per capita (incentivos)*	
- SIPE (% do Continente)	DGDR, Março 1992
- SIBR por VAB industrial	DGDR, Março 1992
- SIFTT por Emprego Conta de Outrém no CAE 631 e 632	DGDR, Março 1992
- SIMC por Emprego Conta de Outrém no CAE 620	DGDR, Março 1992
- SISAT (% do Continente)	DGDR, Março 1992
Capacidade de Alojamento em Hotéis	Anuário 1993
QUALIDADE DE VIDA	
Postos Telefónicos principais por 1000 Habitantes*	Anuário 1993
Taxa de Motorização (veículos/1000 habitantes)*	Markttest, 1992
Médicos (Hospital e Centro de Saúde) por 1000 habitantes*	Anuário 1993
Camas Hospitalares por 1000 habitantes*	Anuário 1993
Especialistas por 1000 habitantes*	Anuário 1993
Taxa de Mortalidade Infantil (%)*	Anuário 1993

Nº de Alunos do Ensino Superior (1991/92)	Direcção Geral do Ensino Superior (3)
Nº de Alunos do Ensino Superior por Pop. do Centro Urbano (*1000)	Direcção Geral do Ensino Superior (3)
Nº de Docentes Universitários	Direcção Geral do Ensino Superior
Nº de Alunos de Ensino Artístico e Profissional	Direcção Geral do Ensino Superior

Pistas de Atletismo	GEPAT/DOT, Julho 1993
Piscinas Cobertas	GEPAT/DOT, Julho 1993

Habitantes por Lugar de Cinema ou Cine-Teatro	GEPAT/DOT, Julho 1993
Nº de Espectadores relativamente à População do concelho	GEPAT/DOT, Julho 1993
Companhias de Teatro Profissional	GEPAT/DOT, Julho 1993
Nº de Utilizadores de Biblioteca por 1000 hab.	GEPAT/DOT, Julho 1993

HABITAÇÃO

Nº de Alojamentos por Edifício*	INE, Censos 91
Taxa de Edifícios construídos antes de 1919*	INE, Censos 91
Taxa de Edifícios construídos entre 1919 e 1970*	INE, Censos 91
Taxa de Edifícios construídos entre 1970 e 1991*	INE, Censos 91
Taxa de Alojamentos Vagos*	INE, Censos 91
Regime de Ocupação dos Alojamentos - % dos proprietários*	INE, Censos 91
Regime de Ocupação dos Alojamentos - % de arrendamento*	INE, Censos 91
Investimento em Construção por 1000 hab. * (contos)	Anuário 1993

CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL

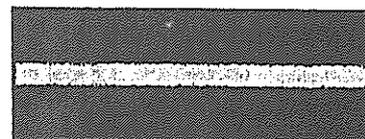
Impostos Directos por Habitante*	MPAT/DGAA, 1991
Transferências de Capital através dos Fundos Comun. e Compart. da Administr. Central, por hab.	MPAT/DGAA, 1991
Transferências de Capital do FEF, por habitante	MPAT/DGAA, 1991
Investimentos Totais, por habitante	MPAT/DGAA, 1991

Nota: O desvio padrão e a média foram calculados relativamente ao total das 78 cidades do Continente com excepção das Áreas Metropolitanas

- (1) Inversão das cores: Situações abaixo da média a vermelho e situações acima da média a azul
- (2) Média para as cidades consideradas pelo GEPAT (56 centros urbanos)
- (3) Média para as cidades com estabelecimentos de ensino superior (30 centros urbanos)

* - valores concelhios

Muito acima da média das cidades
 Acima da média das cidades
 Média das cidades
 Abaixo da média das cidades
 Muito abaixo da média das cidades



4

Dinâmicas Emergentes

Duas dimensões da cidade serão explicitadas neste capítulo - o espaço e o tempo. A primeira representa a heterogeneidade espacial (centralidades e periferias urbanas), a segunda, os diferentes ritmos presentes na cidade. As dinâmicas emergentes devem reflectir estas duas dimensões da análise estratégica.

Por um lado, temos de desenvolver uma estratégia que tem de estar agarrada ao território, por outro, é necessário avaliar as tendências e as potencialidades presentes e a partir daí definir as apostas estratégicas focalizadas e dinamizadas a partir desses espaços.

Uma cidade é o espelho das diferentes vivências e formas de uso dos seus espaços. No território de uma cidade existem áreas particularmente frágeis ou em situação de ruptura (urbanística, cultural, social ou económica) e outras, que pela qualidade do seu património edificado ou ambiental, pelas suas praças e ruas, pela concentração e qualidade de serviços e comércio, podem representar ou vir a representar espaços de centralidade para a cidade.

A afinidade que os indivíduos desenvolvem com as diferentes áreas da cidade devem ser um factor a ter em atenção no desenvolvimento de uma estratégia para Viana do Castelo. Esta familiaridade com os espaços vividos pode ser uma das peças fundamentais para a fixação e atracção de populações.

As **centralidades urbanas** representam diferentes formas de viver o espaço urbano, diferentes estratégias que podem ser explicitadas a partir das potencialidades desses territórios e são áreas da cidade que têm uma área de influência que ultrapassa o espaço urbano. O Centro Histórico, a Área Ocidental da Cidade, a Frente de Rio, o Monte de Sta Lúzia atraem diferentes usos e têm uma forte capacidade de atracção. As pessoas da cidade e as que vêm à cidade apropriam-se destes espaços com diferentes finalidades. A *Centralidade de Viana do Castelo* depende da força e da visibilidade externa destas áreas.

Pelo contrário, os espaços da periferia não têm um centro e não têm centralidade. A sua perda de identidade está muito ligada à sua perda de capacidade de atracção. As áreas periféricas não estão integradas e articuladas, estão fora do circuito da cidade.

A questão das **periferias urbanas** em Viana do Castelo, liga-se sobretudo a uma falta de qualidade urbana e funcional destes espaços, com a concentração de habitação social em algumas áreas, com a falta de integração entre os núcleos antigos e o forte crescimento urbano das últimas décadas. São potencialmente espaços marginais na cidade e chamam a atenção para a necessidade de privilegiar os critérios de integração urbana nos novos programas de gestão urbana.

É necessário uma política de ordenamento urbano que integre os espaços e que articule os distintos níveis da cidade entre si. É necessário gerir o desenvolvimento urbano com uma visão ampla de ordenamento do território. Há que criar as condições de um crescimento mais razoável, melhor distribuído pelo espaço. Enfim, é necessário dar centralidade e identidade a estes espaços periféricos. Darque, Areosa e Meadela, aparecem como as áreas de forte crescimento urbano nas últimas décadas, associado a uma incipiente integração na cidade. A política urbana deve privilegiar o espaço público como elemento estruturador do crescimento urbano diferenciado. A autarquia deve criar instrumentos (projectos, regulamentos e incentivos) que apoiem a valorização e requalificação dos espaços públicos da cidade, designadamente das zonas periféricas.

O ritmo de uma cidade depende daquilo que está a mexer na cidade. A cidade tem mais ou menos ritmo em função das forças presentes no seu espaço urbano. Estas forças dependem das capacidades e das dinâmicas dos diferentes sectores da cidade. A força centrípeta de um centro urbano depende do seu sector comercial, do seu potencial administrativo, da capacidade de criação de emprego, da visibilidade e imagem do ensino superior.

Assim, podemos considerar que na cidade podemos encontrar diferentes **ritmos urbanos** em função dos perfis que ela comporta. O ritmo de Viana do Castelo é o reflexo das forças associadas aos diferentes perfis que a cidade protagoniza.

A cada perfil estão associadas dinâmicas e especificidades (forças), usos diferenciados ao longo do dia e do ano (tempos), um conjunto de actores e uma capacidade de afirmação externa. A partir deste diagnóstico podemos detectar as especificidades e a capacidade competitiva inerentes a cada perfil que a cidade de Viana do Castelo pode protagonizar e desenvolver um conjunto de apostas de forma a consolidar e a valorizar essas dinâmicas emergentes.

Centralidades Urbanas

Centro Histórico

Zona Ocidental

Porto de mar

Frente de Rio

Monte de Santa Luzia

Cabedelo

APOSTAS

EXISTÊNCIAS

PERFIL

	PERFIL	EXISTÊNCIAS	APOSTAS
CENTRO HISTÓRICO	Centro administrativo, comercial e de animação urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços públicos • Serviços financeiros • Comércio a retalho • Restauração • Equipamentos culturais • Património edificado • I.P.V.C. • A.I.M. • C.R.T.A.M. • FORPESCAS • Tecido empresarial • Campo da Agonia • Falxa litoral • Praia Norte • Património edificado 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação urbana • Qualificação e modernização comercial • Consolidação da oferta cultural (diversidade, regularidade,...) • Melhoria das ligações com o exterior • Reabilitação da habitação • Afirmção simbólica da cidade/imagem • Promoção da feira de congressos e conferências • Qualificação urbana • Dinamização e qualificação do tecido empresarial • Consolidação como interface formação-empresa • Promoção da cooperação com o exterior • Dinamização de um pólo de talassoterapia • Qualificação da Praia Norte enquanto frente litoral da cidade
ZONA OCIDENTAL	Centro de formação e dinamização empresarial		
PORTO DE MAR	Interface de mercadorias com o exterior	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura portuária geral • Terminal roll on-roll off • Terminal de granitos • Outros terminais especializados • Áreas de armazenagem concessionadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as ligações físicas ao seu hinterland • Afirmção regional para o transporte em navios de médio porte • Afirmção num espaço territorial supra-regional em fileiras de transporte especializadas • Contribuir para fixação de empresas produtoras importadoras e/ou exportadoras • Fomentar uma fileira de serviços em torno da actividade portuária
FRENTE DO RIO	Espaço de desporto e recreio	<ul style="list-style-type: none"> • Marina • Doca de pesca • Marginal • Complexo da Marina • Jardim Público • Recursos ambientais e paisagísticos • Hotelaria • Equipamentos de apoio a desportos náuticos • Associações e clubes de desporto e recreio • Praça de touros • Praia fluvial 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção dos desportos náuticos • Parque da cidade/actividades de recreio e lazer • Reconversão das infraestruturas portuárias desactivadas • Dinamização enquanto espaço de sociabilidade e convivialidade • Ligação da cidade ao rio • Recuperação de ecossistemas degradados • Afirmção simbólica da cidade/imagem
MONTE DE SANTA LUZIA	Espaço de injeção ambiental e cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Património monumental • Património arqueológico • Recursos naturais, ambientais e paisagísticos • Património rural • Hotel 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo cultural/valorização do património arqueológico • Protecção e valorização da serra de Santa Luzia • Ordenamento dos diferentes usos • Promoção de usos de recreio e lazer e de turismo de motivação ambiental • Constituição do Parque Regional de Santa Luzia • Afirmção simbólica da cidade/imagem
CABEDELLO	Espaço do mar	<ul style="list-style-type: none"> • Praia do Cabedelo • Animação em torno do windsurf, surf e body board • Parque de campismo • Proximidade de uma área residencial de qualidade • Integração no circuito de campeonatos internacionais • Localização em Viana do Castelo de diversos clubes e associações ligadas aos desportos náuticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de equipamentos que viabilizem a afirmação da prática dos desportos náuticos • Melhoria de infraestruturas turísticas de apoio • Minimizar impactos ambientais

Centralidades Urbanas

Centro histórico

Em termos físicos, a cidade de Viana define-se hoje dentro de um perímetro urbano muito mais alargado e no qual o centro histórico em termos percentuais representa apenas 3% da área total. Tal situação não espelha de todo a realidade, se atentarmos a que este centro histórico representa o território mais maciço do aglomerado e a sua principal (talvez mesmo única) centralidade funcional. A fractura que a linha de caminho-de-ferro traduz na relação com a restante cidade, divide muito claramente uma malha mais coesa de um outro espaço que foi crescendo ao longo das principais vias de acesso ao exterior.



Viana do Castelo é um espaço de grande qualidade ambiental e constitui um paradigma da evolução urbana planificada em Portugal. Com efeito, ressalta expressivamente a estrutura medieval do aglomerado, a sua contenção por uma linha de muralhas entretanto desaparecidas, as linhas de força da respectiva malha, o posicionamento das entradas e a dominância de alguns equipamentos. E, irradiando deste núcleo, são evidentes os eixos viários que estruturam os arrabaldes e a continuidade da malha urbana.

O valor do centro histórico de Viana, deve-se à existência de inúmeros testemunhos edificados de excepcional valor arquitectónico, testemunhando exaustivamente seis séculos de História.

A par de numerosas situações, classificadas ou não, de património construído que pontua o centro pela sua qualidade arquitectónica, pelo seu posicionamento e pela sua dimensão, é de referir também a existência de diversas intervenções negativas que por desinserção, formal ou volumétrica e por descontinuidades que criam, são rupturas claras neste centro histórico em geral muito harmonioso.

O espaço público detem inúmeras potencialidades de usufruição, quer enquanto espaço já sujeito a intervenção de requalificação, quer enquanto espaço expectante, mas cujas condições fazem prespекtivar melhores condições de uso e de enquadramento. Há, de facto, muitos espaços já tratados no redimensionamento da superfície pedonal, traduzindo-se numa manifesta melhoria das condições do ambiente urbano do centro da cidade e, também, num motor de reabilitação que atrás de si atrai proprietários privados.

Um aspecto ainda a descobrir em Viana do Castelo, centra-se nos problemas que ainda decorrem da não total estruturação do tráfego interior ao centro histórico. A par da actual situação de pedonalização do miolo central, encontram-se ainda muitos arruamentos onde existe circulação automóvel permanente. Preocupante é também a questão do estacionamento ainda não regularizada, acentuado pelo deficiente tratamento nas suas envolventes.

O centro histórico concentra a maioria das actividades comerciais e de serviços públicos e financeiros existentes na cidade, para além de uma parte significativa dos equipamentos colectivos, e de serviços à população. Existe alguma gradação da ocupação terciária, manifestando-se uma maior concentração de comércio e serviços no núcleo medieval e uma distribuição mais dispersa dessas actividades e de equipamentos públicos na restante área histórica. A função residencial mantém-se igualmente dispersa por todo o centro, apesar das tendências de terciarização que se têm feito sentir exactamente no núcleo medieval.

A distribuição do comércio e dos serviços dentro de toda a área histórica manifesta algumas tendências, nomeadamente na concentração dos serviços às

empresas, do comércio a retalho, excluindo o de produtos de proximidade (de consumo quotidiano) e de similares de hotelaria, no núcleo medieval e ao longo de algumas das artérias principais que desembocam nesse núcleo, R. Manuel Espregueira, R. da Bandeira, R. Cândido dos Reis, Av. dos Combatentes da Grande Guerra.

Estas actividades têm-se expandido tendencialmente para toda a área nascente do centro histórico onde é significativa a localização de serviços públicos e predomina algum comércio de carácter excepcional (ramos de comércio que dependem de mercados mais alargados como por exemplo, o comércio de automóveis, de computadores, etc) e algumas infraestruturas hoteleiras, área com melhor acessibilidade ao exterior e que melhor poderá vir a ligar toda a zona histórica central com as principais zonas de expansão da cidade, parte nascente e norte da freguesia de St^a M^a Maior e freguesias de Meadela e de Darque. A zona poente do centro histórico mantém um perfil mais residencial, onde predominam os edifícios exclusivamente residenciais, com algum comércio de proximidade e menor intensidade de serviços públicos e de outros serviços privados.

Sendo certo que o centro histórico da cidade é actualmente o principal pólo de atracção cultural e turística, os principais factores dessa atractividade estão sobretudo relacionados com o valor do seu património construído, nas suas componentes arquitectónica e urbanística, com a oferta de serviços turísticos, hotelaria e similares de hotelaria e com a oferta comercial. A animação urbana no centro histórico da cidade tem estado tradicionalmente mais relacionada com a oferta deste tipo de actividades, comercial e de similares de hotelaria, do que com uma oferta diversificada de serviços e equipamentos culturais e lúdicos. Recentemente a situação tem vindo a alterar-se com a recuperação do Teatro Municipal de Sá de Miranda e com a recuperação do edifício do Museu Municipal e as actividades desenvolvidas no edifício dos antigos Paços do Concelho. A animação nocturna é também uma característica deste centro histórico, aonde uma variedade significativa de estabelecimentos atraem uma clientela sobretudo jovem.

A ligação ao rio, o qual foi motor importante da localização de actividades portuárias e piscatórias e do desenvolvimento da cidade neste local, tem tendência a melhorar com a recente retirada para a margem esquerda, do referido porto.

A inserção do centro histórico de Viana do Castelo na cidade traduz-se portanto pelos seguintes aspectos: a sua centralidade física, uma boa acessibilidade ao exterior, a sua polarização funcional e a relação actual e potencial com o estuário do rio.

A estratégia de crescimento da cidade de Viana do Castelo implica opções claras em matéria do papel que o seu núcleo central (centro histórico) irá continuar a assumir. Admite-se que as várias pequenas centralidades emergentes dentro do espaço urbano da cidade venham a cumprir uma função importante no seu reequilíbrio. Nesta medida, as apostas para a zona central da cidade deverão passar pelo reforço de um conjunto de actividades mais qualificadas, particularmente no que diz respeito à modernização e qualificação do comércio, permitindo valorizar ao máximo as suas potencialidades patrimoniais, naturais e funcionais, no quadro da sua articulação com a coroa envolvente e os principais eixos de expansão urbana.

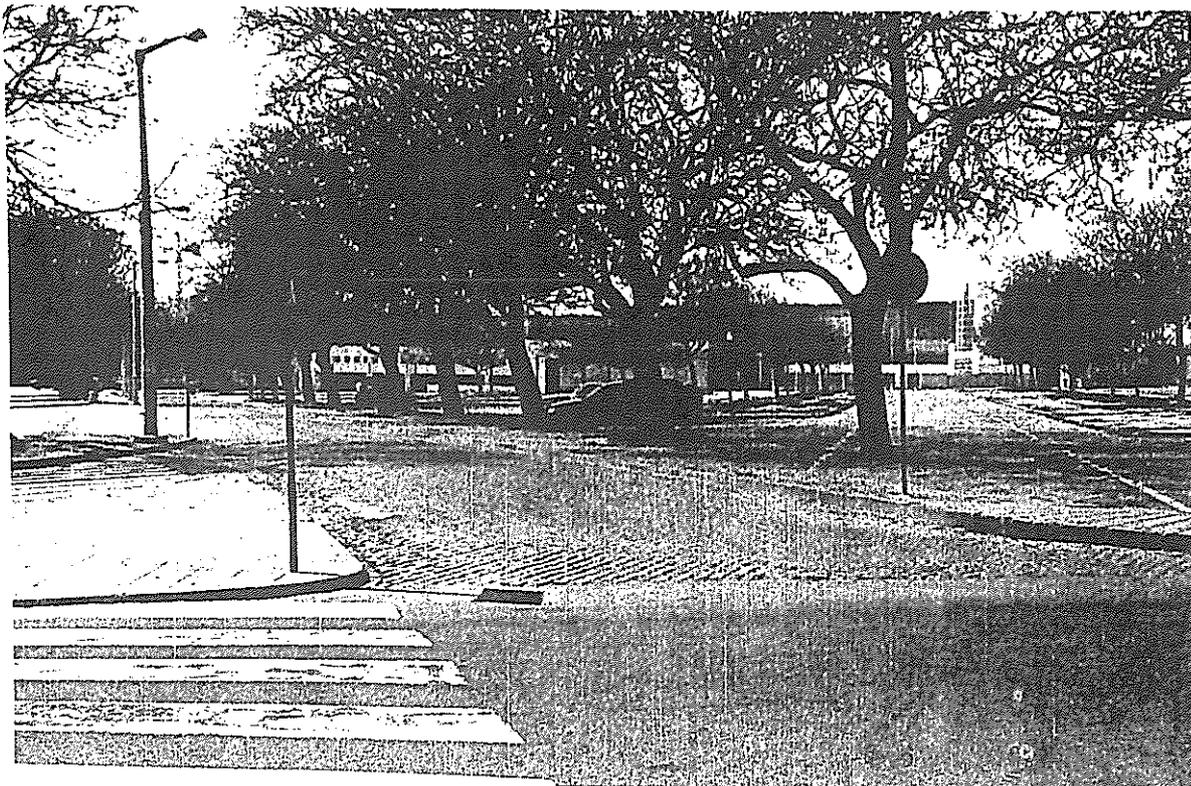
É necessário garantir condições para que se verifique um processo alargado e generalizado de reabilitação dos edifícios de habitação existentes, mantendo uma ocupação residencial equilibrada em toda a área do centro histórico. Complementarmente, é indispensável uma intervenção sistemática de qualificação do ambiente urbano, resolvendo os principais conflitos que neste domínio o espaço mantém com a intensificação progressiva da circulação viária e do estacionamento crescente.

É importante apostar também na valorização e qualificação de alguns dos principais pólos físicos de animação urbana que integram o centro histórico: a Praça da República, o Teatro Municipal Sá de Miranda, o Centro Cultural do Alto Minho, o Centro Académico, o Museu Municipal, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, o Arquivo Distrital, a Marina e o jardim e o Complexo que lhe está adjacente, assim como na diversificação da oferta de animação urbana. Estas são apostas importantes em matéria de reafirmação da imagem da cidade enquanto cidade cultural.

Zona ocidental

O sector ocidental da cidade necessita ser valorizado em termos urbanísticos, nomeadamente ao nível dos espaços públicos, e funcionais. Neste espaço urbano concentram-se um número elevado de instituições directamente ligadas com o sector económico - instituições de formação superior, empresas, centros de formação profissional,

Esta parte da cidade inclui o Campo da Sr^a da Agonia, um dos espaços públicos mais característicos de Viana. Este espaço, referência de uma importante centralidade, como foi referido, deve integrar o percurso água, orientado para a valorização da relação cidade rio/mar e constituindo um momento chave do percurso marginal a implementar.



A localização da sede do Instituto Politécnico, as recentes instalações da Associação Industrial do Minho e o Forte de Santiago da Barra onde está instalada a Comissão Regional de Turismo do Alto Minho, fazem um triângulo em torno do Campo da Agonia, com um perfil adequado para uma aposta na formação e dinamização empresarial. O Campo da Agonia, por outro lado, aloja às sextas feiras a habitual feira, que continua a

manter uma forte capacidade de atracção regional. A Avenida do Atlântico, com a Forpescas, os Estaleiros Navais e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, prolonga até ao mar este perfil estratégico.

Perfil que para além de criar as condições para uma animação funcional deste sector da cidade, potencia iniciativas em matéria de qualificação urbana. A ligação ao rio e ao mar deste território deverão ser também matéria de reflexão.

Relativamente ao rio é essencial a reconversão das infraestruturas portuárias desactivadas e uma aposta na animação desportiva em torno dos desportos náuticos. A localização da Comissão de Turismo nesta centralidade aumenta a capacidade de afirmação do espaço urbano e projecta o sector turístico num vector de dinamização económica da cidade e da região. A atractividade turística que a reconversão das docas poderão proporcionar liga-se com o perfil desta centralidade.

Os recursos disponíveis neste sector potenciam uma promoção da fileira de congressos e conferências, a partir dos recursos hoteleiros existentes na cidade, no auditório do Forte de Santiago da Barra e no Instituto Politécnico, no pavilhão da Associação Industrial do Minho, nas salas de recepção da hotelaria e nos espaços culturais existentes.

A Associação Industrial do Minho, representa uma estrutura importante de dinamização e qualificação do tecido empresarial, com recursos técnicos e uma capacidade de serviços sobredimensionada relativamente à estrutura económica regional (serviços jurídicos e económicos, formação profissional, apoio técnico, higiene e segurança no trabalho, etc). Faz parte das intenções desta associação empresarial apostar na cooperação externa e que a delegação de Viana do Castelo assuma a liderança na cooperação transfronteiriça. O pavilhão de exposições será gerido segundo uma estratégia estabelecida pela AIM, de forma a rentabilizar os investimentos realizados. No entanto, esta instituição mostrou-se aberta à concertação com outras instituições, nomeadamente a Câmara Municipal, de forma a acordarem mecanismos de utilização desta infraestrutura por outras instituições.

O Instituto Politécnico ao apostar na formação superior, na extensão e apoio à comunidade e na investigação aplicada e experimental está também a contribuir para a afirmação desta centralidade. Neste espaço urbano está localizada a Escola Superior de

Tecnologia e Gestão, com ofertas de formação em gestão (comercial e industrial), turismo, engenharia cerâmica, engenharia civil e do ambiente e engenharia alimentar. Esta estrutura de formação está em expansão e consolidação. Relativamente às estruturas de investigação e extensão, as carências em matéria de equipamentos ou de apoio para a instalação dos laboratórios têm comprometido a dinâmica destas instituições. Dada a juventude destas iniciativas ainda é cedo para analisarmos a sua capacidade de prestação de serviços e a sua capacidade concorrencial relativamente a outras congéneres.

No círculo do Instituto Politécnico surgiram, recentemente, duas novas instituições na cidade que procuram promover a investigação e o debate de opiniões sobre o desenvolvimento da cidade e da região e que poderão contribuir para aumentar a visibilidade da cidade e o seu relacionamento com o exterior. Estas instituições não têm ainda projecção externa, mas no plano interno, podem vir a representar actores importantes para a implementação de algumas acções. O Forum Vianense é uma associação que tem como objectivo debater os problemas do Alto Minho e pretende implementar um conjunto de iniciativas, nomeadamente conferências, congressos, seminários, projectos de cooperação com outras associações estrangeiras, edição e difusão de publicações técnicas e científicas. A Fundação Fernão de Magalhães pretende desenvolver uma estratégia de apoio à investigação com interesse para a cidade e para o Instituto. Esta Fundação agrega um conjunto de empresas locais, bancos, Comissão Regional de Turismo do Alto Minho e outras instituições.

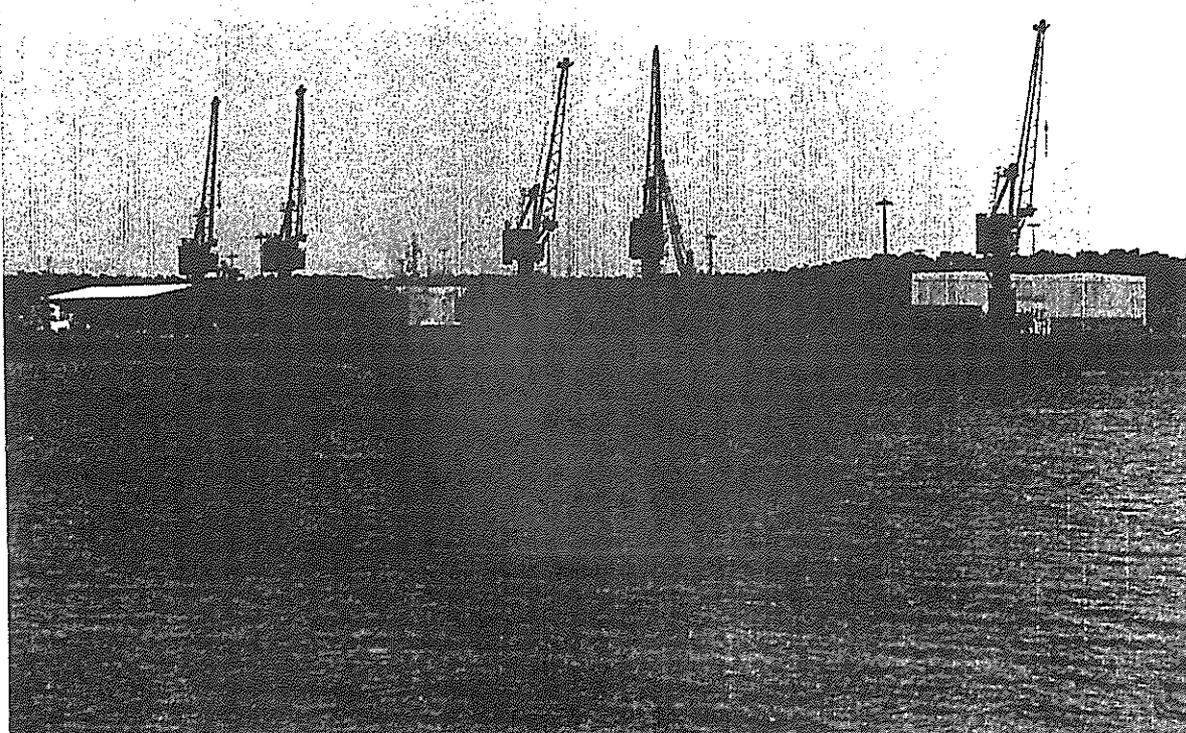
Os Estaleiros Navais, localizados na Avenida do Atlântico, dão força a esta centralidade urbana, pois durante muitos anos representaram a empresa mais empregadora da região e o principal centro de formação informal da cidade. A capacidade concorrencial desta empresa e sua internacionalização dão uma imagem e transmitem um simbolismo de globalização à cidade, que se enquadra nas opções de estratégia de desenvolvimento para o futuro, de Viana.

Esta centralidade estende-se até ao mar e aposta na qualificação da Praia Norte e na oferta de um pólo de talassoterapia, numa estratégia de desenvolvimento de uma fileira de turismo de saúde ainda por validar.

Porto de Mar

O Porto de Mar de Viana do Castelo é um interface de mercadorias com o exterior, com algumas dificuldades de amarração ao seu hinterland, em virtude da inexistência de uma ligação ferroviária, e da precaridade das ligações rodoviárias. A sua presença em Viana, confere a esta cidade um potencial diferenciado de afirmação como um pólo importante de centralidade no sector dos transportes ao nível regional.

Para além do conjunto de entidades e empresas ligadas à utilização e à administração portuária, este é fisicamente constituído por uma infraestrutura portuária geral, e vários terminais especializados, nos quais se destacam os terminais de roll on - roll off e o de granitos, este último em construção. Ainda na distribuição física das instalações portuárias, regista-se a existência de várias áreas de armazenagem concessionadas a empresas privadas/que utilizam regularmente o porto, como sejam a Portucel.



O relevo que aqui é conferido aos terminais de roll on - roll off e de granitos tem como pano de fundo a sua singularidade. Não existem no norte do país outros terminais deste tipo com igual qualidade de infraestruturas e capacidade de movimentação de cargas.

Associado a carreiras regulares, o terminal ro-ro poderá ter um hinterland supra-regional, tendo como portos de origem e destino os portos do Reino Unido e do norte da Europa, com uma grande tradição de utilização de ferry-boats e outros navios de transporte de cargas movimentados por rodas de gerações mais recentes. Viana poderá ser a porta de entrada da Península Ibérica para um conjunto de produtos transportados a partir dos referidos portos.

No caso dos granitos, esta região tem alguma tradição na exploração e transformação de recursos geológicos, possuindo uma estrutura industrial em crescimento neste sector. A construção do referido terminal é, aliás, da iniciativa de algumas destas empresas. A presença desta infraestrutura poderá conferir ao Porto de Viana do Castelo alguma especificidade no transporte deste tipo de cargas.

O acesso por mar ao porto tem algumas limitações, que impedem o atracamento de navios de grande porte. Se este facto é responsável do desvio para Leixões de alguns navios, nomeadamente aqueles que transportam madeiras desde a América Latina, paralelamente parece conferir a Viana alguma projecção na utilização de navios de médio porte. Para este tipo de navios e no transporte de carga fraccionada, o porto consegue assegurar uma importante quota de mercado no Alto Minho, conseguindo mesmo captar carga proveniente de territórios a sul da AMP.

Não sendo o porto um elemento isolado, mas uma componente do sistema de transportes, bem como não sendo por si só um gerador de actividade, mas, desde que funcionando de forma eficiente, um espelho da capacidade empresarial da região e do tipo de empresas aí presentes, a sua afirmação passa necessariamente pelo assegurar de boas ligações com os transportes terrestres e o seu crescimento está intimamente dependente da evolução da actividade económica do seu hinterland.

Daqui não se poderá concluir que cabe ao porto assumir um papel passivo no conjunto do desenvolvimento da região. A sua administração terá que desempenhar um papel activo na negociação da construção das infraestruturas que o amarrem ao sistema de transportes terrestres, bem como na captação, em conjunto com outros actores, de investimento industrial de empresas que beneficiem na sua produção da proximidade a uma infraestrutura portuária.

Duas das grandes apostas a serem cumpridas para afirmar o Porto de Mar como uma centralidade da cidade de Viana do Castelo, serão então a melhoria de ligações com o hinterland e a captação de empresas de forte capacidade exportadora e/ou importadora. Estas duas apostas permitirão viabilizar este porto como uma infraestrutura competitiva no segmento de navios de médio porte, e em algumas fileiras de transporte especializadas.

Um outro vector de aposta a conseguir conquistar através do porto, é a fixação em Viana de um conjunto de empresas e agentes ligados aos transportes. Como já foi diagnosticado, a debilidade de Viana do Castelo neste sector, coloca-a numa posição de fraqueza face a centros urbanos vizinhos, que poderão utilizando os seus sistemas de distribuição logística "invadir" a área de mercado influenciada por Viana. A presença do porto, que assegura só por si um elevado volume de carga em trânsito por Viana do Castelo, deverá funcionar como pólo de atracção do tal conjunto de actividades ligadas com o sector dos transportes.

Em conclusão, refira-se que a centralidade criada em torno do Porto de Mar, se tem uma forte componente de transportes, ela insere-se num cenário mais abrangente que é o da dinamização da actividade económica da cidade e da região.

Frente de Rio

Em Viana do Castelo a visibilidade que o atravessamento das pontes proporciona do vale do Rio Lima fazem com que a frente de rio potencie uma estratégia de centralidade urbana que ultrapassa a dimensão restrita do perímetro urbano e concelhio. Os valores ambientais associados aos "sítios", desde as frentes de rio até ao tratamento das superfícies de água têm vindo a ser valorizados nas estratégias de melhorar a qualidade do espaço urbano. Por outro lado, a "moda" do ambiente e dos desportos aventura potenciam uma centralidade focalizada nesta extensa e diversificada frente de Rio. Esta diversidade de usos e a apropriação deste espaço por diferentes grupos sociais com objectivos muito heterogéneos, enaltecem a centralidade deste espaço.



A zona marginal compreendida entre a Avenida dos Combatentes e a foz do rio está actualmente desnorтеada da Cidade. Trata-se de uma área de jurisdição da Junta Autónoma dos Portos do Norte, à qual o cidadão comum não tem acesso, mas que concentra um potencial em matéria de fruição da água, que a Cidade de forma alguma pode negligenciar.

Actualmente, é o espaço de apropriação das actividades da pesca - as docas, a lota, algumas oficinas de reparação de embarcações e os barcos de pesca. Dada a actual crise do sector da pesca, este espaço está a perder a sua força e vivacidade pois os seus utilizadores estão a diminuir de uma forma drástica.

Tendo em atenção a crescente diminuição da importância da pesca artesanal e de alto mar para a economia local e a sub-utilização das docas actuais, faz sentido pensar na reconversão de algumas embarcações com vista à criação de uma oferta local de pesca de recreio em alto mar.

Configuram-se aqui oportunidades relativas à reconversão da doca flutuante em marina oceânica para embarcações de grande calado e da doca de pesca para marina destinada a embarcações de pequeno calado. Estas duas docas potenciam o desenvolvimento de uma área de forte atractividade para prática de desportos náuticos,

com a possibilidade de implantar infra-estruturas de apoio tais como, oficinas de reparação, tanques de simulação, espaços de encontro e formação náutica, espaços comerciais e restauração especializada em peixe fresco.

Apostar nesta frente de rio é também reforçar um turismo de motivação desportiva e criar condições de captação dos crescentes fluxos de embarcações de recreio provenientes dos portos e marinas da Europa do Norte, com destino às águas do noroeste peninsular.

Se caminharmos pela margem do rio para nascente surge-nos uma *Frente de Rio* com usos e vivências urbanas diferentes. Está em comunicação directa com o centro histórico e tem uma frente edificada com uma forte componente comercial, que tem vindo a registar a substituição do comércio tradicional dos produtos regionais por comércio sobretudo de vestuário para as camadas mais jovens e desportivas.

Hoje a cidade está separada do seu rio. O jardim não parece corresponder às aspirações dos seus cidadãos e perdeu o simbolismo que o caracterizava desde, pelo menos, o início do século. A modificação do canal do rio em frente do centro urbano veio eliminar o passeio público, desenvolvido ao longo do cais de pedra que se estendia praticamente desde a Avenida dos Combatentes até à ponte, com importantes reflexos no relacionamento da frente urbana, jardim, cais e rio. A área livre compreendida entre o espaço construído e o novo cais estendeu-se, afastando o rio da cidade e diminuindo a comunicação entre estes dois elementos.

Deixou de ser um local de encontro e desperdiçou a sua capacidade de atracção, nos usos diários que cada indivíduo pode disfrutar do seu espaço urbano, ou nos tempos de lazer semanal para um passeio à cidade ao fim de semana.

Temos assim um espaço de vivência muito limitado, com uma área de estacionamento demasiado extensa e uma área concessionada com um restaurante, uma galeria de exposições, um pequeno auditório e uma biblioteca (Complexo da Marina), que estão sub-utilizados e que têm problemas de funcionamento. Este forte investimento da autarquia não tem tido grandes reprodutividades ao nível da comunicação de Viana com o rio. Apostou-se num grande equipamento e neste momento a cidade não é capaz e não parece ter promotores com capacidade e vontade para animar e vitalizar este espaço de cultura e lazer. No entanto, é interessante constatar

que a marina (re)ligou o jardim à água e a ponte pedonal para o complexo da marina pode simbolizar a antiga ponte de madeira. Neste sentido, é preciso animar este extenso espaço público, elemento crucial de ligação e de estruturação da cidade.

Se caminhararmos mais para nascente nesta margem direita do rio encontramos, no espaço compreendido entre as pontes, um espaço ambiental de especial valor patrimonial. A conservação e valorização do património natural existente, pode assumir uma função fundamental na qualificação e valorização ambiental da marginal norte, no espaço compreendido entre as pontes. Trata-se de uma área com alguns sintomas de alguma degradação ambiental, que em termos estratégicos é urgente clarificar na sua funcionalidade urbana. O projecto de recuperação da piscina municipal, o desejo do Clube de Ténis para a criação de um novo campo, o pedido para a construção de uma pista de skate, a marina, as infraestruturas de apoio à actividade desportiva náutica, a crescente procura da praia fluvial e os pedidos de viabilidade de construção de iniciativa particular, são alguns dos sintomas da actual pressão que é necessário ordenar e dar sentido estratégico.

A qualidade do corredor verde, a necessidade de melhorar as condições de fruição e de controlar os níveis de utilização em função da capacidade do suporte biofísico, a ténua ligação de Meadela ao rio e os efeitos negativos do traçado das novas acessibilidades, fazem deste Parque Urbano uma área de intervenção prioritária de ordenamento territorial da Cidade.

As Associações recreativas e desportivas encontram aqui um espaço privilegiado de sociabilidade desportiva e recreativa, que é necessário potenciar, criando mecanismos que favoreçam práticas e posturas inovadoras e activas.

Importa referir que a consolidação dos valores ambientais e urbanos, acima citados, passa também por uma mais rigorosa e criteriosa administração do território urbano que engloba a zona de expansão da cidade para a Meadela. A valorização desta área deverá ser entendida como fazendo parte integrante de uma política municipal mais alargada, não só relativa à frente visível do rio, mas também a um diferente entendimento do crescimento informel da cidade sobre a Meadela. O sucesso de uma política urbana passa pela maior exigência relativa às novas edificações, pela clarificação dos domínios relacionados com o espaço exterior privado e público, tendo em vista a sua melhor qualidade e administração, pela definição de traçados ordenadores do espaço público

existente e a criar (ruas, avenidas, largos, praças, jardins...) e pela definição de uma acção de preservação coerente (como, por quem...) relativamente às propriedades rurais e quintas que ainda existem nesta área. Este último aspecto encerra um grande potencial, não só ambiental e paisagístico, extremamente importante na sua relação com o rio, mas também de interesse arquitectónico que importa reconverter na sua relação com a cidade.

Na margem sul, o espaço entre pontes pode constituir um elemento gerador de novas potencialidades para o aglomerado de Darque e para toda a cidade, sobretudo para a área degradada ribeirinha, onde se prevê a localização de uma pista de remo. As condições naturais favorecem a construção de uma pista de remo olímpica nesta margem e as infraestruturas desportivas localizadas em Darque poderiam ser mobilizadas e rentabilizadas neste projecto.

A aposta nesta secção da frente de rio estará comprometida se não se compatibilizar os interesses do Porto de Mar, em matéria de acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, com a necessidade de melhorar o diálogo entre o rio e a estrutura urbana de Darque.

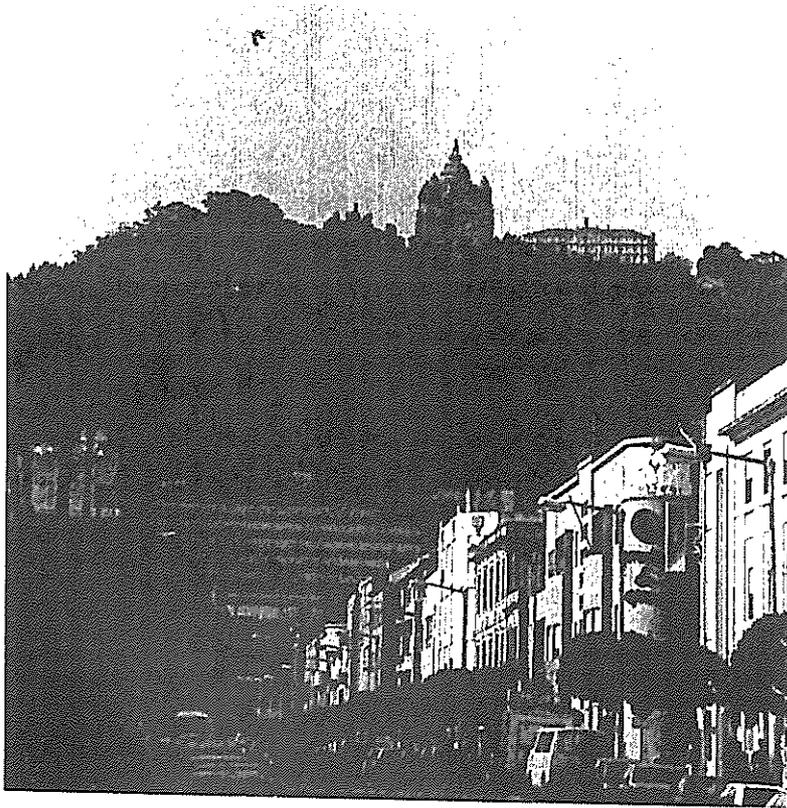
Uma aposta forte nesta modalidade desportiva na margem esquerda do rio, favorece a articulação desta área periférica com a Cidade e, em simultâneo, contribui para fortalecer uma estratégia competitiva em torno dos desportos náuticos.

Em síntese, a Frente de Rio representa uma centralidade urbana ainda pouco consolidada e com fraca visibilidade exterior. As apostas para esta área orientam-se por princípios estratégicos de promoção dos desportos náuticos, reconversão de infraestruturas portuárias, qualificação e valorização ambiental, recreativa e de lazer e dinamização da frente de rio enquanto espaço de sociabilidade e integração de diferentes áreas e grupos sociais de Viana de Castelo.

Esta marginal deve ser equacionada como uma frente de rio contínua, apostando em intervenções urbanísticas e funcionais heterogéneas mas todas convergindo para um diálogo mais harmonioso da Cidade com o rio e para a afirmação simbólica de Viana.

Monte de Santa Luzia

A norte da cidade localiza-se a Serra de Santa Luzia, área natural de enorme diversidade florística e faunística, ocupando proximadamente 11.000ha, cuja preservação é indispensável dentro da triologia *Mar-Serra-Rio*, contributo importante da imagem e afirmação simbólica de Viana do Castelo. Trata-se de uma área de inquestionável perfil de fruição ambiental e cultural, em virtude da existência de um riquíssimo património natural e cultural.



Denominada, de acordo com o Plano Director Municipal, como Parque Regional de Santa Luzia, a serra acima da cota 100 m, está classificada como Reserva Ecológica Nacional.

Ao longo da Serra desenvolvem-se diversos corredores ecológicos, que integram valores naturais e paisagísticos muito significativos. Existem nesta área espécies de fauna e de flora raras. No entanto diversos factores têm nos últimos anos contribuído para diminuir progressivamente a sua biodiversidade.

A intrusão da "Acacia" constitui uma das causas fundamentais, a par dos incêndios, do desaparecimento progressivo de algumas espécies florísticas e faunísticas e dos desequilíbrios ecossistémicos existentes. Casos como o javali, o lobo, a perdiz, o coelho bravo estão em vias de extinção na Serra de Santa Luzia. O seu potencial cinegético é no entanto ainda elevado no que respeita a espécies zoológicas, existindo uma reserva de caça com uma área aproximada de 860ha.

A flora arbórea e arbustiva, de característica autóctone, também em progressivo desaparecimento com a propagação da Acácia, implicará todo um esforço de controle florestal e o seu ordenamento.

Elemento de valor singular é também o património paisagístico da Serra, com elevado potencial de contemplação e de lazer. Para além dos percursos de elevado valor cénico, da Serra é possível disfrutar de panorâmicas sobre as áreas envolventes, que lhe garantem perspectivas paisagísticas inesquecíveis. São os casos da orla marítima desde Esposende até à margem direita do rio Minho e ao Monte de Santa Tecla e dos vales do rio Lima, do rio Âncora e do rio Minho. As intrusões paisagísticas derivadas de actividades de extracção mineira, actualmente abandonadas, mas sem terem sido objecto de recuperação, constituem um estrangulamento em matéria de potencial paisagístico.

As características de relevo da Serra garantem-lhe boas condições para a prática do pedonalismo e do montanhismo. A prática deste tipo de utilização turística e desportiva, está cada vez mais generalizada. A presença de quedas de água naturais, são elementos muito interessantes de enriquecimento de percursos pedestres na Serra.

A Serra possui por outro lado, um interessante e diversificado património edificado, incluindo o património arqueológico, edifícios de interesse arquitectónico de carácter religioso ou associado à sua ruralidade. Os núcleos rurais de S. Mamede e de Agrichouso, constituem dois pólos interessantes de humanização da Serra, com um elevado potencial para o aproveitamento recreativo e turístico.

De forma semelhante acontece com alguns edifícios isolados, com interesse arquitectónico - o Santuário de Santa Luzia e o Convento de Cabanas de carácter religioso, as quintas dos Fontes, do Mirante e da Boa Viagem- ou com diversos elementos de património rural, como os engenhos de azeite, os moinhos de rodízio, os engenhos de linho e as serrações hidráulicas. As antigas casas abrigo dos guardas

florestais, são igualmente oportunidades interessantes de criação de alojamentos e de pólos de animação no seio da Serra.

A Citânia de Santa Luzia, classificada como monumento nacional, é uma das mais importantes do Noroeste Peninsular. As ruínas castrejas detêm um grande prestígio na região do Alto Minho, sendo esta Citânia um dos principais elementos arqueológicos dessa época. Para além da Citânia, a Serra possui um dos conjuntos mais notáveis de gravuras ruprestes da Península Ibérica.

Considerando a diversidade de recursos patrimoniais que a Serra de Santa Luzia possui e a sua proximidade ao centro da cidade, tornar-se-á possível potenciar em torno da serra uma nova centralidade urbana, no contexto desta cidade com qualidade ambiental significativa. Para isso impõe-se integrar um conjunto diversificado de apostas de protecção, salvaguarda e valorização dessa área.

Considerando as fragilidades ambientais de que a Serra é actualmente detentora e, por outro lado, a tendência para aumentarem alguns dos factores de agressão e destruição do equilíbrio ecossistémico, o conjunto de apostas estrutura-se em torno de um núcleo central de intervenções em matéria de regulamentação, ordenamento e controlo das capacidades de uso e de ocupação da Serra e de investigação e experimentação no que respeita à sua preservação ambiental.

Estas apostas deverão articular-se com um conjunto de outras, promotoras da fruição, utilização e contemplação dos recursos existentes, naturais e patrimoniais e nesse sentido, impõe-se uma intervenção integrada de qualificação e reabilitação do património edificado e de regulamentação e promoção de usos de recreio, lazer e turismo de motivação ambiental, cultural e rural.

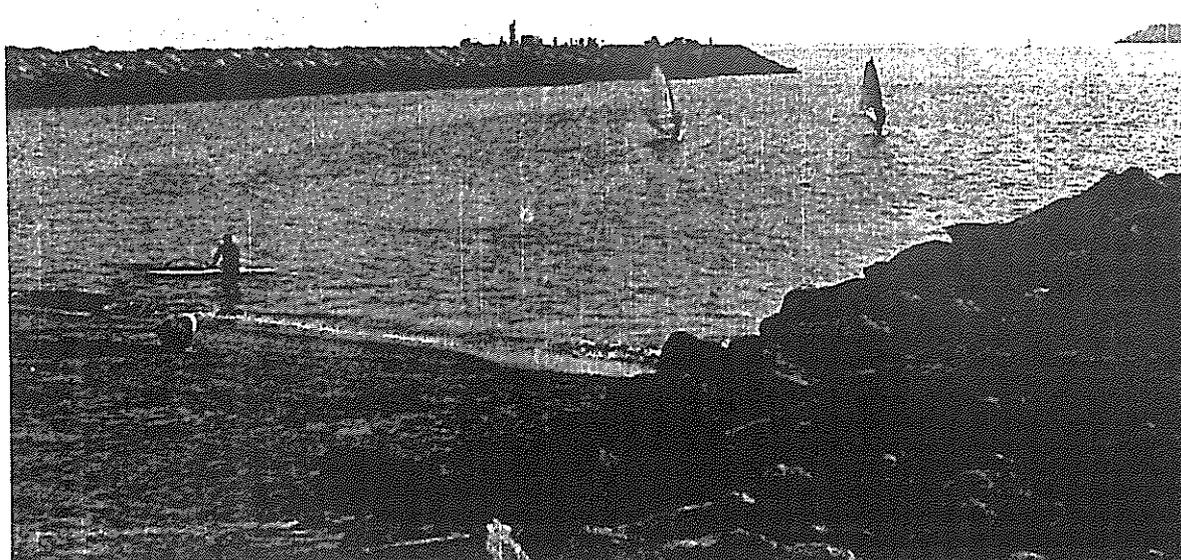
Nesta matéria torna-se essencial o envolvimento de agentes locais sensibilizados para o valor dos recursos aí existentes, como são as associações de defesa do ambiente, as instituições radicadas na área da Serra, nomeadamente as Juntas de Freguesia e as escolas da cidade e do concelho.

Cabedelo

A Praia do Cabedelo, imediatamente a sul da foz do Rio Lima, afirma-se como um Espaço do Mar, vocacionado para a prática de desportos náuticos, como sejam o Windsurf e durante o inverno, o surf e o body-board. Com condições naturais de excepção para a prática destes desportos, beneficia da actual dinâmica e aumento progressivo dos praticantes destas modalidades desportivas que se regista em todo o país.

Em particular, beneficia da presença em Viana do Castelo de um número importante de clubes, associações e federações, ligadas ao ensino, à dinamização e à prática destes desportos. O dinamismo desses clubes conseguiu atrair para Portugal a sede da Federação Europeia de Surf e a Delegação Europeia da Federação Mundial de Bodyboard.

Viana é presentemente um importante pólo nacional da prática destes desportos, já incluída em roteiros da especialidade e palco de competições de circuitos internacionais, como sejam os recentemente organizados campeonatos europeus e mundiais de bodyboard.



A novidade deste tipo de desportos garante-lhes ainda uma significativa margem de crescimento do número de praticantes, e a tradição de Viana do Castelo na prática dos desportos náuticos em geral, confere-lhe uma posição muito competitiva em relação a outros locais igualmente aptos para a sua prática. A grande proximidade da Praia do Cabedelo ao centro urbano de Viana é outro factor positivo a contabilizar na disputa de hegemonia para liderar o panorama dos desportos náuticos.

O Cabedelo é uma importante centralidade dentro da cidade de Viana, capaz de se constituir como um espaço com visibilidade internacional dentro da fileira dos desportos náuticos. Equacionar a problemática do desporto de competição e de alto rendimento em Viana do Castelo, é falar dos desportos náuticos. Para além de uma longa história urbana vivida com o mar, da importância nacional e internacional atingida por estas modalidades desportivas, e do papel de uma importância crescente que o desporto tem na formação individual. O facto de desportos como o futebol, tradicionalmente concentradores de atenções e investimentos, ter uma reduzida preponderância no espectáculo desportivo em Viana, constitui uma oportunidade suplementar para a afirmação dos desportos náuticos. Esta aposta nos desportos náuticos, não significa uma desvalorização das outras modalidades existentes de nível nacional e europeu (designadamente a esgrima, ciclismo feminino, corta-mato, entre outras), pelo contrário deve ser o motor de uma estratégia e afirmação nacional e internacional ao nível desportivo. No entanto, as condições naturais, como já diversas vezes referimos, fazem dos desportos náuticos uma aposta estratégica.

Para além das condições naturais, existe no Cabedelo um parque de campismo que poderá servir como alojamento dos praticantes das modalidades referidas, bem como a proximidade de uma zona residencial de qualidade que lhe confere uma boa integração ambiental. As grandes carências no Cabedelo são ao nível das infraestruturas de apoio às actividades desportivas. Por um lado, equipamentos que viabilizem a afirmação da prática dos desportos náuticos, construídos de acordo com as necessidades de apoio logístico geradas pelos praticantes. A criação de um Posto Náutico ou de uma Escola de Windsurf são outros projectos possíveis para este espaço. Por outro lado, infraestruturas turísticas de apoio que permitam atrair mais pessoas e garantir a este espaço a animação complementar a prática desportiva propriamente dita. A construção destes equipamentos deverá corresponder à sensibilidade ambiental deste espaço, não o comprometendo do ponto de vista paisagístico nem dos seus recursos.

Periferias urbanas

Darque

Areosa

Meadela

	PERFIL	FACTORES	APOSTAS
DARQUE	Zona dormitório, de crescimento urbano desordenado	<ul style="list-style-type: none"> Localização nos anos 70/80 de habitação social Núcleos de habitação precária e degradada (barracás) Desintegração entre tipologias rurais e as novas formas de urbanização Mercado de oferta habitacional de baixo custo Atravessamento da EN13 e da linha de caminho de ferro Existência de zonas expectantes para ampliação potencial do porto de mar (que separam a área urbana do rio) Crescimento "desordenado" sem consolidação de um centro Níveis mais elevados de insucesso escolar Focos de marginalidade social (principalmente nos jovens) 	<ul style="list-style-type: none"> Reabilitação do casco antigo Estruturação do espaço urbano Construção e qualificação de habitação social Valorizar a margem do rio, minimizando impactos de expansão do porto de mar e de novas acessibilidades (rodoviárias e ferroviárias) Promover integração social desta área Reforçar a vida cultural e social local - equipamentos, colectividades e outros agentes locais Criar condições de centralidade a esta zona, de forma a favorecer a sua inserção na cidade
AREOSA	Faixa de crescimento urbano linear, pouco qualificado	<ul style="list-style-type: none"> Expansão urbanística ao longo da EN13 Incompatibilidades de actividades-residência/áreas de transformação e armazenagem de materiais de construção/agricultura (de pequena dimensão) Degradação urbana - falta de equipamentos, desadequação ou falta de infraestruturas Descharacterização da zona de ligação deste eixo com a zona urbana mais consolidada (crescimento em altura, falta de infraestruturas) Falta de elementos urbanos de identificação (praças, jardins, ruas) Insuficiência no comércio/serviços pessoais de proximidade (uso diário) Tendências de degradação da veiga - diminuição da actividade agrícola 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação do espaço urbano (vias, espaços públicos....) Controlar a intensidade de ocupação urbana na zona de ligação com o centro da cidade Protecção e valorização da veiga Promoção de localização de comércio de proximidade Regulamentação da localização de actividades de armazenagem e transformação de materiais de construção Reforço de equipamentos colectivos de base (pré-primário, desporto, recreio e cultura)
MEADELA	Zona de expansão urbana não consolidada	<ul style="list-style-type: none"> Grande pressão de construção/ocupação (principalmente nos anos 80/90) Áreas vazias e expectantes Poucos elementos urbanos de identificação Falta de equilíbrio da ligação desta zona urbana com a área natural marginal ao rio Falta de qualificação dos espaços públicos 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria do ambiente urbano Qualificação dos equipamentos colectivos e sua inserção urbana, e reforço da vida social e cultural Política de colmatção/ocupação de vazios e áreas expectantes Promoção de habitação de qualidade Criar condições de centralidade a esta zona de forma a reforçar a sua urbanidade Valorizar a ligação da zona com o Monte de Sta Luzia e a margem do rio Definir prioridades no plano de investimentos do Complexo Desportivo Apostar numa rede de espaços públicos como condição vital para uma nova centralidade

Periferias Urbanas

Darque

Situada na margem esquerda do Lima, coexistem na freguesia de Darque tipologias diferenciadas de ocupação do solo. Nestas, destacam-se o Porto de Mar, a área habitacional do Cabedelo, o núcleo primitivo da freguesia a nascente da EN 13, e uma zona de expansão recente a poente desta via. Sendo presentemente uma freguesia dormitório da cidade, é notório o desordenamento da expansão da sua malha urbana, que após a construção de habitação social na década de 70, continuou a crescer, através da oferta de habitação a baixo custo. A oferta de habitação, a construção da nova travessia sobre o rio, libertando a ponte metálica para o tráfego de ligeiros e transportes colectivos, e a recente entrada em funcionamento do sistema de transportes urbanos com um significativo número de percursos de ligação ao centro da cidade, contribuem para que Darque continue a ser um espaço de forte pressão urbanística.



O espaço de *periferia urbana* constituído por Darque, é aquele que é composto pela zona de recente expansão, o núcleo original e a margem do rio entre pontes.

Constituindo a entrada sul da cidade, o primeiro elemento de visível falta de urbanidade é a desintegração entre uma tipologia de base rural, que compõe um

aglomerado onde ainda são perceptíveis alguns traços de unidade, e uma área de expansão recente, com construções de fraca arquitectura, que cresceram sem preocupações de criar locais de encontro, equipamentos de bairro, ou quaisquer outros elementos urbanos que confirmem centralidade a este espaço. Darque é presentemente um espaço de crescimento desordenado e não consolidado, onde não é perceptível a existência de um centro. Acrescem a este facto, os atravessamentos da EN 13 e do Caminho de Ferro, elementos desestruturadores do espaço urbano.

A fixação de famílias de baixos rendimentos em habitação social, complementada pelo baixo custo da habitação que é comercializada, e de dois bairros de habitação degradada (barracas), fazem com que aqui existam focos de marginalidade social (principalmente os jovens), e que são confirmados pelos elevados índices de insucesso escolar.

Estão previstos para Darque um conjunto de projectos, que, sem questionar a validade dos objectivos a que se propõem, poderão ter um forte impacte negativo à escala local. O mais importante, é o da possível expansão da área de exploração portuária, como espaço de triagem de mercadorias, na faixa entre pontes. Esta expansão, a verificar-se, romperá a ligação do centro original com o rio, ligação essa que importará revitalizar, se não com intuítos económicos, pelo menos com objectivos lúdicos e desportivos, para além da valorização urbanística e paisagística de que este espaço poderá ser alvo. As novas ligações rodoviárias e ferroviárias ao Porto de Mar poderão ser mais barreiras e elementos de desestruturação urbana. Os projectos de execução destas deverão ter em conta a sensibilidade da área em que se inserem, compatibilizando este factor com as necessidades inerentes aos objectivos que determinam a sua construção, sendo difícil de admitir a intrusão de uma via rodoviária com um perfil que considere apenas as necessidades do tráfego de atravessamento.

Um último projecto de grande importância para a cidade, e mesmo para o Alto Minho, é a construção da plataforma rodo-ferroviária a sul do espaço mais urbanizado. No entanto, este é um projecto típico de zona suburbana, com movimentação e depósito de mercadorias a que corresponderá um volume de tráfego significativo, cujo impacte importa minimizar.

Pensar em Darque, significa pensar num espaço periférico, com graves problemas urbanísticos com uma correspondência ao nível social, e onde estão previstas

intervenções de agentes externos que dificilmente criarão urbanidade e dignificarão este espaço.

A grande aposta para este espaço, será criar condições de centralidade por forma a favorecer a sua inserção na cidade. Conseguir-lo, passa pela:

- reabilitação do núcleo original e a integração neste da zona das escolas;
- estruturação do espaço urbano no perímetro de urbanização mais recente;
- aparecimento de espaços de sociabilidade e de elementos físicos de estruturação que promovam a relação entre as pessoas e o meio construído.

A qualificação de uma zona periférica como Darque será fundamental numa cidade como Viana. Cidade que se quer afirmar num espaço territorial alargado, mas que terá que ser solidária dentro de si. A remota tradição de uma certa independência em relação à *cidade*, faz com que Darque possua uma tecido associativo relevante que importa revitalizar, sendo um elemento da grande importância na integração social e cultural de pessoas com duas origens distintas: por um lado, as que se identificam com este espaço por o conhecerem de sempre; por outro, aqueles que aqui só vêm dormir, fazendo vida na centro da cidade.

A qualificação urbana, e o reforço da actuação das colectividades culturais e recreativas, poderão contribuir para amenizar as tensões sociais existentes, promovendo a integração daquela que é a área onde os problemas de marginalidade mais se fazem sentir em todo o perímetro urbano de Viana do Castelo.

A prevista construção de habitação social é outra aposta importante, devendo cuidar-se a integração social de um espaço onde conviverão um número crescente de famílias com baixos rendimentos, através da criação de serviços de apoio pessoal, mesmo domiciliário, particularmente a grupos mais vulneráveis como os jovens e os idosos.

Como elementos de maior visibilidade para a cidade, existentes em Darque, contam-se o centro antigo e a margem ribeirinha entre pontes. Deverá ser uma prioridade de actuação para Darque, inverter a aparente inevitabilidade de o Porto de Mar crescer sobre esta faixa de fronteira fluvial. A evolução previsível do tráfego do Porto de Mar, permite-nos afirmar ser remota a verdadeira necessidade de a infraestruturas portuária crescer para montante da ponte metálica. Este espaço deverá ser valorizado, como

aquele que tem um maior potencial de ser uma nova centralidade, com uma componente ambiental e de fruição do rio, a que poderá estar associada a construção da Pista Olímpica de Remo, como está previsto em PDM.

A concretização destas apostas, será determinante para que Darque não seja a "entrada sul" de Viana, mas uma freguesia da cidade por direito próprio.

Areosa

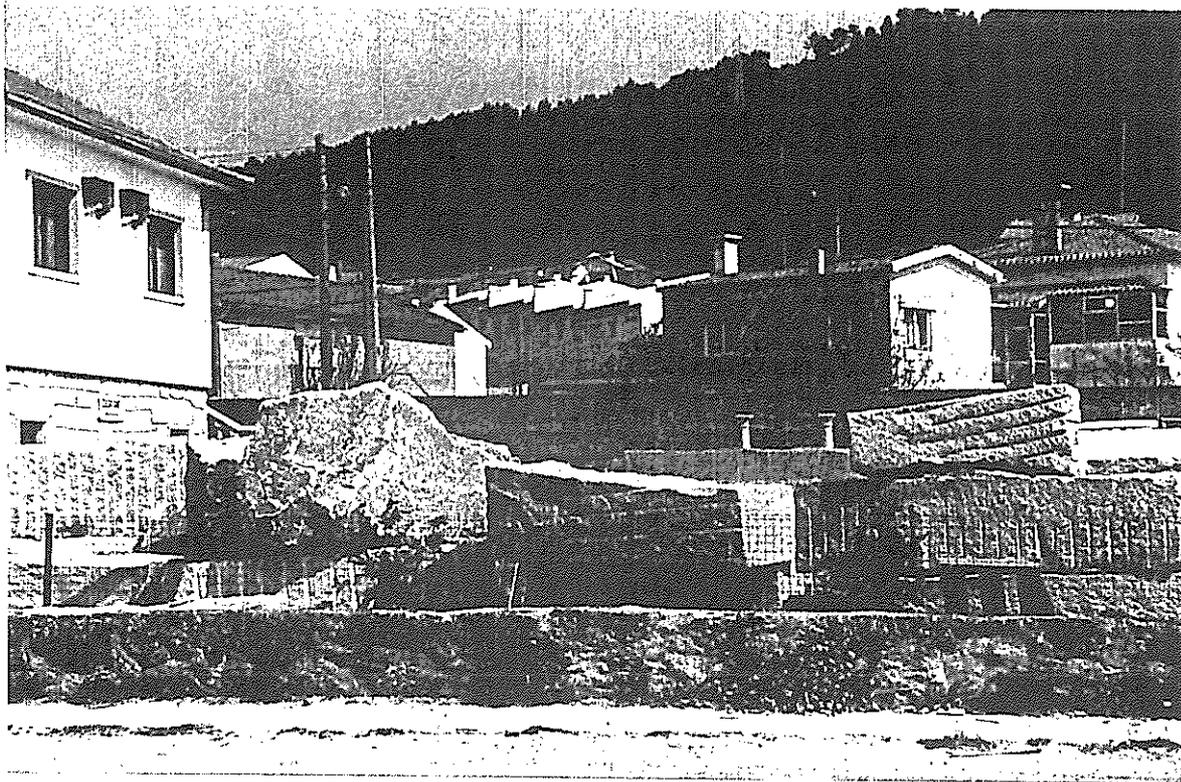
Sensivelmente desde finais do século passado, Viana do Castelo passa a contar com duas infraestruturas fundamentais para o seu desenvolvimento, a linha de Caminho de Ferro (linha do Minho desde 1978) e a Estrada Nacional 13 (estrada para Caminha desde 1857). Nas últimas décadas, o crescimento da cidade tem-se feito sentir ao longo deste eixo viário principal, de atravessamento da cidade, nomeadamente na sua entrada norte.

Este crescimento da cidade para norte, na freguesia da Areosa, foi condicionado pelos elementos naturais que estruturam esta faixa costeira ou frente de mar. A ocupação progressiva do território deu-se numa área relativamente estreita, entre a faixa litoral/veiga e a Serra de Santa Luzia, na sua vertente oeste. Actualmente e de acordo com o Plano Director Municipal, esta faixa urbanizada, encontra-se encravada entre áreas de reserva agrícola nacional, na orla marítima e uma área de reserva ecológica nacional, o Parque da Serra de Santa Luzia. Estas duas condicionantes, vêm adicionar-se às construções que o perfil da Estrada Nacional que a transpõe e o atravessamento da linha de Caminho Ferro lhe continuam a impor.

O desenvolvimento longitudinal da zona norte da cidade fez-se de forma linear, sem as devidas opções em termos urbanísticos e de forma pouco qualificada. A área é ocupada predominantemente por habitações unifamiliares com 2 pisos, coexistindo conjuntos de construções resultantes de loteamentos com outras construções isoladas, de características mais rurais.

Em termos de estrutura viária, esta assenta basicamente em dois eixos de sentido longitudinal, a EN13 e a estrada (para o interior daquela) que liga Monserrate a Ribeira do Pêgo, sobre as quais se apoia uma inúmera rede de caminhos, alguns deles

de perfil rural. Não existe desta forma qualquer tipo de hierarquização viária, o que agrava os factores de conflitualidade entre os dois tipos de circulação coexistentes, local e de atravessamento (ligação Porto-Valença), que descarregam simultaneamente no eixo principal, que é a EN13.



Estamos em presença de um tipo de ocupação rural. A forma como evoluiu urbanisticamente, impediu que surgissem dentro desta área, elementos urbanos de identificação, como são as praças, os jardins e outros espaços públicos de encontro e de lazer. Contudo os lugares, como a Igreja, os largos, as ribeiras, os moinhos, mantêm uma grande importância na caracterização rural desta área.

Para além disso, o processo de urbanização foi em geral alheio a critérios de qualificação do ambiente urbano, verificando-se que, apesar de os espaços privados serem bem tratados, o espaço público é objecto, por parte dos residentes e dos responsáveis públicos, de abandono e de degradação.

Recentemente, tem-se vindo a verificar uma descaracterização na área de ligação deste eixo urbanizado com a cidade, dentro do seu espaço mais coeso. Isto deve-se à forte pressão construtiva que se tem verificado neste nó de ligação, onde predominam edifícios de cêrceas mais elevadas e de maior volumetria, na sua maioria,

ocupados com apartamentos para residência e áreas comerciais nos pisos térreos. Nesta área houve uma violenta ruptura com o meio rural.

Apesar de se tratar de uma área da cidade onde predomina a função residencial, no que respeita ao eixo da EN13, tem-se manifestado uma forte implantação de actividades produtivas e de serviços, consumidoras de grandes áreas e que, por essa razão, procuram zonas de periferia urbana. Trata-se principalmente de actividades de armazenagem, nomeadamente de materiais de construção, de transformação de minerais, casos dos granitos e das mármore, e do comércio de automóveis. Este perfil funcional é, também ele, factor importante de descaracterização da paisagem urbana desta zona e para além disso, em certos casos, factor de incompatibilização com as funções residenciais.

O crescimento urbanístico desta área norte da cidade, careceu em certa medida de um crescimento articulado de equipamentos e serviços de primeira necessidade para a população residente. Verifica-se a insuficiência do comércio e dos serviços pessoais de uso diário, como se manifestam as insuficiências em termos de infraestruturas básicas, redes de abastecimento de água e de esgotos e em termos de equipamentos colectivos, mantendo-se uma forte dependência face à área central da cidade.

A necessidade de criar factores e condições de centralidade nesta faixa da cidade, assegurando equilíbrios (físicos, funcionais e socio-culturais) globais, que de outro modo estarão em causa, aponta para um conjunto de apostas de qualificação e valorização desta zona, potenciando nomeadamente os seus valores paisagísticos e recursos naturais.

Esta faixa insere-se numa frente atlântica que se estende desde o Porto de Mar de Viana do Castelo até Caminha, de enorme valor cénico e de ambiente natural significativo. Trata-se portanto de uma localização ambientalmente e paisagisticamente privilegiada, dentro do espaço urbano, apesar de ela própria, se manter excessivamente agressora desses valores.

Impõe-se deste modo, que o processo de emparcelamento agrícola que se desenvolveu na veiga litoral (entre a EN13 e a orla marítima) seja continuado com acções de protecção e valorização da mesma, para além da criação de infraestruturas de

saneamento e de abastecimento de água e de serviços de recolha de resíduos sólidos compatíveis.

É prioritária a estruturação da rede viária, criando nomeadamente uma rede secundária que permita separar diferentes tipos de circulação. Para além disso, impõe-se tomar medidas de qualificação do espaço urbano, melhorar os arruamentos com criação de passeios, criar praças e jardins públicos e reforçar os equipamentos colectivos de nível básico. A expansão urbana e o desenvolvimento desta área deve assegurar e preservar o seu perfil e a sua identidade ainda marcadamente rural.

No que respeita à rótula de ligação com o centro consolidado da cidade, junto a Monserrate, é urgente protegê-la face a novas situações de desinserção visual e a rupturas volumétricas. O aumento dos índices de ocupação exigem medidas coerentes no domínio da circulação e estacionamento e na criação de áreas verdes urbanas, neste último caso, evitando situações que contrariem a imagem de Viana como cidade saudável.

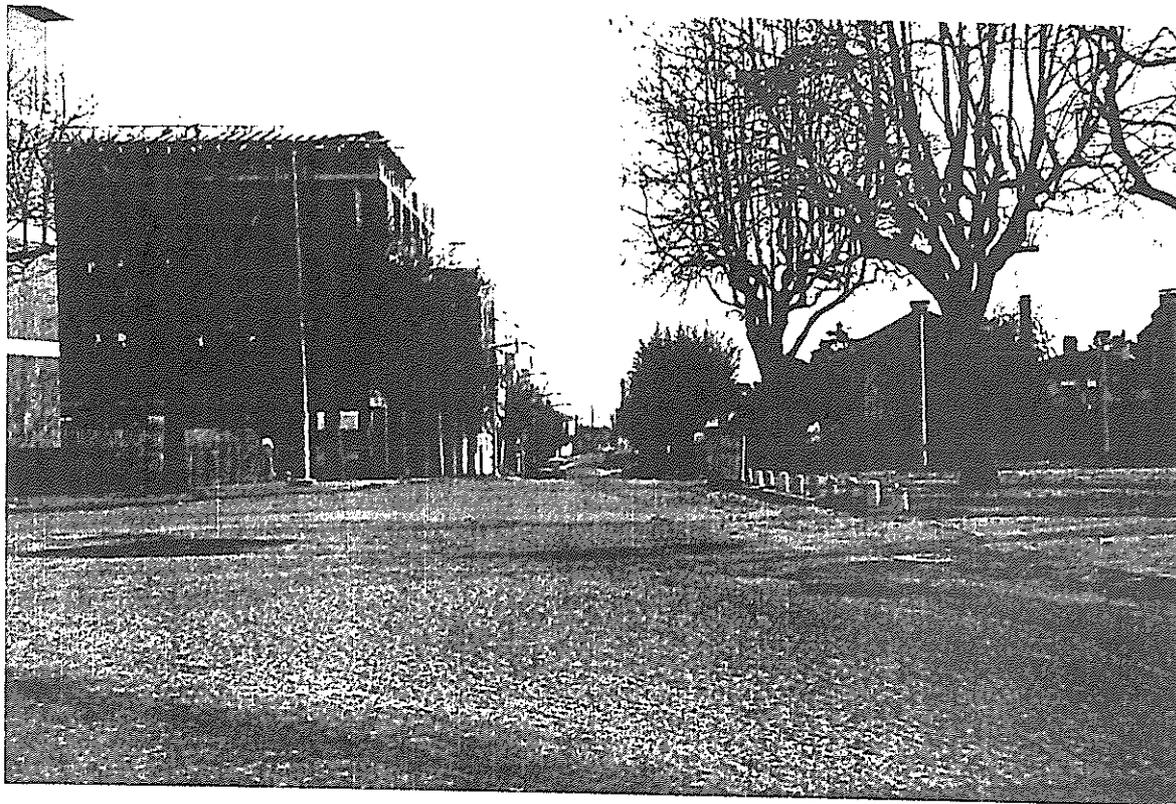
Complementarmente aos aspectos urbanísticos e físicos, as questões funcionais devem ser também equacionadas, no sentido de eliminar focos de incompatibilidade e de agressão urbana. A aposta neste sentido passa pelo ordenamento da localização das actividades de armazenagem e de transformação de produtos primários.

Meadela

A cidade cresce ao longo do Rio na margem Norte, através do prolongamento linear (ao longo da EN 202) para a Meadela, território razoavelmente integrado na cidade. Este vector de crescimento urbano foi fortalecido pela nova ponte sobre o rio Lima e é o elemento estruturador que vai potenciar a urbanidade da área envolvente entre pontes.

A expansão urbana registada nas últimas duas décadas fez-se em pequenas rupturas com o tecido rural tradicional, num quase abandono pelos espaços públicos e com uma falta de equilíbrio na ligação do espaço urbano da Meadela com a área natural marginal ao rio, um corte traçado pela recente rede viária.

Com a construção das novas vias de acesso à cidade, esta área ganhou em acessibilidade ao exterior e à cidade, fazendo deste espaço uma área preferencial de expansão. O pequeno centro cívico, com a Igreja e o Campo da Feira, e a preservação de algum património edificado e cultural contribuíram para que se não perdesse uma identidade local e para que esta área periférica (pela sua localização) se integre e articule de uma forma mais ou menos harmoniosa com a cidade. A riqueza cultural e associativa organiza uma animação cultural de raiz local que também tem contribuído para a coesão social deste território.



Registam-se hoje modificações importantes nas exigências de qualidade do espaço urbano - sobrepondo e ultrapassando as exigências restritas ao espaço da habitação - que desenvolvem mecanismos de preços no mercado de habitação pautados por referências físicas e arquitectónicas, por uma eficácia dos serviços urbanos e por uma qualidade urbanística da envolvente. O mercado de habitação de qualidade está a dar sensíveis sinais de expansão, oriundo, já não do investimento da emigração, mas de alguma capacidade de investimento dos profissionais liberais, professores e empresários.

A cidade de Viana do Castelo ao querer desenvolver uma política de atracção e de fixação de quadros médios e superiores, formados no exterior ou no Instituto Politécnico local, deve dar uma atenção especial à habitação, que a par do emprego, venha a constituir um dos elementos mais fortes para a implementação de uma estratégia de fixação de população.

Nesta cidade, e designadamente nesta área, as opções com alguma qualidade têm-se orientado em dois sentidos:

- por um lado, pela preferência na construção de edifícios baseados numa unidade de agregação do tipo quarteirão, para uma definição mais eficaz do espaço exterior de condomínio que aposte no tratamento dos seus espaços exteriores, podendo assim garantir uma melhor qualidade e gestão do espaço urbano (público e privado).

- por outro lado, assegurar que a urbanização por operações de loteamento para habitação unifamiliar, que continua a fazer parte das aspirações de um grande número de vianenses, sejam capazes de manter uma unidade morfológica no seu conjunto. Com esta medida pretende-se evitar a fragmentação do tecido urbano em unidades de loteamento, incapazes de estabelecerem uma lógica de conjunto, ou seja um sentido urbano.

Assim cabe à autarquia, mais uma vez, assumir o seu papel na consolidação de uma política urbana para o espaço público, através da definição de regras para a edificação (tipos, usos, alinhamentos, cercea, afastamentos...) e do desenho/projecto dos elementos de continuidade (ruas, avenidas, praças, jardins...) ultrapassando a lógica pontual do loteamento para a sua integração no meio urbano.

Esta motivação demonstra que uma política orientada para a melhoria do espaço urbano, apostando na qualificação dos espaços públicos e no desenvolvimento de uma centralidade em Meadela, através da qualificação dos equipamentos colectivos de base, promoção de comércio de proximidade e reforço da vida social e cultural constitui um investimento indirecto na política de habitação, pelo efeito indutor na reabilitação do património edificado e no investimento privado.

Por outro lado, o Município pode desenvolver um quadro de concertação com alguns grandes proprietários desta área, de forma a incentivá-los para a promoção de habitação de qualidade capaz de transformar Meadela num espaço de forte atracção residencial. Neste sentido, há que criar condições para que os promotores privados se sintam motivados ao investimento e à construção de qualidade.

O Complexo Desportivo Regional de Viana do Castelo, em construção entre a Abelheira e a Cova, insere-se na política de promoção de uma centralidade urbana para o sector nordeste da cidade. Relativamente a este projecto, realçamos a diversidade de práticas desportivas que esta infraestrutura poderá vir a proporcionar à cidade, designadamente os campos de ténis, uma piscina coberta e outra descoberta e percursos de manutenção na envolvente verde de elevado valor natural e paisagístico.

O projecto de construção de um centro de estágio poderá também ser rentabilizado pela dinâmica que vierem assumir na cidade os desportos náuticos. A reconversão de uma casa rural e manutenção das suas hortas e pomares, articulados com o Monte de Sta Luzia e o projecto do Parque da Cidade, junto à margem do rio, poderão vir a desenhar uma oferta interessante em torno do desporto, do ambiente e do espaço rural.

Aumentar a centralidade deste espaço, através de uma aposta baseada na oferta de habitação de qualidade e numa nova centralidade desportiva para a cidade, num contexto urbano em vias de ser qualificado, é a meta que o município pretende atingir a médio prazo na Meadela.

Ritmos urbanos

Cidade Comercial

Cidade Cultural

Cidade Fluvio-marítima

Cidade Portuária

Cidade de Emprego

Cidade de Formação

Cidade de Cooperação com os Palop's

Cidade Saudável

PERFIL	FORÇAS	TEMPOS	ACTORES	Afirmação Externa	APOSTAS
CIDADE COMERCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmção na região envolvente • Tendências para uma certa especialização do comércio • Feira • Artesanato de qualidade (botaços e louça) • Existência da grande superfície comercial 	<ul style="list-style-type: none"> • Animação diurna durante a semana 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Empresarial e AIM • Empresários nos ramos de: curvessaria, vestuário, artigos náuticos, distribuição de peixe fresco e artesanato • IPVC 	<ul style="list-style-type: none"> • Área de influência do comércio de desportos náuticos • Promoção do congresso de gastronomia 	<ul style="list-style-type: none"> • Feira regional (fim-de-semana) • Extensão/ Flexibilização dos horários de comércio e restauração; similares • Qualificação do comércio • Profissionalização nos sectores de comércio e restauração
CIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Património edificado e arqueológico • Valores da cultura regional, nomeadamente manifestações da cultura popular (foclore) • Oferta cultural em áreas específicas - teatro/Cº Teatro Noroeste; Festiviana • Tendências de consolidação de uma fileira de formação artística: música, teatro, imagem (cine, vídeo), conservação e restauro • Tradição de consumo cultural latente na população • Animação museológica em torno do património cultural local (cerâmica, trajes e artesanato) 	<ul style="list-style-type: none"> • Animação de verão (Maio-Setembro) 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal • Cº Teatro Noroeste • Centro Cultural do Alto Minho • Academia de Música/ Escola Profissional de Música • Comissão Regional de Turismo do Alto Minho • Museu Municipal de Viana do Castelo • Instituto da Juventude • Biblioteca Municipal de Viana do Castelo • Jornais e rádios locais • Centro de Estudos Regionais • Associação dos Grupos Focloricos do Alto Minho 	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação entre a Academia de Música e o Conservatório Superior de Música de Lyon • Realização do Festiviana • Festas da Sª Agonia • Feira Internacional de Artesanato • Participações em Festivais de Foclore 	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação e profissionalização dos principais agentes culturais e reforçar vida artística da cidade • Melhoria da rede de equipamentos • Garantir regularidade e qualidade da programação cultural • Salvaguardar património cultural e reforçar a identidade • Promoção no exterior • Serviço de apoio à actividade cultural • Investigação, valorização e divulgação do Foclore
CIDADE FLUVIO-MARÍTIMA	<ul style="list-style-type: none"> • Estado de preservação dos recursos ambientais • Existência de clubes e associações vocacionadas para a fruição do mar e das suas margens; marginais • Infraestruturas náuticas • Tradição local de práticas náuticas e de fruição do mar • Capacidade de atracção face a região envolvente • Oferta de formação de pesca submarina e mergulho 	<ul style="list-style-type: none"> • Animação de verão 	<ul style="list-style-type: none"> • Associações Desportivas e Recreativas Locais • Associações de Defesa e Protecção do Ambiente • Federação Portuguesa de Surf • Delegação Europeia da Federação Mundial do Bodyboard • Sede da Federação Europeia de Surf • Câmara Municipal • Junta Autónoma de Portos do Norte • Instituto da Juventude • Escolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Campeonato Nacional, Europeu e Mundial de Bodyboard (1994) • Provas do circuito nacional de surf organizadas em V.C. e outras cidades do País • ARCO-lugar de top no ranking nacional • Organização de campos de trabalho a nível nacional e internacional, dentro da área do ambiente • Campeonato Europeu de Jet-Sky • Campeonato Mundial de Vela (1988) 	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestruturação e recuperação de algumas infraestruturas portuárias • Promover a concertação/cooperação institucional em torno de projectos • Desenvolver uma estratégia de marketing (interna e externa) • Melhorar o diálogo cidade-normar • Diversificar e consolidar a oferta de formação na área de desportos náuticos e aquáticos. • Dinamizar a produção local de equipamentos e material para os desportos náuticos

<p>CIDADE SAUDÁVEL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do espaço urbano e enquadramento ambiental • Boa imagem do hospital, associada aos recursos humanos e equipamentos que possui • Dinâmica da Escola de Enfermagem, com as apostas nas fileiras da saúde escolar e dos idosos • Dinâmica das associações ligadas à saúde e ao ambiente • Processos de concertação local para a defesa e valorização da qualidade de vida 	<ul style="list-style-type: none"> • Associações de Defesa e Protecção do Ambiente • IPVC • Instituto de Juventude • Associação Empresarial e AIM • Centros de Saúde • Hospital de Viana do Castelo • Escola de Enfermagem • Hospital de Viana do Castelo • Associação dos Deficientes (APPACDM) 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Europeia de Cidades Saudáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade e o nível de atendimento dos serviços urbanos • Controlo de problemas e impactos ambientais urbanos no quadro da promoção da imagem de cidade não poluída • Reforçar os serviços de Segurança e Protecção Civil • Promoção de políticas preventivas de saúde, em especial nas escolas • Abertura do hospital à comunidade • Reorientar os serviços de saúde • Articulação entre o hospital e os centros de saúde • Criação de uma escola de técnicos de saúde • Criação de um gabinete de apoio ao idoso, envolvendo diferentes instituições • Promover uma política de protecção a imigrantes e minorias étnicas • Promoção de uma política de integração de grupos sociais vulneráveis • Promoção de programas de implementação das normas europeias de protecção, higiene e segurança no trabalho
------------------------	--	---	--	--

CIDADE PORTUÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> Especificidade em torno dos navios de médio porte Terminais roll on-roll off e de granitos Projecto de expansão da capacidade do porto Competências na construção naval 	<ul style="list-style-type: none"> Animação diurna 	<ul style="list-style-type: none"> Junta Autónoma de Portos do Norte Capitania Estaleiros Navais de Viana do Castelo Câmara Municipal J.A.E. C.P. Alfândega Empresas Industriais Operadores e empresas de distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> Quota do mercado internacional das construções navais 	<ul style="list-style-type: none"> Afirmção regional para o transporte de navios de médio porte Afirmção num espaço supra-regional em fletas de transporte especializadas Limitar a expansão do porto ao espaço a juzante da ponte metálica Consolidação de um "cluster" em torno da construção naval Equilíbrio do diálogo urbano entre a cidade e o porto Projectos de melhoria da acessibilidade- infraestruturas rodovias e ferroviárias
CIDADE EMPREGO	<ul style="list-style-type: none"> Principal pólo empregador do Alto Minho, em crescimento Aumento do emprego na construção e obras públicas e no comércio a retalho Peso dos profissionais mais qualificados mais significativo que no território de proximidade e em algumas cidades do sistema urbano em que se insere Aumento da taxa de actividade Estrutura equilibrada de emprego entre os sectores secundário/terciário 	<ul style="list-style-type: none"> Animação diurna 	<ul style="list-style-type: none"> Centro de Emprego A.I.M. Associação Empresarial Portucel, Estaleiros Navais de V.C., Caolmal e outras empresas Escolas Profissionais Associações Sindicais 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperação transfronteiriça Atracção de investimento externo 	<ul style="list-style-type: none"> Fixação de industriais que beneficiem da proximidade do Porto de Mar Afirmção regional como pólo empregador Qualificação dos sectores mais representativos Criação de um "cluster" em torno da fletaria do turismo (alojamento/Alojamento/Animação/Promoção)
CIDADE FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Pólo de concentração da oferta de ensino superior no contexto do Alto Minho Especificidade da oferta de formação em torno do turismo e da cerâmica Emergência de dinâmica de oferta de cursos superiores especializados nas áreas de engenharias e da gestão e da organização Peso significativo do ensino tecnológico e profissional no contexto do ensino secundário Projecto de criação de um centro de formação profissional Existência de ensino artístico-Escola Profissional de Música 	<ul style="list-style-type: none"> Ano lectivo 	<ul style="list-style-type: none"> IPVC Forpescas Escolas Profissionais Centro de Formação Profissional 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperação com instituições estrangeiras ao nível do ensino superior Cooperação transfronteiriça 	<ul style="list-style-type: none"> Consolidação de uma fletaria de formação na área do turismo Valorização do ensino superior e aumento da sua visibilidade no exterior Reforço da cooperação entre estruturas de formação e investigação Animação de projectos de cooperação entre as estruturas de formação e outras organizações Valorizar as estruturas artísticas com oferta de formação
CIDADE COOPERAÇÃO COM OS PALOP	<ul style="list-style-type: none"> Dinâmica de cooperação para a formação profissional (pescas) e superior (agricultura, turismo e enfermagem) com Cabo Verde Existência de uma joint-venture entre os Estaleiros Navais e os Estaleiros de S. Vicente (Cabo Verde) Missão comercial e empresarial com Angola Relações comerciais regulares 		<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal AIM e Associação Empresarial IPVC Forpescas Estaleiros Navais e outras empresas 		<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e consolidar as formas de cooperação com os PALOP Afirmar-se com o centro exportador de Know-how em sectores específicos, designadamente a construção civil e a construção naval Aumentar a quota de mercado nas exportações por via marítima

Ritmos Urbanos

Cidade Comercial

O comércio das cidades do Porto, Braga e Vigo são pólos fortemente concorrenciais para este perfil de cidade comercial. Em Viana do Castelo, o comércio em geral, excluindo certos sectores que iremos referir de seguida, é em geral fraco e pouco inovador. No entanto, embora a iniciativa comercial seja pouco receptiva à mudança e tenha uma fraca competitividade relativamente a outras centralidades comerciais regionais, nos últimos anos a cidade comercial tem vindo a afirmar-se na região envolvente.



A qualificação e especialização do sector comercial e da restauração são uma das componentes principais na melhoria do espaço urbano e constituem matéria imprescindível para aumentar a atractividade turística. A extensão e flexibilização dos horários de comércio, restauração e similares, e a profissionalização do comércio e da restauração são matéria prioritária para estes sectores.

Em termos globais, só alguns ramos comerciais parecem ter capacidade para aumentar a especificidade e visibilidade desta cidade.

O primeiro que enunciamos é o comércio de ourivesaria e relojaria, representado por um número de estabelecimentos com uma dimensão e uma qualidade que ultrapassam o nível médio das nossas cidades médias. A qualidade da ourivesaria apresentada, uma aposta consciente e estratégica em produtos de ourivesaria portuguesa, sobretudo realçando o design tradicional, designadamente em filigrana, e um mercado de consumo ainda a não apresentar tendências para diminuir ou uma viragem drástica para produtos de ourivesaria de *design* italiano, só prestigiam este ramo comercial. Há uma forte cultura de uso de artigos de ourivesaria que poderá ser traduzida num elemento de uma estratégia urbana a desenhar.

Outro sector comercial importante, não pelo número de estabelecimentos, mas pela sua raridade em cidades, mesmo litorais, com esta dimensão, é o comércio desportivo náutico. Alguns destes estabelecimentos parecem apresentar uma estratégia que ultrapassa o local, pois o mercado de Viana é de pequena dimensão e com fraca capacidade de consumo. Actuam no mercado nacional através de mailings, com uma forte implantação ao nível regional, sobretudo na cidade do Porto, Barcelos e Braga e na Região da Galiza (aqui, para estabelecimentos comerciais e não directamente ao consumidor). As lojas comerciais têm boas ligações com os clubes locais, apoiam e dinamizam o desenvolvimento da prática do desporto náutico e são os pivots e os animadores iniciais destas actividades. Podemos concluir que uma estratégia da cidade no desporto náutico tem interlocutores e investidores comerciais locais capazes de contribuírem para a sua expansão.

O comércio de vestuário é normalmente referido como um factor de atractividade das cidades. As cidades do Porto, Braga e Vigo jogam aqui uma estratégia comercial muito agressiva na qual Viana do Castelo teria grandes dificuldades em concorrer.

Este sector deve acompanhar, por um lado, o desenvolvimento da capacidade de consumo local e regional, e, por outro, o desenvolvimento da capacidade de atracção turística desta cidade e região. Os fins de semana representam quase os únicos tempos livres que as pessoas que trabalham disfrutam para fazer as suas compras. Por isso, o comércio deverá conseguir responder às necessidades de consumo do turista de fim de

semana, pois é nestas ocasiões que há uma maior predisposição para o consumo. Nos últimos anos o "franchising" veio dinamizar o comércio sobretudo vocacionado para as camadas mais jovens e desportivas, estando a cidade razoavelmente servida. Relativamente ao vestuário mais formal, as opiniões não são consensuais: lamenta-se sobretudo a fraca diversidade de produtos e os preços superiores aos praticados nas cidades concorrentes. Assim, a capacidade de fixação do consumo local e regional ainda é uma tarefa prioritária para a estrutura comercial desta cidade.

O comércio de peixe e a restauração especializada em peixe fresco deveriam constituir elementos de uma aposta estratégica para a cidade. Não existe hoje nenhuma peixaria na cidade, excluindo no mercado. A restauração especializada em peixe fresco também é muito limitada e a que existe não tem ao seu dispôr canais de divulgação e apoio à sua actividade. A Autarquia, a Associação de Municípios e a Comissão Regional de Turismo do Alto Minho deveriam ter uma atitude mais envolvida nestas duas actividades, pois elas podem contribuir para aumentar a visibilidade da cidade e da região no exterior. Naturalmente que esta aposta não desprestigia a oferta tradicional de gastronomia de Viana do Castelo e da sua envolvente Alto Minho, pelo contrário, pode contribuir para dignificar e fortalecer a oferta de gastronomia regional.

Viana do Castelo, sendo o centro de uma Região de Turismo de grande riqueza de artesanato, bordados e louça tradicional, tem assistido passivamente a um processo de degradação da qualidade da oferta. Assim, a estrutura comercial está envelhecida, o artesanato disponível é de má qualidade, no que respeita ao bordado, tecido, cerâmica, cores e desenhos, e está a ser substituído por artigos estampados, utilizando uma diversidade e confusão de motivos e origens. Apostar no produto tradicional do Alto Minho, aumentar a qualidade dos produtos apresentados, criar mecanismos para a certificação e internacionalização do produto regional, e apostar numa oferta comercial menos extensiva, mas mais qualificada, inovadora e profissional, deverão ser prioridades a cumprir.

No sector do turismo, a actual situação dos serviços que lhe estão associados (hóteis, agências de viagens, promotores turísticos, etc) são fortes estrangulamentos ao desenvolvimento do sector. Qualificar os activos da hotelaria e similares de forma a melhorar a qualidade do atendimento e dos serviços prestados é uma prioridade nesta matéria. Inovar a oferta, apostar em novos produtos turísticos, aumentar a formação e a

concertação entre instituições são peças igualmente importantes para a afirmação de Viana, Cidade Comercial.

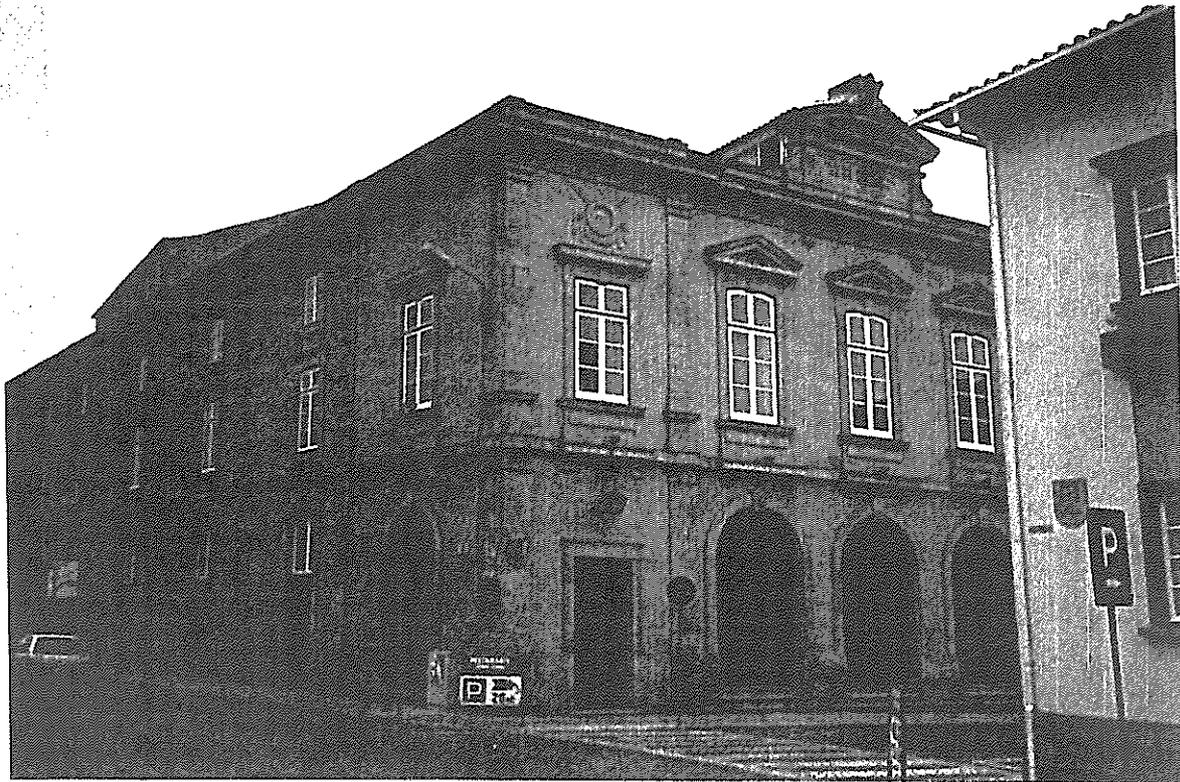
A Feira de sexta feira é pólo de atracção regional, e representa a motivação para uma deslocação semanal à cidade da área envolvente. A força de atracção desta oferta tem vindo a atenuar-se, o que naturalmente está associado a novas exigências em matéria de consumo. As *feiras* no norte de Portugal têm ainda um valor simbólico que ultrapassa a dimensão comercial e são momentos de forte conviabilidade social. Neste sentido, ganhará consistência a oferta de uma feira com uma organização e uma identidade urbana e regional muito própria. Esta feira estaria vocacionada para os produtores da pequena agricultura familiar e para os produtos de artesanato regional. Com esta iniciativa a cidade solidarizava-se com a sua região e desenvolvia uma prática indissociável da preservação da qualidade ambiental e da preservação da identidade regional.

Cidade Cultural

Viana do Castelo mantém-se ainda hoje como centro principal na afirmação etnocultural de toda a região do Alto Minho. A cidade é detentora de um riquíssimo património edificado, monumental e arqueológico e etnográfico, é palco de inúmeras manifestações de cultura e expressão cultural tradicional com qualidade e tem-se demonstrado capaz de acalantar e de gerar algumas novas dinâmicas culturais de valor artístico significativo.

A imagem tradicional de Viana do Castelo está associada aos valores da etnografia e do folclore. As cerâmicas regionais, o artesanato dos bordados, os trajes, as ourivesarias tradicionalmente usadas pela população feminina, as danças e cantares locais e regionais, projectaram Viana do Castelo no exterior e continuam ainda a ser factor da sua internacionalização. Refira-se as participações que se efectuam em festivais de folclore internacionais e no estrangeiro, a atractividade nacional que as Festas de N.ª. Senhor d'Agonia mantêm e o recente aparecimento de uma feira internacional de artesanato. A afirmação tradicional da cidade dentro deste quadro de referências, tem sido principalmente promovida pela Comissão Regional de Turismo, com o apoio de variadíssimas colectividades locais.

Nas duas últimas décadas, a cidade tem assistido ao desenvolvimento de novas fileiras de produção e animação cultural, dentro de áreas artísticas diferenciadas. A evolução destas dinâmicas não deve ser prejudicada pelo desenvolvimento da cultura de massas, associado a consumos e lazeres juvenis e, por vezes, apenas centrado na música ligeira. A heterogeneidade e a qualidade, sobretudo de áreas artísticas diferenciadoras, serão determinantes na afirmação cultural desta cidade no sistema urbano regional.



Mas existem condicionantes de outra ordem, que têm dificultado seriamente a afirmação e qualificação dos principais agentes culturais, não públicos, como é o caso da Companhia de Teatro Noroeste, da Academia de Música, do Centro Regional do Alto Minho, do Centro de Estudos Regionais. O Instituto da Juventude tem desempenhado um papel muito importante direccionado para o apoio à "cultura jovem".

São principalmente condicionantes associadas à grande debilidade dos recursos existentes, em matéria de infraestruturas, de profissionalização dos agentes, de capacidade de financiamento de programas e novos projectos, que têm limitado o desenvolvimento do "espaço cultural" em Viana do Castelo. A cidade carece de espaços com vocação cultural, nomeadamente para espectáculo, exposições artísticas e ensino e

formação. A grande maioria dos seus agentes culturais não possuem instalações adequadas e propiciadoras da sua expansão.

A cidade tem conseguido melhorar as formas de protecção e divulgação/promoção do seu património cultural, quer edificado, quer património móvel ou oral e escrito. Neste campo tem sido muito importante o papel que assumiram as instituições públicas, nomeadamente a Câmara Municipal, no que respeita a projectos museológicos desenvolvidos, no Museu Municipal, ou em curso, e à política de promoção da leitura, na Biblioteca Municipal.

No que respeita às áreas de expressão artística, existem tendências para a consolidação de uma aposta na formação e profissionalização. A criação da Escola profissional de música e os diversos projectos associados a esta e a Academia de Música, as intenções de criação de uma escola ou de áreas de formação no teatro, as perspectivas que o Instituto Politécnico coloca na abertura de uma área de formação artística, ligada nomeadamente à conservação e restauro do património, à imagem e vídeo, são dinâmicas que o confirmam.

O aumento da população na cidade e, sobretudo a sua diversificação com a instalação do ensino superior, foram vectores importantes na recomposição social dos públicos potenciais e, constituem factores importantes na requalificação da oferta cultural e lúdica da cidade. Talvez a mudança mais evidente se tenha verificado nas formas de convivialidade e lazer. No entanto, é perceptível na cidade uma tradição de consumo cultural, que se mantém latente na população, que a Companhia de Teatro Noroeste e, mais esporadicamente outros actores culturais urbanos, têm conseguido com maior ou menor sucesso despertar.

A cidade, no entanto, está ainda sujeita a uma falta de regularidade dos acontecimentos e das ofertas culturais, com uma forte incidência na época de Verão. O Festiviana é dos acontecimentos, aquele que maior projecção externa tem tido, organizado pela Câmara Municipal, sob coordenação do realizador Lauro António, com envolvimento de outros actores locais. A Feira do Livro, a Trienal Latina, a Feira de artesanato, a animação de verão, são outras das ofertas da cidade, mas de nível local/regional.

No campo da afirmação externa, são ainda muito emergentes as iniciativas que a cidade e os seus agentes têm realizado. É de destacar pelo carácter inovador que pode trazer, a cooperação que tem existido entre a Academia de Música de Viana do Castelo e o Conservatório Superior de Música de Lyon, que se direcciona sobretudo para as experiências e desenvolvimentos de novas tecnologias na música.

O desenvolvimento cultural da cidade de Viana do Castelo e a sua afirmação futura no novo contexto de globalização de práticas culturais e de competitividade urbana, passa por um reforço do seu protagonismo cultural, potenciando um conjunto de recursos locais e de tradição de oferta cultural em diferentes domínios. Este reforço de protagonismo deverá ser concebido dentro de uma dupla perspectiva, factor indispensável da qualificação da imagem da cidade e, por outro lado, elemento importante de valorização da sua identidade.

Viana do Castelo deve potenciar alguns dos recursos que, simultaneamente, lhe poderão assegurar especificidade dentro da sua tradição cultural. Destacam-se nesta medida, alguns recursos da cidade, quer em termos de agentes e instituições, quer de património cultural, quer ainda de acontecimentos, que poderão suportar uma aposta estratégica:

- a Companhia de Teatro Noroeste, a Oficina de marionetas do Centro Cultural do Alto Minho e o Teatro Municipal Sá de Miranda;
- a Academia de Música de Viana do Castelo, a Escola Profissional de Música, os antigos encontros de música electroacústica e a investigação em torno da etnomusicologia;
- o Festiviana, a Oficina de cinema e audiovisuais do Centro Cultural do Alto Minho, o Centro de Produção Audiovisual do IPVC ;
- a divulgação do seu Património cultural, com o desenvolvimento dos projectos de museologia para as cerâmicas, os trajes e os bordados.

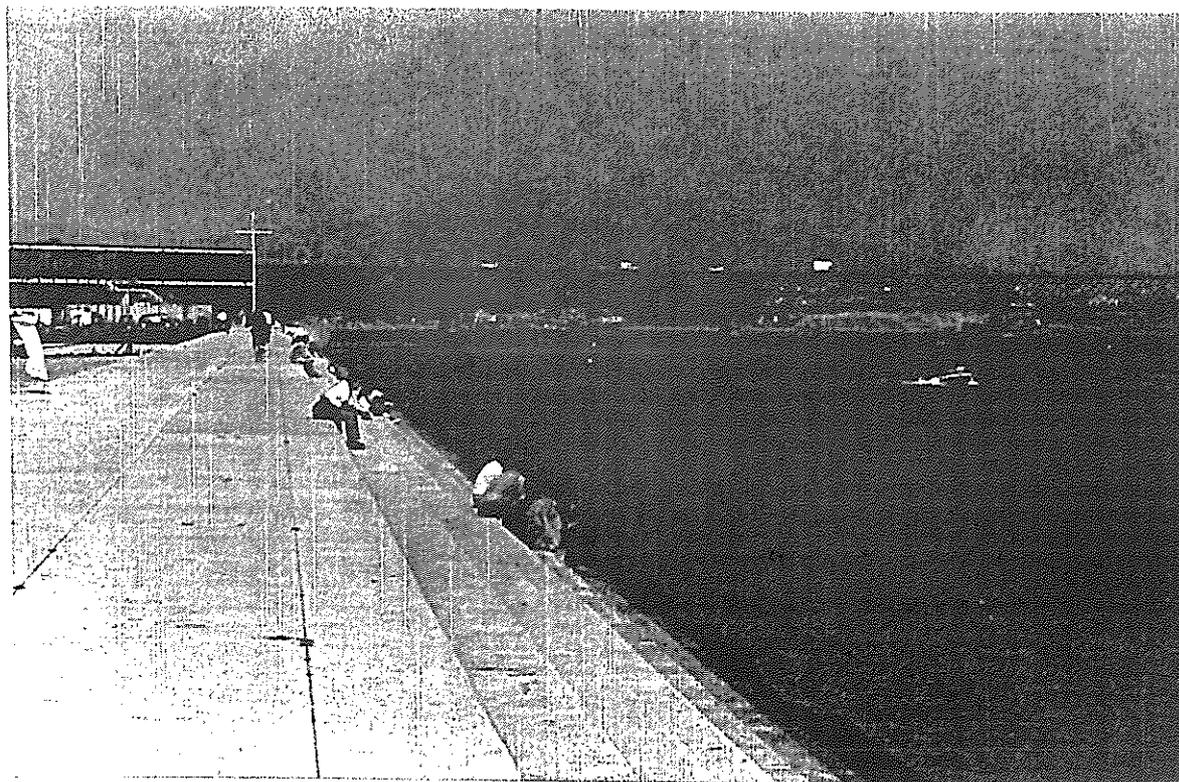
A estratégia de afirmação cultural da cidade deverá passar por alguma especialização, garantindo-lhe capacidade de qualificação progressiva e de visibilidade exterior. Esta especialização baseia-se num conjunto de actividades que têm dado os

seus frutos e que têm capacidade para os continuar a dar. O TEATRO, a MÚSICA e a IMAGEM (Cinema e Audiovisual) serão novas apostas para a cidade de Viana do Castelo na sua vertente cultural.

Viana do Castelo dispõe de um potencial enquanto espaço para a criação artística, que lhe advém da sua tradição cultural, do valor do seu património, da reduzida dimensão da cidade, da proximidade e do diálogo que pode assumir com o mar, o rio e a montanha. Este potencial deverá ser direccionado prioritariamente para esses três vectores, beneficiando de um conjunto de relações que a cidade já mantém com o exterior, das complementaridades que é possível criar entre eles e da sua ligação com a cultura local e regional.

Cidade Fluvio-Marítima

A localização da cidade de Viana do Castelo, na foz do rio Lima, confere-lhe por natureza um perfil fluvio-marítimo. No entanto, o valor e qualidade desta sua característica, não depende apenas dessa localização, mas de uma série de outras potencialidades e forças que a cidade possui.



As condições do seu sub-sistema ecológico/ambiental e o estado relativo de preservação desses recursos naturais, o mar e o rio, fazem de Viana do Castelo um centro competitivo para a prática dos desportos náuticos e em geral para todas actividades relacionadas com a fruição da água. Apesar destas condições, a cidade não tem conseguido concorrer com outros espaços de perfil semelhante, como são o Porto e Matosinhos, Aveiro, mais recentemente, outras localidades do Alto Minho e os centro marítimos da Galiza.

Viana dispõe de um conjunto de clubes e de associações vocacionados para a fruição e o desporto no rio, no mar e nas suas margens/marginais. Este movimento associativo da cidade em torno dos desportos náuticos tem-se consolidado e ampliado, beneficiando recentemente da grande expansão dos desportos nas águas marítimas, o surf, o bodyboard, etc.

Viana do Castelo tem conseguido desta forma captar cada vez um maior número de eventos, a nível regional, nacional e internacional, dentro de modalidades desportivas tradicionais ou mais modernas. Relativamente ao surf e bodyboard, como já referimos, Viana tendo sido palco de provas importantes dentro dos respectivos campeonatos nacionais e mundiais.

Relativamente às modalidades mais tradicionais, a afirmação dos clubes locais e regionais é muito significativa, traduzindo uma forte tradição na população da cidade e da região envolvente para a prática dos desportos náuticos e aquáticos. No remo, na canoagem e na vela, a cidade tem visto regularmente o seu nome representado no exterior - a ARCO está num lugar de top no ranking nacional - e tem sido inúmeras vezes palco de provas e competições de âmbito regional, nacional ou internacional - campeonato mundial de vela (1988).

Desde os inícios dos anos oitenta que Viana dispõe de uma oferta de formação nas áreas da pesca submarina e do mergulho. Esta fileira de desportos poderá vir a assumir uma representatividade muito mais significativa, se as instituições envolvidas desenvolverem esforços nesse sentido, na medida em que a procura é bastante elevada em toda a orla costeira. A promoção destas iniciativa passa por uma campanha de marketing e forte divulgação externa.

Todas estas actividades são sobretudo utilizadoras do espaço marítimo e fluvial na época de verão, porquanto na cidade se têm verificado enormes afluxos de jovens durante esse período. Este fenómeno tem já feito sentir alguma insuficiência da cidade no que respeita à oferta de alojamentos adequados.

Por outro lado, o aumento em escala das dinâmicas desportivas, mais lentamente no que respeita às modalidades tradicionais, mais rapidamente para as modalidades do surf e bodyboard, e para além disso, o assento na cidade de instituições/organizações sectoriais de nível supra-regional, colocam hoje um determinado número de problemas face à capacidade de resposta das infraestruturas e equipamentos existentes. Esta situação deficitária é agravada por algumas dificuldades na desejável gestão concertada dessas infraestruturas e equipamentos.

Acompanhando esta propagação dos desportos náuticos e as tendências emergentes da sua organização e profissionalização, tem surgido um sector de comércio especializado nos artigos de desporto, que já dispõe actualmente de alguma atractividade face a outros centros exteriores. Paralelamente, têm-se manifestado algumas intenções de investimento local na produção de equipamentos e pequenos artigos de apoio.

As apostas da cidade no sentido de potenciar o seu perfil fluvio-marítimo e as dinâmicas locais, emergentes ou tradicionais, em matéria de desporto náuticos, passam antes de tudo pela promoção da concertação e cooperação institucional em torno dos principais projectos estruturadores do sector.

A recuperação de algumas infraestruturas portuárias, hoje não utilizadas pelo porto de mar, a construção de novas infraestruturas, nomeadamente a construção da pista de remo e de novos equipamentos, incluindo a instalação dos clubes e associações, são intervenções necessárias e prioritárias.

Estas intervenções devem submeter-se todas a um objectivo geral de melhorar o diálogo da cidade com o rio e o mar, que se consubstancia no equilíbrio das linguagens construtivas das novas infraestruturas e equipamentos, com os elementos naturais, e no desenvolvimentos dos padrões de utilização, fruição e contemplação do rio e do mar, por parte da população residente e dos visitantes.

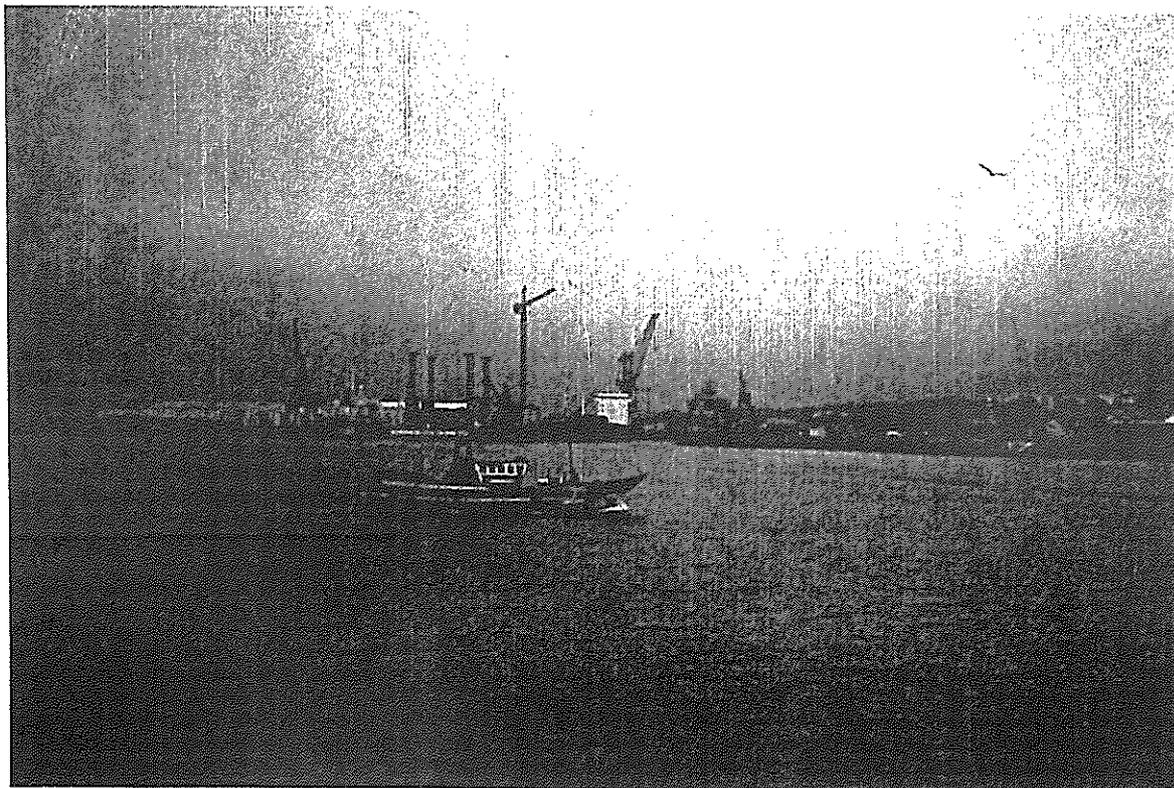
É fundamental ainda que as Instituições da cidade, nomeadamente a Câmara Municipal, a Junta Autónoma de Portos do Norte, o Instituto da Juventude, as Escolas e as colectividades locais e organizações sectoriais nela radicadas, desenvolvam uma estratégia concertada de marketing, interna e externamente e articulada com as estratégia de promoção turística.

No campo da formação, difusão e especialização desportivas, é indispensável diversificar e intensificar a oferta na cidade, garantindo o alargamento das práticas desportivas e a atracção face ao exterior.

Complementarmente às intervenções directas sobre o sector, é conveniente incentivar a fixação de actividades produtivas ou comerciais ligadas a estas fileiras desportivas.

Cidade Portuária

Do conjunto de actividades da cidade de Viana do Castelo, o Porto de Mar é dos elementos mais importantes. Com uma actividade diurna contínua no tempo, o Porto é movimento e movimentada fluxos e actividades em torno de si.



As forças que permitem a afirmação de Viana como uma cidade portuária gravitam em torno de dois eixos: a infraestrutura portuária e a indústria de construção naval.

Os estaleiros de Viana são a mais importante unidade de construção de navios de médio porte do país. Movendo-se num mercado fortemente internacionalizado, têm conseguido penetrar neste e conservar a sua quota de mercado. Apesar de importarem a quase totalidade dos materiais e equipamentos que incorporam na construção de navios, possuem um know-how próprio e um gabinete de projectos que lhes permite criar, desenvolver e exportar novas concepções e tecnologias. Presentemente, e beneficiando da proximidade ao Porto de Mar, tem desenvolvido o sector de reparação de navios.

Para além de serem um dos mais importantes empregadores de todo o concelho de Viana, e de serem a unidade produtiva que mais contribui para a afirmação da imagem da cidade em termos produtivos, os estaleiros são parceiros importantes da vida cultural da cidade, e fortalecedores da sua base económica, por quanto tem promovido o aparecimento de um conjunto de pequenas empresas prestadoras de serviços na área de apoio à produção, constituídas a partir da saída de alguns dos seus trabalhadores especializados.

O "know-how" instalado ao nível da construção naval poderá permitir o desenvolvimento de um "cluster" em torno desta actividade, evoluindo para a produção de outro tipo de embarcações, nomeadamente embarcações de recreio. Novas empresas poderão surgir, e já estão a surgir, que se dediquem a este tipo de construção, fazendo a "ponte" com a dinâmica da prática de desportos náuticos.

Como foi referido, a outra componente desta "cidade portuária" é o porto de mar. Esta estrutura, conjunto de actividades, empresas e serviços de diversa ordem, superentendida por uma administração portuária é uma pequena cidade ela mesma. Constitui um espaço privilegiado para a concertação de políticas de diversos actores:

- a alfândega, a capitania, os pilotos, que tratam das questões administrativas e de segurança;
- a JAE e a CP, entidades de grande relevo, de cujos projectos depende a integração do porto no sistema de transportes terrestres;
- as empresas industriais como utilizadoras do porto;

- as empresas industriais como utilizadoras do porto;
- os operadores e as empresas de distribuição, como exploradoras da actividade portuária e do serviço de transportes a montante e a jusante desta;
- as associações sindicais e profissionais, como representantes da importante massa de trabalhadores que aqui opera;
- a autarquia e as preocupações de integração ambiental e urbanística do porto;
- a JAPN, como coordenadora de toda a actividade portuária e responsável pelos seus projectos de expansão.

Estes são os actores que dão o nome às diversas forças de intervenção e vectores de mudança presentes no porto. Dentre estas, destacam-se:

- a existência de um conjunto de terminais especializados que poderão contribuir para definir uma vocação desta infraestrutura portuária;
- o potencial de concorrência na fileira de transporte marítimo em navios de médio porte, particularmente aqueles que transportam carga fraccionada;
- os projectos de expansão da infraestrutura portuária, que permitirão a ampliação da sua capacidade, criando uma zona de triagem de mercadorias na faixa ribeirinha entre pontes, na margem esquerda do Lima.

A afirmação externa desta "cidade portuária" faz-se principalmente através da quota de mercado e boa imagem dos estaleiros navais. O volume de mercadorias transportado pelo porto atingia em 93 apenas 1% do total de exportações e importações portuguesas por via marítima. No entanto a existência de um Porto de Mar em Viana do Castelo, é por si só, um factor diferenciador de muitas das cidades do sistema urbano em que se insere e um importante factor de internacionalização desta cidade.

Ao nível interno, as principais apostas de qualificação do Porto de Mar são a afirmação regional para o transporte em navios de calado intermédio, e num espaço supra-regional em fileiras de transporte especializadas de acordo com os terminais que lhe conferem uma maior especificidade no conjunto de portos nacionais e da Galiza.

Ao nível exterior, os principais projectos a executar prendem-se com a integração do porto no sistema de transporte terrestres. Num espaço físico imediato, melhorar a ligação rodoviária até ao nó do IC1, e construir o ramal de ligação ferroviária até à Linha do Minho, em Darque. Num espaço mais alargado, apostar na beneficiação global da Linha do Minho e da sua ligação à Galiza, e na construção dos eixos viários de

penetração no seu hinterland, nomeadamente as ligações a Braga e ao Vale do Ave e a Orense.

Uma aposta comum ao porto e a outras entidades, é a construção de um novo diálogo cidade-rio.

Esta passa pela libertação de algumas infraestruturas na margem direita que estão reservadas à exploração portuária, permitindo a sua revalorização funcional e de fruição náutica e urbana.

Passa também pela racionalização da utilização do espaço interior ao porto, por forma a que seja possível evitar a sua necessidade de expansão para nascente da Ponte Metálica, contendo a poente desta o espaço de actividade portuária.

Cidade de Emprego

O mercado de emprego é um dos factores determinantes na evolução de uma cidade. O nível educacional e de qualificação dos seus trabalhadores tem reflexos no tecido produtivo e em toda a estrutura urbana, desde a participação das pessoas na vida social e cultural da cidade, às exigências urbanísticas e de qualidade habitacional e dos espaços públicos.



O crescimento demográfico está grandemente dependente do crescimento do volume de emprego, e a afirmação de uma cidade está intimamente relacionada com a formação no seu espaço de uma determinada massa crítica.

A variável emprego é o maior responsável pela mobilidade das pessoas, seja a um ritmo diário, seja através da transferência definitiva para junto do local de trabalho. No que se refere à fixação da população, emprego e habitação são os dois principais factores a ter em conta. A afirmação de Viana como cidade, passará fundamentalmente pelo dinamismo dos seus agentes na criação de emprego, e a sua construção como espaço de qualidade, pelo nível médio de qualificação dos seus trabalhadores.

Viana do Castelo é o mais importante pólo empregador do Alto Minho, assumindo-se como um concelho ganhador de emprego, numa região globalmente perdedora. À concentração de emprego em Viana do Castelo com base na população activa de concelhos vizinhos, constata-se também a confirmação de Porto e Braga como ameaças a esse crescimento.

A estrutura de emprego apresenta valores de equilíbrio entre os sectores secundário e terciário. Registe-se no entanto, o grande crescimento da actividade terciária na última década, que, a manterem-se as tendências, será em breve o mais representativo sector de actividade no concelho. Foi nos sectores do comércio a retalho e da construção e obras públicas, que se registaram os maiores valores de crescimento de emprego nos anos mais recentes.

As ofertas de emprego registadas no Centro de Emprego, por parte do tecido empresarial da Região são em geral de baixa qualidade - precaridade de vínculo laboral e salários baixos. Também a procura de emprego, que revela dificuldades de mobilidade geográfica e profissional, é predominantemente pouco escolarizada e pouco qualificada profissionalmente. No entanto, para além dos dsajustamentos quantitativos (maior procura que oferta) verificam-se também dsajustamentos quantitativos e qualitativos entre o perfil dos profissionais procurados pelas empresas e o perfil dos desempregados inscritos. Sobretudo ao nível dos jovens existem dificuldades de colocação no mercado de trabalho.

Segundo informação do Centro de Emprego, os novos investimentos ou a instalação de novas empresas, verificados na zona industrial ou fora dela não têm sido significativos. As principais empresas que asseguram a maioria das colocações são as grandes empresas do concelho: *Cabinal, Modelo, Menphisto e Browning*. O mercado espanhol procura sobretudo profissionais portugueses na área da mecânica e da construção civil, devido aos baixos salários solicitados.

Viana do Castelo apresenta ainda uma característica relevante, regista-se a maior concentração de profissionais qualificados em relação ao território envolvente e de algumas das cidades do sistema urbano em que se insere.

Para garantir a oferta de emprego e a qualificação da mão de obra activa, factores fundamentais para a competitividade urbana de Viana do Castelo, será fundamental desenvolver uma política que integre as estratégias dos diversos actores deste sector, como sejam as associações empresariais e sindicais, o centro de emprego e os grandes empregadores.

A afirmação externa de Viana como uma cidade que integra um ritmo de cidade de emprego, passará pela cooperação transfronteiriça, e pela atracção de investimento exterior, com base na disponibilidade de mão de obra e na capacidade crescente de formação e qualificação dos trabalhadores.

As apostas a cumprir no âmbito desta cidade de emprego, passam pela confirmação de Viana como pólo empregador ao nível regional, desenvolvendo capacidades de fixação de quadros superiores, nomeadamente licenciados pelo Instituto Politécnico, e contrariando as "fugas" dos técnicos mais qualificados para os centros de maiores dimensões.

Dois sectores parecem emergir no contexto da actividade económica, como capazes de serem dinamizadores e criadores de emprego. Um deles poderá ser a atracção de indústrias que beneficiem da proximidade de um porto de mar. Outro, e com um mais directo impacto na cidade, é o sector do turismo. A criação de um *cluster* em torno desta actividade, desenvolvendo valências ao nível do atendimento, restauração, alojamento, animação e promoção, correspondendo ao crescimento da actividade turística representará um potencial para acriação de novos postos de trabalho.

A qualificação global dos trabalhadores, particularmente dos que operam nos sectores de actividade mais representativos em termos de volume de emprego e de promoção da imagem da cidade, é outra das importantes apostas nesta cidade do emprego.

Cidade de Formação

A existência de um estabelecimento de ensino superior tem em geral impactos muito significativos numa cidade, ao nível da dinamização da vida social e cultural, na contribuição para o desenvolvimento económico local e regional, e na "imagem de marca" que pode proporcionar.



Viana do Castelo é o pólo de concentração da oferta de ensino superior no contexto do Alto Minho. A afirmação de Viana do Castelo como pólo de formação corresponde mais a uma aspiração do que um potencial instalado. Em 1993/94 a população no ensino superior só representava 1,5% da população residente no

concelho, o que comparativamente com Braga (4,7% em 1991) e Vila Real (8,3% em 1991) é um valor pouco significativo.

Os cursos de licenciatura que estiveram na génese do Instituto, leccionados na Escola Superior de Educação, têm vindo nos últimos anos a registar um decréscimo do número de alunos. A capacidade desta Escola é de 300 alunos e existem dinâmicas associadas ao mercado de emprego que estão na base do não crescimento de vagas na maioria dos cursos bem como do encerramento ou suspensão de outros cursos.

Tem-se assistido desde finais da última década a crescimentos anuais do volume de alunos no Ensino Superior, explicável, fundamentalmente, pelo aumento substancial do número de alunos da Escola de Tecnologia e Gestão, sobretudo nos dois cursos mais significativos, Gestão e Turismo.

O Curso de Turismo que entrou em funcionamento em 1989/90 constitui um importante elemento de diferenciação de Viana do Castelo no contexto de formação superior da região do norte. Trata-se da única oferta de formação superior pública na área do Turismo existente nesta região. Neste sentido, ganha força uma aposta estratégica desta escola na consolidação e afirmação externa de uma fileira de formação na área do turismo (nível médio e superior). Assim, o Instituto em parceria com outras instituições de formação e de serviços locais poderiam desenvolver esta oferta e apostar na afirmação da Cidade no exterior através desta área de formação. Esta aposta teria reflexos directos na própria qualidade dos serviços turísticos da cidade.

No corrente ano lectivo (94/95), frequentam o curso de gestão do IPVC 332 alunos. A procura deste curso tem vindo a aumentar, assim como a sua credibilidade junto dos alunos e empresas. Segundo informações do director do curso, o mercado precisa e tem lugar para bacharéis, sobretudo junto das PME's, e estes profissionais podem vir a ser cruciais num processo de qualificação das empresas. As questões relacionadas com a qualidade da formação são para o Instituto o elemento crucial de competitividade e de creditação junto das empresas. Em termos de projectos concertados destaca-se a colaboração com a AIM e ARS, ao nível da criação de uma base de dados sobre o tecido empresarial. No futuro pensam vir a desenvolver internamente uma área de serviços às empresas e formação, e estudos de viabilidade e candidaturas a sistemas de incentivos.

O curso de Engenharia Cerâmica só representa cerca de 13% dos alunos desta Escola e ainda está pouco integrado no tecido produtivo regional. O estágio dos alunos é realizado, preferencialmente, em empresas da região (sobretudo em Viana do Castelo e Barcelos), mas a capacidade de prestação de serviços está hoje inviabilizada pela necessidade de verbas para instalar o equipamento adquirido para o laboratório. Este curso apoia-se na orientação científica da Universidade de Aveiro, sobretudo no âmbito dos doutoramentos e dos projectos de investigação financiados pela Comunidade Europeia. Em termos regionais há competências em termos artísticos (sobretudo em Barcelos, com a peça assinada) e em Viana do Castelo com a louça decorativa. A estratégia do Instituto é apostar na formação contínua e no fortalecimento das estruturas de extensão e apoio à comunidade.

A engenharia alimentar é outra aposta do Instituto Politécnico. A crise do sector das pescas a nível nacional determinou que este deixasse de ser estratégico em termos de formação. No entanto, atendendo aos recursos regionais podemos sistematizar uma oferta baseada no peixe (Viana do Castelo), queijo e leite (Ponte de Lima e Esposende), carnes (Vila Nova de Famalicão e Barcelos) e vinhos verdes. Este curso tem fortes limitações ao desenvolvimento de uma formação de bom nível porque, embora disponha de instalações, não tem financiamento para equipar os laboratórios. No entanto, os recursos humanos disponíveis nesta escola garantem interlocutores para uma aposta de valorização e certificação dos produtos agrícolas regionais.

Estão previstos a curto e a médio prazo novos bacharelatos, bem como Cursos de Estudos Superiores Especializados que conferem o acesso à licenciatura e que poderão contribuir para uma afirmação mais sustentada desta formação superior. Fazem ainda parte dos projectos do Instituto a instalação do Centro de Artes de Viana do Castelo e do Centro de Produção Audiovisual, que representam nos domínios da conservação e restauro e da comunicação e imagem, futuras apostas que irão aumentar a visibilidade externa da cidade e consolidar a aposta na formação superior.

A Escola de de Enfermagem desenvolve e quer reforçar a sua actividade a três níveis:

- na formação inicial, através da negociação de um novo quadro de docentes e a criação de CESE's em Saúde na Comunidade e Saúde Infantil e Pediátrica;
- formação contínua na área de gestão dos serviços, em articulação com ES de Gestão do IPVC dirigida a médicos e enfermeiros ligados à gestão de serviços;

- inserção da Escola de Enfermagem no Meio - Saúde na Comunidade (idosos, cardiovasculares, família, adolescentes, sida e droga). Esta postura de abertura ao Meio, iniciou-se com uma acção-piloto a decorrer na C+S de Monte da Ola sobre a problemática alimentar dos alunos e está em negociação o projecto "Qualidade de Vida dos Idosos", envolvendo um número significativo de instituições.

A médio prazo pensam investir em novos perfis de formação: higienista do ambiente, nutrição, técnico de radiologia, técnico de laboratório.

A postura inovadora e activa da escola de Enfermagem fazem deste actor urbano um elemento crucial de animação de um perfil de "Cidade Saudável" para Viana do Castelo.

A promoção dos jovens estudantes do ensino superior em agentes activos pode ter reflexos ao nível da sua integração social e urbana e podia ter implicações positivas na fixação destes quadros superiores na cidade. A associação de alunos mostrou-se disponível em protagonizar algumas iniciativas na cidade, pois a dimensão da Instituição é pequena e não rentabiliza algumas das acções. Assim, todas actividades organizadas no âmbito das actividades académicas são abertas e publicitadas na cidade e concelho de forma a atingirem a massa crítica necessária. Em termos globais, a cidade reage bem às iniciativas do Instituto Politécnico e a inserção dos alunos tem vindo a acentuar-se à medida que a escola ganha dimensão.

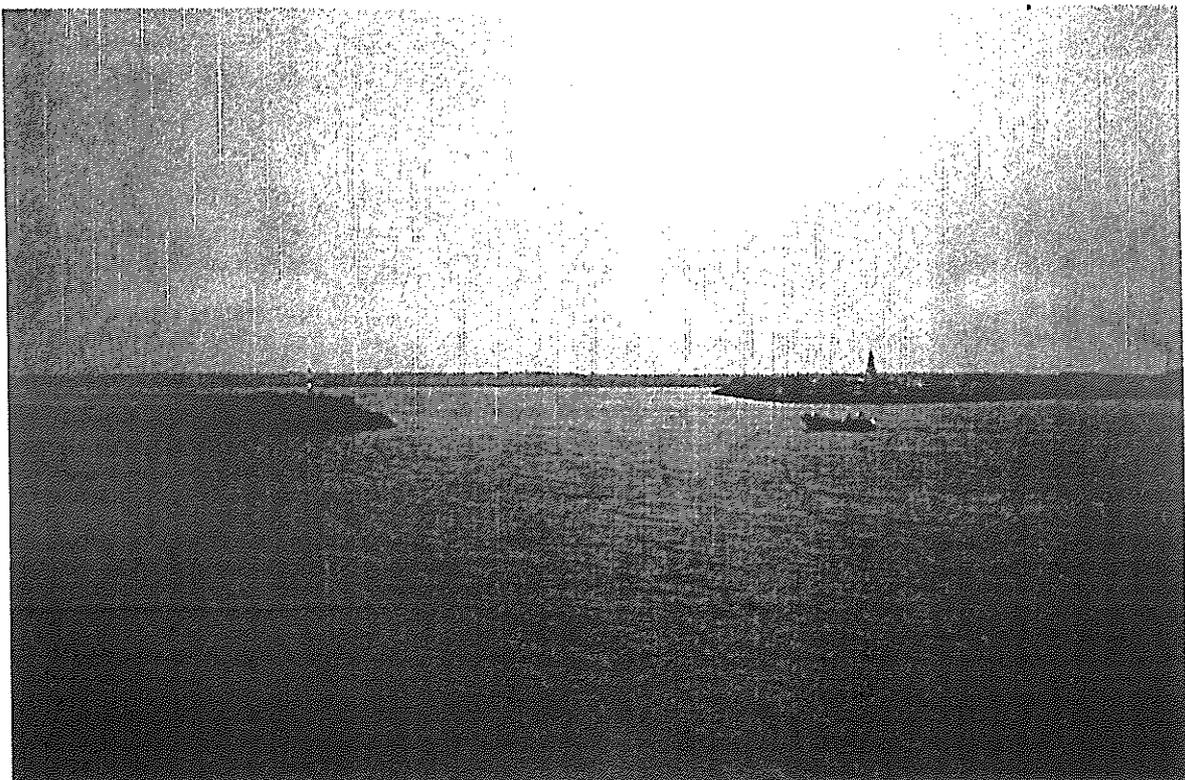
A reabilitação que o Instituto Politécnico vem desenvolvendo no espaço de Viana, tem contribuído para a inserção social e urbana desta população jovem. Localiza-se em três centros: no sector ocidental da cidade com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, no centro histórico com as instalações da sede do Instituto e o Centro Académico e ainda no sector oriental. Esta dispersão de instalações e uma prática de reabilitação de edifícios incentivam as camadas jovens para a valorização do património da cidade e para a circulação e uso do espaço urbano.

A oferta de formação de nível superior deverá ser articulada com a oferta de nível médio de forma a criarem-se valências locais de forte competitividade externa. Neste sentido, a concertação institucional entre estruturas de formação (Centro de Formação Profissional, Escolas Profissionais, Forpescas, Instituto Politécnico, etc) e com outras instituições locais e regionais (Câmara Municipal, empresas industriais e de serviços, associações empresariais, Região de Turismo) são cruciais para o desenvolvimento de uma estratégia e para uma aposta numa cidade de formação.

Cidade de Cooperação com os PALOP

Num ambiente favorável à cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que beneficia da experiência portuguesa em África e do culminar dos processos de democratização destes países, em Viana do Castelo existe uma dinâmica instalada, que tem sido crescente nos anos mais recentes.

Sabendo da apetência que estes países geram no conjunto dos estados europeus, como consequência da riqueza dos seus recursos naturais, e do seu incipiente estágio de desenvolvimento, uma nova geração de entrada em África está já em formação, desta vez com princípios e objectivos bem distintos da anterior. Conseguir um papel de destaque no apoio e suporte técnico e humano a estes países, é um processo que já se iniciou, no qual governos e empresários se procuram posicionar e onde as autarquias, como promotoras do desenvolvimento do seu concelho e do desempenho económico e social dos seus agentes, poderão cumprir um papel de grande importância.



A presença de um Porto de Mar, poderá ser um elemento preponderante para confirmar Viana como porta de saída de exportações para estes países, em face da inevitabilidade dessas exportações se efectuarem por via marítima. Presentemente, existe já uma ligação regular com Cabo Verde, que assegura o transporte de produtos produzidos na região.

Noutros domínios, existe já um conjunto de estudantes dos PALOP a frequentarem cursos do Instituto Politécnico nas áreas do turismo e agricultura, na Escola de Enfermagem, e no domínio da formação profissional, no FORPESCAS, na área das pescas e recursos marinhos.

A joint-venture estabelecida entre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e os de S. Vicente (Cabo Verde) é outro projecto de cooperação já em curso com um parceiro da cidade de Viana.

A recente missão empresarial a Angola, constituída por empresários de Viana e que integra diversos sectores, particularmente os ligados à construção civil e instalações eléctricas, poderá trazer frutos em termos de áreas de cooperação futura e aplicação de "know-how" português em Angola.

A Autarquia encontra-se num processo de geminação com uma associação de municípios cabo-verdiana, pretendendo através do reforço dos laços institucionais, lançar um conjunto de projectos de âmbito social e económico.

Os actores locais que se encontram numa posição privilegiada para serem promotores e tomadores dos projectos de cooperação com a África, particularmente a de expressão portuguesa, são:

- a Autarquia, no estabelecimento de relações institucionais e na promoção de eventos que possam originar projectos de cooperação;
- o Instituto Politécnico, a Escola de Enfermagem, as Escolas Profissionais e os Centros de Formação, como instituições que poderão promover a qualificação de recursos humanos, e que deverão acompanhar a fase posterior à formação, constituindo-se como prestadoras de serviços nas suas áreas específicas de conhecimento;
- as associações empresariais, como promotoras de projectos de cooperação comercial e industrial, e prestadoras de serviços;

- as empresas de produção e comerciais, através da exportação de produtos;
- as empresas de serviços, através da transferência de "Know-how".

As dinâmicas já instaladas e emergentes, permitem-nos classificar a cooperação com os PALOP como o mais recente *ritmo* da cidade de Viana na sua relação com o exterior, que possui uma grande margem de intensificação e crescimento. As apostas em torno deste ritmo, deverão ser:

- a consolidação de formas de cooperação, não só em torno do já existente, mas também de novos projectos inovadores;
- a afirmação como centro exportador de produtos e serviços;
- a confirmação como pólo exportador por via marítima.

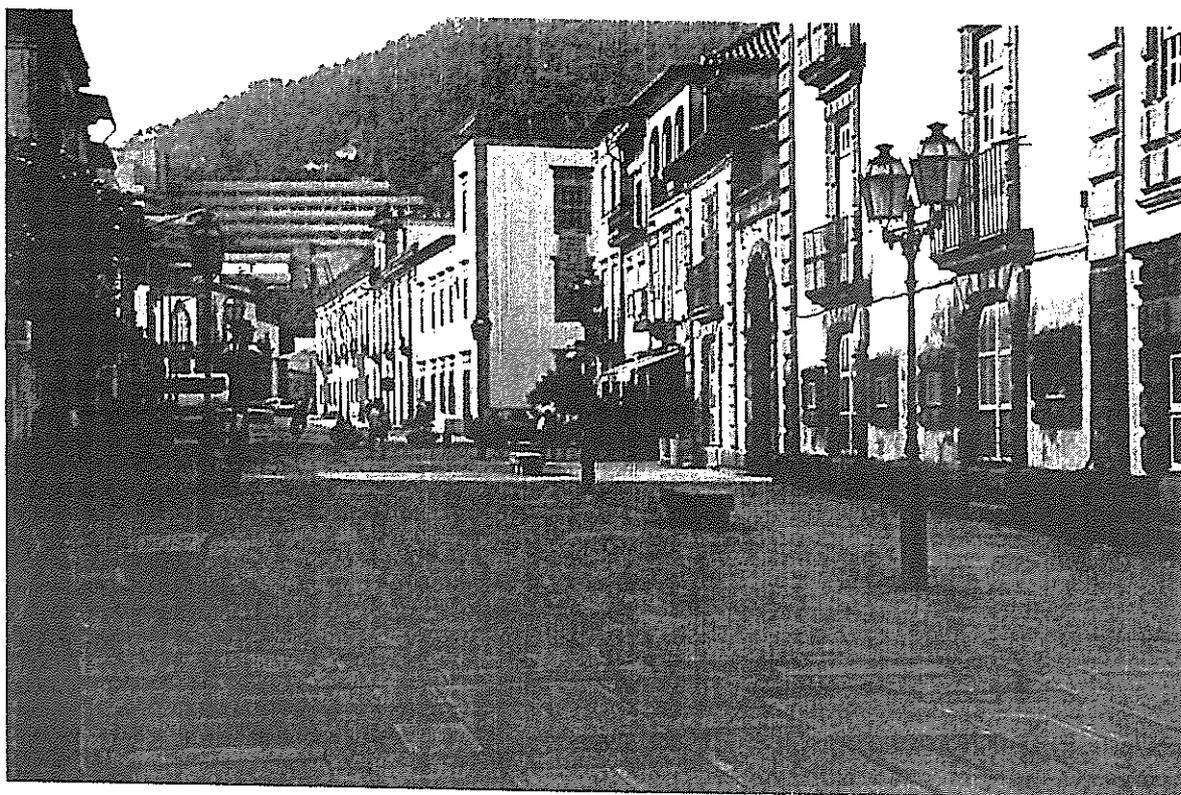
A concretização destas apostas, poderá conferir a Viana um papel de privilégio na relação com África, criando novos espaços e mercados para os agentes económicos, culturais e sociais da cidade.

Cidade Saudável

A Cidade Saudável deve ser equacionada em diferentes vectores: a cidade espaço de conviabilidade, com ambiente urbano e qualidade de vida, com os direitos garantidos ao nível de atendimento dos serviços urbanos, em que a segurança e a protecção civil estão asseguradas, com controlo de problemas e impactos ambientais urbanos e na qual os serviços de saúde e de solidariedade social são de qualidade.

Os espaços públicos são mais do que meras extensões dos espaços privados, são lugares de sociabilidade, espaços cruciais na animação urbana das cidades e no desenvolvimento de um suporte social. Os responsáveis políticos têm responsabilidades acrescidas na sensibilização e na formação de novos hábitos urbanos com vista a preservação da qualidade e na animação dos espaços públicos.

Nestes dois contextos de valorização e animação dos espaços urbanos de sociabilidade e de fruição ambiental, a Praça da República, o Campo da Feira, Frente de Rio, o Parque da Cidade, o Monte de Sta Lúzia, a frente costeira, são elementos de uma aposta para uma Cidade Saudável. A valorização e a qualificação urbana e ambiental são estratégias que emergem da postura camarária.



Por outro lado, uma cidade saudável tem de estar atenta aos reais problemas de todos os seus cidadãos, daí a necessidade de eliminar as barreiras à circulação de deficientes e de planear uma cidade que todos possam fruir. No distrito existem cerca de 52 000 deficientes, dos quais cerca de 5200 têm menos de 21 anos, dando um ratio muito alto relativamente ao total de pessoas do distrito. Em termos de estratégia para a cidade, a dinâmica de algumas instituições, designadamente a APPCDM, deve ser rentabilidade na construção de um centro urbano diferente.

Assim, a qualidade do espaço urbano e o enquadramento ambiental, a dinâmica das associações desportivas, recreativas, ambientais e culturais, os processos de concertação local para a defesa e valorização da qualidade de vida, a diversidade de usos que o Centro Histórico proporciona e a estratégia de reabilitação da habitação, são forças indicadoras de um processo de construção de uma cidade saudável para Viana do Castelo.

A boa imagem do Hospital de Viana do Castelo, associada aos recursos humanos e equipamentos que possui, a dinâmica e o prestígio da Escola de Enfermagem, com as apostas nas fileiras de saúde escolar e dos idosos, a dinâmica das associações ligadas à saúde são indicadores das forças presentes em matéria de saúde.

Actualmente está-se a iniciar a criação de um gabinete de apoio ao idoso, envolvendo diferentes instituições de formação e de solidariedade, públicas e privadas e estão a ser desenvolvidas em algumas escolas experiências piloto em matéria de prevenção de saúde.

As apostas nesta matéria convergem para a abertura do Hospital à comunidade, para a promoção da articulação entre os Centros de Saúde e o Hospital e para a reorientação dos serviços de saúde. É vontade local a criação de serviços de atendimento permanente em quatro pontos do concelho (Darque, Cidade, Barrozelas e Lanhezes), de forma a descongestionar o hospital e os centros de saúde e melhorar os serviços de saúde no concelho e cidade. O hospital e a Escola de Enfermagem criam também condições para uma aposta na criação de uma escola de técnicos de saúde na cidade.

No entanto, alguns indicadores parecem estar a querer contrariar este ritmo de cidade saudável:

- uma política de concentração de bairros sociais numa das freguesias da cidade, a ausência de uma estratégia de habitação social mais difusa no espaço urbano e a degradação habitacional no Centro Histórico, são factores determinantes na menor qualidade de vida;

- a falta de meios humanos e materiais das estruturas de segurança e protecção civil na cidade e no concelho facilitam o alastramento da marginalidade e criminalidade, sobretudo do tráfico de droga;

- não há qualidade de vida se os exutores continuarem a drenar os efluentes sem qualquer tratamento prévio nos cursos de água e oceano, se as praias não forem limpas durante a época balnear, se o lixo depositado separadamente nos vidrões continuar a ser recolhido e misturado, pelos Serviços de Higiene e Limpeza da Câmara Municipal, se a valorização do espaço verde público e das margens litorais e costeiras não estiver associada a uma política de motivação para a fruição ambiental, se os níveis de atendimento de água e saneamento não estiverem garantidos, se a qualidade do ar, água e do solo não estiverem precavidos.

Para que Viana do Castelo se afirme como Cidade Saudável, há que desenvolver incentivos à transversalidade e à inovação local. Há que mobilizar recursos e actores, há que apostar no parceria institucional e no envolvimento do cidadão utente desta cidade - Centro de idosos, Centros de saúde, Hospital, Escolas de Ensino Especial, Escola de Enfermagem, Misericórdia, profissionais liberais, Serviços Municipais (de licenciamento e urbanismo, habitação social, higiene e limpeza, escolas, etc), Instituto da Juventude, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, associações locais, escolas e professores, etc.

Apostar numa política de habitação social que não favoreça as concentrações de marginalidade, actuar de forma a controlar os níveis de degradação ambiental, apostar numa política municipal de recolha e tratamento dos efluentes líquidos e sólidos, motivar as solidariedades e qualificar e animar os espaços de sociabilidade, criar mecanismos de implementação de experiências inovadoras e de parceria, são, em resumo, apostas para esta cidade saudável.

5

Eixos Estruturantes de Desenvolvimento da Cidade

Metas

Viana do Castelo, espaço de tradição cultural e de inovação artística

Viana do Castelo, espaço saudável

Viana do Castelo, espaço de fruição da água

Viana do Castelo, centro de projecção turística

Viana do Castelo, centro de formação e animação empresarial

Viana do Castelo, pólo dinamizador de transportes

Viana do Castelo, espaço da participação e cooperação

Apostas

Afirmação da cidade como pólo dinamizador do potencial regional

Reforçar Viana do Castelo enquanto centro regional de cultura e lazer

Reforçar Viana do Castelo enquanto centro regional de formação e dinamização do tecido económico

Promover os eixos de internacionalização da cidade

Estruturação territorial e reforço da coesão social

Qualificação e valorização ambiental

Desenvolver as capacidades de iniciativa e participação dos cidadãos

Aposta 1

Afirmção da cidade como pólo dinamizador do potencial regional

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Contribuir para o reforço das funções urbanas da rede de centros do Alto Minho

- afirmar Viana como pólo prestador de serviços para todo o Alto Minho em fileiras específicas;
- confirmar a cidade de Viana e os seus agentes sociais e económicos como um recurso a ser utilizado pelo conjunto de centros urbanos do Alto Minho.

Afirmar Viana como centro urbano de animação e projecção de uma região de forte vocação turística

- dotar Viana de serviços na fileira turística;
- conferir um posição central a Viana no conjunto de destinos turísticos do Alto Minho, como espaço comercial, patrimonial, difusor de cultura e prestador de serviços;
- utilizar a imagem de Viana como cartaz de um produto turístico.

Promover a certificação de produtos regionais de qualidade

- garantir e certificar a qualidade de produtos locais já afirmados, como a louça regional e os bordados;
- promover a comercialização de produtos agrícolas regionais.

Desenvolver a capacidade de formação, extensão e investigação

- afirmar regionalmente o IPVC, conseguindo que este seja a primeira escolha dos alunos da região para os cursos aqui leccionados;
- desenvolver actividades de investigação aplicada, com possibilidades de serem desenvolvidas posteriormente por empresas da região;
- fortalecer o diálogo e a cooperação entre o IPVC e as Escolas Profissionais, e as empresas da região;
- afirmar o IPVC como um pólo prestador de serviços e de investigação para a região.

Melhorar a acessibilidade rodoviária e ferroviária com o exterior

- apostar na construção do IC1, IC28 e IP9 como eixos privilegiados de ligação ao exterior;
- minimizar os possíveis impactes negativos decorrentes da construção do IP1;

- intervir na rede viária de influência regional, por forma a garantir a ampliação da área de influência de cada um dos nós dos grandes eixos viários;
- renovar a Linha do Minho, quer do ponto de vista infraestrutural, quer da qualidade do serviço.

Contribuir para a afirmação e valorização da cultura regional

- confirmar-se como palco de manifestações de cultura popular, aproveitando o seu potencial de atracção de público;
- valorizar essa cultura regional, através do papel das escolas de música presentes na cidade e de outras instituições culturais com capacidade de investigação.

Afirmar Viana como pólo de escoamento da produção regional para os PALOP's

- aproveitar o Porto de Mar como local de concentração e exportação de produtos regionais para os PALOP;
- reforçar a dinâmica já existente nas ligações marítimas com estes países.

Aposta 2

Reforçar Viana do Castelo enquanto centro regional de cultura e lazer

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Afirmação do protagonismo cultural da cidade na região

- desenvolver condições para a investigação e valorização em torno de algumas formas de criação e de práticas culturais tradicionais e populares, com prioridade para o folclore, para a cerâmica e para o artesanato tradicional;
- garantir a regularidade e a qualidade de uma oferta cultural diversificada;
- desenvolver e qualificar os serviços de apoio à actividade cultural.

Desenvolver a formação artística e promover a profissionalização do sector cultural

- criar condições para que se diversifique a oferta de formação profissional em áreas artísticas, com prioridade para o teatro, a música, o cinema/vídeo e a conservação e restauro;
- promover a fixação na cidade dos artistas, aproveitando as qualidades de ambiente urbano e a tradição cultural existentes;
- promover e apoiar a profissionalização das principais estruturas de intervenção cultural na cidade, garantindo-lhes as infra-estruturas indispensáveis e níveis de consumo urbano e regional crescentes.

Afirmação da imagem e identidade da cidade, associada à valorização do seu património cultural e natural

- salvaguardar e valorizar o património cultural monumental e arquitectónico-urbanístico da cidade e área envolvente;
- proteger, qualificar e animar o património natural e ambiental, com prioridade para a faixa marginal da cidade, as orlas marítimas e o Parque Regional da Serra de Santa Luzia;
- divulgar e promover os principais elementos patrimoniais que estão associados à identidade e afirmação simbólica da cidade - o rio Lima e as suas margens, o Monte e o Santuário de Santa Luzia, o centro histórico com a Praça da República, os edifícios dos antigos Paços do Concelho e o Hospital da Misericórdia, alguns monumentos religiosos ou relacionados à aristocracia rural.

Desenvolver as actividades de lazer, recreio e desporto em torno do recurso água-rio e mar

- promover a concertação e cooperação institucional em torno de projectos específicos;
- aumentar a articulação entre a prática desportiva e a educação para o desporto;
- apoiar a promoção das actividades e a sua divulgação;
- promover a recuperação das infraestruturas portuárias disponíveis para uma utilização desportiva e recreativa.

Consolidar a profissionalização e aumentar a oferta de formação nos desportos náuticos e aquáticos

- apoiar a consolidação de projectos e acções no âmbito da formação desportiva;
- promover e apoiar a profissionalização das principais instituições de desporto e recreio vocacionadas para os desportos náuticos e aquáticos, garantindo-lhes as infra-estruturas indispensáveis e níveis de consumo urbano e regional crescentes.

Dotar Viana de condições para a realização de provas de competição desportiva

- melhorar a dotação em infraestruturas adequadas à competição;
- desenvolver uma estratégia de marketing no exterior.

Aposta 3

Reforçar Viana do Castelo enquanto centro regional de formação e dinamização do tecido económico

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Reforçar a posição de Viana como centro de formação, extensão e investigação

- melhorar a oferta e qualidade do ensino, e aumentar a ligação da escola ao meio;
- consolidar uma fileira de formação na área do turismo;
- valorizar o ensino superior e aumentar a sua visibilidade no exterior;
- reforçar a cooperação entre estruturas de formação e investigação;
- animar projectos de cooperação entre as estruturas de formação e outras organizações.

Afirmar-se como interface de transportes

- afirmar o Porto de Mar para o transporte em navios de médio porte;
- melhorar a capacidade concorrencial do Porto de Mar em fileiras de transporte especializadas;
- melhorar a acessibilidade rodoviária e ferroviária.

Valorizar e reforçar a capacidade de atracção do sector comercial

- flexibilizar os horários de comércio e restauração/similares;
- qualificar o comércio e a restauração;
- aumentar a profissionalização no comércio e na restauração;
- criar estímulos à actividade comercial;
- dinamizar e apoiar as estruturas empresariais.

Desenvolver e qualificar a oferta de serviços no sector do turismo

- incentivar as empresas hoteleiras na rápida recuperação das suas unidades;
- aumentar a profissionalização no sector do turismo;
- promover no exterior a imagem da cidade e da região, disputar representação na campanha promocional nacional e diversificar as acções de promoção na AMP e em novos mercados externos;
- concertar as instituições locais e regionais tendo em vista a promoção da cidade e da região de forte vocação turística, apostando numa oferta inovadora;
- criar um "cluster" em torno da fileira do turismo (atendimento, restauração, alojamento, animação, promoção);

- envolver a Associação Industrial na captação de Turismo de negócios e tentar disputar representatividade na organização de congressos e seminários no âmbito do GIN.

Qualificar e modernizar o tecido industrial

- aumentar a concertação com vista à valorização do sector industrial existente;
- apoiar o sector industrial com fortes enraizamentos locais ou regionais;
- incentivar as empresas industriais locais a recorrerem a serviços localizados na cidade;
- concertar políticas municipais de atracção de investimentos externos;
- apoiar a implantação de empresas inovadoras;
- afirmar o IPVC e AIM como estruturas de apoio à valorização do tecido produtivo.

Fixar as empresas industriais e de serviços que beneficiem da proximidade do Porto de Mar

- contribuir para a fixação de empresas importadoras e/ou exportadoras;
- fomentar uma fileira de serviços em torno da actividade portuária;
- consolidar um "cluster" em torno da construção naval.

Organizar o mercado de produtos regionais, associado a uma estratégia de promoção focalizada na cidade

- fomentar a organização da distribuição de produtos regionais;
- apoiar a organização de uma feira semanal ou mensal de produtos da região;
- incentivar a grande superfície de Viana a realizar a compra de produtos agrícolas nos produtores da região.

Aposta 4

Promover os eixos de internacionalização da cidade

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Aumentar a competitividade do porto de mar

- apostar na entrada do porto de mar nos circuitos de navegação internacional de navios de médio calado

Desenvolver fileiras de cooperação artística e cultural com o exterior

- apoiar o desenvolvimento de redes de cooperação na área da música, teatro e imagem;
- dinamizar a componente cultural no âmbito do "Eixo Atlântico".

Desenvolver uma estratégia inovadora de promoção turística no exterior

- disputar representação na campanha promocional nacional;
- diversificar as acções promocionais em mercados não tradicionais;
- dinamizar a componente turística no âmbito do "Eixo Atlântico".

Consolidar a cidade enquanto centro internacional de desportos náuticos

- apoiar iniciativas e promover competições europeias e internacionais;
- inserir a cidade numa rede de cidades dos desportos náuticos.

Reforçar e consolidar a inovação e a internacionalização das empresas locais

- aumentar os níveis de cooperação transfronteiriça nas áreas empresariais, de formação, investigação e extensão industrial, nomeadamente a partir do IPVC e a AIM;
- reforçar os laços de comercialização e internacionalização das empresas locais nos PALOP;
- dinamizar a cooperação económica no âmbito do "Eixo Atlântico".

Reforçar os eixos de cooperação para a formação e a investigação

- reforçar os laços de cooperação do IPVC com outras instituições congéneres;
- reforçar os laços de cooperação com os PALOP;
- dinamizar a cooperação para a formação e investigação no âmbito do "Eixo Atlântico".

Desenvolver e consolidar os canais de cooperação institucional com o exterior

- dinamizar iniciativas de prestígio para a imagem da cidade;
- dinamizar a cooperação intercidades no âmbito do "Eixo Atlântico".

Aposta 5

Estruturação territorial e reforço da coesão social

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Promover novas centralidades nas periferias

- qualificar o espaço urbano das periferias;
- dotá-las de espaços verdes e de convívio, por forma a promover a sociabilidade e a identificação das pessoas com o local que a habitam;
- criar uma nova imagem das periferias no conjunto da cidade.

Desenvolver mecanismos de inserção das periferias na cidade

- melhorar a qualidade da oferta habitacional;
- apostar no desenvolvimento da actividade das associações culturais e recreativas;
- melhorar a acessibilidade ao Centro, através do reforço da rede viária local e do serviço de transportes urbanos.

Implementar políticas de reabilitação de habitação degradada

- construir habitação social;
- renovar os espaços de habitação degradada na periferia, contrariando as actuais tendências de marginalidade;
- criar mecanismos de intervenção no parque habitacional degradado do Centro Histórico, apoiando as iniciativas individuais.

Melhorar as condições de mobilidade interna da cidade

- limitar a oferta de espaço viário no centro, desincentivando a utilização do transporte individual;
- reforçar o sistema de transportes urbanos, criando um interface entre esta rede e a dos transportes interurbanos;
- definir uma política de estacionamento para a cidade, que limite a oferta no centro;
- promover a gestão do espaço viário como forma de resolver os estrangulamentos actuais;

Integrar na rede viária urbana os grandes eixos viários

- urbanizar os acessos à cidade;
- separar o tráfego de atravessamento do tráfego urbano.

Reabilitar e valorizar o centro histórico

- animar comercialmente o Centro Histórico para além das horas normais de comércio;
- utilizá-lo como espaço privilegiado de animação urbana, seja de iniciativa pública ou privada;
- promover a reconstrução/reabilitação de edifícios com fins habitacionais, invertendo a tendência actual de
- qualificar o espaço público e facilitar as deslocações pedonais.

Reestruturar as "rótulas" de ligação do centro histórico com a cidade, quer físicas, quer funcionais

- integrar o Centro Histórico na cidade, por forma que toda esta possa beneficiar da sua presença;
- qualificar o espaço envolvente, dotando-o de funções complementares às do Centro Histórico.

Melhorar o diálogo cidade / rio / mar

- revitalizar funcionalmente os espaços marginais, nomeadamente em torno de actividades ligadas aos desportos náuticos;
- reduzir o impacte urbano da presença do Porto de Mar e das novas ligações viárias previstas;
- recuperar as instalações portuárias da margem direita, conferindo-lhes um carácter urbano;
- limitar a área de expansão do Porto de Mar à faixa a jusante da Ponte Metálica;
- transformar a Praia Norte num espaço de lazer para a cidade.

Qualificar e animar os espaços urbanos de sociabilidade e convivialidade

- aproveitar os espaços públicos da cidade, conferindo-lhes perfil mais qualificado por forma a serem pólos de atracção;
- animar esses espaços públicos com actividades que respeitem a sua personalidade, mas sirvam para contrariar a sua desertificação.

Activar solidariedades

- promover a cooperação institucional, por forma a dar resposta aos problemas sociais emergentes;
- apostar no voluntariado como uma forma de humanizar as soluções de intervenção social.

Promover políticas de saúde integradas e de reinserção de grupos sociais vulneráveis

- reforçar a importância e a boa imagem do hospital, utilizando-o como pólo dinamizador de uma imagem de cidade saudável;
- criar postos de saúde com atendimento permanente;

- dinamizar a actividade cidadã das associações locais do sector da saúde;
- apostar na criação de actividade para grupos sociais de risco;
- criar serviços de atendimento e apoio a grupos sociais com problemas

Reforçar os níveis urbanos de segurança e protecção civil

- inventariar os recursos existentes;
- promover a cooperação institucional entre as diversas entidades com responsabilidade na protecção civil;
- desenvolver nestas entidades competências adequadas ao meio urbano e de fruição ambiental que Viana constitui.

Aposta 6

Qualificação e valorização ambiental

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Minimizar o impacto das infraestruturas portuárias e melhorar o diálogo cidade-rio

- recuperar ecossistemas degradados;
- diminuir os factores de intrusão na paisagem
- desenvolver áreas de vocação recreativa, de lazer e fruição do elemento água

Minimizar focos poluidores e melhorar a qualidade dos serviços urbanos

- expandir o sistema de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos, o seu aproveitamento e reciclagem;
- melhorar e ampliar os sistemas de abastecimento de águas e de saneamento básico.

Defender e proteger a diversidade paisagística e bio-física

- eliminar focos de alastramento de espécies oportunistas;
- desenvolver sistemas de protecção de incêndios, nomeadamente na Serra de Sta Lúzia.

Afirmar o verde como suporte de uma vida de qualidade

- criar mecanismos de atracção da população para o uso recreativo e de lazer das zonas verdes urbanas e das áreas de qualidade ambiental natural significativa;
- aumentar a segurança nas zonas verdes públicas.

Reabilitar e animar as frentes de rio e de mar

- ordenar e regulamentar usos nas faixas e orlas costeiras;
- promover a fixação de equipamentos de animação recreativa, de lazer e desportivos nestas áreas,
- defender estas áreas face às agressões de tipo ambiental/fontes poluidoras.

Ordenar os usos e valorizar o potencial natural no Monte de Sta. Luzia

- criar um sistema de protecção contra incêndios na Serra de Santa Luzia;
- valorizar e promover os elementos de património arqueológico e construído aí existentes;

- ordenar os usos e valorizar o Parque Regional de Santa Luzia.

Proteger os mosaicos urbanos de elevada qualidade cénica

- controlar e regulamentar todos os factores de intrusão na paisagem;
- recuperar espaços naturais degradados e áreas de exploração mineral abandonadas.

Aposta 7

Desenvolver as capacidades de iniciativa e participação dos cidadãos

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Fomentar a iniciativa e a inovação

- promover espaços de debate e criação
- desenvolver e valorizar os espaços públicos, como locais preferenciais de convivialidade
- reorganizar e reorientar os serviços da autarquia, eliminando a burocracia administrativa e diminuindo as despesas de funcionamento municipal
- fomentar e apoiar as colectividades locais mais participativas e com uma actuação mais inovadora

Promover novas formas e espaços de concertação

- desenvolver a cooperação inter-municipal;
- inserir a cidade em redes de cidades europeias;
- reforçar as ligações com a Galiza;
- reforçar os laços de cooperação inter-instituições públicas e privadas
- desenvolver hábitos de cidadania;
- incentivar as instituições locais a desenvolverem o partenariado para a implementação de projectos de interesse colectivo.

Criar mecanismos para melhorar a informação urbanas

- abrir a autarquia à comunidade e aumentar a visibilidade dos serviços municipais;
- criar um Observatório da Opinião Pública ou um Correio da Autarquia;
- criar um Observatório Urbano;
- promover a elaboração de um a versão inovadora do mapa da cidade;
- dinamizar iniciativas e programas de descoberta da cidade e da região, apoiados nas escolas do concelho.

Aumentar a projecção das acções da autarquia e de outras instituições

- criar mecanismos de divulgação do plano de actividades das principais instituições da cidade;
- divulgar os critérios de decisão da autarquia na definição dos apoios a conceder.

Criar o Gabinete de Cidade para a implementação do Plano Estratégico

- criar o gabinete de cidade, os grupos de trabalho e os conselhos consultivos;
- aumentar a participação no Plano Estratégico.

6

Concertação Estratégica e Dispositivo de Implementação do Plano

A dimensão estratégica do plano e a criação de condições apropriadas à sua execução exigem o cumprimento de uma fase intermédia e crucial que se consubstancia na apropriação, por parte dos agentes da cidade, do sentido e dos objectivos do exercício de planeamento em curso.

O documento presente, apesar de não corresponder ainda à forma acabada de plano, constitui uma aquisição fundamental do processo de planeamento na medida em que formaliza um conjunto de metas, de apostas e de objectivos estratégicos para a cidade, devidamente concretizadas num corpo de projectos prioritários, validados politicamente pelo executivo municipal. Porém para que este resultado seja operacionalizável e porventura enriquecido, ele terá de ser devidamente apresentado, discutido e apropriado pelos agentes da cidade. Ele deverá desejavelmente fornecer, não apenas à autarquia mas a todos os agentes que intervêm na cidade, referências orientadoras para a sua actuação sobre a cidade.

A fase de trabalho que agora se inicia tem justamente por objectivo promover, no quadro das opções do plano, a concertação de interesses e a coordenação de intervenções entre a autarquia e os principais agentes que intervêm sobre a cidade segundo uma orientação que pode, em síntese, resumir-se da seguinte maneira: por um envolvimento individual ao serviço de um objectivo e projecto colectivo que é o de consolidar, qualificar e conferir competitividade a Viana do Castelo no quadro das cidades que compõem o sistema urbano do NW peninsular.

Por outro lado há que criar as condições institucionais e organizativas que permitam a execução coordenada do Plano e o seu desenvolvimento de acordo com os anseios da cidade.

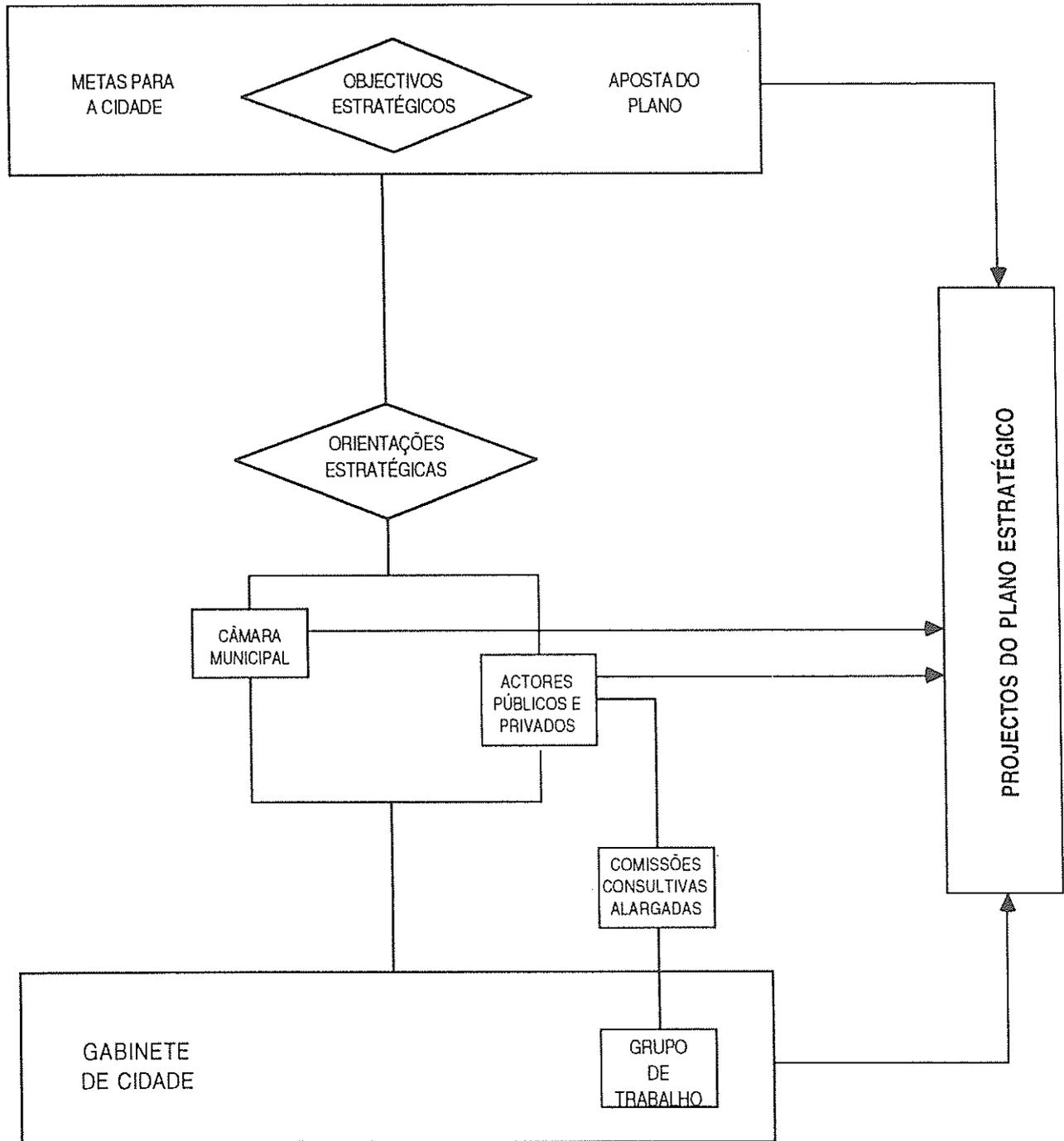
Este último capítulo do documento tem por objectivo apresentar, de forma sucinta, a metodologia de desenvolvimento da última fase do trabalho, ou seja, a fase de concertação de interesses em torno do plano: como favorecer a participação dos agentes, como assegurar a sua apropriação do Plano, que dispositivo de coordenação lançar.

O diagrama da página seguinte representa a passagem entre um momento em que se encontram formulados e politicamente aprovados os objectivos estratégicos e as metas que a autarquia propõe à cidade, enquanto plataforma de desenvolvimento a médio prazo e a institucionalização do Plano através da criação do Gabinete de Cidade. Esta passagem encerra um enriquecimento da prática democrática participativa na medida em que traduz a evolução entre um plano limitado à perspectiva da autarquia e um plano da cidade onde se revêm e para o qual convergem as intervenções dos seus principais actores. Esta fase do processo de planeamento estratégico deve ser ainda considerada numa dimensão retroactiva, ou seja, enquanto oportunidade de enriquecimento do próprio Plano através da integração de perspectivas, de propostas e de projectos de outros actores.

O exercício que a equipa técnica se propõe realizar com acordo político da própria autarquia não é isento de dificuldades. Ele será particularmente exigente do ponto de vista dos contactos e da mediação entre actores a realizar no próprio terreno, e organizar-se-á de acordo com uma metodologia de intervenção que assenta essencialmente nas seguintes etapas:

- divulgação do Plano junto dos principais agentes da cidade;

- reuniões entre cada um desses agentes, a equipa técnica e responsáveis autárquicos no sentido de conhecer as estratégias dos agentes, o seu grau de adesão aos objectivos estratégicos, os ajustamentos a introduzir ao plano e ainda iniciativas próprias que possam concorrer para os objectivos estabelecidos;



- identificar, a partir do passo anterior, as principais convergências e divergências entre os agentes da cidade: quais os objectivos, as propostas e os projectos que merecem maior aceitação; quais as principais afinidades e discrepâncias entre agentes; que concertação e negociação possíveis;

- finalmente um exercício de síntese conclusiva desta fase de concertação e de negociação com a incorporação das aquisições obtidas no documento do Plano. Pretende-se também em resultado deste momento de trabalho, deixar aos agentes da cidade, públicos e privados, um corpo de orientações de natureza sectorial no quadro das grandes opções estratégicas definidas no Plano. O documento final que resultar deste exercício deverá ser sempre entendido como uma síntese datada do percurso de planeamento estratégico da cidade que, por definição, é um processo contínuo, alimentado pela acção e respectiva retroacção sobre o quadro de objectivos inicialmente estabelecido.

Decorre portanto da perspectiva de planeamento anteriormente apresentada que a implementação do Plano tem de envolver activamente não só a autarquia mas também outros agentes da cidade e decorrer de acordo com um processo permanente de concertação e de coordenação de esforços e de iniciativas.

Torna-se assim necessário prever um dispositivo organizativo que constitua o quadro institucional para o funcionamento de um grupo de agentes da cidade responsável por assegurar a implementação coordenada do Plano. Esse quadro organizativo - Gabinete de Cidade - deverá integrar um núcleo central de entidades e funcionar de acordo com grupos de trabalho temáticos, organizados em torno das principais apostas do Plano. No sentido de favorecer a participação de outras pessoas e entidades, além das directamente representadas no Gabinete de Cidade, deverão ser criadas comissões consultivas alargadas por temática de acordo com a relevância de cada tema em cada momento da vida da cidade.

A fase de discussão e de concertação do Plano permitirá a concretização do modelo organizativo e de funcionamento do Gabinete de Cidade, bem como a indicação dos parceiros a envolver na sua constituição.

7

Linhas de Intervenção Prioritárias

As apostas e objectivos estratégicos formulados e desenvolvidos no Capítulo anterior, inscrevem-se numa lógica global de desenvolvimento da Cidade.

Estando naturalmente sustentados por características intrínsecas deste território, e por estratégias emergentes presentes no local, a sua transformação em políticas e projectos de intervenção deverá ocorrer num prazo alargado, dependendo do dinamismo dos agentes locais e da própria autarquia.

O âmbito destas apostas procura abarcar todas as fileiras de competitividade territorial da Cidade incluindo o desenvolvimento de potencialidades, cujo sucesso dependerá da evolução de uma conjuntura que ultrapassa largamente os domínios de actuação da autarquia.

Existe no entanto um conjunto de linhas de intervenção, que inscritas na estratégia global que emana do plano estratégico, se afiguram prioritárias. A preferência por estas linhas estratégicas de intervenção, justifica-se por duas ordens de razão:

- extrema necessidade da sua concretização;
- existência de dinâmicas locais que permitem a sua concretização.

Neste capítulo, enumeram-se essas linhas de intervenção e indicam-se os projectos que a deverão integrar. A título meramente ilustrativo, desenvolvem-se e apresentam-se um conjunto muito restrito de "Fichas de Projecto", previamente indicados nas linhas de estratégia. Quer as linhas de intervenção, quer os projectos, deverão ser matéria prioritária de discussão no seio do Gabinete de Cidade, tendo em vista a geração de consensos e a conjugação de esforços que permitam a sua concretização.

Foram desenvolvidas as seguintes linhas de intervenção, algumas das quais com uma ficha de projecto:

- Desenvolver a capacidade de iniciativa e participação dos cidadãos
- Promover os eixos de internacionalização
- Revitalizar do Centro Histórico
- Ordenamento viário e gestão de tráfego
- A Escola e a Cidade Educadora
- Afirmar a Cidade como espaço de fruição e divulgação artística e cultural
- Reforço da fileira dos desportos náuticos
- Desenvolvimento dos serviços turísticos

Outras linhas de estratégia poderiam ser desenvolvidas, designadamente a Cidade Saudável (nas suas componentes - saúde, solidariedade, segurança, ...), a Cidade dos Serviços e da promoção do desenvolvimento regional, etc.

Neste momento, vários actores têm os seus próprios projectos, o próprio Gabinete de Cidade está em fase de germinação de ideias, veja-se a dinâmica em torno da Cidade Saudável, e novas dinâmicas estão a emergir. Esta apresentação pretende demonstrar a necessidade de desenvolver todo um trabalho em torno do Gabinete de Cidade, que deve ser sistematizado e organizado, de forma a rentabilizar e criar um corpo de actuação sólido e eficiente.

As linhas de intervenção e os projectos que se vão desenhando têm diferentes temporalidades e prazos de actuação. Por isso, enquanto que as metas/apostas/objectivos estratégicos têm uma duração de médio/longo prazo, as linhas e projectos, nascem, desenvolvem-se, consolidam-se, implementam-se, ou morrem.

Concluindo, o processo de planeamento estratégico está iniciado e o Plano de Desenvolvimento da Cidade de Viana do Castelo está em construção.

<p>Linha de Intervenção</p> <p>DESENVOLVER A CAPACIDADE DE INICIATIVA E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS (APOSTA 7)</p>	<p>Projectos prioritários</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver um Plano de comunicação para a cidade, de forma a aumentar a informação e a capacidade de participação, no âmbito do Gabinete de Cidade. - Elaborar um Mapa inovador da Cidade - uma proposta diferente em termos gráficos e que forneça informação crucial para o cidadão e para o visitante. - Estudo com vista agilizar e aumentar a eficiência dos serviços administrativos da Câmara Municipal - uma proposta de reorganização dos serviços camarários e detecção das necessidades de formação. Uma política de intervenção municipal mais competitiva, exige uma estrutura técnica de suporte que alimente a tomada de decisão e que contribua para a implementação da estratégia definida no Plano Estratégico. - Desenvolver uma Base de Informação e Diagnóstico Urbano - <i>Observatório e Barómetro Urbano</i>. A degradação/estagnação do tecido urbano, a falta de dinamismo dos actores urbanos, as necessidades de diagnóstico precoce e de intervenções apropriadas, fazem com que haja necessidade de desenvolver a arquitectura de um observatório e um barómetro urbano. Este projecto deverá ser idealizado em colaboração com outras cidades médias comunitárias. - <i>Financiamento</i> <p>Objectivos estratégicos em que se insere</p> <p>Fomentar a iniciativa e a inovação</p> <p>Criar mecanismos para melhorar a informação urbana</p> <p>Aumentar a projecção das acções da autarquia e de outras instituições</p>
--	--

OBSERVATÓRIO E BARÓMETRO URBANO

Descrição e justificação

A organização e a sistematização da informação urbana é crucial para o acompanhamento das políticas e das intervenções no âmbito do Plano Estratégico da Cidade. Cada vez mais o planeamento e a gestão das cidades apoia-se na informação disponível.

A importância de desenvolver um sistema de informação urbana está na necessidade de organizar um conjunto de informação actualizada, preparar um leque de indicadores e desenhar cenários previsíveis de desenvolvimento urbano.

A informação tem de ser sistematizada em termos sectoriais (económicos, demográficos, sociológicos, jurídicos, ambientais,...) e espaciais (coordenadas das divisões administrativas, parcelas, bairros, redes de infraestruturas, cursos de água, ...) e deve garantir um conjunto de elementos de informação e indicadores inovadores, passíveis de ser consultados em estações de consulta de informação a implantar. Os agentes urbanos poderão ser simultaneamente consumidores potenciais e produtores de informação.

O protagonismo dos diferentes actores urbanos depende da qualidade, da actualidade e do cruzamento da informação que vierem a dispor. A solidariedade e as redes de concertação e cooperação entre actores passa naturalmente pelo desenvolvimento de redes de informação urbana.

A arquitectura do sistema deve garantir a possibilidade de implementar um sistema por módulos/domínios sectoriais ou horizontais, segundo um plano temporal a definir, em função das áreas de intervenção prioritárias para o Gabinete da Cidade. Assim, há que definir os domínios de intervenção prioritários a sistematizar - Centro Histórico; Ambiente Urbano; Periferias Urbanas; Actividades Comerciais; Sector Produtivo (indústria e serviços); Animação Cultural; Turismo Urbano e Regional;... . A organização e sistematização da informação urbana numa lógica de sistema permitiria desenvolver núcleos de recolha e de preparação de informação em diferentes instituições públicas e privadas da cidade que fossem garantindo o apoio à tomada de decisão das mesmas.

Seguindo a lógica que "o futuro não se prevê, prepara-se", é crucial dispor de uma base de dados que nos forneça informação que constantemente permita um diagnóstico urbano e a prevenção de riscos ambientais, sociais, económicos. Este diagnóstico vai avaliando as implicações das diferentes tomadas de decisão dos actores urbanos e cria condições para ir construindo o futuro.

Objectivos estratégicos em que se insere

- Criar mecanismos para melhorar a informação urbana
 - Promover nas formas e espaços de concertação
 - Fomentar a iniciativa e a inovação
-

Actividades a desenvolver para a sua implementação

- Concertação entre os diferentes actores urbanos tendo em vista a organização de um Sistema de Informação Comum para toda a Cidade.
 - Preparar um estudo do modelo de implementação do *Observatório e o Barómetro Urbano*:
 - Identificação e hierarquização das necessidades de informação a recolher e organizar
 - Configuração técnica do sistema de informação que suportará o *Observatório e o Barómetro Urbano*
 - Sistemas de indicadores a construir
 - Modelo organizativo e inserção institucional do Observatório
 - Destinatários e produtores de informação
 - Levantamento das capacidades e da informação produzida ao nível da cidade
 - Modelo de publicação/divulgação da informação recolhida e produzida
 - Inserir o Observatório em redes de Informação Urbana nacionais e comunitárias.
 - Preparar uma candidatura comunitária que financie o projecto e apoie as trocas de experiências em torno da Informação Urbana.
 - Implementar o Observatório Urbano, faseadamente, de acordo com a programação a definir.
 - Banalizar o processo de acesso à informação, por parte das instituições, escolas, cidadãos e turistas.
-

Resultados esperados

- Garantir que a cidade venha a usufruir de um Sistema de Informação inovador a nível comunitário, que lhe garanta um suporte de informação de qualidade de apoio à tomada de decisão da autarquia e de outras instituições da cidade.
 - Banalizar o acesso à informação.
 - Transformar a Cidade num elemento de referência em termos de organização e prestação de informação.
-

Entidades a envolver

Autarquia

Juntas de Freguesia

Associação Empresarial

Associação Industrial do Minho

Associações recreativas, culturais e desportivas

Instituto da Juventude

Instituto Politécnico de VC

Escola de Enfermagem, Forpescas, Academia e Escola Profissional de Música e outras escolas

Escolas do ensino básico e secundário

Biblioteca

...

Fontes de Financiamento

FEDER artigo 10º

Progr. Nacional SP Ambiente Medida 3

Progr. Hélios

SINAIPEDIP - Sistema de Incentivos a Serviços de Apoio à Indústria

SP Fomação e Gestão de Recursos Humanos (Observatório de emprego e formação)

PRONORTE SPC - Dinamização Regional e Local - Sistemas de Informação de Apoio ao desenvolvimento.

INTEREG

.....

<p>Linha de Intervenção</p> <p>PROMOVER OS EIXOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIDADE (APOSTA 4)</p>	<p>Projectos prioritários</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver um Plano de marketing urbano e regional, tendo em vista aumentar a visibilidade externa da cidade e da região. Este Plano deve dar coerência e definir etapas de internacionalização da cidade, e desenvolver um plano de acções para as diferentes instituições da cidade e da região. - Desenvolver um projecto piloto nas áreas da formação artística, envolvendo diversas instituições de ensino e formação da cidade, em rede com outras cidades comunitárias com um perfil cultural semelhante. Este projecto visa aumentar a concertação entre as instituições da cidade, alargar os contactos institucionais internacionais e rentabilizar a presença já significativa de docentes estrangeiros. - Inserir Viana dentro da <i>Rede das Cidades Educadoras</i> e desenvolver um projecto inovador de relacionamento da Escola / Meio - "Reciclagem e ambiente urbano". Esta problemática insere-se na lógica da cidade saudável e da cidade com património cultural e ambiental. - Arquitectar uma Campo de Férias/Festival transnacional a realizar na Região, envolvendo os municípios e diversas instituições, em torno dos Desportos Náuticos e o Ambiente. - Promover um Seminário transnacional inserido na <i>Rede das Cidades Saudáveis</i>, com vista a troca de experiências e informações. - Desenvolver um projecto inovador com outras cidades comunitárias com qualidade patrimonial e ambiental - "Cidades com património cultural e ambiental concertam estratégias de qualificação e dinamização urbana".
	<p>Objectivos estratégicos prioritários em que se insere</p> <ul style="list-style-type: none"> . Desenvolver fileiras de cooperação artística e cultural com o exterior . Consolidar a cidade enquanto centro internacional de desportos náuticos . Reforçar os eixos de cooperação para a formação e a investigação . Desenvolver e consolidar os canais/redes de cooperação institucional com o exterior

<p>Linha de Intervenção</p>	<p>Projectos Prioritários</p> <p>Actualizar a informação sobre o estado actual do património construído ao nível e tipo de ocupação, estrutura familiar, níveis de rendimento, disponibilidade para o investimento no imóvel,.... Criar uma base de dados e redes de informação urbana, de apoio à gestão e animação do Centro Histórico, no âmbito de programas de cooperação comunitários, a integrar no projecto <u>Observatório e Barómetro Urbano</u>.</p>
<p>REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO</p>	<p>Criar o Gabinete Municipal para a Protecção e Revitalização do Centro Histórico, que integre diferentes especialidades técnicas. Deverá prestar serviços de assessoria a particulares (nas áreas do projecto de arquitectura, acompanhamento e fiscalização da obra, informações sobre fontes de financiamento e crédito), para além da implementação de projectos específicos de intervenção no Centro Histórico. Neste último caso, as prioridades colocam-se ao nível da habitação, do comércio e da recuperação de alguns edifícios de valor patrimonial significativo.</p> <p>Desenvolver um projecto específico de <u>Apoio à recuperação e reabilitação de edifícios de habitação</u>. Integrar neste projecto o estudo e a negociação de novas formas de crédito, numa lógica de promoção de novas redes de concertação, envolvendo o Estado (IGAPHE) e instituições bancárias da cidade.</p> <p>Desenvolver um projecto específico de <u>Qualificação e Dinamização Comercial do Centro Histórico</u> - enquadrado no Plano de Protecção e Reabilitação do Centro Histórico, a revitalização funcional, designadamente a componente comercial, é uma das matérias prioritárias.</p> <p>Implementar projectos de <u>Recuperação/reabilitação e valorização de edifícios singulares</u>, conjuntos de valor patrimonial, edifícios municipais, ou praças e percursos públicos que possam ser elementos cruciais em termos pedagógicos e focos difusores de um processo de qualificação e animação. Mencionamos, designadamente a ampliação do Teatro Sá de Miranda, a conclusão da construção do Centro de Arte e Cultura, a remodelação da Biblioteca Regional e a iluminação monumental.</p> <p>Promoção de campanhas de <u>informação e de fomento da participação dos cidadãos</u> nos projectos a desenvolver, assim como a criação de instrumentos de informação e divulgação do património imóvel da cidade, nomeadamente no âmbito de roteiros turísticos. Lançamento de uma colecção editorial sobre a história da cidade, com a publicação de guias e mapas sobre o conjunto histórico e os seus principais edifícios.</p>

- itel

- itel

itel

itel

itel

itel

	<p>Garantir que o gabinete do Centro Histórico participe num projecto de animação urbana, em articulação com a política municipal de animação cultural, elegendo alguns dos seus principais equipamentos - Teatro Sá de Miranda, o Museu, a Praça da República e os antigos Paços do concelho e o futuro Centro de Arte e Cultura-, como espaços de referência para uma programação cultural permanente e diversificada. Associar a este projecto o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, detentor de alguns equipamentos de perfil cultural dentro do Centro Histórico e congregador de dinâmicas jovens activas e emergentes.</p>
	<p>Objectivos estratégicos prioritários em que se insere</p> <p>Afirmação da imagem da cidade, associada à valorização do seu património cultural e natural Valorizar e reforçar a capacidade de atracção do sector comercial Desenvolver e qualificar a oferta de serviços no sector do turismo Implementar políticas de reabilitação de habitação degradada Reabilitar e valorizar o centro histórico Fomentar a iniciativa e a inovação Promover novas formas e espaços de concertação Criar mecanismos para melhorar a informação urbanas.</p>

QUALIFICAÇÃO E DINAMIZAÇÃO COMERCIAL NO CENTRO HISTÓRICO

Descrição e justificação

Os principais objectivos deste projecto visam revitalizar o comércio e os serviços no Centro Histórico, de forma a diminuir os efeitos negativos da atractividade da Área Metropolitana do Porto e das cidades de Braga e Vigo e reforçar a função regional e turística da cidade de Viana do Castelo.

Para isso é preciso actuar em diferentes frentes:

- desenvolver uma estratégia urbanística que favoreça o investimento comercial e de serviços e atraia o consumo interno, regional e turístico;
- aumentar e dinamizar a capacidade de intervenção da associação dos empresários do comércio
- melhorar as condições de funcionamento e de competitividade das empresas comerciais desta cidade.

Podemos considerar três espaços de intervenção que devem ser articulados: o espaço público, da responsabilidade da autarquia; os espaços internos das lojas comerciais da responsabilidade individual dos seus proprietários; e o espaço intermédio (montras, publicidade, iluminação, estratégias de marketing, que interessa ao sector privado e que tem fortes implicações na estética urbana.

É necessário, também, definir uma estratégia comercial de reforço e inovação do comércio de produtos regionais (linho, louças regionais, produtos agrícolas, ...) e que atenda às novas necessidades de consumo turístico. Neste quadro de valorização dos produtos regionais é importante definir redes de produtores e organizar os circuitos de comercialização regionais, pensando numa estratégia de valorização, certificação e promoção a partir da cidade.

Há que favorecer e apoiar as associações de rua, de comerciantes, residentes e empresários de serviços, de forma desenvolverem parcerias com a autarquia numa actuação conjunta ao nível dos espaços públicos.

A actuação ao nível do comércio deve ser integrada na estratégia global de intervenção no Centro Histórico.

Principais objectivos estratégicos em que se insere

- Valorizar e reforçar a capacidade de atracção do sector comercial
- Organizar o mercado de produtos regionais, associada a uma estratégia de promoção focalizada na cidade
- Reabilitar e valorizar o centro histórico
- Qualificar e animar os espaços urbanos de sociabilidade e convivialidade
- Fomentar a iniciativa e a inovação
- Promover novas formas e espaços de concertação

Actividades a desenvolver para a sua implementação

- Promover associações de rua ou ao nível do Núcleo Histórico, que inclua comerciantes, residentes, empresários de serviços, escolas locais, associações ou outras instituições aí localizadas.

-
- Realizar um estudo que vise o levantamento da situação do sector comercial, capacidades de investimentos, principais estrangulamentos nos serviços, problemas de funcionalidade, organização, gestão, segurança, .. e uma análise das medidas urbanísticas que poderiam favorecer a actividade comercial .
 - Desenvolver uma Feira de produtos regionais no Centro Histórico, com uma frequência, localização e programa a preparar, que seja diferente e com capacidade de ser promovida nas grandes áreas de consumo da proximidade (Galiza e AMP).
 - Criar bases de dados e dinamizar redes de informação
 - Criar um gabinete técnico de apoio à qualificação do sector comercial que esteja articulado com o Gabinete Municipal para a Protecção e Revitalização do Centro Histórico
 - Promover a profissionalização dos activos do sector.
 - Preparar uma campanha de divulgação e promoção do comércio na região.
 - Preparar uma candidatura integrada ao PROCOM que articule projectos individuais de estruturas comerciais, a criação de um gabinete técnico de apoio à revitalização do comércio, a constituição de bases de dados e estudos de mercado, que vise a formação e a profissionalização dos activos do sector. Esta candidatura e os estudos que a integrem devem atender às especificidades regionais, de forma a definir estratégias inovadoras.
 - Analisar a possibilidade e a força estratégica da organização de uma Feira de Produtos Regionais. Preparar a filosofia em que se increve, elementos de estética e estrutura da Feira, local a implementar, perioridade, tipologias possíveis de organização.
-

Resultados esperados

- Preparar uma candidatura ao PROCOM
 - Aumentar a competitividade comercial da cidade de Viana do Castelo, relativamente aos grandes centros comerciais - AMP, Vigo e Braga.
 - Transformar Viana do Castelo no grande centro organizador e distribuidor dos produtos da região.
-

Entidades a envolver

- Autarquia
 - Associação Empresarial de Viana do Castelo
 - Comerciantes locais
 - Associações de ruas (de comerciantes, residentes e outras)
 - Produtores da região.
-

Fontes de Financiamento

PROCOM,

Programas de Iniciativas de Desenvolvimento Local,

Programa 10^º do FEDER

INTEREG II SP1 Desenvolvimento socio-económico

<p>Linha de Intervenção</p> <p>ORDENAMENTO VIÁRIO E GESTÃO DE TRÁFEGO</p>	<p>Projectos prioritários</p> <p>Execução do Plano de Circulação (definição do perfil físico e funcional das vias - hierarquia viária, incluindo vias pedonais -, sentidos de tráfego, localização das zonas de estacionamento, etc.) .</p> <p>Definição de uma política de estacionamento (nº de lugares por fogo, área comercial, serviços públicos e privados, equipamentos, indústrias, etc)</p> <p>Construção de parques dissuasores nos limites urbanos da cidade, servidos pelos transportes urbanos</p> <p>Aumento da capacidade de tráfego e urbanização das vias de acesso directo à cidade (Viadutos da Av. 25 de Abril e beneficiação da Av. Capitão Gaspar de Castro)</p> <p>Construção do Interface de Transportes na actual Estação de Caminho de Ferro, racionalizando os sistemas de transporte urbano e interurbano</p> <p>Construção de novos arruamentos no espaço envolvente ao Centro Histórico, melhorando a relação física entre as diversas zonas da cidade</p> <hr/> <p>Objectivos estratégicos prioritários em que se insere</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a acessibilidade rodoviária e ferroviária com o exterior - Afirmar-se como interface de transportes - Melhorar as condições de mobilidade interna da cidade - Integrar na rede viária urbana os grandes eixos viários
---	---

<p>Linha do Intervenção</p> <p>A ESCOLA E A CIDADE EDUCADORA</p>	<p>Projectos prioritários</p> <ul style="list-style-type: none"> - A autarquia com um grupo de trabalho deve organizar um projecto educativo em torno da cidade e da região, integrando diferentes perspectivas - educação viária, educação sanitária, educação ambiental, educação para a valorização do património,.. Este "núcleo" deve criar os alicerces para a futura constituição do Conselho Municipal de Educação e a integração de Viana do Castelo na rede internacional das Cidades Educadoras. - Criação do Conselho Municipal da Educação - órgão constituído por diversas entidades com o objectivo de debater os problemas educativos e formativos locais e procurar as soluções adequadas através da realização de projectos de intervenção nesta área. - Constituição de uma bolsa de oferta de empregos e estágios temporários (da responsabilidade e iniciativa do tecido empresarial e associativo local, autarquias,...) dirigida particularmente aos jovens, que facilite e promova a sua inserção no mercado de trabalho local. Este projecto visa a aproximação da Escola com os centros de oferta de emprego. - Exposição Escolar (actividade de final de ano com exposição de trabalhos realizados pelos alunos de todas as escolas, e apresentação de actividades diversas realizadas pelos alunos - peças de teatro, espectáculos musicais, resultados dos Clubes de fotografia, video, inglês, ...). Seria interessante organizar uma temática anual a ser desenvolvida pela maioria das escolas do município que se enquadre na estratégia de desenvolvimento - Cidade Saudável, O diálogo da Cidade com o Centro Histórico, Cidade Reciclável,... - Realização de actividades de interesse directo para os jovens mas susceptíveis de envolver a população em geral (organização de Feira do Livro, colóquios / sessões de esclarecimento sobre temáticas actuais diversas, ...). - Organização de visitas de estudo (nomeadamente a países da União Europeia), envolvendo as escolas, autarquias, empresários, associações, que promovam o concelho e simultaneamente permitam o conhecimento de projectos de desenvolvimento que assentam na articulação e complementaridade de funções dos diversos agentes locais.
	<p>Objectivos estratégicos em que se insere</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a posição de Viana como centro de formação, extensão e investigação. - Fomentar a iniciativa e a inovação - Criar mecanismos para melhorar a informação urbana - Promover novas formas e espaços de concertação.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Descrição e justificação

O Conselho Municipal de Educação - CME, de que existem algumas experiências concretas, é a reunião de um conjunto de entidades locais a que poderíamos chamar parceiros sociais da educação e da formação, a nível municipal, num fórum de debate dos problemas educativos e formativos locais e, sobretudo, de procura de soluções para esses problemas. Do CME espera-se que aborde os problemas escolares como problemas sociais de primeira importância concentrando-se a sua intervenção na concepção, apoio e desenvolvimento de projectos que contribuam para melhorar a vida das comunidades locais, mobilizando os recursos e as acções educativas e formativas existentes.

Considera-se que os professores, os alunos, os pais, as autarquias, as associações culturais e empresariais e outras entidades relevantes ao nível local, constituem o núcleo duro sobre o qual podem repousar com realismo, durabilidade e adequação, quaisquer projectos educativos e formativos de fôlego, que contribuem para o desenvolvimento local; a existência de um órgão local, constituído por estas entidades locais, reúne competências e saberes locais e pode tornar-se um instrumento de afirmação autónoma do poder das comunidades locais.

Objectivos estratégicos em que se insere

- Reforçar a posição de Viana como centro de formação, extensão e investigação
- Activar solidariedades
- Fomentar a iniciativa e a inovação
- Promover novas formas e espaços de concertação

Actividades a desenvolver para a sua implementação

- Criar o "núcleo duro" do processo de implementação do CME / grupo de trabalho responsável pela sua implementação.
- Organizar reuniões abertas às entidades consideradas mais relevantes com o objectivo de: apresentar a ideia, recolher contributos, definir condições gerais de implementação, delinear o modelo de funcionamento, funções do CME, ...
- Definir o quadro institucional que constituirá o CME e formalizar a sua constituição.

- Organizar um plano de acção (curto/médio prazo) de acordo com os contributos das diferentes entidades envolvidas definindo áreas de actuação, nomeadamente:

- seguimento / acompanhamento de situações de maior risco como os fenómenos do abandono escolar, fuga à matrícula e insucesso;

- organização de actividades de tempos livres (lúdico, desportivas, formativas - visitas de estudos, ateliers de ocupação de tempos livres, torneios de...) designadamente nos períodos de férias;

- acções de promoção de maior dinâmica inter-escolas e escolas agentes locais, através da organização de actividades e eventos em conjunto, (acompanhamento e articulação da diversidade de actividades no âmbito da área-escola) valorizando a sua realização e dando a conhecer os principais resultados atingidos;

- articulação da oferta de formação nas suas diferentes modalidades de formação com o tecido local, de forma a assegurar uma maior relação oferta / procura;

- difusão de informação relativa a instrumentos financeiros susceptíveis de apoiar projectos a desenvolver pelas escolas;

- recenseamento de apoios (humanos, técnicos, materiais, financeiros, ...) passíveis de serem disponibilizados por parte dos diferentes agentes locais.

Resultados esperados

- Criar mecanismos que favoreçam uma ampla participação da Escola no processo de desenvolvimento da Cidade/Concelho.

- Transformar a Escola num agente inovador e activo com vista a construção de uma Escola de Qualidade

- Criar hábitos de cidadania e desenvolver a capacidade de iniciativa nas camadas mais jovens.

- Transformar Viana do Castelo numa "Cidade Educadora".

Entidades a envolver

Autarquia

Junças de Freguesia

Escolas (professores, associações de alunos, associações de pais)

Associações empresariais

Associações culturais

Instituto da Juventude

...

Fontes de Financiamento

Interreg II (SP 1)

Juventude para a Europa II

EUROTHLON

SOCRATES

PRODEP II

Emprego e Valorização dos Recursos Humanos

Programa Pessoa

Leonardo

...

<p>Linha de Intervenção</p> <p>AFIRMAR A CIDADE COMO ESPAÇO DE CRIAÇÃO, FRUIÇÃO E DIVULGAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO CRESCENTE DAS PRÁTICAS CULTURAIS</p>	<p>Projectos prioritários</p> <p>Desenvolver um projecto inter-institucional de formação artística, de modo a valorizar a interpenetração das várias formas de expressão artística, dentro da música, da expressão dramática, do teatro e do audiovisual, contribuindo para melhorar a capacidade de atracção de formadores externos, no quadro das possibilidades que lhes cria de apostar na investigação, nomeadamente dentro de novas formas de produção de espectáculos.</p> <p>Consolidar uma rede de equipamentos culturais-âncora de suporte ao desenvolvimento de três áreas específicas de criação, produção e animação cultural da cidade - a música, o teatro e o audiovisual, que pela sua qualidade arquitectónica e imagem possam contribuir para dignificar as actividades que lá se realizam. Incluem-se dentro desta rede, o Teatro Municipal Sá de Miranda, o Centro de Arte e Cultura (que poderá albergar a Academia de Música, a Escola Profissional de Música e o Centro Cultural do Alto Minho) e o Centro de Produção Audiovisual do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.</p> <p>Apoiar formas de profissionalização dos principais actores envolvidos nestas temáticas, Companhia de Teatro Noroeste, Centro Cultural do Alto Minho, Academia de Música de Viana, garantindo condições de estabilidade das instituições, nomeadamente de ordem financeira, inclusivé, com soluções de mecenato cultural.</p> <p>Apoiar projectos inovadores em matéria de investigação artística, garantindo-lhes visibilidade externa e criando, através do município, oportunidades de desenvolvimento de redes de cooperação interregional em matéria cultural. São exemplos de temáticas de investigação já em curso, a etnomusicologia e a informática musical.</p> <p>Desenvolver dentro da programação cultural na cidade, uma fileira de eventos, manifestações e edições de suporte, que mantenha permanentemente viva na cidade, a música, a expressão dramática e o teatro, o cinema e outras linguagens audiovisuais. Esta programação deve incluir importantes eventos de qualidade reconhecida e com visibilidade externa, como é o caso do Festiviana, e manifestações e actividades regulares, no caso das encenações do Teatro Noroeste, da actividade cineclubista da oficina de audiovisuais do Centro Cultural do Alto Minho, do trabalho sistemático com os grupos de teatro amador, etc.</p> <p>Criar na cidade, formas de atracção e fixação de novos artistas, facultando-lhes oportunidades de usufruir do seu património arquitectónico e ambiental e da sua tradição cultural, e contribuindo para o seu enraizamento à cidade e aos seus principais actores culturais.</p> <p>Objectivos estratégicos prioritários em que se insere</p> <p>Desenvolver a formação artística e promover a profissionalização do sector cultural</p> <p>Afirmar Viana como centro urbano de animação e projecção de uma região de forte vocação turística</p> <p>Contribuir para a afirmação e a valorização da cultura regional</p> <p>Desenvolver fileiras de cooperação artística e cultural com o exterior</p>
--	--

PROJECTO DE PROGRAMAÇÃO CULTURAL MUNICIPAL PARA AS ÁREAS DA MÚSICA, TEATRO E AUDIOVISUAIS

Descrição e justificação

Desenvolver dentro da programação cultural na cidade, uma fileira de eventos, manifestações e edições de suporte, que mantenha permanentemente vivas na cidade, a música, a expressão dramática e o teatro, o cinema e outras linguagens audiovisuais.

Esta programação deve incluir importantes eventos de qualidade reconhecida e com visibilidade externa, como é o Festiviana, e manifestações e actividades regulares, no caso das encenações do Teatro Noroeste, da actividade cineclubista da oficina de audiovisuais do Centro Cultural do Alto Minho, do trabalho sistemático com os grupos de teatro amador, etc.

É importante assegurar uma dinâmica de espectáculos artísticos suficiente para fixar na cidade, actores e formadores artísticos de qualidade, que possam desenvolver projectos novos com as respectivas instituições e que, simultaneamente, tenham oportunidades de organização de espectáculos que se traduzam na consolidação do papel da cidade como centro de projecção cultural na região.

Paralelamente, é importante tomar medidas de formação e fidelização de públicos locais e externos face à oferta cultural e aos principais eventos a organizar na cidade. A realização deste objectivo pressupõe a implementação de uma política educativa para a cultura, assim como, uma aposta no marketing cultural.

Principais objectivos estratégicos em que se insere

- Afirmar Viana como centro urbano de animação e projecção de uma região de forte vocação turística
- Contribuir para a afirmação e a valorização da cultura regional
- Afirmar o protagonismo cultural da cidade na região
- Desenvolver fileiras de cooperação artística e cultural com o exterior

Actividades a desenvolver para a sua implementação

- Desenvolver profissionalmente uma estrutura de programação e animação cultural da cidade, com base na autarquia, com estatuto jurídico e modelo de gestão a definir de acordo com estudo de viabilização. Essa estrutura deverá dispôr de capacidade de promoção de alguns grandes eventos de projecção internacional e de uma programação regular que envolva os potencial artístico instalado na cidade - Teatro Noroeste/CDV, Academia de Música de Viana, Centro Cultural do Alto Minho, Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

- Delinear e implementar um estratégia de marketing cultural, à escala regional e internacional (com atenção especial para toda a região da Galiza).

- Elaborar um estudo destinado a avaliar e a definir, em concertação com os principais actores culturais locais, os grandes eventos culturais em que a cidade deve apostar ao longo do ano, para além do Festiviana (existem já ideias em torno de um festival de teatro ao ar livre, de um seminário internacional sobre informática musical, e já se realizaram encontros importantes como o exemplo do Seminário de Música Electroacústica e das mostras de teatro), que assente nomeadamente, na cooperação cultural inter-regional no âmbito da Comunidade.

- Promover actividades educativas com os actores culturais da cidade e com as escolas, de forma a sensibilizar e a educar os públicos jovens para formas de expressão artística diversas, pondo-os em contacto não apenas com o lado do espectáculo, mas também da criação e da produção. Neste projecto, poderá assumir-se como experiência piloto, o trabalho do Teatro Noroeste com as escolas do concelho, através da criação de Clubes de Jovens Espectadores de Teatro.

- Recuperação e ampliação do Teatro Sá de Miranda.

- Elaborar um estudo para a identificação de projectos de cooperação transfronteiriça no domínio dos espectáculos e das actividades de animação cultural urbana.

Resultados esperados

Aumento da animação cultural e da oferta cultural de qualidade na cidade.

Promoção da imagem e da tradição cultural de Viana do Castelo, regional e internacionalmente.

Criação de condições de maior atractividade a artistas e formadores, no âmbito das principais formas de expressão artística referidas.

Entidades a envolver

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Centro Cultural do Alto Minho

Teatro Noroeste/Centro Dramático de Viana

Academia de Música de Viana e Escola Profissional de Música

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Região do Turismo do Alto Minho

Instituto da Juventude

Escolas Secundárias do concelho

Associação de Municípios do Vale do Lima

Fontes de Financiamento

- Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local, Resolução de Conselho de Ministros nº 57/95 de 17 de Junho;
 - PRONORTE SPC- Dinamização Regional e Local: Acção: " Apoio à Cooperação e Promoção";
 - Artigo 10º do FEDER, Programa I - Cooperação Interregional e Inovação Para o Desenvolvimento Regional: Cooperação de âmbito cultural; Projectos pilotos urbanos.
 - Programa Media;
 - INTEREG II - SP1 Desenvolvimento socio-económico.
-

PLANO DE FORMAÇÃO DE ANIMADORES DESPORTIVOS

Descrição e justificação

A cidade de Viana do Castelo, para além da tradição que possui na prática de desportos náuticos (vela, remo, etc), tem vindo progressivamente a afirmar-se no campo dos denominados "desportos radicais", como sejam o surf, o bodyboard, o windsurf, etc, afirmação essa à escala internacional, sendo Viana sede de alguns dos mais importantes organismos destas modalidades, e palco das mais importantes competições a nível europeu e mundial.

Convergem nesta cidade, excelentes condições naturais para a práticas dessas modalidades, um conjunto de clubes e federações interessadas nestas práticas desportivas e com um grande capacidade organizativa e de promoção, e um público jovem e receptivo ao desenvolvimento e prática das mesmas.

A Autarquia deverá reconhecer, que estas modalidades são presentemente um dos principais vectores de afirmação da cidades no exterior.

Os principais estrangulamentos são ao nível infraestrutural, na pequena capacidade financeira dos clubes, e na dificuldade que estes têm em desenvolverem projectos participados e abrangentes.

De uma maneira geral, as associações desportivas funcionam à custa da "carolice" dos seus associados, não existindo profissionalização dos seus recursos humanos. Não existe também uma prática efectiva de colaboração entre estas associações e as escolas da cidade. Por último, a cidade não rentabiliza a presença das grandes competições desportivas no desenvolvimento interno destas modalidades, nem o "know-how" local para atrair turistas para a iniciação dessas práticas.

Este projecto pretende definir um plano de formação, e consequentes cursos, para animadores desportivos, por forma a profissionalizar aqueles que trabalham nestas áreas, e conferindo-lhes competências na área da animação e da formação desportiva.

Principais objectivos estratégicos em que se insere

- Consolidar a profissionalização e aumentar a oferta de formação nos desportos náuticos e aquáticos
 - Consolidar a cidade enquanto centro internacional de desportos náuticos
 - Desenvolver as actividades de lazer, recreio e desporto em torno do recurso água - rio e mar
 - Desenvolver uma estratégia inovadora de promoção turística no exterior
-

Actividades a desenvolver para a sua implementação

- Elaborar um protocolo entre as entidades interessadas no desenvolvimento do projecto e potenciais empregadores dos formandos;
 - Definir um caderno de encargos de formação, em que se incluam os objectivos e resultados esperados, se formulem o modelo organizativo e os principais critérios de funcionamento e avaliação, se defina o público alvo, os custos e os modelos de financiamento;
 - Montar ou contratar uma estrutura organizativa para o conjunto de cursos a desenvolver;
 - Definir currículos dos cursos, que numa fase inicial deverão possuir um tronco comum em torno da animação desportiva, e duas especializações - prática desportiva (uma modalidade) ou associativismo;
 - Recrutar formandos e formadores;
 - Realizar o curso de formação;
 - Inserir profissionalmente os formandos.
-

Resultados esperados

- Recursos humanos habilitados a apoiar o funcionamento dos clubes e associações e a divulgar a prática desportiva;
- Capacidade de organização de eventos desportivos aumentada;
- Inter-relacionamento entre instituições reforçado;

A realização deste curso de formação deverá progredir no sentido de conferir a Viana uma especificidade neste domínio de formação desportiva. A continuidade destes cursos deverá manter-se de acordo com as necessidades do mercado, enformada pelas virtudes e riscos do seu pioneirismo.

Outros tipos de formação deverão ser realizados, nomeadamente junto do público escolar ou dos turistas, diversificando os projectos e em simultâneo contribuindo para o reforço de uma fileira de especialização.

Entidades a envolver

Autarquia

Clubes Desportivos

Federações e Associações Desportivas

INDESP

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Faculdade de Ciências de Desporto e Educação Física - Universidade do Porto

Instituto de Emprego e Formação Profissional

Fontes de Financiamento

SP Educação (PRODEO II) - MEDIDA 2 e 3.

SO Formação da Administração Pública

Ministério da Educação

Secretaria de Estado da Juventude - Instituto da Juventude.

.....(ver anexos dos incentivos e programas)

<p>Linha de Intervenção</p> <p>DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS</p>	<p>Projectos prioritários</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e implementar um plano de formação que integre a qualificação - inicial ou contínua - de diversos grupos profissionais dentro do sector turístico; - Apoiar a construção e qualificação dos equipamentos hoteleiros, agilizando os processos de licenciamento e concedendo benefícios fiscais; - Contratualizar com investidores privados a abertura e qualificação de novos espaços de animação, comprometendo-se a autarquia a investir e animar os espaços públicos; - Inventariar os espaços construídos no centro histórico e respectiva envolvente, passíveis de serem utilizados com fins turísticos (bares, agências de viagem, etc); - Cativar os investimentos dos operadores turísticos, promovendo a imagem da cidade no exterior.
	<p>Objectivos estratégicos prioritários em que se insere</p> <p>Afirmar Viana como centro urbano de animação e projecção de uma região de forte vocação turística</p> <p>Desenvolver e qualificar a oferta de serviços no sector do turismo</p> <p>Desenvolver uma estratégia inovadora de promoção turística no exterior</p>

<p>Linha de Intervenção</p> <p>PROMOÇÃO DA CIDADE SAUDÁVEL (Componente ambiente urbano)</p>	<p>Projectos Prioritários</p> <p><i>Culino</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar um Gabinete Coordenador da Redução, Reutilização e Reciclagem de RSU's - Criar um sistema de monitorização da qualidade do ar no núcleo urbano. Este sistema deve estar ligado a painéis informativos dispersos pela cidade que informem o grau de degradação da qualidade do ar (chumbo, CO, SO₂, partículas e poeiras) relativamente aos valores-guia admissíveis estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde. A sinalização colorida deve anunciar sugestões/alerta relativamente, por exemplo, à proibição de circulação de automóveis, emissões gasosas das indústrias, etc. - Criar um sistema de monitorização da qualidade das águas do rio Lima, particularmente nas áreas mais utilizadas para actividades de lazer e recreio. Este sistema deve estar ligado a painéis informativos que para além de caracterizar a qualidade da água pode reproduzir outro tipo de informação de interesse para os utilizadores do meio aquático (T°C, velocidade e quadrante do vento, marés, etc.) - Promover a realização de projectos de terapia ocupacional de jovens toxicodependentes em projectos de preservação e requalificação do meio ambiente urbano - Realizar o "Projecto do Parque Natural Marinho" envolvendo cerca de 26km de um vasto conjunto de habitats desde a Orla Litoral até à Serra de Santa Luzia - Criar condições de segurança, ao nível da rede viária (sinalização, faixas, etc.), para a circulação de bicicletas, dentro do centro urbano. Para além da sinalização é essencial construir parqueamentos para este tipo de veículos. Este projecto implica também a divulgação das vantagens individuais e colectivas do uso deste tipo de meio de transporte.
	<p>Objectivos estratégicos prioritários em que se insere</p> <ul style="list-style-type: none"> - Minimizar os focos poluidores e melhorar a qualidade dos serviços urbanos - Afirmar o verde como suporte de uma vida de qualidade - Melhorar o diálogo cidade / rio / mar

CENTRO COORDENADOR DA REDUÇÃO, RECICLAGEM & REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RRR)

Descrição e justificação

O Centro Coordenador da RRR pretende-se que seja um órgão colegial constituído por representantes da autarquia, escola, associações empresariais, empresa de celulose, grupos ecologistas, rádios e jornais locais e DECO. Este grupo terá inicialmente como objectivo o desenvolvimento de um plano estratégico de intervenção na comunidade vianense cujo objectivo central será a redução, reciclagem e reutilização de RSU's. Funcionará como uma experiência-piloto exemplar a ser posteriormente reproduzida a nível nacional.

Para além de reunir as condições para implementar uma política de redução de RSU's, o Centro Coordenador da RRR deve procurar ser o mais arrojado e mediático possível de modo a tornar a associar o mais possível a *Imagem* de Viana a este modo inovador de vivência urbana compatível com o meio ambiente.

O Centro Coordenador da RRR deve assumir claramente a importância da sua função pedagógica, a nível nacional, pelo que deve preocupar-se com viabilidade económica dos seus projectos e com a assessoria técnica qualificada dos seus membros.

O Centro Coordenador da RRR deve preocupar-se com a divulgação dos resultados obtidos no espaço regional e nacional de modo a fazer repercutir os efeitos das suas acções em benefício próprio - atraindo sobre si curiosidade e interesse em vivenciar esta experiência.

Objectivos estratégicos em que se insere

- Fomentar a iniciativa e a inovação
 - Aumentar a projecção nacional das acções da autarquia
 - Qualificar e valorizar o ambiente urbano
 - Activar solidariedades
 - Afirmar a imagem da cidade associada à valorização do seu património cultural e natural
-

Actividades a desenvolver para a sua implementação

- Constituir o Centro Coordenador da RRR
- Os membros do Centro Coordenador da RRR depois de estabelecida a estratégia comprometer-se-ão a divulgar e fazer aplicar, faseadamente, as iniciativas determinadas junto da comunidade que influenciam - alunos e famílias, industriais, comerciantes, órgãos autárquicos, serviços de licenciamento da Câmara, etc.

- O Centro Coordenador da RRR deverá preparar um plano de intervenção junto dos construtores civis e dos serviços de licenciamento urbanístico da C.M.V., no sentido de todos os edifícios possuírem um anexo com dois dispositivos para a deposição selectiva de resíduos (biodegradáveis e não biodegradáveis) eliminando a utilização dos sacos plásticos.
- O Centro Coordenador da RRR deverá ter um painel de divulgação dos resultados semanais das suas acções no domínio da RRR. O painel deve estar localizado num lugar central e reproduzir o mais actualizadamente possível informações sobre os RSU's recolhidos, as empresas cumpridoras e prevaricadoras, sugestões, os concursos e os prémios, etc.
- O Centro Coordenador da RRR deverá promover a concertação entre as unidades de reciclagem de papel e a Empresa de Celulose local. Deverá ainda incentivar a criação de uma marca de papel reciclado única simbolicamente associável a Viana.
- O Centro Coordenador da RRR deverá motivar os industriais e comerciantes grossistas a não distribuir os seus produtos em unidades individuais ensacadas.
- O Centro Coordenador da RRR deverá sensibilizar os comerciantes a não utilizarem a venda de produtos previamente ensacados e a privilegiarem a antiga forma de venda a peso para um recipiente que o consumidor reutilizará sempre que necessitar.
- O Centro Coordenador da RRR deverá anualmente premiar e fazer divulgar a eleição do(s) estabelecimentos industriais e comerciais que melhor aplicaram as normas de RRR.
- O Centro Coordenador da RRR deverá criar conjuntamente com a DECO uma certificação de qualidade de produtos e de distribuidores e comerciantes de produtos em função da sua imaginação para produzir a menor quantidade possível de RSU's. A DECO responsabilizar-se-á por divulgar no espaço nacional o nome das empresas com este certificado.
- O Centro Coordenador da RRR deverá, através da acção dos grupos ecologistas e da autarquia, promover a contratação de jovens e desempregados para a recolha de pilhas, vidro(s), plásticos, óleos e recipientes metálicos, etc., cuja recolha será organizada por semanas/mês. Após uma campanha eficaz de divulgação junto da população será possível criar hábitos familiares para a deposição periódica destes resíduos o mínimo tempo possível na via pública. O Centro Coordenador da RRR procurará através dos grupos ecologistas encontrar um destino adequado para este tipo de RSU's.
- O Centro Coordenador da RRR deverá realizar folhetos de divulgação sobre os incentivos nacionais e comunitários no domínio do Ambiente.
- O Centro Coordenador da RRR deverá fornecer assessoria técnica aos empresários que pretenderem investir em empresas de reciclagem de materiais ou de prestação de serviços relacionados com RRR.

- O Centro Coordenador da RRR deve planear com a "Escola" acções de sensibilização frequentes junto das crianças e das famílias de modo a envolvê-las em todas as acções.
 - O Centro Coordenador da RRR deve incentivar e motivar o brio e o orgulho dos vianenses pelos seus novos hábitos, enquanto consumidores.
-

Resultados esperados

- Criar condições para tornar Viana num exemplo de Cidade Saudável e viabilizar a implementação de uma estratégia de desenvolvimento autosustentado
 - Desenvolver iniciativas de investimento inovadoras e compatíveis com o valioso património natural existente
 - Melhorar a capacidade atractiva para o turismo e diversificar o público-alvo
-

Entidades a envolver

Autarquia
Escolas
Instituto da Juventude
Associações Empresariais
Associações Culturais
Ministério da Educação
Ministério da Indústria
Ministério do Comércio
Ministério do Ambiente

Fontes de Financiamento

Emprego e Valorização dos Recursos Humanos
Programa IDL, SIJE, PAIEP, PROCOM, Programa Nacional 43 - SP- Ambiente (Medida 3- Informação e Formação Ambiental), Programa Nacional 46 - SP- Educação (PRODEP II), PRAXIS XXI, SINAIPEDIP, etc.

*Instrumentos Nacionais e Comunitários de Apoio ao
Desenvolvimento - Quadro Síntese*

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACCÕES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Inic. Comunitária	Emprego	<p>Accelerar a adaptação da mão de obra às mudanças; aumentar a competitividade das empresas; prevenir o desemprego; criar novos postos de trabalho e novas actividades</p>	<p>Formação, Conselho e Orientação</p> <ul style="list-style-type: none"> •• consultadoria às empresas; ajudas ao desenvolvimento de programas de formação; serviços de orientação e conselho para trabalhadores; ajudas a PME para a implementação de programas de formação contínua. <p>Antecipação, Promoção de Redes e Novas Possibilidades de Emprego</p> <ul style="list-style-type: none"> •• antecipação de necessidades de qualificação e competências; cooperação e formação em novos domínios de actividade; ajudas a iniciativas locais de criação de novos empregos; desenvolvimento de novas tecnologias e novos sistemas de organização. <p>Adaptação das Estruturas e Sistemas de Ajudas</p> <ul style="list-style-type: none"> •• promoção da cooperação e trocas entre empresas no domínio da transferência de tecnologias; programas de formação de formadores; acções de cooperação regional, interregional e transnacional de empresas (cooperação empresas, universidades e centros de investigação). <p>Informação, Difusão e Sensibilização</p> <ul style="list-style-type: none"> •• desenvolvimento de bases de dados sobre o emprego, formação contínua trocas de experiências; acções de sensibilização. 	<p>Empresas, organismos de formação, centros de investigação, autoridades públicas</p>	
ADAPT.	Adaptação da	Mão-de-obra às	Mutações	Industriais	
Inic. Comunitária	Industria	<p>Diversificação económica das zonas em causa tendo em vista torná-las menos dependentes do sector têxtil-vestuário e facilitar a adaptação das empresas viáveis de todos os sectores industriais, sem excluir o dos têxteis-vestuário</p>	<ul style="list-style-type: none"> •• Acções de melhoria do know-how nas empresas (controlo de qualidade, concepção e produção assistidas por computador...); acções de cooperação, informação sobre os mercados, difusão de novos métodos e relações entre empresas, investigação, fornecedores, clientes; auditorias, estudos de viabilidade, medidas de engenharia financeira; contratação de pessoal qualificado no âmbito plano de modernização (contratação temporária); formação do pessoal das empresas e dos serviços às empresas; bem como do sector desempregado ou ameaçado de desemprego. 	Empresas	
Inic. Comunitária	Industria	<p>Promover a modernização das indústrias têxteis-vestuário, tendo em vista facilitar a sua adaptação à evolução da concorrência internacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> •• Preparação dos planos de modernização e melhoria de know-how (design, marketing, ...); •• Realização dos planos de modernização (investimentos materiais, materiais, quadros e contratados); •• Acções de formação relativas à preparação e realização dos planos de modernização; acções de reconversão de desempregados ou ameaçados de desemprego; •• Equipas de animação e aconselhamento destinadas a sensibilizar o sector (melhoria know-how / cooperação empresas). 	Empresas.	IAPMEI
Modemização da Indústria Têxtil e Vestuário em Portugal					

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACCOES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Inic. Comunitária	Empresas	Incentivar PME, particularmente nas regiões menos desenvolvidas, a adaptarem-se ao MU, bem como assegurar a sua competitividade internacional	<ul style="list-style-type: none"> •• Acções de demonstração relacionadas com adopção de sistemas de qualidade global, tecnologias limpas e produção limpa, •• Cooperação regional, interregional e transnacional incluindo estabelecimento de serviços comuns (ex: investigação); •• Cooperação para efeitos de I&D entre PME, centros de investigação e universidades; •• Programas de formação contínua. 	PME, industriais e de serviços: <250 trabalhadores; volume de negócios anual menor que 20 milhões/ECUS ou balanço total < que 10 milhões /ECUS; cooperativas de produtores; empresas com 250/500 trabalhadores (para algumas medidas)	
PME					
Inic. Comunitária	Desenvolvimento Local / Regional	Reforçar e coordenar a aproximação possibilitada pelo LEADER I; contribuir para o apoio e procura de novas orientações, formas de desenvolvimento e acções, associando diversos parceiros; contribuir para a cooperação europeia; promover operações inovadoras em todos os sectores de actividade rural; dar a conhecer a nível dos países comunitários o carácter demonstrativo dos projectos.	<ul style="list-style-type: none"> •• Aquisição de competências necessárias para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento integrada valorizando as potencialidades do território; •• Projectos de Inovação Rural: desenvolvimento rural, apoio ao turismo rural, às pequenas empresas, ao artesanato e aos serviços de proximidade; valorização no local e comercialização dos produtos agrícolas, silvícolas e da pesca local; preservação e melhoria do ambiente e da qualidade de vida; •• Projectos de cooperação transnacional entre agentes locais pertencentes pelo menos a dois Estados-membros. 	Grupos de Acção Local (LEADER I); outros actores colectivos (públicos ou privados) cuja intervenção mais temática se inscreva na lógica de desenvolvimento rural a nível local	Ministério da Agricultura
LEADER II					
Inic. Comunitária	Indústria	Promover a diversificação económica das zonas dependentes da indústria da defesa ou de bases militares através da criação de actividades económicas complementares	Reabilitação do ambiente e reconversão económica de antigos edifícios mineiros; promoção de novas actividades, promoção do turismo, ...		
KONVER					
Inic. Comunitária	Indústria	Apoiar a reconversão económica das zonas mais afectadas pelo declínio da indústria carbonífera e do emprego nesse sector, concedendo prioridade ao ambiente, novas actividades económicas e recursos humanos	Reabilitação do ambiente e reconversão económica de antigos edifícios sirúrgicos; promoção de novas actividades, promoção do turismo, ...		
RECHAR II					
Inic. Comunitária	Indústria	Apoiar a reconversão económica e social das bacias siderúrgicas da comunidade, concedendo prioridade ao ambiente, novas actividades económicas e recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> •• Projectos de diversificação das actividades económicas; consolidação dos laços das regiões com o resto da comunidade; cooperação entre as regiões; projectos que ajudem estas regiões a fazer face a catástrofes naturais. 		
RESIDER II					
Inic. Comunitária	Cooperação	Facilitar a integração no espaço económico europeu das regiões ditas ultra-periféricas da comunidade: Açores, Madeira, Canárias, DOM-TOM			
REGIS II					

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACÇÕES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
	Inic. Comunitária	Pescas	Ajudar o mundo da pesca a enfrentar as consequências sociais e económicas da crise actual do sector e permitir ultrapassá-la, contribuindo para a diversificação das regiões em causa através do desenvolvimento de actividades criadoras de emprego	Acções ao nível da diversificação das actividades nas zonas elegíveis, serviço às empresas, manutenção ou criação de emprego, engenharia financeira,	Agentes colectivos públicos ou privados (municípios, câmaras do comércio); agentes individuais que contribuíam para a diversificação (PME); agentes públicos ou privados relacionados com a transformação do sector da pesca; pescadores e outros trabalhadores do sector
<u>PESCA</u>					
	Inic. Comunitária	Políticas Urbanas	Promover a reinserção no mercado de trabalho de pessoas excluídas ou marginalizadas; melhorar a qualidade de vida nos bairros desfavorecidos das cidades	↔ Lançamento de novas actividades económicas; acções de promoção do emprego a nível local; equipamentos no domínio social, da saúde e da segurança; infraestruturas e ambiente em ligação com a tipologia de acções anterior	
<u>URBAN</u>					
	Inic. Comunitária	Emprego	Fomentar a igualdade de oportunidades de emprego para as mulheres; melhorar possibilidades de emprego para os grupos desfavorecidos; favorecer a integração no mercado de trabalho dos jovens, em especial os que carecem de qualificações básicas de formação	Emprego NOW ↔ Criação e desenvolvimento de sistemas apropriados de formação, orientação, aconselhamento e emprego; desenvolvimento de acções integradas de apoio à (re)inserção, criação e desenvolvimento de iniciativas empresariais; criação de empresas e apoio à criação de pequenas empresas e cooperativas; difusão de informação e sensibilização sobre igualdade de oportunidades e tratamento; acções de harmonização das responsabilidades familiares e o exercício de uma actividade profissional; criação de postos de serviços integrados de ajuda à reinserção.	Administrações ou organismos públicos e IEFP privados nacionais, regionais ou locais com actividade nas áreas de intervenção alvo da IC
<u>Emprego e Valorização dos Recursos Humanos (NOW, HORIZON, YOUTHSTART)</u>				Emprego HORIZON ↔ Criação e desenvolvimento de sistemas, estruturas e acções mediadoras e facilitadoras da integração social e económica dos grupos desfavorecidos; promoção e melhoria das competências e das qualificações profissionais; promoção da integração socio-económica; criação, dinamização de circuitos de informação e comunicação; projectos de integração socio-económica de pessoas com deficiência; projectos de integração sócio-económica dos grupos mais desfavorecidos Emprego Youthstart ↔ Promoção de vias de acesso à educação, formação e emprego; desenvolvimento de programas e estratégias de formação profissional facilitadoras do acesso a uma qualificação profissional dos jovens; criação de empregos que promovam a fixação dos jovens na sua comunidade; informação, sensibilização e divulgação.	

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACCOES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Prog. Comunitário	Educação	Desenvolvimento da dimensão europeia em todos os níveis de estudos; intensificar a mobilidade dos estudantes; promover a cooperação entre os estabelecimentos de ensino; ...	Programa ERASMUS / Ensino Superior <ul style="list-style-type: none"> •• acções de promoção da dimensão europeia no ensino superior; redes universitárias europeias; financiamento de bolsas de mobilidade dos estudantes, ... Programa COMENIUS / Ensino pré-escolar, primário e secundário •• acções de cooperação entre estabelecimentos e escolares; acções de promoção da dimensão intercultural e melhoria da qualidade da escolarização dos filhos de trabalhadores emigrantes; actualização das competências dos actores educativos pela troca de experiências, ... Programa Luis António Vermei / Actividades Transversais •• aprendizagem linguística, estágios de imersão para professores; projectos de inovação tecnológica e que podem associar estabelecimentos de ensino e empresas, promoção de informação e trocas de experiências no quadro de redes tipo EURYDICE (difusão de informação) e ARION (visitas de estudo), ... 	Estabelecimentos de ensino, organismos de formação, ...	Ministério da Educação
<u>SOCRATES</u>					
Prog. Comunitário	Formação	Vertente I - apoio à melhoria dos sistemas e dos dispositivos de formação profissional dos estados -membros; Vertente II - apoio à melhoria das acções de formação profissional relativas às empresas e aos trabalhadores, nomeadamente através da cooperação entre a universidade e as empresas; Vertente III - apoio ao desenvolvimento das competências linguísticas dos conhecimentos e da divulgação das inovações no domínio da formação profissional; Vertente IV - medidas de acompanhamento.	Vertente I <ul style="list-style-type: none"> •• projectos pilotos de melhoria da formação profissional inicial e contínua; trocas transnacionais; formação inicial para jovens; trocas de formadores, ... Vertente II •• projectos pilotos; trocas transnacionais, trocas entre empresas e universidades ou organismos de formação, ... Vertente III •• intercâmbios de formadores de empresas e organismos de formação; desenvolvimento dos conhecimentos sobre formação profissional; difusão da inovação em formação profissional, visitas de estudos ao CEDEFOP; ... 	Empresas, parceiros sociais, universidades, organismos de formação, centros de investigação, ...	Ministério do Emprego e Segurança Social e Ministério da Educação
<u>LEONARDO DA VINCI</u>					
Prog. Comunitário	Formação	Investigação e desenvolvimento das tecnologias de formação flexível e à distância	•• Acções de investigação e desenvolvimento de aplicações, essencialmente através de redes por cabo, satélites, RNIS, ...	Empresas industriais e comerciais; universidades; organismos de formação, ...	
<u>DELTA</u>					

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACCOES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
	Prog. Comunitário Emprego	Reforçar a tomada de consciência dos problemas dos Desempregados de Longa Duração e das pessoas excluídas do mundo do trabalho; promover a melhoria das acções dos estados-membros	<p>•• Avaliação de projectos e, investigação sobre as medidas de luta contra o Desemprego de Longa Duração; organização e manutenção de diálogo com todos os actores que intervêm nesta área a fim de favorecer a troca de informações e de práticas; actividades de transferências metodológicas que promovam o desenvolvimento dos conhecimentos e das práticas de reinserção a nível local, ...</p>		DG V - Emprego, Relações Industriais e Assuntos Sociais
<u>ERGO II</u>					
	Prog. Comunitário Social	Reforçar as actividades de trocas de informação entre os estados - membros e as organizações não-governamentais; promover a melhoria da coordenação das acções fundadas em experiências e práticas inovadoras; estimular a participação das pessoas deficientes em programas comunitários.	<p>•• Tratamento e gestão de informação; trocas de informação sobre os sistemas de educação; acções de promoção da inovação e facilitação das trocas de experiências e práticas</p>		Ministério do Emprego e Segurança Social
<u>HÉLIOS</u>					
	Prog. Comunitário Cooperação	Promover, fora das actividades escolares e de formação, intercâmbios de jovens europeus de condições económicas, sociais e culturais diversas; favorecer a mobilidade dos jovens, a aprendizagem intercultural e luta contra a xenofobia; favorecer o acesso de jovens de condições económicas mais débeis a programas de intercâmbios de jovens	<p>•• Actividades intercomunitárias que impliquem directamente a juventude; cooperação entre estruturas dos diferentes estados-membros; informação e difusão junto dos jovens; intercâmbios com países terceiros.</p>	Jovens dos 15/25 anos (em particular de grupos sociais mais desfavorecidos); animadores e responsáveis de estruturas para a juventude	Instituto Português da Juventude
<u>JUVENTUDE PARA EUROPA III</u>					
	Prog. Comunitário Formação	Dotar de uma dimensão comunitária a qualificação de jovens trabalhadores do artesanato e das PME através do aperfeiçoamento profissional, linguístico e cultural	<p>•• Implica a existência de partenariados entre regiões, centros de formação, organismos de formação e empresas; assegura bolsas para os estagiários e, cobertura das despesas para a preparação e acompanhamento dos inter-câmbios</p>	Jovens 18/25 anos que abandonaram o sistema de ensino mas são titulares de um diploma de formação profissional	
<u>SESAM</u>					
	Prog. Comunitário Educação	Favorecer o desenvolvimento e a reestruturação dos sistemas de ensino superior nos países da Europa Central e Oriental	<p>•• Acções de cooperação e mobilidade entre países da Europa Central e Oriental e países da União Europeia no domínio do ensino superior</p>		
<u>TEMPUS II</u>					
	Prog. Comunitário Emprego	Identificar, avaliar e encorajar as aproximações inovadoras em favor da criação de emprego a nível local			
<u>LEDA</u>					

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACÇÕES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
----------	---------	---------------------	------------------	---------------	----------------------

Prog. Comunitário Investigação & Desenvolvimento

EUREKA

Prog. Comunitário Investigação & Desenvolvimento
 Programa dirigido ao reforço do desenvolvimento da indústria audio-visual

MEDIA

Prog. Comunitário Investigação & Desenvolvimento
 Programa para a investigação e desenvolvimento no domínio das tecnologias de informação

ESPRIT III

Prog. Comunitário Cooperação / Políticas Urbanas
 Promoção de ideias inovadoras e exploração de novos caminhos e opiniões na política regional e no planeamento; promoção de uma abordagem integrada e multi-disciplinar do desenvolvimento regional e do planeamento espacial; reforço da cooperação e difusão de novas ideias e inovações, ...

ARTIGO 10º FEDER (PACIE, ZOUVERTURE, ECOS/REQUIRE)

Programa I- Cooperação Interregional e Inovação Para o Desenvolvimento Regional
 ** acções inovadoras regionais / locais (informação, emprego, cultura, património cultural, inovação tecnológica)
 - projectos de cooperação interregional interna e externa : transferência de práticas, valorização do potencial endógeno específico, desenvolvimento do partenariado regional entre regiões, centros de investigação, ...
 Programa II- Projectos-piloto Urbanos
 ** projectos de carácter inovador e demonstrativo que abordem problemas comuns a cidades em situações similares; estudos sobre as questões urbanas; criação de redes, seminários e reuniões de especialistas, ...)
 Programa III- Projectos-piloto no Domínio do Ordenamento do Território
 ** acções-piloto sobre grandes espaços transnacionais europeus ou sobre zonas específicas; acções de difusão de práticas e de cooperação com países terceiros, ...)

Associação Nacional de Municípios

Prog. Comunitário Cooperação V. Artigo 10º FEDER

RECITE

ENTIDADE
RESPONSÁVEL

BENEFICIÁRIOS

MEDIDAS E ACCÇÕES

ÂMBITO E OBJECTIVOS

PROGRAMA DOMÍNIO

Empresas, organismos de formação, centros de investigação, autarquias públicas

Formação, Conselho e Orientação

Accelerar a adaptação da mão de obra às mutações; aumentar a competitividade das empresas; prevenir o desemprego; criar novos postos de trabalho e novas actividades

ADAPI

Adaptação da Mão-de-obra às Mutações Industriais

•• consultadoria às empresas; ajudas ao desenvolvimento de programas de formação; serviços de orientação e conselho para trabalhadores; ajudas a PME para a implementação de programas de formação contínua.

Antecipação, Promoção de Redes e Novas Possibilidades de Emprego

•• antecipação de necessidades de qualificação e competências; cooperação e formação em novos domínios de actividade; ajudas a iniciativas locais de criação de novos empregos;

desenvolvimento de novas tecnologias e novos sistemas de organização.

Adaptação das Estruturas e Sistemas de Ajudas

•• promoção da cooperação e trocas entre empresas no domínio da transferência de tecnologias; programas de formação de formadores; acções de cooperação regional, interregional e transnacional de empresas (cooperação empresas, universidades e centros de investigação).

Informação, Difusão e Sensibilização

•• desenvolvimento de bases de dados sobre o emprego, formação contínua trocas de experiências; acções de sensibilização.

Prog. Comunitário Cooperação / Políticas Urbanas

Promoção de ideias inovadoras e exploração de novos caminhos e opiniões na política regional e no planeamento; promoção de uma abordagem integrada e multi-disciplinar do desenvolvimento regional e do planeamento espacial; reforço da cooperação e difusão de novas ideias e inovações, ...

ARTIGO 10º

FEDEB

IPACIE

OUVERTURE

ECOS/RECITE

Programa I- Cooperação Interregional e Inovação Para o Desenvolvimento Regional

•• acções inovadoras regionais / locais (informação, emprego, cultura, património cultural, inovação tecnológica)

- projectos de cooperação interregional interna e externa : transferência de práticas, valorização do potencial endógeno específico, desenvolvimento do partenariado regional entre regiões, centros de investigação, ...

Programa II- Projectos-piloto Urbanos

•• projectos de carácter inovador e demonstrativo que abordem problemas comuns a cidades em situações similares; estudos sobre as questões urbanas; criação de redes, seminários e reuniões de especialistas, ...)

Programa III- Projectos-piloto no Domínio do Ordenamento do Território

•• acções-piloto sobre grandes espaços transnacionais europeus ou sobre zonas específicas; acções de difusão de práticas e de cooperação com países terceiros, ...)

Associação Nacional de Municípios

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACÇÕES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
----------	---------	---------------------	------------------	---------------	----------------------

Prog. Comunitário	Formação	Investigação e desenvolvimento das tecnologias de formação flexível e à distância	<p>↔ Acções de investigação e desenvolvimento de aplicações, essencialmente através de redes por cabo, satélites, RNIS, ...</p>	Empresas industriais e comerciais; universidades; organismos de formação, ...	
-------------------	----------	---	---	---	--

DELTA

Inic. Comunitária	Emprego	Fomentar a igualdade de oportunidades de emprego para as mulheres; melhorar possibilidades de emprego para os grupos desfavorecidos; favorecer a integração no mercado de trabalho dos jovens, em especial os que carecem de qualificações básicas de formação	<p>Emprego NOW</p> <p>↔ Criação e desenvolvimento de sistemas apropriados de formação, orientação, aconselhamento e emprego; desenvolvimento de acções integradas de apoio à (re)inserção, criação e desenvolvimento de iniciativas empresariais; criação de empresas e apoio à criação de pequenas empresas e cooperativas; difusão de informação e sensibilização sobre igualdade de oportunidades e tratamento; acções de harmonização das responsabilidades familiares e o exercício de uma actividade profissional; criação de postos de serviços integrados de ajuda à reinserção.</p> <p>Emprego HORIZON</p> <p>↔ Criação e desenvolvimento de sistemas, estruturas e acções mediadoras e facilitadoras da integração social e económica dos grupos desfavorecidos; promoção e melhoria das competências e das qualificações profissionais; promoção da integração socio-económica; criação, dinamização de circuitos de informação e comunicação; projectos de integração socio-económica de pessoas com deficiência; projectos de integração sócio-económica dos grupos mais desfavorecidos</p> <p>Emprego Youthstart</p> <p>↔ Promoção de vias de acesso à educação, formação e emprego; desenvolvimento de programas e estratégias de formação profissional facilitadoras do acesso a uma qualificação profissional dos jovens; criação de empregos que promovam a fixação dos jovens na sua comunidade; informação, sensibilização e divulgação.</p>	Administrações ou organismos públicos e IEFP privados nacionais, regionais ou locais com actividade nas áreas de intervenção atvo da IC	
-------------------	---------	--	---	---	--

Prog. Comunitário	Emprego	Reforçar a tomada de consciência dos problemas dos Desempregados de Longa Duração e das pessoas excluídas do mundo do trabalho; promover a melhoria das acções dos estados-membros	<p>↔ Avaliação de projectos e, investigação sobre as medidas de luta contra o Desemprego de Longa Duração; organização e manutenção de diálogo com todos os actores que intervêm nesta área a fim de favorecer a troca de informações e de práticas; actividades de transferências metodológicas que promovam o desenvolvimento dos conhecimentos e das práticas de reinserção a nível local, ...</p>		DGV - Emprego, Relações Industriais e Assuntos Sociais
-------------------	---------	--	---	--	--

ERGO II

Prog. Comunitário	Investigação & Desenvolvimento	Programa para a investigação e desenvolvimento no domínio das tecnologias de informação			
-------------------	--------------------------------	---	--	--	--

ESPRIT III

PROGRAMA	DOMINIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACCOES	BENEFICIARIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
----------	---------	---------------------	------------------	---------------	----------------------

Prog. Comunitário Desporto

EURATHLON

•• Actividades desportivas - com o objectivo de promover a reaproximação dos jovens, incluindo no quadro do desporto escolar, e das mulheres no quadro das actividades de desporto e lazer

•• Acções de formação desportiva - para atletas e quadros desportivos no contexto de estágios de formação; programas de intercâmbio para jovens, seminários, programas de informação

Instituições públicas e privadas, federações desportivas, (implica a parcerias com pelo menos 3 Estados-membros)

Comissão das Comunidades Europeias (Lisboa)

Prog. Comunitário Investigação & Desenvolvimento

EUREKA

Prog. Comunitário Social

HÉLIOS

Reforçar as actividades de trocas de informação entre os estados - membros e as organizações não-governamentais; promover a melhoria da coordenação das acções fundadas em experiências e práticas inovadoras; estimular a participação das pessoas deficientes em programas comunitários.

•• Tratamento e gestão de informação; trocas de informação sobre os sistemas de educação; acções de promoção da inovação e facilitação das trocas de experiências e práticas

Ministério do Emprego e Segurança Social

PROGRAMA	DOMINIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACCOES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Prog. Nacional	Desenvolvimento Local / Regional	Criação de postos de trabalho pelo estímulo da iniciativa local, quer nas áreas rurais, quer nas áreas urbanas com problemas de reestruturação produtiva; fixação das populações incluindo os jovens, em zonas ameaçadas de desertificação; preservação da diversidade cultural e da capacidade de, com base nela, produzir bens e serviços artesanais competitivos, recuperando e valorizando conhecimentos e tecnologias tradicionais	<p>Regime de Incentivos</p> <ul style="list-style-type: none"> ↔ Regime de Incentivos às Microempresas (ajudas a investimentos, nos sectores secundário e terciário, de custo inferior a 20 000 contos, da iniciativa de empresas com menos de 9 trabalhadores, em todo o País) ↔ Sistema de Incentivos Regionais - SIR (investimentos na indústria, comércio e alguns serviços, cujo custo pode variar entre 20 000 e 100 000 contos, da iniciativa de empresas que empreguem até 50 trabalhadores, localizadas nas zonas menos desenvolvidas do interior do continente) <p>Acções de Valorização das Produções Tradicionais</p> <ul style="list-style-type: none"> ↔ Apoios financeiros aos artesanãos, disponibilizados no âmbito dos regimes anteriormente indicados ↔ Medidas de carácter global designadamente: classificação e certificação dos produtos tradicionais, estudos sobre a introdução de melhorias tecnológicas, criação de redes de escoamento nos mercados, difusão dos processos produtivos, assist. técnica e formação, ... <p>Acções de Desenvolvimento Rural</p> <p>↳ IC LEADER</p> <ul style="list-style-type: none"> ↔ Recuperação das Aldeias Históricas (a aplicação destas acções circunscreve-se a 10 aldeias da Beira Interior) ↔ Recuperação de Centros Rurais (experiência piloto de revitalização económica circunscrita a 40 zonas seleccionadas; a intervenção será realizada através de um Plano Global de Intervenção) <p>Acções Piloto de Demonstração</p> <ul style="list-style-type: none"> ↔ Sem prejuízo do lançamento de outras acções piloto de demonstração das iniciativas de desenvolvimento local deverão ser lançadas duas no Alentejo: "Valonzão do Norte Alentejano e Margens do Rio Guadiana". 	Associações locais de desenvolvimento, autarquias, agricultores e suas associações, associações de caça e pesca, administração central, agentes económicos privados	CCR's, Direcções Regionais de agricultura, Associações de Desenvolvimento Local
Iniciativas de Desenvolvimento Local					
Polencial do Desenvolvimento Regional					

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACÇÕES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Inic. Comunitária	Cooperação	Promover o desenvolvimento económico e social de forma equilibrada dos dois lados da fronteira; contribuir para a fixação das populações; ordenar o território transfronteiriço; incentivar os mecanismos de cooperação transfronteiriça	<p>Med1- Agricultura e Desenvolvimento Rural</p> <ul style="list-style-type: none"> acções de diversificação das actividades económicas das explorações agrícolas, valorização e comercialização dos produtos locais, marketing; caminhos agrícolas, regadios; cooperação transfronteiriça de base agrícola, ... <p>Med2- Equipamentos de Apoio à Actividade Produtiva</p> <ul style="list-style-type: none"> ampliação, construção e infra-estruturação de zonas industriais; pavilhões para incubação de empresas, espaços para instalação de feiras de actividades económicas, centros de formação, postos e gabinetes de informação, ... <p>Med3- Formação Profissional, Emprego e Intercâmbio Educativo e Científico</p> <ul style="list-style-type: none"> realização de estudos; formação/informação profissional; formação em línguas; apoio à criação de pequenas empresas; projectos de I&D; acções de mobilidade de docentes e discentes do ensino superior <p>Med4- Reforço dos Equipamentos Urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> acções ao nível do abastecimento e água e da rede de esgotos; redimensionamento, apetrechamento e reinstalação e museus, centros culturais e centros de saúde; acções de incremento da oferta na área do desporto e lazer, acções de renovação e ordenamento urbano <p>Med5- Dinamização e Cooperação Empresarial e Turística</p> <ul style="list-style-type: none"> criação de associações de desenvolvimento transfronteiriço, lançamento de iniciativas de desenvolvimento local, divulgação de actividades e potencialidades, acções de promoção, estudos, <p>Med6- Dinamização e Cooperação Social Institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> Apoio às comunidades de trabalho já existentes, apoio a projectos de comunicação e informação, criação de bases de dados, produção de documentos, realização de estudos, ... 	<p>Mxd1- agricultores, empresários, associações de desenvolvimento, autarquias, universidades, administração pública</p> <p>Mxd2- autarquias locais, administração central, associações empresariais e outras entidades associativas</p> <p>Mxd3- pessoas em idade activa, desempregados, PME, universidades</p> <p>Mxd4- autarquias locais, administração central, outras entidades regionais/entidades e associações empresariais, agentes económicos, autarquias, serviços da administração central</p> <p>Mxd5- entidades e associações empresariais, agentes económicos, autarquias, serviços da administração central</p> <p>Mxd6- CCR's, autarquias, associações regionais, agentes económicos, instituições de ensino superior</p>	DGDR
<u>INTERREG II</u> <u>SP1-</u> <u>Desenvolvimento</u> <u>sócio-económico</u>					
Inic. Comunitária	Cooperação	Promover o desenvolvimento económico e social de forma equilibrada dos dois lados da fronteira; contribuir para a fixação das populações; ordenar o território transfronteiriço; incentivar os mecanismos de cooperação transfronteiriça	<p>Med1- Protecção dos Recursos Hídricos</p> <ul style="list-style-type: none"> Acções de depuração dos nos, regularização das margens; sistemas de informação ambiental comum; ... <p>Med2- Protecção do Património Natural</p> <ul style="list-style-type: none"> Reforço e repovoamento, criação de centros florestais, preparação de itinerários temáticos, realização de jornadas de reflexão, adaptação de edifícios, criação de centrais de reservas, <p>Med3- Recuperação do Património Arquitectónico</p> <ul style="list-style-type: none"> recuperação e valorização de sítios, edifícios, centros históricos, lançamento de itinerários temáticos, adaptação e edifícios para uso turístico, sinalização. 	<p>Mxd1- Instituto Nacional da Água, autarquias</p> <p>Mxd2- Instituto de Conservação da Natureza, autarquias</p> <p>Mxd3- IPPAR, Instituto Português de Museus, autarquias</p>	
<u>INTERREG II</u> <u>SP2-</u> <u>Ambiente e</u> <u>Património</u> <u>Arquitectónico</u>					

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACÇÕES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Inic. Comunitária	Cooperação	Promover o desenvolvimento económico e social de forma equilibrada dos distritos da fronteira; contribuir para a fixação das populações; ordenar o território transfronteiriço; incentivar os mecanismos de cooperação transfronteiriça	Med1- Acessibilidades <ul style="list-style-type: none"> • Ligações entre as sedes de concelho e entre estas e os principais eixos viários regionais e transfronteiriços Med2- Telecomunicações <ul style="list-style-type: none"> • Ligação em fibra óptica Tuy- Valença, ... 	Med1- J AE, autarquias Med2- Portugal Telecom	
INTERREG II SP3- Melhoria da Permeabilidade da Fronteira					
Prog. Comunitário	Cooperação	Promover, fora das actividades escolares e de formação, intercâmbios de jovens europeus de condições económicas, sociais e culturais diversas; favorecer a mobilidade dos jovens, a aprendizagem intercultural e luta contra a xenofobia; favorecer o acesso de jovens de condições económicas mais débeis a programas de intercâmbios de jovens	•• Actividades intercomunitárias que impliquem directamente a juventude; cooperação entre estruturas dos diferentes estados-membros; informação e difusão junto dos jovens; intercâmbios com países terceiros.	Jovens dos 15/25 anos (em particular de grupos sociais mais desfavorecidos); animadores e responsáveis de estruturas para a juventude	Instituto Português da Juventude
JUVENTUDE PARA A EUROPA III					
Inic. Comunitária	Indústria	Promover a diversificação económica das zonas dependentes da indústria da defesa ou de bases militares através da criação de actividades económicas complementares			
KONVER					
Inic. Comunitária	Desenvolvimento Local / Regional	Reforçar e coordenar a aproximação possibilitada pelo LEADER I; contribuir para o apoio e procura de novas orientações, formas de desenvolvimento e acções, associando diversos parceiros; contribuir para a cooperação europeia; promover operações inovadoras em todos os sectores de actividade rural; dar a conhecer a nível dos países comunitários o carácter demonstrativo dos projectos.	•• Aquisição de competências necessárias para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento integrada valorizando as potencialidades do território; •• Projectos de Inovação Rural: desenvolvimento rural; apoio ao turismo rural, às pequenas empresas, ao artesanato e aos serviços de proximidade; valorização do local e comercialização dos produtos agrícolas, silvícolas e da pesca local; preservação e melhoria do ambiente e da qualidade de vida; •• Projectos de cooperação transnacional entre agentes locais pertencentes pelo menos a dois Estados-membros.	Grupos de Acção Local (LEADER I); outros actores colectivos (públicos ou privados) cuja intervenção mais temática se inscreva na lógica de desenvolvimento rural a nível local	Ministério da Agricultura
LEADER II					
Prog. Comunitário	Emprego	Identificar, avaliar e encorajar as aproximações inovadoras em favor da criação de emprego a nível local			
LEDA					

<u>PROGRAMA</u>	<u>DOMÍNIO</u>	<u>ÂMBITO E OBJECTIVOS</u>	<u>MEDIDAS E ACCOES</u>	<u>BENEFICIÁRIOS</u>	<u>ENTIDADE RESPONSÁVEL</u>
Prog. Comunitário	Formação	Vertente I - apoio à melhoria dos sistemas e dos dispositivos de formação profissional dos estados -membros; Vertente II - apoio à melhoria das acções de formação profissional relativas às empresas e aos trabalhadores, nomeadamente através da cooperação entre a universidade e as empresas; Vertente III - apoio ao desenvolvimento das competências linguísticas dos inovátores no domínio da formação profissional; Vertente IV - medidas de acompanhamento.	Vertente I ↔ projectos pilotos de melhoria da formação profissional inicial e contínua; trocas transnacionais; formação inicial para jovens; trocas de formadores, ... Vertente II ↔ projectos pilotos; trocas transnacionais; trocas entre empresas e universidades ou organismos de formação, ... Vertente III ↔ intercâmbios de formadores de empresas e organismos de formação; desenvolvimento dos conhecimentos sobre formação profissional; difusão da inovação em formação profissional; visitas de estudos ao CEDEFOP; ...	Empresas, parceiros sociais, universidades, organismos de formação, centros de investigação, ...	Ministério do Emprego e Segurança Social e Ministério da Educação
<u>LEONARDO DA VINCI</u>					
Prog. Comunitário	Cooperação	Contribuir para o desenvolvimento das relações dos países da União Europeia com países terceiros mediterrânicos dos PTM (Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Chipre, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia, Territórios Ocupados)	↔ Acções diversas ao nível da cooperação interuniversitária, apoio aos emigrantes, projectos ao nível do tratamento e águas residuais e constituições de redes de colectividades locais e municípios	Colectividades locais, municípios, estabelecimentos de ensino superior, ...	
<u>MED CAMPUS</u>					
<u>MED</u>					
<u>MIGRAÇÃO</u>					
<u>MED URBS</u>					
<u>MED TECNO</u>					
Prog. Comunitário	Investigação & Desenvolvimento	Programa dirigido ao reforço do desenvolvimento da indústria audio-visual			
<u>MEDIA</u>					
Inc. Comunitária	Indústria	Promover a modernização das indústrias têxteis-vestuário, tendo em vista facilitar a sua adaptação à evolução da concorrência internacional	↔ Preparação dos planos de modernização e melhora de know-how (design, marketing, ...); ↔ Realização dos planos de modernização (investimentos imateriais, materiais, quadros e contratados); ↔ Acções de formação relativas à preparação e realização dos planos de modernização; acções de reconversão de desempregados ou ameaçados de desemprego; ↔ Equipas de animação e aconselhamento destinadas a sensibilizar o sector (melhoria know-how / cooperação empresas).	Empresas,	IAPMEI
<u>Modernização da Indústria Têxtil e Vestuário em Portugal</u>					
Prog. comunitário	Cooperação	Ver Artigo 10º FEDER			
<u>OUVERTURE/E COS</u>					

ENTIDADE RESPONSÁVEL

RENECIELÁRIOS

MEDIDAS E AÇÕES

ÂMBITO E OBJECTIVOS

DOMÍNIO

Prog. Comunitário Cooperação Ver Artigo 10º FEDER

PACTE

Prog. Nacional	Formação	Formar e qualificar os recursos humanos das empresas industriais e infraestruturas/organismos vocacionados para o apoio à indústria, por forma a contribuir para sua dinamização e modernização (acções devem estar inseridas em projectos integrados de desenvolvimento e de mudança organizacional mais amplos); acções a promover pela Administração	Empresas industriais e infraestruturas e outros organismos de formação
<u>PEDIP - Formação Profissional</u>		<p>Medidas de Apoio a Projectos Integrados</p> <p>↔ Planos de formação integrados em projectos de investimento apresentados ao SINTEPEDIP, SINDEPEDIP, e SINFRAPEDIP com vista à formação dos quadros das entidades candidatas</p> <p>Acções de Formação de Carácter Voluntarista</p> <p>↔ Acções de sensibilização e acesso a informação estudos e diagnósticos para deteção de necessidades de formação, de perfis profissionais e de formação; apoio às acções de inserção de quadros na indústria (ex: 'Jovens Técnicos para a Indústria')</p>	

Inic. Comunitária	Pescas	Ajudar o mundo da pesca a enfrentar as consequências sociais e económicas da crise actual do sector e permitir ultrapassá-la, contribuindo para a diversificação das regiões em causa através do desenvolvimento de actividades criadoras de emprego	Agentes colectivos públicos ou privados (municípios, câmaras do comércio); agentes individuais que contribuam para a diversificação (PME); agentes públicos ou privados relacionados com a transformação do sector da pesca; pescadores e outros trabalhadores do sector
<u>PESCA</u>		<p>Acções ao nível da diversificação das actividades nas zonas elegíveis, serviço às empresas, manutenção ou criação de emprego, engenharia financeira,</p>	

Prog. Nacional	Formação	Ajustar a capacidade de resposta da administração às exigências decorrentes da execução da política de desenvolvimento do país; humanizar e melhorar a qualidade dos serviços; apoiar acções de reestruturação,	INA; CEFA; CCR's; Câmaras municipais, juntas de freguesia e serviços municipalizados; associações de municípios e áreas metropolitanas, ...
<u>PESSOA - SP</u>		<p>Med1- Formação e Aperfeiçoamento Profissional de Funcionários da Administração Pública</p> <p>↔ Construção e adaptação de núcleos de apoio à criação de empresas (nichos de empresas), unidades de formação destinadas preferencialmente às PME's e à aprendizagem e centros de emprego</p> <p>Med2- Modernização e Qualidade na Administração Pública</p> <p>↔ Formação e aperfeiçoamento profissional de funcionários da administração central e da administração local</p>	Secretaria de Estado da Modernização Administrativa
<u>Formação da Administração Pública</u>			

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACÇÕES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Prog. Nacional	Formação	Promover um maior impulso da Informação Profissional; incrementar o recurso aos meios de comunicação social e otimizar a utilização dos multimédia, implementar o sistema de Certificação Profissional; realizar trabalhos de caracterização e prospeção do mercado de emprego e formação profissional; criar o Observatório do emprego e formação profissional; criar pequenas infra-estruturas para apoio à formação nas PME, ...	<p>Med1- Medidas de Carácter Geral</p> <p>↔ Acções ao nível da Informação Profissional, Certificação Profissional, Observatórios de emprego e formação, estudos e investigação, processo e métodos didácticos e rede Institucional de consultores</p> <p>Med2- Formação de Formadores e Outros Agentes</p> <p>↔ Acções de formação inicial e contínua de formadores; dinamização de bolsa de formadores, acções de formação de agentes da área do emprego, técnicos de emprego e conselheiros de orientação profissional</p> <p>Med3- Construção e Adaptação de Infra-Estruturas Necessárias à Criação de Empresas, Expansão dos Centros de Emprego e à Realização de Acções de Formação</p> <p>↔ Construção e adaptação de 6 núcleos de apoio à criação de empresas (ninhos de empresas), 85 unidades de formação destinadas preferencialmente às PME's e à aprendizagem e 23 centros de emprego</p>	Med1- Público em geral; entidades públicas e privadas que desenvolvam actividades no âmbito da formação e do emprego, organismos responsáveis pela política de formação e emprego, PME	Med1- IEFP, entidades responsáveis por programas-quadro, ...
PESSOA - SP Formação e Gestão de Recursos Humanos				Med2- Formadores e outros agentes no âmbito da formação e do emprego, entidades formadoras públicas e privadas ou unidades formadoras integradas em empresas	Med2- IEFP, entidades responsáveis por programas-quadro, ...
				Med3- Todos os beneficiários das políticas de emprego e formação, em especial as pequenas empresas	Med3- IEFP
Prog. Nacional	Emprego / Formação	Assegurar apoios à criação de postos de trabalho e de actividades independentes para desempregados; desenvolver a formação profissional contínua e formação destinada a desempregados; desenvolver acções de reconversão destinadas a trabalhadores de empresas atingidas por evoluções sectoriais negativas	<p>Med1- Apoios ao Emprego</p> <p>↔ Apoios financeiros à contratação de desempregados; apoio financeiro à criação de actividades independentes; subsídios para trabalhadores desempregados sazonais; isenção de contribuição para a segurança social da entidade patronal; subsídios de deslocação, permanência, reinstalação, residência e outros destinados a apoiar a mobilidade geográfica de trabalhadores que sofrem a incidência de uma crise sectorial ou empresarial</p> <p>Med2- Formação Profissional Contínua</p> <p>↔ Acções de aperfeiçoamento e de acções de reconversão; acções de carácter transversal, ...</p> <p>Med3- Formação Profissional para Desempregados</p> <p>↔ Acções que visam facilitar a reinserção profissional dos desempregados, incluindo acções específicas para mulheres; acções para trabalhadores ameaçados de desemprego e desempregados que pretendem criar a sua própria empresa, ...</p> <p>Med4- Formação no Âmbito das Evoluções Sectoriais Negativas</p> <p>↔ Acções que apoiem a formação de trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego em formações longas; acções que apoiem o funcionamento de uma bolsa de emprego temporário de desempregados, ...</p>	Med1- Empresas que promovam a contratação de desempregados; de empregados residentes em concelhos que sofrem a incidência de uma crise sectorial regional ou empresarial, com prioridade para os de mais longa duração	Med1- IEFP; Direcção Geral dos Regimes de Segurança Social
PESSOA - SP Melhoria da Qualidade e do Nível do Emprego				Med2- Organiz. sindicais e profissionais; centros de formação profissional; organiz. regionais e locais; empresas	Med2- IEFP, Gestores de Programas Quadro
				Med3- Organiz. sindicais e profissionais; centros de formação profissional; organiz. regionais e locais; empresas, instituições particulares de solidariedade social	Med3- IEFP, Gestores de Programas Quadro
				Med4- Trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego em regiões com incidência de evoluções sectoriais negativas	Med4- IEFP

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACCOES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Prog. Nacional	Desenvolvimento Local / Regional	Execução da rede regional de acessibilidades (acções de carácter supra e intermunicipal); execução de redes de saneamento e abastecimento de água; recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e defesa dos recursos naturais e ambientais; promoção de equipamentos sócio-económicos de carácter supra e inter-municipal e justificados no âmbito de acções integradas do reforço do sistema urbano, ...	<p>Med- Acessibilidades</p> <p>Acções: Reforço da Rede Urbana Regional/ Acessibilidades; Reforço da Rede Regional de Infraestruturas de Acessibilidade</p> <p>•• Constituição/beneficiação de estradas e infraestruturas de acolhimento, incluindo parques multi-modais/centros coordenadores de transportes, ...</p> <p>Med- Ambiente</p> <p>Acções: Reforço da Rede Urbana Regional / Ambiente; Reforço das Redes Regionais de Infraestruturas de Equipamentos de Carácter Ambiental</p> <p>•• Acções diversas na área do abastecimento de água, sistemas de tratamento de águas residuais, processamento e destino final de RSU, protecção ambiental, infraestruturas hidráulicas, ...</p> <p>Med- Equipamentos Sócio-Económicos</p> <p>Acções: Reforço da Rede Urbana Regional/Equipamentos; Reforço das Redes Regionais de Equipamentos</p> <p>•• Equipamentos e infraestruturas de apoio à actividade produtiva; outros equipamentos: culturais e recreativos, desportivos, centros coordenadores de transportes e equipamentos de saúde; escolas (EB1's); ...</p>	<p>Med- Acessibilidades</p> <p>municípios; associação de municípios; AMP, entidades envolvidas em projectos de interesse público com o acordo dos respectivos municípios</p> <p>Med- Ambiente</p> <p>municípios, associação de municípios, entidades envolvidas em projectos de interesse público com o acordo dos respectivos municípios; empresas públicas municipais e intermunicipais</p> <p>Med- Equipamentos Sócio- Económicos</p> <p>municípios, associação de municípios, entidades envolvidas em projectos de interesse público com o acordo dos respectivos municípios</p>	CCRN
Prog. Nacional	Desenvolvimento Local / Regional	Apoiar projectos de entidades regionais cujo âmbito de actuação é o desenvolvimento local e regional; articular mecanismos de apoio ao sector empresarial, apoiar a realização de pequenos investimentos em acções de reabilitação do património construído; estimular as dinâmicas de cooperação interregional e de promoção da região, apoiar iniciativas descentralizadas de informação e apoio à actividade dos agentes económicos e socio-culturais; apoiar a interligação das iniciativas anteriores com o objectivo de constituir um sistema de informação regional	<p>Med- Dinamização Económica</p> <p>Acção: Apoio à Dinamização Económica</p> <p>•• Estudos, acções de animação cultural e turística; promoção de produtos regionais; lançamento de serviços de apoio às empresas; pequenas infraestruturas</p> <p>Acção: Apoio à Cooperação e Promoção</p> <p>•• Planos estratégicos de cooperação; realização de estágios, seminários, visitas de estudo, etc.; lançamento de experiências e projectos de cooperação; realização de estudos para identificação de novos potenciais de cooperação; acompanhamento, avaliação e divulgação da cooperação</p> <p>Acção: Sistema de Informação de Apoio ao Desenvolvimento</p> <p>•• Acesso a redes de informação e bases de dados; boletins regulares de informação; criação de um sistema de informação em rede, com base nas iniciativas descentralizadas apoiadas</p>	<p>Acção: Apoio à Dinamização Económica</p> <p>ass. socio-económicas, ass. para o desenvolvimento, municípios, comissões regionais de turismo, outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</p> <p>Acção: Apoio à Cooperação e Promoção</p> <p>instituições locais e regionais sem fins lucrativos; ass. de municípios; organismos descentralizados da administração central</p> <p>Acção: Sistema de Informação de Apoio ao Desenvolvimento</p> <p>ass. empresariais, sub-regionais e locais; ass. para o desenvolvimento, municípios e ass. de municípios, organismos</p>	CCRN
PRONORTE SPC- Dinamização Regional e Local	Desenvolvimento Local / Regional				

PROGRAMA	DOMÍNIO	ÂMBITO E OBJECTIVOS	MEDIDAS E ACCÕES	BENEFICIÁRIOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Prog. Nacional	Formação	Melhorar de forma generalizada o nível de qualificação dos jovens e promover a sua maior e mais fácil integração na vida activa; melhorar a qualificação dos activos em formações transversais, actuando como áreas estratégicas nomeadamente em gestão de projectos, gestão de recursos humanos, "marketing", "design", informática, ambiente, higiene e segurança no trabalho	<p>Med1- Sistema de Aprendizagem</p> <ul style="list-style-type: none"> •• Acções de formação nas modalidades de Pré-Aprendizagem e Aprendizagem <p>Med2- Iniciação Profissional e Qualificação Inicial /Outras Modalidades</p> <ul style="list-style-type: none"> •• Acções de formação de iniciação profissional; acções de formação de qualificação inicial, com duração tendencialmente não inferior a um ano; acções de formação de especialização tecnológica com duração entre 2400 horas e 3000 horas. <p>Med3- Inserção no Mercado de Emprego</p> <ul style="list-style-type: none"> •• Implementação de rede de serviços - UNIVAS - com funções ao nível da disponibilização de informação sobre o mercado de emprego, relacionamento com entidades potencialmente empregadoras, colocação de jovens recém-formados e acompanhamento do ingresso na vida activa , ... 	<p>Med1- População activa desempregada e em procura do 1º emprego</p> <p>Med2- População activa desempregada e em procura do 1º emprego</p> <p>Med3- Jovens recém-formados</p>	Med1- IEFP Med2- IEFP Med3- IEFP
Prog. Nacional	Empresas	Incentivar PME, particularmente nas regiões menos desenvolvidas, a adaptarem-se ao MU, bem como assegurar a sua competitividade internacional	<ul style="list-style-type: none"> •• Acções de demonstração relacionadas com adopção de sistemas de qualidade global, tecnologias limpas e produção limpa. •• Cooperação regional, interregional e transnacional incluindo estabelecimento de serviços comuns (ex: investigação); •• Cooperação para efeitos de I&D entre PME, centros de investigação e universidades; •• Programas de formação contínua. 	PME, industriais e de serviços; <250 trabalhadores; volume de negócios anual menor que 20 milhões/ECUS ou balanço total < que 10 milhões/ECUS; cooperativas de produtores; empresas com 250/500 trabalhadores (para algumas medidas)	
Prog. Nacional	Desenvolvimento Local / Regional	Melhoria das acessibilidades, reforço da rede urbana sub-regional; resolução de situações críticas em matéria de ordenamento do território e de ambiente; aumento dos índices de atendimento em infraestruturas, ...	<p>Med- Infraestruturação e Equipamentos Municipais</p> <p>Acções: AMP, Alto Minho, Ave, Cávado, Tâmega, Entre-Douro e Vouga, Trás-os-Montes e Alto Douro</p> <ul style="list-style-type: none"> •• Acessibilidades; saneamento básico; equipamentos; reabilitação e valorização urbana ; estudos e projectos, ... 	Municípios e associação de municípios; entidades envolvidas em projectos de interesse público com o acordo dos respectivos municípios	CCRN
PRONORIE					
SPA-					
Locais					